

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

“AQUI NINGUÉM FALA, ESCUTA OU VÊ”
Relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança
penitenciária em Manaus

ÍTALO BARBOSA LIMA SIQUEIRA

**MANAUS – AM
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

“AQUI NINGUÉM FALA, ESCUTA OU VÊ”

**Relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança
penitenciária em Manaus**

Ítalo Barbosa Lima Siqueira

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGS/UFAM) como requisito obrigatório para a obtenção título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva

**MANAUS – AM
2016**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S618" Siqueira, Ítalo Barbosa Lima
"Aqui ninguém fala, escuta ou vê" : relatos sobre o cotidiano
profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus /
Ítalo Barbosa Lima Siqueira. 2016
224 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Luiz Fábio Silva Paiva
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Agentes de Segurança Penitenciária. 2. Prisões. 3. Cotidiano
de trabalho. 4. Punição. I. Paiva, Luiz Fábio Silva II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

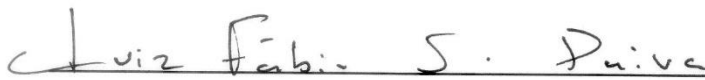
ÍTALO BARBOSA LIMA SIQUEIRA

**“AQUI NINGUÉM FALA, ESCUTA OU VÊ”:
RELATOS SOBRE O COTIDIANO PROFISSIONAL DOS AGENTES
DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA EM MANAUS**

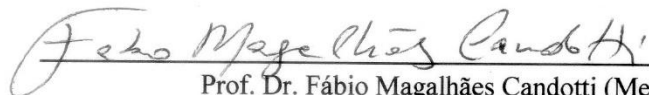
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Sociologia

Aprovado em 24 de fevereiro de 2016

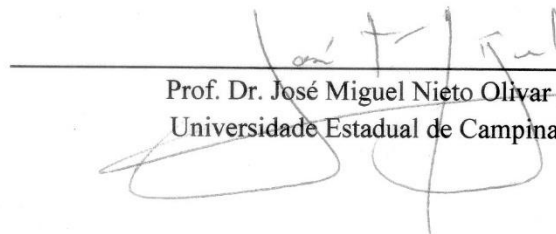
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva (Presidente)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Prof. Dr. Fábio Magalhães Candotti (Membro)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Prof. Dr. José Miguel Nieto Olivar (Membro)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Dedico este estudo à minha família. Cláudio Rodrigues e Marilene Rodrigues, meus pais. Se tivesse metade do caráter solidário de vocês, eu seria a pessoa que idealizo ser em meus discursos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, ao meu orientador professor Luiz Fábio Silva Paiva. Ao incentivo concedido pela FAPEAM.

Aos agentes de segurança penitenciária, aos servidores da Escola de Administração Penitenciária e ao ex-secretário de Estado de Justiça Louismar Bonates.

Ao Arildo José da Escola de Administração Penitenciária.

Alice Prado, responsável direta pela “abertura” dos muitos caminhos que permitiram a pesquisa de campo. Valeu!

Aos funcionários das unidades prisionais, pelo acolhimento e alimentação durante as pesquisas de campo.

Aos amigos e amigas em Manaus, Fortaleza, Recife e tantos outros lugares (decido meu amor e carinho).

Deixo meu profundo agradecimento aos professores do colegiado do Departamento de Ciências Sociais. Destaco a permanente interlocução com os professores Fábio Candotti, Marcelo Seráfico, Benedito Carvalho, Davyd Spencer, Ronaldo Santos e Tiago Jacaúna.

Destaco a solidariedade da mestra Marluce Lima e do professor Marco Aurélio.

Quando iniciei essa trajetória em 2013, eu tinha muitos sonhos. Hoje, sou uma pessoa transformada, com mais sonhos e muito feliz. Essa felicidade foi construída pelo respeito e consideração dos que me acompanharam nesses anos cruciais de minha vida. Não existem palavras para descrever tamanho agradecimento. São muitas lembranças...

- A gente tranca os presos, terminando antes, venho pra cá, se recolhe no alojamento, tomo um banho. Eu faço o relatório todos os dias, de todos os plantões. Com esse relatório, fico até mais tarde. Às vezes, eu vou até meia noite, uma da manhã, me deito um pouquinho... dormir ninguém dorme, porque num local assim você não dorme. Quando dá cinco horas da manhã você tem de estar de pé, tem que tirar os presos que vão sair, que vão trabalhar, uns que vão fazer a limpeza aqui. Tem que estar de pé. A gente descansa um pouquinho. Agora é causticante. Você chega assim, seis horas da manhã no outro dia, aí você chega em casa cansado. Não é fácil... É uma rotina. Meus primeiros dias foram muitos tensos. Eu pensava que chegar na Cadeia eu ia ter acesso a alguma arma, a alguma coisa... e eu fiquei bem tenso, não nervoso, mas pensativo 'o que estou fazendo? O que foi que houve?' aí foi passando, passando... Aí com um mês, dois meses, fui me acostumando e depois virou rotina. (Agente penitenciário)

RESUMO

SIQUEIRA, Italo Barbosa Lima. **“Aqui ninguém fala, escuta ou vê”**: relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus. 224f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

Este trabalho versa sobre o cotidiano de trabalho dos agentes de segurança penitenciária do Sistema Penitenciário Estadual do Estado do Amazonas. A pesquisa é resultado de relatos registrados nos locais de trabalho: as unidades prisionais de Manaus e as localizadas na BR 174. Realizei quarenta entrevistas durante o expediente, considerando também como parte dos relatos, as conversações com diferentes interlocutores nos intervalos, pausas para tomar café, almoços, corredores das unidades prisionais e nas rotas de ônibus corporativo. É possível dividir a apresentação de resultados em três partes principais e interligadas. Em primeiro lugar, a dissertação é iniciada por uma breve reflexão sobre a pesquisa em prisões brasileiras, com a consideração de que o ato de negociar se faz como uma importante e permanente chave simbólica de entrada e saída de instituições fechadas. Em segundo lugar, tenta-se delinear uma compreensão do fenômeno do controle social e o combate aos inimigos sociais/internos como questões centrais para refletir sobre a superlotação das prisões amazonenses, em um tempo de prisão-negócio, com impactos significativos que são promovidos pelas políticas de segurança pública orientadas em termos de produtividade, manifestando as evidências sobre a opção política pelo encarceramento em massa. Dessa forma, as conexões relacionais permitiram uma breve e recente descrição de determinados caminhos do “crime” na cidade de Manaus. Nesse ponto, descrevo o “galeroso” como acusação e justificativa para a criminalização da juventude manauara, para sinalizar a mudança recente na narrativa do noticiário policial com a ascensão de novos coletivos criminais, promotores de uma nova dinâmica do crime nas unidades prisionais, bairros e vielas, modificando o plano discursivo e prático sobre a questão que envolvem a segurança e a sensação de insegurança. Por fim, as transcrições de entrevistas e dos cadernos de campo auxiliaram na compreensão das contingências de uma das mais difíceis e precarizadas profissões do Brasil.

Palavras-chave: Agentes de segurança penitenciária; Prisões; Cotidiano de trabalho;

ABSTRACT

SIQUEIRA, Italo Barbosa Lima. "**Here no one speaks, hears and sees**": Reports on the daily routine of prison security agents in Manaus 224f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

This work deals with the prison guards of the State of Amazonas State Penitentiary System and its reports on the daily work. The research is the result of ethnographic accounts registered in the workplace: the prisons of Manaus and located on BR 174. I conducted conversations and interviews with forty professionals during the expedients, breaks, and talks held in the corridors of prisons and the bus routes. First, the dissertation is formed by a brief reflection on the research in Brazilian prisons, taking the negotiation as an important and permanent symbolic key in and out of closed institutions. Second, social control and the fight against social / internal enemies are central issues to reflect on the overcrowding of Amazonian prisons in a time of prison-business, and on the impacts promoted by public security policies oriented in terms of productivity and political option for mass incarceration. Therefore, the effort to think relational allowed a brief and recent description of certain ways of "crime" in the city of Manaus. At this point, I describe the "galeroso" as an accusation and justification for the criminalization of manauara youth, to signal the recent change in the police news narrative with the rise of new criminal collectives, promoters of a new dynamics of crime in prisons, neighborhoods and alleyways, putting the problem of insecurity and feeling of insecurity in a new and complex level. Finally, interview transcripts and field notes useful to understand the contingencies of one of the most difficult and precarious jobs in Brazil.

Keywords: Prison guards; Prisons; Work routine;

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 1 - Competência da Escola de Administração Penitenciária.....	54
Quadro 2 - Unidades Prisionais na Região Metropolitana de Manaus.....	63
Quadro 3 - Estrutura de pessoal da SEAP	70
Quadro 4 - Estrutura administrativa unidade prisional em cogestão.....	74
Quadro 5 - Representações de causas, efeitos e tipos sociais da pobreza urbana.....	84
Tabela 1 - População carcerária do Amazonas.....	66
Tabela 2 - População carcerária do Amazonas em 24 de setembro de 2013.....	68
Tabela 3 - Número de déficit de vagas no Sistema Penitenciário Estadual.....	68
Tabela 4 - Ocorrências Criminais em Manaus: 2012-2013.....	89
Tabela 5 - Produtividade do programa Ronda no Bairro – 2012-2013.....	90

Lista de Figuras:

Figura 1 - Caminhada de pessoas em direção às unidades prisionais da BR 174.....	135
Figura 2 - Foto de satélite das unidades prisionais localizadas na BR 174.....	136
Figura 3 - Autorização de pesquisa.....	213
Figura 4 - Despacho de autorização.....	214
Figura 5 - Questionário página 1.	215
Figura 6 - Questionário página 2.....	216
Figura 7 - Questionário página 3.....	217
Figura 8 - Questionário página 4.....	218
Figura 9 - Muralha interna e setor administrativo da UPP.....	219
Figura 10 - Corredor próximo de “gaiola” na UPP.....	219
Figura 11 - Pavilhão da UPP.	220
Figura 12 - Salas de aula da UPP.....	221
Figura 13 - Setor administrativo da PFM.....	221
Figura 14 - Portão interno da PFM.....	222
Figura 15 - Distribuição de quintinhas durante horário de almoço na PFM.....	222
Figura 16 - Entrada da PFM.....	223
Figura 17 – Setor administrativo do CDP-Masculino.....	224
Figura 18 - Vista para o prédio administrativo do CDP-Feminino.....	224

Lista de Siglas e Abreviaturas

ASP	-	Agente de segurança penitenciária
CPDRVP	-	Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa
CDP	-	Centro de Detenção Provisória
CDPF	-	Centro de Detenção Provisória Feminina
CV	-	Comando Vermelho
CPI	-	Comissão de Inquérito Parlamentar
CONAP	-	Companhia Nacional de Administração Penitenciária
COMPAJ	-	Complexo Penitenciário Anísio Jobim
CNJ	-	Conselho Nacional de Justiça
CNPCP	-	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CLT	-	Consolidação das Leis do Trabalho
DETRAN-AM	-	Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas
ESAP	-	Escola de Administração Penitenciária
ENEM	-	Exame Nacional do Ensino Médio
ENCCEJA	-	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FDN	-	Família do Norte
IFAM	-	Instituto Federal Tecnológico do Amazonas
IPAT	-	Instituto Penal Antônio Trindade
LEP	-	Lei de Execuções Penais
ONG	-	Organização Não-Governamental
PCC	-	Primeiro Comando da Capital
PCN	-	Primeiro Comando do Norte
PPGS	-	Programa de Pós-graduação em Sociologia
NPE	-	Núcleo de Pesquisa e Extensão
ROCAM	-	Ronda Ostensiva Candido Mariano
SEAP	-	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SEDUC	-	Secretaria de Estado de Educação
SEJUS	-	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
SEJUSC	-	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SSP-AM	-	Secretaria de Estado Segurança Pública do Amazonas
SEAI	-	Secretaria-Executiva-Adjunta de Inteligência

SENAPS - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEAC-AM - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas

SEEACEAM - Sindicato de Empregados nas Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas

SINSPEAM - Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Amazonas

INFOPEN - Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

UPI - Unidade Prisional de Itacoatiara

UPP - Unidade Prisional do Puraquequara

UEA - Universidade do Estado do Amazonas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. A pesquisa sociológica em prisões brasileiras: um estudo sobre o Sistema Penitenciário do Estado do Amazonas	32
1.1 - A prisão como mecanismo de defesa e exclusão social	33
1.2 - A negociação como chave simbólica do sistema prisional brasileiro	43
1.3 - Os passos de entrada no Sistema Penitenciário Estadual do Amazonas	50
1.4 - A expansão do encarceramento no Amazonas	61
1.5 - A terceirização do sistema penitenciário do Amazonas	72
2. O controle social e o combate ao inimigo interno como parte do cotidiano dos trabalhadores da segurança penitenciária do Amazonas	79
2.1 - Questões iniciais sobre a ordem e a segurança pública no Estado do Amazonas	80
2.2 - Pelas margens, becos, ruas e rip rap: as “galeras” como criminalização da juventude pobre de Manaus	94
2.3 A chacina do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (2002) como história recente do crime em Manaus	100
2.4 “Vai lombrar!”: rebeliões, fugas e motins abalam a ordem nas penitenciárias do Amazonas	107
2.5 - Disciplina para a SEJUS, lealdade para a empresa: dois dias no curso de formação de agentes de socialização	117
2.6 - Na rota para a batalha diária na cadeia	123
3 - “Nós somos como um domador de leões”: agentes de segurança penitenciária na gestão da crise do sistema penitenciário	143
3.1 - Para entrar: as entrevistas e questionários com agentes de segurança penitenciária	144
3.2 - Agentes de disciplina/socialização e as condições de trabalho	149
3.3 - Trajetórias “remanejadas” para o cotidiano de enfrentamento no Sistema Penitenciário Estadual	155
3.4 - O “Sindicato das Vassouras” e uma categoria fragmentada	161
3.5 - O “Lado de dentro”: a sensação de também estar preso	164
3.6 - O “jogo” como “jeitinho” de sobreviver nas privações	173
3.7 No meio da “lombrar” é preciso ter “força na mente”	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197

REFERÊNCIAS	203
ANEXOS	210

Introdução

Este trabalho é o desdobramento de minha experiência acadêmica nos últimos anos de minha graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O tema proposto aqui é parte de um interesse pessoal cujo foco foi orientado por estudos em sociologia e antropologia urbana, bem como temas do campo dos estudos da violência. Assim, o interesse pela temática das prisões e punição foi despertado a partir de minha iniciação científica¹, sob orientação do professor doutor Ernesto Renan Freitas Pinto, oportunidade em que tive acesso a uma transcrição de uma conferência, realizada em 1914, pelo pesquisador e militante político russo Piotr Kropotkin, onde foi denunciada a grave situação das prisões na Rússia czarista (KROPOTKIN, 2007). A única proposta deste russo foi o fim das prisões, pois a considerava ineficiente em amplos termos.

O trabalho não tem como pretensão propor qualquer tipo de solução prática para as questões que envolvem o sistema penitenciário, ou tecer comentários sobre quais seriam os melhores caminhos para os dilemas das prisões amazonenses. Antes de qualquer coisa, trata-se de compreender diferentes tipos de processos sociais que dão sentido para o universo social dos agentes de segurança penitenciária, bem como os modos de classificação da vida frente às contingências e adversidades do cotidiano profissional desta classe. Desse modo, parte significativa do trabalho foi baseada em narrativas de pessoas que trabalham como agentes de segurança penitenciária na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Descrever a ocupação de agentes de segurança penitenciária, no Amazonas, é lidar com uma categoria fragmentada em: agentes penitenciários e agentes de disciplina/socialização. São os “operários das prisões”, os que operam as unidades prisionais, sendo responsáveis pela “tranca” e “destranca” dos presos, pela revista de visitantes, pela acolhida de novas pessoas no sistema penitenciário, pelo transporte e traslado dos presos até as audiências judiciais, dentre outras atividades necessárias - por vezes informais, que formam uma ocupação especializada².

¹ Kropotkin – O explorador: O Apoio Mútuo como Fator de Evolução (PIBIC/UFAM – 2009/2010). Pesquisa realizada com concessão de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

² Para uma detalhada caracterização normativa da ocupação de agente penitenciários no Brasil, ver: MONTEIRO, Letícia Chaves. **A permeabilidade das grades na busca cotidiana pela ordem**: um estudo sobre agentes penitenciários em Salvador-BA. 213f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

Cabe ressaltar que esses trabalhadores fazem parte de um universo permeado por controvérsias. Um exemplo disto é a distinção de nomenclatura, citada acima, que descreve a divisão da categoria, mostrando que, apesar de possuírem e desempenharem as mesmas atribuições, essa divisão demonstra profundas distinções do ponto de vista simbólico e prático. Por exemplo, os agentes penitenciários são os considerados mais antigos, muitos passaram por concurso público – o último ocorreu em 1996. Nesse “segmento” existe outra parcela, que também pode ser chamada de “agentes penitenciários”: são os contratados em caráter especial, que entraram no sistema penitenciário de diferentes modos. São os funcionários que foram deslocados de outras funções nos órgãos públicos, para o trabalho indesejável no sistema penitenciário, porém, garantindo a manutenção nos quadros do serviço público, como um *status* desejável. Além disso, antes da terceirização em pleno vigor, pela falta de reposição de quadros de segurança por meio de concursos públicos, muitos entraram no sistema penitenciário em contratos temporários e renováveis com validade de um ano.

A terceirização no Amazonas teve início no final de 2003, em caráter excepcional, dispensando processo licitatório, para atender as urgências de um sistema penitenciário considerado falido. Esse processo conturbado foi implementado pelo primeiro governo Eduardo Braga para o enfrentamento das questões que caracterizaram a falência desse sistema, como a corrupção de agentes penitenciários, rebeliões violentas, uso de celulares e armas de fogo, assim como demais atividades ilícitas que se tornaram generalizadas. Nesse processo surge o agente de disciplina, funcionário das empresas que exploram essa recente fatia de mercado no Brasil e que simboliza os ideais de mercado no sistema penitenciário, como a eficiência e flexibilidade em contratação e desligamento. Recentemente, os agentes de disciplina foram intitulados como agentes de socialização, porém, essa nova fase ainda passa por ambiguidades, tanto que no processo de desenvolvimento desta pesquisa, recorrentemente os funcionários terceirizados foram nomeados pela grafia “agentes de disciplina/socialização”. Por exemplo, durante a pesquisa de campo, quando tive a oportunidade de acompanhar o primeiro curso de formação de agentes de socialização, voltado exclusivamente para mulheres, ainda era mencionado o termo “agente de disciplina”.

É necessário colocar em reflexão o raciocínio sociológico que orientou esta pesquisa. Mesmo evidente o caráter exaustivamente descritivo, é indispensável compreender que a sociologia é um campo de investigação dos fenômenos sociais e

culturais, que pressupõe a leitura crítica de suas “ferramentas” teóricas, de modo que elegendos como apoio para a elaboração do discurso lógico de nosso objeto, a exposição de sentidos e significados manifestados no campo social da prisão. Pela própria dinâmica, *movimento* e *mobilização* deste campo social, a construção do objeto específico, pressupõe o posicionamento e a atuação performática do pesquisador como parte dos resultados apresentados. Realizamos o exercício de relativizar a neutralidade do pesquisador, tarefa fundamental para a orientação objetiva da pesquisa. Nesse sentido, o ofício sociológico é encarado como a construção da atitude reflexiva que busca realizar a crítica social.

A postura reflexiva recomenda um *distanciamento* e um *engajamento* para a pesquisa em busca de um equilíbrio necessário, considerando o pesquisador como parte do mundo social investigado. Se os agentes de segurança penitenciária possuem formas discursivas e práticas de memorizar e representar a realidade, o pesquisador, em certa medida, assume essas formas como “pontes” necessárias para a compreensão da realidade social investida, permitindo a análise das contradições e dilemas presentes no campo. Pierre Bourdieu (2007; 2013) argumenta que todo agente atua no interior de um campo socialmente predeterminado, resultado de suas ações individuais. Assim, é possível refletir sobre as relações existentes num campo determinado, as estratégias dos agentes que o compõem e o sistema de transformação, ou de conservação da sociedade global. No interior do campo social são estabelecidas e exercidas as relações de poder ordenadas através da distribuição desigual do capital social, determinante para a posição que cada agente ocupa em seu interior³.

³ Pierre Bourdieu é muito conhecido nos cursos brasileiros de sociologia pelo conceito de “*habitus*”, que não foi utilizada neste trabalho como um conceito analítico, porém, de certo modo, as proposições do autor são consideradas como importantes auxílios reflexivos sobre o mundo social. Este conceito é aplicado de modo que seja possível tratar de contextos que necessitam a captação da interiorização de normas e de valores, incluindo os sistemas de classificações que preexistem “logicamente” representações sociais. Devemos compreendê-lo como social e individual, pois se refere ao grupo, classe e/ou indivíduo. Mesmo de forma inconsciente os agentes, são produtores e reprodutores de sentido objetivo, pois suas ações e suas obras são produtos de modos de agir, de modo que o controle e domínio consciente não estão em questão. A interiorização, realizada pelos agentes, dos valores, normas e princípios, assegura a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva do campo social. A história de um indivíduo poderá ser entendida como uma “variante estrutural” do “*habitus*” de seu grupo, de sua classe, em constante interação e reciprocidade. (BOURDIEU, 2007, p. 15-18). As interdependências não são fatores apenas de constrangimentos exteriores, mas agem no sentido de moldar a estrutura interior da personalidade, que através de uma rede de relações preexistentes moldam as formas de sensibilidade e pensamento do sujeito, caracterizando o “*habitus*”, “um produto das diferentes configurações no interior das quais o indivíduo age”. (CORCUFF, 2001, p.43). A oposição entre macro e micro deve ser relativizada, pois o que pode ser caracterizado como macro, eventualmente, pode ser micro em relação à outra coisa.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi adotada uma sequência de critérios metodológicos que articularam a teoria e o trabalho de campo. A pesquisa sociológica demanda a ruptura com o “senso comum” e com as pré-noções que envolvem o universo que se pretende pesquisar. O esforço de construir um olhar sociológico e verdadeira imersão crítica no universo do objeto de estudo, foi um esforço constante nesta abordagem, pois o tema em questão encontra grande apelo social e midiático (BOURDIEU, 2007, p. 49). Assim, a pesquisa foi moldando-se com o estudo das referências teóricas e pela realização da pesquisa de campo, relacionadas como uma pesquisa qualitativa que permite possibilidades de *compreensão* e interpretação dos diferentes tipos de dados coletados (GOLDENBERG, 2004, p. 61).

A análise sociológica realizada possui uma “filiação” teórica no campo das ciências humanas, exatamente na utilização do método qualitativo para a construção crítica do conhecimento. Para Martins (2004), não existe neutralidade e a construção da objetividade, em acordo com uma perspectiva weberiana, parte do compromisso com valores e por critérios utilizados para a pesquisa social em questão. A pesquisa requer o reconhecimento de que o objeto, em verdade, trata-se de *pessoas* que possuem suas crenças e olhares sobre a realidade, que eventualmente podem se chocar com os preconceitos e ideias do pesquisador. Assim, partimos do seguinte conceito de pesquisa qualitativa:

[..] análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita. (MARTINS, p. 292, 2004)

Esta não é uma preocupação nova nas ciências sociais, seja no âmbito da ciência política, sociologia ou antropologia, permanentes questionadoras do fazer científico de um ponto de vista ético, na possível construção de uma prática reflexiva que estabelece um diálogo intersubjetivo que instigue possibilidades para o estabelecimento de relações dialógicas. As ciências sociais se colocam diante das problemáticas de seu tempo, bem

como são realizadas a partir das condições históricas em que o pesquisador vive. Nossa “filiação” teórica está situada no campo dos pesquisadores que observam o conhecimento como possibilidade de superação de ideias etnocêntricas e meramente utilitaristas⁴.

A visão utilitarista possui uma fraqueza inerente, pois dificulta a análise sociológica, apenas reproduzindo de outras formas, o velho etnocentrismo dos civilizados e não-civilizados, noção que encontra novos discursos e ressignificações na semântica, apresentando antigos vícios de maneira sofisticada. Para as ciências sociais, a ideia de “cultura” é muito mais do que a ideia de animais que podem modificar e manipular objetos. Somos dotados de atitude reflexiva sobre nós e o que nos cerca, sendo nossas ações parte do reconhecimento e distinção a que nos atribuímos, o que se destaca pela constituição de regras e valores. Essa postura compreende os interlocutores como pessoas que se expressam e que podem construir representações diferentes sobre as moralidades, crenças e valores que dão sentido ao mundo social. É por esse motivo que foi desconsiderada a submissão deste trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa, pois os critérios do Comitê são diferentes do escopo desta pesquisa, considerando principalmente o desenvolvimento do debate que ocorre nas ciências sociais sobre questões éticas, violência simbólica e relações de poder na atividade de campo e no encontro com interlocutores.

A construção sociológica do objeto, nessa perspectiva, assume um caráter *relacional*, centrado na vigilância dos caminhos tomados para a condução da pesquisa e

⁴ Na construção histórica das ciências sociais, as tradições clássicas acadêmicas impulsionaram, no momento de formação da disciplina, formulações sobre uma neutralidade possível, que seria alcançada por uma separação entre “sujeito” e “objeto”. Como exemplo, no campo antropológico, muitos pesquisadores buscaram a separação entre o “sujeito” da pesquisa e o “objeto” - este o homem “primitivo” que estava desaparecendo e poderia traduzir modos primitivos de evolução cultural. Em outros termos e caminhos, a sociologia passou por um processo similar de desumanização do objeto, por exemplo, com Émile Durkheim, que se propôs a tratá-los como *coisas*, em harmonia com parte do pensamento científico francês que tinha nas ciências naturais o modelo de progresso científico moderno. Essas ideias foram deturpadas e levadas a extremos, relacionadas com outras áreas do conhecimento, para reforçar e consolidar as infames ciências da eugenia, que tinham como ideal a preservação e seleção de pessoas supostamente “bem nascidas”. Estas não deveriam se relacionar com pessoas tidas como deficientes, pois as relações não permitiriam a perpetuação da espécie mais bem evoluída e saudável, bem como, garantidas de manutenção de uma “qualidade racial”. Em muitos casos a antropologia da eugenia, ao analisar povos tidos como “primitivos”, serviu como sustentação ideológica e científica do imperialismo colonial do final do século XIX e início do século XX. A superação dessa concepção de construção do conhecimento nas ciências sociais, encontrou possibilidades ainda na constituição da disciplina, como salientado pelo antropólogo Alfredo Wagner, em seu livro “Quilombos e as novas etnias”, ao tratar da atividade política de “Lewis H. Morgan que, a partir de 1845, se empenha em defender um dos clãs iroqueses, os Seneca, contra uma grande empresa, a Ogden Kand Company, que queria usurpar parte de suas terras” (WAGNER, 2011, p.8). De modo que, fica evidente possibilidades até mesmo de engajamento político de reconhecidos nomes da disciplina.

apresentação de resultados. Nesse sentido, a sociologia que se pretende realizar é um exercício de afastamento de uma concepção que privilegia o mundo social como uma integração social dada na realidade, que atenua ou evita lidar com os problemas relativos ao conflito social e seja incapaz de assimilar a mudança, construindo uma visão imobilista e, eventualmente, conservadora da realidade social investigada (DURHMAN, 2004). É fundamental lidar com a relação que o investigador estabelece com o sujeito da pesquisa, como se dá essa interação - pois ela não é destituída da presença e carga do cientista social -, sabendo que, pesquisas em meios urbanos, possuem um caráter muito mais subjetivo do pesquisador. Com efeito, se torna um instigante problema que permite discutir criticamente a relação de como vai sendo construído o conhecimento (DURHAM, 2004). Essa postura de pesquisa significa colocar a pesquisa sociológica em um patamar de reflexão sobre um universo de difícil acesso, permeado por noções de senso comum, idealizadoras estas de uma realidade que eventualmente pode ser contrário daquela percebida pelos agentes sociais que atuam no campo.

Segundo Gabriel Cohn (2007), a sociologia, bem como todas as ciências sociais, não deve procurar formulações definitivas, mas concentrar-se nas problemáticas de seu tempo, devendo propor possibilidades para o avanço do conhecimento. O esforço sociológico é o de compreender os limites do método científico, recusando buscar o real em toda sua totalidade, empreendimento que seria logicamente impossível (WEBER, 2004). A sociologia *compreensiva* busca ser eficaz na análise do recorte na pesquisa social (FREUND, 2010). Desse modo, a investigação sociológica deste trabalho também assume essa perspectiva, dando ênfase às ações dos pesquisados e ao sentido que é empregado nessas ações, contextualizados em instituições carcerárias, colocando em evidência as vivências e considerando as dimensões subjetivas, relacionando com os sistemas de representações, valores e normas construídos para os que vivem em interação direta ou indireta com o sistema prisional. Cabe neste momento transcrever a definição de Max Weber (1995, p. 400) para sociologia:

Deve entender-se por sociologia (no sentido aceito desta palavra que é aqui empregado das mais diversas maneiras possíveis) uma ciência que pretende entender pela interpretação a ação social para desta maneira explicá-la causalmente no seu desenvolvimento e nos seus efeitos. Por 'ação' deve entender-se um comportamento humano, tanto faz que se trate de um comportar-se externo ou interno ou de um permitir ou omitir, sempre quando o sujeito ou os sujeitos da ação ligam a ela um sentido subjetivo. A 'ação social', portanto, é uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta nela no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

Para avançar no argumento, o campo dos significados ultrapassa a explicação sociológica sobre adaptação às normas, hierarquias e estruturas estabelecidas, considerando assim a relativa autonomia do indivíduo no campo, que também está condicionada à sua história. O significado dos discursos pode revelar ações contraditórias e inesperadas, assumidas frente às contingências de situações não previstas, mesmo que se concretizem como insurgências às normas. Podemos apreender que, apesar dos agentes de segurança penitenciária serem representantes do *status quo* no sistema penitenciário, a prática profissional lida com situações em que é justificado o rompimento com os procedimentos reguladores e normativos legais.

As explicações generalistas possuem um limite claro, pois podem falsear e reduzir possibilidades de compreensão de eventos particulares e únicos como as experiências sociais que mediam o rompimento da moral dominante, de regras e leis bem definidas, mas também de conflito e choque com reprodução e produção de solidariedade, violência, medo e vingança, que dão sentido para anacronismos, como exemplo, da situação de “medieval de barbárie” no sistema prisional brasileiro. Exatamente por possibilitar a reprodução de regras e condutas que são constituídas em seu cotidiano, ainda que não “apartado” da sociedade, que estudar presídios exige do cientista social um esforço por relativizar certas expectativas geradas por uma suposta “cultura carcerária”, para abrir-se à um campo de estudo que exige uma atitude reflexiva e crítica.

Neste momento, abordaremos questões teóricas sobre as prisões, identificando estas como um fenômeno social de longo prazo, nos apoiando em textos clássicos e contemporâneos no esforço de realizar uma reflexão sociológica sobre as problemáticas que envolvem esse tema. Posto isso, cabe identificar que as prisões ainda desempenham importante papel social, apesar das adversidades que as colocam na infâmia como um problema social, espelhos dos conflitos sociais. A reclusão é um fenômeno antigo, porém, a pena privativa de liberdade tem origem em ideias humanistas que buscaram a substituição do banimento e do suplício, considerados em algum momento imorais, pelo estabelecimento de saberes que punem de acordo com uma racionalização preestabelecida por discursos jurídicos no decorrer do século XVIII. Para tanto, passaremos ao exame de questões que envolvem a prisão como um espaço integrado com o desenvolvimento social e seus dilemas.

A prisão encontra-se recuperada e assume um caráter inovador como uma instituição positiva de cumprimento de pena privativa de liberdade. Apesar de ser o símbolo do despotismo e arbitrariedade, é novamente acessada como um elemento central da política. Michel Foucault (2009) apresentou a história das prisões e da moderna pena privativa de liberdade a partir da reprodução dos discursos de renovação e reformas, não apenas das prisões mas das pessoas privadas de liberdade, dos presos. Pelo menos na recuperação das prisões como um modelo de disciplinamento e ferramenta pedagógica de reconstrução de pessoas possivelmente úteis para a sociedade – o que pode ser confundido com corpos econômicos que produzem através do trabalho. O corpo foi descrito pelo autor como uma unidade celular e uma unidade orgânica, sujeito a técnicas de sujeição e poder, que atuariam como mecanismos de observação, registro e treinamento dos comportamentos:

Surge assim uma exigência nova a que a disciplina tem de atender: construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente. Essa exigência se traduz de várias maneiras. (FOUCAULT, 2009, p. 138)

Se a disciplina exige a “cerca”, em nossa época vivemos um grande apelo disciplinar se nos referirmos aos constantes pedidos de mais encarceramento. Evidentemente para refletir sobre as prisões brasileiras como um espaço disciplinar descrito por Foucault (2009), encontramos muitas dificuldades para localizar esses espaços nas prisões brasileiras. Isso porque, claramente, as condições de determinadas prisões no Brasil não tornam possível descrevê-las como espaço disciplinar para a reprodução do Estado, mas, ao que tudo indica, a questão disciplinar e do poder está diluída nas ausências e presenças, bem como na difusa auto-organização da população carcerária. As comunicações e negociações úteis são estabelecidas para se saber quais disciplinas serão constituídas em determinados territórios e espaços. Portanto, as prisões brasileiras não servem para dar fim às ilegalidades, mas sim para geri-las. A questão das prisões como aparelho de saber, é muito atual, pois

[...] Organiza-se todo um saber individualizante que toma como campo de referência não tanto o crime cometido (pelo menos em estado isolado) mas a virtualidade de perigos contida num indivíduo e que se manifesta no comportamento observado cotidianamente. A prisão funciona aí como um aparelho de saber. (FOUCAULT, 2009, p.106)

No Brasil, a determinação de construção da Casa de Correção do Rio de Janeiro, através da Carta Régia do Brasil, em 1769, marca o que é considerado o surgimento da primeira prisão brasileira. Notamos que a história do castigo no Brasil possui certas particularidades dos eventos ocorridos na Europa, seja no campo prático ou dos saberes. O Brasil conheceu o trabalho escravo como a principal forma de exploração do trabalho por séculos, e aos escravos a sociedade cristã orientava a realização de suplícios públicos e privados. Mais valeria o escravo, “propriedade animada”, submisso nas correntes, coleiras e no tronco, do que os perigos de rebeliões. Eduardo Solazzi (2007) demonstra que as mudanças que ocorreriam na legislação sobre a propriedade escrava eram sempre acompanhadas por reformas nos mecanismos de controle jurídico. Buscava-se a adaptação constante desse controle sobre os novos rumos da sociedade.

Largos mecanismos jurídicos garantiam a regulação da circulação de pessoas cativas e libertas, tendo no controle social e na pena de prisão com trabalhos forçados, expedientes usados com excelência. Solazzi (2007) demonstra que os processos autoritários que tiveram lugar na discussão da abolição da escravidão já deixavam muito claro que, para as pessoas enquadradas no controle político de população, a falta de recursos econômicos e sociais poderia significar mazelas bem piores que a simples representação jurídica da punição. No momento em que ocorre a abolição, os mecanismos de controle centralizados já possuíam informações precisas sobre as populações de trabalhadores escravos e libertos, que vivenciaram durante décadas as constantes mudanças jurídicas e que, no discurso, alimentavam a esperança da abolição mas que, na prática, ainda garantiam a manutenção do trabalho escravo. O controle político gestado para o dilema da libertação da força de trabalho escrava também afetou de algum modo as pessoas pobres e consideradas nocivas para sociedade, os chamados “escravos brancos”. Para essas pessoas, restava encontrar meios próprios e coletivos para lidar com as situações inesperadas e que deveriam ser enfrentadas para a própria sobrevivência.

A história brasileira é marcada pela constituição autoritária de nossa sociedade, e por um caráter classista de nossas forças de repressão e controle social. Reconhecidamente o Brasil é marcado por constantes reformulações de uma sociedade autoritária, enfrentando historicamente uma grave situação no campo dos direitos humanos, da repressão, da delinquência urbana e da violência. Hoje, o controle social no país é marcado pela violência experimentada pelas pessoas desviantes, excluídas e

classificadas como perigosas (SOLAZZI, 2007). A crítica fundamental do autor diz respeito ao processo diferenciado que o Brasil experimentou, ao excesso de normalização de subjugados “dóceis” ou de suposto processo civilizatório equivalente ao Europeu.

A experiência sofrida através da ditadura militar (1964-1985) impulsionou a adesão de diferentes movimentos sociais e grande apelo civil pelos direitos humanos, em resposta aos chamados anos de chumbo. Interessante notar os limites da recente experiência brasileira neste campo, para compreender a intitulada “exclusão moral”, mencionada por Nancy Cardia (1995), e sua relação com a população carcerária como uma parcela da sociedade cuja morte não possui grande apelo de condenação moral, inclusive parcialmente justificando as inúmeras violações de sua humanidade, em que essas violências são encaradas como consequências dos atos considerados antissociais. No momento em que a pauta dos direitos humanos surge no interior das prisões brasileiras, com a força dos movimentos sociais e demais iniciativas da esfera civil, seu significado é invertido como “direito de bandido”, “direito dos manos”, pois a população carcerária é uma população que pode ser sacrificada. Isso pode ser facilmente observado nos campos de comentários de notícias *online* sobre crimes e notas sobre situações do cotidiano das prisões⁵. Longe de estar fora dessa realidade, o sistema prisional amazonense possui cenas e problemas similares aos enfrentados pelo Brasil, com celas superlotadas e insalubres, para citar apenas os problemas tipicamente brasileiros.

Situado num contexto de crise institucional, como descrito acima, este trabalho refletiu sobre as práticas sociais e profissionais dos agentes de segurança penitenciária da cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. O tema escolhido envolveu questões permeadas por controversos conflitos sociais, contradições, violências e relações de poder. Envolve também as percepções e a construção de um universo que se organiza e se reproduz com suas próprias regras e normas de conduta. Essas representações, remetendo a Émile Durkheim (2007), permitem acessar e revelar determinadas condições estruturais, sistemas de valores, normas e signos que possibilitam compreender as representações de grupos específicos em condições históricas, socioeconômicas e culturais que lhes são próprias.

⁵ Os chamados excessos policiais que ocorrem rotineiramente na repressão de movimentos populares, dos mais diversos, colocam em evidência uma sociedade com tendências para a militarização e profundas marcas de desigualdades políticas, econômicas e sociais.

Camila Nunes Dias (2013) reflete sobre o desafiador e delicado processo de construção metodológica do campo de pesquisa no sistema prisional, colocando de modo evidente a responsabilidade que o pesquisador possui em construir caminhos possíveis e alternativos. Um dos primeiros problemas é negociar as possibilidades do campo, carregado de relações de desconfiança entre os que ali convivem (ADORNO, 1991a). É necessário articular estratégias que tornem capaz o constante processo de negociação de entrada em instituições fechadas e com restrito acesso de pessoas. A permissão de entrada pode eventualmente ser negada para o pesquisador se for entendido que ocorram riscos ou existam dificuldades de manter a ordem, sendo necessário considerar os fatores políticos e sociais que envolvem o controle da ordem nos presídios, eventualmente interrompendo a pesquisa nas unidades prisionais (DIAS, 2013).

No artigo intitulado *Um mundo de “considerações”*: alguns apontamentos sobre relações de força no trabalho de campo, Karina Biondi (2012) discute o posicionamento de pesquisadores nas relações de poder que estão inseridas no trabalho de campo, incluindo perspectivas de gênero. Ela inicia seu texto fazendo uma análise e relação do surgimento do PCC e a política de encarceramento em massa ocorrida na década de 90 do século passado, em São Paulo. Nesse sentido, o artigo aborda com maior fôlego o processo de construção e realização do campo de sua pesquisa com o PCC, na qual argumenta que o trabalho de campo não é algo intensivo, como ficar meses ou anos em comunidades tradicionais. O trabalho de campo realizado em prisões ou com temas de difíceis abordagens possui um caráter que dificulta a escolha fixa de lugar e tempo para sua realização. Muitas situações inesperadas são apresentadas e podem render dados para a pesquisa, mesmo naquelas em que a pesquisa de campo não foi revista por um caráter “formal”. Nesse sentido, uma postura inflexível sobre a temporalidade do ato de pesquisa pode limitar substancialmente momentos inesperados e cruciais, como por exemplo, os que eventualmente podem surgir durante as conversações, trocas de mensagens e encontros, ainda que informais. Grande parte das pesquisas em situações como essa necessita do engajamento do pesquisador em experimentar e acessar situações que podem vir a fortalecer a coleta de dados e informações. A pesquisa social não se preocupa apenas com o que as pessoas pensam, mas como agem no seu dia a dia, qual sua relação e interação com aquelas que estão no campo social investigado, sendo flexível sobre a construção do que chamamos o “diário de campo”, que registra, por exemplo, até mesmo os “não-ditos”.

O universo do cárcere envolve diversos agentes sociais, como detentos provisórios e julgados, agentes penitenciários e terceirizados, funcionários administrativos, assistentes sociais e agentes de saúde. Diferentes instituições estatais também lidam de forma direta com o sistema penitenciário. Dentre outras, podemos citar o aparato policial e judiciário, que possuem um caráter de normatização e regulação do sistema. Neste universo também está inserido o trabalho voluntário de organizações não governamentais, algumas de caráter religioso, que buscam interagir diretamente com presos apenados, seja na realização de projetos educacionais ou de assistência jurídica. As visitas às unidades prisionais, contato com administradores, agentes de segurança penitenciária, ou qualquer evento que possa envolver a temática em investigação, por menor importância que pareça ter, são carregados de significados, sendo suporte para as considerações metodológicas e teóricas (ADORNO, 1991b). Além disso, o pesquisador deve estabelecer de antemão quais serão os caminhos e descaminhos da cognição, das práticas objetivas e subjetivas. Ademais, deve ser pensado de forma criteriosa a saída e o retorno ao campo. Por isso o uso da primeira pessoa é utilizado livremente na maior parte do trabalho, com a pretensão de descrever os posicionamentos e impressões do pesquisador.

É necessário compreender a entrevista, bem como todo o trabalho de campo, como um processo privilegiado de pesquisa no meio urbano e encontrar um caminho intermediário entre subjetividade e objetividade, assimilando os limites do processo de comunicação entre pesquisador e entrevistado, assim como proposto por Ruth Cardoso (2004, p. 101),

A interpretação que se constrói sobre análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontraram. A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário.

Realizar pesquisa com agentes de segurança penitenciária envolve questões que a diferencia da pesquisa com presos. Existem diversas contribuições de cientistas sociais brasileiros especificamente sobre os agentes de segurança penitenciária. Por exemplo, para Moraes (2013), o trabalho do agente penitenciário de modo recorrente é minimizado no que diz respeito ao equilíbrio da ordem prisional. Em sua pesquisa, Moraes (2013)

argumenta que o agente não cultiva orgulho por seu trabalho e existe uma preferência por escondê-lo, tendo como parte da justificativa encontrada no cultivo da ideia de que os agentes seriam semelhantes aos presos, apesar de não se sentirem “contemplados ou defendidos pelos discursos e políticas de direitos humanos: para eles, estes continuam sendo ‘coisa de bandido’” (MORAES, 2013, p.134). Na pesquisa realizada por Sabaini (2012) com agentes de segurança penitenciária da cidade Itirapina, município localizado no interior do estado de São Paulo, foi relatada uma realidade totalmente diversa. Foi demonstrado que os profissionais de segurança penitenciária são revestidos de posições de destaque, privilégios e prestígios. Dentre outras justificativas, essa situação diferenciada pode ser explicada por possuírem uma das mais altas remunerações da cidade.

Antônio Rafael discute as categorias de fronteira e fluxo colocando em perspectiva o sistema penitenciário e o tráfico de drogas do Rio de Janeiro. Sua perspectiva descreve o sistema prisional como lugar de ocorrências de movimentos de fluxos, ideias, pessoas e produtos e, ao mesmo tempo, diversas linhas e fronteiras são atravessadas e modificadas a todo o momento. Acessar as interpretações dos funcionários permite conhecer um pouco a materialidade de sua existência e as linhas que são constantemente transpostas para abrigar uma compreensão de estratégias e lutas em torno das margens. Cabe transcrever a complexidade do sistema prisional a partir das considerações cunhadas por Antônio Rafael (2005, p. 18-19), indicando mais uma vez que agentes de segurança penitenciária estão sujeitos a condições similares dos presos e presas:

Para o nosso caso, voltemos às cadeias, aqui está o risco que corremos - as maneiras pelas quais a luta pela imposição de um determinado juízo se processa. Num ambiente marcado pela desconfiança, repleto de armadilhas - discursivas, procedimentais - que se colocam tanto para presos quanto para funcionários, num ambiente onde ‘ninguém conhece a moradia da verdade’, mas onde ‘a palavra empenhada tem a força de um exército’ (Varella, 2000, p. 10), o preso (mas também o agente penitenciário) só pode contar com dois elementos a seu favor: um conhecimento da vida prisional que lhe permita evitar as ciladas que se lhe apresentam cotidianamente e uma rede de relacionamentos – feitos na rua ou mesmo dentro do Sistema – que confirmam o peso de um exército a sua palavra. Não há espaço para erro, não há espaço para relativizar um erro ou discutir uma ordem de comando (o relativismo está trancado dentro de uma cela de seguro, ‘amarelado’, para não acabar na ponta de um estoque); não há maneira, na maior parte das vezes, de reverter um juízo que se transforma em sentença. Em suma, por detrás de uma ‘cortina’ (grades que separam os corredores e galerias) não é possível, não é desejável para a conservação da vida, ‘ver em fluxo’.

Inevitavelmente, quando se aborda o cotidiano de prisões brasileiras, é possível descrever inúmeras iniciativas, como os agentes de pastoral carcerária, obreiros evangélicos e voluntários das mais diversas ordens. Porém, é quando se descreve as facções prisionais que encontramos polêmicas e divergências no campo das ciências sociais brasileiras sobre as perspectivas analíticas para descrever esses movimentos, coletivos ou organizações criminosas (BIONDI, 2010; DIAS, 2013; GODOI, 2014, 2015). No centro do debate está o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção prisional que surgiu no Estado de São Paulo como movimento de enfrentamento e resistência às opressões do sistema prisional. Esta pesquisa não propõe lidar com essa temática de modo central, porém, não é possível negligenciar esta questão, pois é público e notório que nos últimos anos as facções prisionais que atuam no Amazonas modificaram as relações de poder em determinados territórios e ruas nas cidades do Estado - mesmo se for considerado apenas o mundo do crime. Nesse meio, o sistema prisional amazonense também passou por mudanças consideráveis, na medida em que ocorreram lutas de eliminação pela pretendida hegemonia no poder entre o PCC – no Amazonas – e a Família do Norte (FDN) – esta última criada após compromissos assumidos entre um grupo de narcotraficantes locais. Foi no ano de 2013 que ficou conhecido o rompimento definitivo entre narcotraficantes amazonenses do PCC e da FDN, que passaram a empreender acirrada luta de eliminação e pelo monopólio da violência nas prisões e nas ruas, culminando na ascensão aberta da FDN no controle das unidades prisionais do Estado do Amazonas e com a quase eliminação das operações do PCC. Nesta pesquisa, as informações sobre essas disputas são baseadas em fontes controversas, e muito do que foi descrito aqui é baseado no que foi dito pela imprensa e, na medida em que se tornava público que estava surgindo uma nova ordem ou novo “sistema” no mundo do crime, de modo que, mesmo as informações iniciais que foram divulgadas pela imprensa foram desconstruídas. Esse novo “sistema” é equivalente, por exemplo, aos moldes de funcionamento, em outras partes do país, de facções prisionais como Comando Vermelho e PCC, com o estabelecimento de caixas coletivas, sofisticadas utilizações de tecnologias, assistência jurídica, mediações e negociações realizadas por lideranças, tribunais do crime, dentre outras. Por outro lado, acompanhamos o aparecimento no noticiário policial de novos movimentos, fluxos e a mudança dos discursos que visam explicar o mundo do crime, tornando cada vez mais frequente a utilização de “acerto de contas do tráfico de drogas”, para explicar e “resolver” inúmeras execuções e, de outro modo, criminalizar uma parcela da juventude que antes era chamada de “galerosa”.

Camila Dias (2013) descreveu a trajetória do PCC em São Paulo e como esta foi construída pela violência, opressões e repressão às outras facções prisionais, em busca do monopólio do poder e da violência no interior das unidades prisionais paulistas, representando uma nova regulação do cotidiano das unidades prisionais. Desse modo, a autora assume a atuação da facção prisional como uma figuração em contraposição ao Estado democrático de direito, pelo seu próprio conteúdo autoritário, subversivo e violento, que não pode e não é negligenciado nesta pesquisa.

De todo modo, esta pesquisa assumiu essas importantes contribuições, além de analisar as facções prisionais a partir das noções de *mobilização*, *movimento* e *acontecimento* definidas por Karina Biondi (2010) e Rafael Godoi (2014), assumindo conceitos analíticos para compreender os *eventos* emblemáticos que tiveram lugar no Amazonas.

Esse modo mais flexível de compreender essa temática se fez necessário, pois no decorrer da pesquisa de campo, ficou evidente que além da FDN dar inteligibilidade para novos compromissos assumidos, esta facção prisional foi responsável por dar vazão à população carcerária que assumia posições inaceitáveis no sistema prisional. Por exemplo, diversas mobilizações do PCC nos últimos anos foram consideradas como opressoras e oportunistas, além de ter sido considerada como uma organização alienígena, que buscou impor seu domínio, tornando alguns coletivos criminais locais como subordinados a São Paulo. Portanto, as facções prisionais nesta pesquisa, como temática secundária, são descritas e analisadas por suas mobilizações através dos compromissos assumidos pelos interesses de diversos coletivos criminais, em busca dos pretendidos monopólios de poder e de uso da violência. E além da mobilização para tornar a FDN uma facção prisional independente e autônoma, aos moldes do Comando Vermelho ou PCC, suas atividades deram sentido para as lutas da população carcerária em busca por melhores condições para se “puxar a cana sem bagunça”. Acusação atribuída ao PCC pelos coletivos da FDN, tornando esta temática controversa e com claros limites na presente pesquisa, porém, que não podem ser negligenciadas pelos protagonismos que foram assumidos em *eventos* emblemáticos que tiveram lugar nas unidades prisionais e nas lutas de eliminação nas ruas, que estão muito além do narcotráfico, e influenciaram de diferentes modos os agentes de segurança penitenciária, como será descrito no segundo e terceiro capítulo.

Em resumo, a seleção do tema se deu pela atualidade da questão em todo Brasil, no que se refere ao laborioso trabalho de compreensão dos problemas enfrentados pelo sistema prisional. O recorte deste trabalho representa significativo esforço de compreender a dinâmica do interior dos presídios de Manaus a partir do cotidiano dos agentes de segurança penitenciária. Inquietação que é estimulada por certa invisibilidade ou esquecimento em que esses profissionais se encontram, ou ainda a falta de reconhecimento – como dito pelos agentes de segurança penitenciária durante pesquisa de campo -, tendo em vista que o debate dominante é sobre as condições de reclusão dos presos e presas, ocorrendo reduzido debate sobre as condições de trabalho e expectativas dos agentes de segurança penitenciária. A principal dificuldade da pesquisa foi na coleta de dados oficiais sobre o Sistema Penitenciário Estadual, tendo em vista que as poucas informações disponíveis são desencontradas, conflitantes e não estão concentradas para ampla consulta, de modo que são plenamente possíveis divergências em dados oficiais apresentados durante os três capítulos, principalmente pela própria dinâmica de mudanças inesperadas que o Sistema Penitenciário Estadual do Estado do Amazonas atravessa. Porém, isto não invalida o interesse da pesquisa que esteve concentrado nas narrativas que foram acessadas, a partir de entrevistas e na aplicação de 35 questionários – estes apenas com agentes de disciplina/socialização -, processo exaustivamente descrito nos três capítulos, portanto, a partir dos discursos que foram registrados em provocações feitas pelos próprios interesses dos pesquisados em responder as perguntas do pesquisador. O uso de gravador de áudio foi utilizado apenas durante entrevista com três agentes penitenciários, e durante a aplicação de questionário, apenas foi utilizado “caderno de campo” para registrar os relatos e depoimentos. Nesse processo, em grande medida o anonimato dos pesquisados foi preservado, com exceção do presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Amazonas (SINSPEAM), cujas interlocuções também não tiveram registro digital de áudio. Por fim, outra parte do trabalho está entrelaçada como uma grande teia de relações e estruturas que orientam os próprios interesses analíticos do pesquisador.

**1. A pesquisa sociológica nas prisões brasileiras: um estudo sobre o Sistema
Penitenciário do Estado do Amazonas**

1.1. A prisão como mecanismo de defesa e exclusão social

A reclusão de pessoas é um antigo fenômeno de defesa social, mas é apenas no decorrer do século XVIII que as prisões assumem sua forma contemporânea como modelo generalizado de punição. Sua concepção esteve relacionada aos emergentes ideais humanistas que condenaram o banimento e o suplício pelo estabelecimento de novos saberes que punem de acordo com a racionalização dos discursos jurídicos em desenvolvimento. A sua íntima relação com conflitos sociais sempre a tornou objeto de interesse e debates que poderiam envolver o delírio do controle total - através de uma sociedade disciplinar. Nesse sentido, o presente capítulo inicia com um breve exame sobre algumas contribuições teóricas que identificam o desenvolvimento das modernas prisões e os impasses manifestados no seu interesse em intervir em conflitos sociais.

Em *Vigiar e Punir* (2009), Michel Foucault realizou a exposição sobre os dispositivos de poder e controle social baseando-se nos discursos, saberes e estratégias que operaram uma nova coesão social na modernidade, demonstrando como o poder disciplinar foi objeto de preocupação e fonte de fatores diversos, repetições e sobreposições, produzindo conhecimentos e saberes sobre novas formas de controle útil sobre pessoas em vastos territórios, revelando o sentido negativo da modernidade com o surgimento de uma sociedade disciplinar. Essa é uma questão que aparece em uma analogia aos detalhes, ou “pequenas coisas”. Tratou-se de refletir sobre uma nova economia dos corpos, tornando-os potencialmente úteis para o processo social e cabendo como resolução imediata de problemas relativos ao controle do comportamento das pessoas no convívio social, esquadriando economicamente o tempo, espaço e os corpos.

A passagem para a modernidade produziu novas tecnologias, formas, saberes e dispositivos de controle político. Foucault (2009) exemplifica essas mudanças na exposição do nivelamento das ações humanas através dos saberes jurídicos, relacionadas com uma nova investida sobre os corpos que deveriam ser disciplinados e dominados para operarem de modo a não atuarem contra a preservação da coesão social. A coerção disciplinar aparece ligada a um sentido positivo ao possibilitar estímulos de determinadas aptidões e técnicas, mas na dominação política encontra os efeitos negativos da separação política dos corpos sujeitados. Para Foucault (2009), tratava-se de equacionar potenciais perigos para a ordem social sem o uso da violência pública. A torna-se um símbolo último e evidente dessas novas tecnologias de controle social gestadas na formação da Europa moderna.

O corpo é descrito por Foucault (2009, p. 138) como uma unidade celular e uma unidade orgânica, sujeito às técnicas de sujeição e poder, que atuam como mecanismos de observação, registro e treinamento dos comportamentos. Desse modo,

Surge assim uma exigência nova a que a disciplina tem de atender: construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente. Essa exigência se traduz de várias maneiras.

A prisão é recuperada na modernidade e inovada como uma instituição positiva, comunicadora de marcações sociais e distinções simbólicas de hierarquização no campo social, apesar de continuar a ser um símbolo do despotismo e arbitrariedade. Alessandro De Giorgi (2006), em “A miséria governada através do sistema penal”, analisa a economia política e as formas de repressão da pena criminal, através da crítica aos discursos que a legitimam no campo ideológico e político burguês. Sob esse corte teórico, as prisões são descritas como um mecanismo de dominação e sujeição classista que exerce função de controle em meio às contradições da organização da produção capitalista e das disputas pelos meios materiais de existência. Ou seja, se formos pensar apenas a dominação que se manifesta através das prisões, os discursos das classes dominantes são articulados para que haja garantia do esvaziamento da crítica ao modelo de punição dominante (prisões), pois as contradições são condições supostamente inerentes e, até mesmo, naturais deste campo social em permanente crise e em processo de reestruturação, mas que deve lidar com os problemas práticos da divisão do trabalho e os perigos de classes que aspiram maior autonomia no campo social.

De Giorgi (2006, p. 45), para efeitos de análise, estabelece duas dimensões sobre a punição: a dimensão instrumental que, efetivamente, trata das funções econômicas e imediatas das prisões; e a dimensão simbólica, que a reproduz como modelo do idealismo de construção e reconstrução de subjetividades. Dessa forma, as prisões são inseridas no processo e experiência histórica das sociedades, relacionadas aos mecanismos de criminalização, marcando a entrada das inovações do crepúsculo da modernidade na economia da punição contemporânea. Inserindo seu livro neste contexto, De Giorgi enuncia que o papel desempenhado pela prisão diz respeito à sua transformação em uma

estratégia de poder positiva, como um modo de gerir a situação de miséria produzida pelas diferenças na aquisição de meios materiais de existência entre as classes sociais, objetivada como um problema a ser enfrentado e controlado. Essa foi uma questão importante na formação dos centros urbanos no século XVII e XVIII para o estabelecimento de distinções e definições do papel desempenhado pela formação de novas classes sociais, estabelecendo o contraste da miséria como palco para desvios de “moral”, e, ou espacialmente relacionada com o aumento de precárias condições sanitárias urbanas, posto que

Diante do espetáculo da mendicância, da pobreza e da dissolução moral oferecido pelos pobres na Europa entre os séculos XVII e XVIII, as estratégias do poder mudam lentamente, passando de uma função *negativa*, de destruição e eliminação física do desvio, a uma função *positiva*, de recuperação, disciplinamento e normalização dos diferentes. (GIORGI, 2006, p. 26)

Os diferentes poderiam ser definidos como os cidadãos que não se viam totalmente integrados na formação das sociedades modernas, profundamente marcadas pela diferenciação entre classes e heteronomia de classes subalternas. Dessa forma, é possível localizar historicamente a formação de novos inimigos sociais, marcando grupos sociais potencialmente perigosos para a hegemonia da classe burguesa. Assim, as prisões *espacializam* o encarceramento, a contenção de populações perigosas e marginalizadas nas cidades contemporâneas, em meio ao desenvolvimento urbano e industrial. Essas relações tiveram impactos significativos na formação da classe operária urbana, através da relação mercado de trabalho e prisões. Por exemplo, na formação da modernidade europeia e do processo de formação do Estado-nação, em “Cárcere e Fábrica”, Dário Melossi (2010) descreve as *work-houses*, ainda no século XV e XVI, como um possível e justificável destino das novas camadas urbanas, recém-formadas por *ex-camponeses*, agora desapropriados de suas terras, e que buscavam uma vida melhor nas cidades europeias, dando os passos iniciais para a revolução industrial e as profundas mudanças na divisão do trabalho social.

Melossi (2010) localiza a prisão histórica como um instrumento de dominação que age sobre as novas classes “perigosas”, representadas pelos *ex-camponeses* e operários separados dos meios de produção e com grandes dificuldades de integração na sociedade de classe. Em sua origem, as prisões “funcionaram” como espaços de sujeição relacionados com às necessidades políticas e econômicas do capitalismo e da luta de

classes, com duras condições para na prática marcarem a possibilidade de uma vida pior que os piores salários no mercado de trabalho. Assim, podemos compreender as prisões como mecanismos que atuam na defesa da sociedade dos atos considerados, ainda que conjunturalmente, como antissociais, mas que também produz saberes sobre a administração de populações. Ademais, os sistemas de controle e vigilância social devem ser compreendidos, na atualidade, em novas dimensões do que a questão da criminalidade.

Loïc Wacquant (2007; 2012), aponta uma série de contribuições teóricas que serão abordadas em linhas gerais de modo a apoiar os conceitos analíticos e de reflexão conceitual sobre as prisões contemporâneas. Para entender as razões que levaram a um aumento da preocupação com a segurança em sociedades pós-industriais no final do século XX, como uma repentina reação, “*um desvio e uma negação à generalização da insegurança social e mental produzida pela difusão do trabalho assalariado dessocializado* (WACQUANT, 2007, p. 15)”, o autor propõe compreender o fenômeno do encarceramento a partir do que chama de “virtudes teóricas” que são apresentadas pela tradição *materialista* (Karl Marx e Friedrich Engels) e *simbolista* (Émile Durkheim e Pierre Bourdieu), para acessar as cargas materiais e simbólicas

[...] na realidade histórica, as instituições e políticas penais podem levar e efetivamente levam adiante as duas tarefas ao mesmo tempo: elas atuam, simultaneamente, para impor categorias controvertidas de hierarquias e controle, num plano, e para comunicar normas e moldar representações coletivas e subjetividades, em outro. A prisão simboliza divisões materiais e materializa relações de poder simbólico; sua operação reúne desigualdade e identidade, funde dominação e significação, e conecta as paixões e os interesses que perpassam e agitam a sociedade. (WACQUANT, 2007, p. 15-16)

As prisões assumem novo protagonismo na cena política neoliberal⁶, com sua expansão criteriosa e direcionada para gerenciar as parcelas marginalizadas da população, que supostamente podem ser neutralizadas no encarceramento, sinalizando a gradativa renúncia da assistência social no enfrentamento de problemas sociais (WACQUANT,

⁶ “[...] O neoliberalismo é um *projeto político transnacional* que visa refazer o nexo entre mercado, estado e cidadania a partir de cima. Esse projeto é levado adiante por uma nova classe dirigente global em formação, composta pelos presidentes e executivos seniores de firmas transnacionais, políticos influentes, administradores estatais e altos funcionários de organizações multinacionais (como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a União Europeia), e especialistas técnico-culturais em suas áreas (destacando-se, entre eles, economistas, advogados e profissionais da área de comunicações com formação e pensamento similares nos diferentes países)” (WACQUANT, 2012, p. 31-32).

2007, p. 21). Por exemplo, especificamente, nos Estados Unidos, a expansão do encarceramento expressa uma técnica de governo de armazenamento de pessoas, contenção e gestão da pobreza. A moralidade autoritária simbolicamente direciona para determinados grupos sociais a violência estrutural como uma possibilidade da rotina, construídas previamente por representações negativas, distinta da realidade da parcela populacional mais integrada à rede de mercado⁷.

Contudo, com o advento do governo neoliberal da insegurança social, que junta o trabalho restritivo com a prisão expansiva, não são apenas as políticas do estado que não são liberais, mas *sua própria arquitetura*. Analisar o surgimento e o funcionamento da política punitiva da pobreza dos Estados Unidos após a dissolução da ordem fordista-keynesiana e a implosão do gueto negro revela que o neoliberalismo ocasiona, não o encolhimento do governo, mas a formação de um *estado-centauro*, liberal no topo e paternalista na base, que apresenta faces radicalmente diferentes nas duas extremidades da hierarquia social: um rosto simpático e gentil para as classes médias e alta, e uma cara medonha e carrancuda para classe baixa. (WACQUANT, 2012, p. 37)

Nesse sentido, a exposição da diminuição do Estado caritativo expõe a ascensão do Estado penal, examinado em seus signos e estratégias, para demonstrar o modo seletivo do aumento da penalização nos Estados Unidos mais relacionado com a insegurança social do que com a criminalidade. Loïc Wacquant (2007) sugere que é necessário superar explicações sobre a penalização da pobreza como uma conspiração de longa data ou uma necessidade abstrata que alimenta vontades sistêmicas que se devolveriam de qualquer maneira.

É no conceito de “campo burocrático”, cunhado por Pierre Bourdieu, que Wacquant (2012), em “Punir os Pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A

⁷ O termo pós-fordismo implica transformações nas relações de trabalho e no modo de produção, impulsionado pelo esgotamento do processo da relação de produção fordista. A fábrica desaparece como promotora do pleno emprego na metrópole pós-fordista, e as políticas *keynesianas*, também, entram em crise na medida em que aparecem novas forças políticas que promovem o discurso em defesa de uma menor intervenção pública na economia e de apoio à redução de gastos públicos. Loïc Wacquant busca analisar os impactos que essas novas dinâmicas apresentam para o controle social. De Giorgi, por sua vez, sustenta sua posição a partir da formação de uma nova força de trabalho flexível, móvel e nômade: a multidão. A multidão possui uma experiência de violenta negação de seus direitos de cidadania, geridas através de uma nova técnica de vigilância do *excesso* e razão de um regime de *governo do excesso* (GIORGI, 2006, p. 70). O conceito de multidão colocado à realidade produtiva, expressa a inexistência que se poderia ter em conceituar em um único rol a totalidade das forças de trabalho, sendo muito difícil encontrar apenas um modo de representar em sua totalidade, até mesmo na subjetividade presente: “[...] o conceito de multidão demonstra e supera a inadequação do conceito de classe, não tanto porque a classe operária tradicional perde hoje a própria centralidade produtiva, mas porque não é mais possível definir um lugar determinado de constituição da subjetividade do trabalho, de tornar extrínseca a sua produtividade e de expressão da sua conflitualidade, como era possível para a classe operária fordista” (*Ibidem*, 2006, p. 79).

onda punitiva]”, encontra os elementos para aprofundar sua reflexão sobre as cargas materiais e simbólicas do encarceramento. A teoria do campo social, define o campo burocrático como um espaço de relações objetivas no mundo social, composto por relações de forças, onde se disputam o uso dos capitais de bens públicos. É um espaço de lutas sobre as maneiras que se devem reproduzir as instituições no campo social, com ênfase nas políticas de reformas do mercado, ou nas políticas de proteção social para as categorias sociais desprovidas de capital econômico e cultural (WACQUANT, 2010, p. 15).

As pessoas incorporam em seus corpos as instituições, pois participam da história objetiva destas, de modo que atuam na reativação de seu sentido objetivo e com a condição de exercer revisões e transformações. E mesmo nas transformações ocorrem resistências. Os agentes mantêm as instituições em movimento, vivas, e realizam as lutas pela dominação no mundo prático (BOURDIEU, 2013). Nesse sentido, Wacquant (2007, p. 22) sinaliza o foco nas maneiras de governar populações e territórios problemáticos, e a dupla importância política dessas renovadas técnicas.

[...] São políticos, em primeiro lugar, na medida que resultam das lutas pelo poder travadas entre os agentes e as instituições no interior e em torno do campo burocrático, para moldar e eventualmente dirigir a administração de ‘pessoas problemáticas’ e estados coletivos problemáticos. Em segundo lugar, a mudança na dosagem e o objetivo da socialização, da medicalização e da penalização são políticas, uma vez que resultam de escolhas que têm a ver com a concepção que temos da vida comum.

A gestão da segurança pública nos Estados Unidos, analisada por Wacquant (2007), estava permeada nas últimas décadas do Século XX, por sua espetacularização midiática e burocrática. Para os governos tratava-se de tornar cada vez mais visível o combate à criminalidade e à delinquência, culminando com a constante exposição de estatísticas e ações em locais considerados problemáticos, com ganhos eleitorais para projetos políticos de poder de grupos ou indivíduos. Em última análise, para Wacquant (2007), a punição, a “tolerância zero”, fez emergir um novo Estado policial e punitivo, em detrimento do desmantelamento do “Estado de Bem-Estar social”⁸, com aumento das pressões políticas e morais, e a busca por adequação às reformas neoliberais.

⁸ O estado de Bem-estar social no Brasil ocorreu de modos diversos que em outros países, tendo apenas manifestado certas continuidades e adaptações para a realidade local. É necessário prudência ao relacionar conceitos e noções construídas na Europa ou Estados Unidos, por exemplo.

Esses fatores foram apontados como sintomas do fenômeno do encarceramento em massa registrado nos Estados Unidos, país promotor de forte pressão política internacional dos diversos modelos de governanças internacionais. O efeito perverso é o de combate à pobreza como manifestação clara do inimigo a ser combatido e criminalizado por uma nova gestão da miséria. Essa política estaria manifestada nas ações cada vez mais punitivas e repressoras, promovidas pela prioridade das missões policiais e judiciais do Estado. Wacquant (2012) salienta a articulação entre quatro lógicas institucionais necessárias no neoliberalismo:

- 1) A desregulamentação econômica;
- 2) Delegação, retratação e recomposição do estado do bem-estar;
- 3) Um aparato penal em expansão, invasivo e proativo;
- 4) A alegoria cultural da responsabilidade individual;

Para Wacquant, nos Estados Unidos, o surgimento de um Estado Penal possui relação mais com o declínio dos discursos e políticas sociais do que com a criminalidade. O trabalho social depende necessariamente da articulação com as novas políticas penais de invisibilidade de camadas da população que está em condições socialmente vulneráveis, sendo o disciplinamento penal uma forma de controle e seleção para um estado de trabalho disciplinar que coloca as parcelas pobres da população em um campo privilegiado de direcionamento de políticas de vigilância, repressão e categorização social. O sistema penal assume um novo e renovado protagonismo central como parte estruturante do Estado neoliberal, onde o discurso reabilitador das prisões é de fato neutralizado em seu efeito prático, pela gestão técnica da marginalidade, das classes perigosas - ou periféricas - das cidades.

Nesse campo, as renovadas políticas punitivas são estimuladas tanto por políticos conservadores, quanto pelos chamados “progressistas”. É parte de uma nova tendência neoliberal que pode ser abraçada tanto pela direita política quanto pelo centro e a esquerda, que longe de serem particulares apenas aos Estados Unidos ou Europa, possuem uma mobilidade mundial. Nesse sentido, o mito da “tolerância zero” significou mais um novo olhar sobre “velhos” problemas sociais do que a mudança de escala ou padrão da violência urbana, tomando a responsabilidade individual e a responsabilização da vítima uma nova centralidade atualmente. O ativismo penal do estado é permanente no neoliberalismo, podendo refletir sobre a reafirmação da soberania do Estado sobre os setores marginalizados, resultado do sucesso do emprego da política econômica e social:

A análise comparada da evolução da pena nos países avançados durante a década passada demonstra uma ligação estreita entre o sucesso do neoliberalismo como projeto ideológico e prática governamental que ordena a submissão ao ‘livre mercado’ e a celebração da ‘responsabilidade individual’ em todos os domínios, por um lado, e o desenvolvimento de políticas de segurança ativas e punitivas circunscritas à delinquência de rua e as categorias situadas às margens da nova ordem econômica e moral que ocorre sob o império conjunto do capital financeiro e do salário flexível, por outro. (WACQUANT, 2010, p. 198).

Foi observada a penalização do bem-estar social e uma “assistencialização” da prisão, que articulou uma diminuição dos mecanismos de assistência social e aumento dos dispositivos de punição e castigo - através das prisões -, marcando uma regulação dupla de caráter social e penal. As políticas assistenciais e penais são destinadas às camadas da população que são “precarizadas” no âmbito do trabalho e do acesso aos direitos:

A falta de atenção para com os pobres por parte da mão esquerda do estado contrapõe-se, com sucesso, a *dupla regulação da pobreza pela ação conjunta da assistência social transformada em trabalho social e de uma agressiva burocracia penal*. A cíclica alternância de contração e expansão da assistência pública é substituída pela contração contínua do bem-estar e pela expansão descontrolada do regime prisional. (WACQUANT, 2012, p. 17).

Vivenciamos hoje uma nova dinâmica da vigilância e segurança, mais complexa e virtual, que estrutura os instrumentos de controle que pouco têm a ver com o simples disciplinamento. Se considerarmos que essas dinâmicas se relacionam com técnicas renovadas de gestão da miséria, os altos índices de encarceramento revelam que as classes perigosas são supostamente sempre mais perigosas mesmo que, *a priori*, todas as pessoas devam ser consideradas perigosas. Para De Giorgi (2006, p. 28), o discurso do combate ao “inimigo” aparece reformulado:

Pobres, desempregados, mendigos, nômades e migrantes representam certamente as novas classes perigosas, ‘os condenados da metrópole’, contra quem se mobilizam os dispositivos de controle, mas agora são empregadas estratégias diferentes nesse confronto. Trata-se, antes de tudo, de individualizá-los e separá-los das ‘classes laboriosas’. Essa tarefa é, de fato, bastante simples numa metrópole produtiva, na qual a contínua precarização do trabalho, o emprego – que se torna cada vez mais flexível, incerto e transitório -, e a constante superposição entre economia ‘legal’ e economias submersas, informais e também ilegais, determinam uma progressiva solda entre trabalho e não-trabalho e entre classes laboriosas e classes perigosas, a ponta de tornar qualquer distinção praticamente impossível. Trata-se, pois, de neutralizar a ‘periculosidade’ das classes perigosas através de técnicas de *prevenção de risco*, que se articulam principalmente sob as formas de vigilância, segregação urbana e contenção carcerária.

Conforme elucidado por Loïc Wacquant (2010, p. 198), até mesmo setores da imprensa podem reproduzir “bagunças” sobre a criminalidade, imigração e pobreza que, aliadas às condições econômicas de livre mercado e *flexibilização* dos salários, acabam evocando a construção de sentimentos escusos sobre o *sentimento de insegurança* e a *insegurança*:

Essa confusão é criada para canalizar para a figura do delinquente de rua (de pele escura) a ansiedade difusa causada por uma série de transformações conexas: mudanças de salário, crise da família patriarcal e erosão das relações tradicionais de autoridade entre as categorias de idade e sexo, decomposição dos territórios tradicionais dos operários e intensificação da competição escolar como meio de acesso ao emprego. A severidade penal é, então, apresentada praticamente por todo lado e por todos como uma necessidade saudável, um reflexo indispensável de autodefesa do corpo social ameaçado pela gangrena da criminalidade, qualquer que seja sua gravidade. [...]

De certo modo, a vigilância e a segurança cada vez mais dizem respeito ao cotidiano das pessoas e não apenas a um assunto da esfera estatal. Por conta do cotidiano, as pessoas acabam tornando-se mais conscientes ao processo da vigilância, que ultrapassa os muros das prisões. No Brasil, é comum na faixa de horário do almoço comercial, a exibição de programas policiais que tomam a tragédia social como um espetáculo dramático, reforçando através da cena policial diversas desigualdades e preconceitos sociais. Mas a operação da vigilância e segurança possui maior capilaridade, e aparece presente até mesmo por meio de empresas que direcionam o consumo e o mercado, através de pesquisas realizadas por meio de palavras-chave do usuário de internet. Basta acessar as “pegadas” online de um usuário de internet para o Estado tomar conhecimento de seus interesses e desejos. A própria cidade, com sua arquitetura, se torna um regime de práticas de controles, e não apenas palco de práticas disciplinares, ocorrendo uma obsessão pelo controle. Conforme proposto por De Giogi (2006, p.104):

A metrópole pós-fordista isola, no seu interior, espaços de reclusão que desarticulam violentamente as multidões, reproduzindo uma separação artificial entre aquilo que definimos como *excesso negativo* e *excesso positivo*, diferenciando seletivamente as possibilidades de movimento e interação: ‘É assim criada uma escola social, mensurável de acordo com a capacidade de acesso aos lugares simbolicamente e/ou economicamente valorizados’. A cidade abstém-se definitivamente de envergar as vestes do ‘espaço público’ para transformar-se num aparato de captura e vigilância de populações observáveis à distância. O controle se materializa numa arquitetura que não regula o encontro, mas o *impede*, não governa a interação, mas *cria obstáculos* a ela, não disciplina as presenças, mas as torna *invisíveis*. Barreiras simbólicas e fronteiras materiais produzem assim exclusão e inclusão.

A sociedade pós-disciplinar⁹ não elimina a resistência, mas trata de esconder e torná-la invisível. Mesmo nas cidades mais vigiadas do mundo, existe o risco de se ter acesso a conteúdo subversivos. O inimigo social se transforma em uma categoria virtual e transcendente que faz emergir o modo peculiar do Estado penal que, por sua vez, relaciona a punição vingativa aos mecanismos de controle penal que cultivam essa ideia de um inimigo que merece ser punido a qualquer custo (GIORGI, 2006, p. 112). É colocada em prática a prevenção do risco através da neutralização da periculosidade, sendo observada como um grande processo de contenção, que recusa o disciplinamento como principal forma de integração da força de trabalho. Mas tudo isso ocorre em zonas periféricas nas grandes cidades, onde se leva a cabo uma separação espacial das chamadas populações “excedentes”, que se situam em termos marginais no processo produtivo da força de trabalho, seja a nível local ou global:

Falamos aqui de uma morte que se concretiza na violência institucional dos dispositivos de controle que sustentam o domínio capitalista, de uma morte que incide sobre a existência afetiva, social e econômica dos indivíduos e que se apresenta como limitação das expectativas subjetivas, como expropriação de possibilidades, como negação do direito de circular livremente. Antes de ainda mais do que da morte *biológica*, falamos da morte como experiência *biográfica* da força de trabalho contemporânea, que se materializa na biografia dos migrantes que morrem nos confins da fortaleza europeia, na tentativa de exercitar um ‘direito de fuga’ negado, nas biografias dos dois milhões de prisioneiros encerrados no *gulag* americano ou nas daqueles para quem o horizonte de vida tende a coincidir com a fronteira de um gueto. (GIORGI, 2006, p. 27)

Nos Estados Unidos foi possível perceber com maior clareza as mudanças na relação entre vigilância e segurança. Desde os aeroportos mais seguros, com equipamentos e tecnologias capazes de realizar verdadeiras varreduras nas redes de computadores dos maiores servidores de empresas de tecnologia do mundo. O Ato Patriótico pode ser observado como um ponto importante na perda de direitos fundamentais para a reprodução da liberdade individual. Nesse sentido, as liberdades são relativizadas pelo surgimento de um inimigo sem rosto, em potencial, que pode

⁹ Para De Giorgi, a sociedade pós-disciplinar, pode ser definida como uma fase em que se pauta a superação do que visivelmente “era”, mas ainda “é”. O “pós” significa o que virá a “ser”, mas não se deixou totalmente de ser o que “é” hoje, parte constituinte de um processo de transição. Apesar de novas tendências, certas formas tradicionais ainda desempenham papel significativo no controle social: polícia, tribunal e cárcere (GIORGI, 2006, p. 83).

aparecer a qualquer momento, seja portando uma arma ou uma bomba escondida, validando as práticas discursivas de perdas de direitos, ou de uma vigilância infinita e consentida de defesa da sociedade. Assim, somente taxas de encarceramento não traduzem a dinâmica contemporânea do sistema de controle social, pois também é necessário observar as formas de produção simbólica de subjetividades, as manifestações que não se limitam ao cárcere como forma de controle, mas que se apresentam cada vez mais imperativas diante o cotidiano “globalizado”.

1.2. A negociação como chave simbólica do sistema prisional brasileiro ¹⁰

A figura infame do carrasco desaparece para dar lugar à figura do carcereiro, a pessoa responsável por operar a disciplina e vigiar os reclusos. As prisões são lugares relacionados à exclusão social e, historicamente, os próprios carcereiros foram associados à imagem da repressão. Portanto, são espaços que expressam as contradições sociais da sociedade que a agita e a organiza.

Há pelo menos 30 anos, pesquisadores das ciências sociais entram nas prisões brasileiras com maior frequência e colocam em um novo patamar a pesquisa em instituições fechadas. É possível observar os argumentos apresentados no tópico anterior como uma demonstração de como a questão das prisões, em seus efeitos múltiplos (econômicos, jurídicos, sociais e culturais) é amplamente debatida por teóricos e pesquisadores de diversos matizes epistemológicos e políticos.

É lugar comum no Brasil citarmos o pioneiro trabalho *Mundo do Crime: a ordem pelo avesso*, de José Ricardo Ramalho (1979), como uma significativa e importante pesquisa, por sua riqueza descritiva, e demonstrar as particularidades da pesquisa em prisões, através das descritas experiências de campo. Considerando este trabalho como uma grande e original possibilidade de pesquisa em prisões, sem dúvida essa é uma das marcas que atravessa toda a contribuição de cientistas sociais brasileiros na pesquisa em prisões, ou seja, na ênfase manifestada nas descrições a partir das experiências pessoais dos pesquisadores em campo, e no que este campo pode trazer de dilemas e dificuldades para o candidato a pesquisador. As dificuldades parecerem ser uma palavra de ordem constante quando falamos em prisões, e até mesmo a segurança do pesquisador é vista com grande destaque e preocupação.

¹⁰ A partir deste momento a primeira pessoa será utilizada livremente para expressar minhas experiências pessoais na pesquisa de campo. Em momentos oportunos será utilizada a terceira pessoa.

As prisões do sudeste brasileiro, diferentemente das prisões amazonenses, são grandes protagonistas de grande parte das pesquisas amplamente divulgadas no País, e não deixaram de ser palco do exame rigoroso de nossos colegas pesquisadores que, a todo o momento, publicam trabalhos com novos olhares e realizam enfrentamentos teóricos sobre questões importantes que são divulgadas nas pesquisas. Esse pode ser uma das mais importantes contribuições da produção científica brasileira nesta área, que não se furta em enfrentar as problemáticas das prisões com diferentes ângulos e de acordo com os dilemas de cada momento¹¹.

No artigo intitulado *Sistema Penitenciário no Brasil* (1991a), o sociólogo Sergio Adorno demonstra que as prisões podem ser analisadas em uma dupla dimensão. A primeira diz respeito à dimensão formal, como intenção do poder público com as políticas públicas penais. A segunda faz referência a sua dimensão informal e de como essas políticas públicas operam na prática quando estimuladas pelas interações comunicativas entre agentes envolvidos no cotidiano das instituições penais. Para avançar nesse argumento, a presente pesquisa toma a contribuição descrita no artigo *A Violência Simbólica e a Prisão Contemporânea*, de Miriam Krenzinger A. Guindani (2001, p. 101), que orienta uma perspectiva da ação social e do significado cultural como uma possibilidade de análise que compreende a prisão como lugar que *faz coisas*, e também como uma organização geradora de significados, portanto, como um lugar que *diz coisas*¹².

¹¹ O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) é responsável por levantar uma série de discussões sobre as condições das prisões de São Paulo e suas relações com na construção do Estado democrático de Direito, significando importantes contribuições para a realização de pesquisas que privilegiam o protagonismo dos pesquisadores e de seus interlocutores nas descrições. Nesse sentido, podemos destacar os trabalhos de Sergio Adorno (1991a; 1991b), Camila Dias (2013) e Fernando Salla, que lidam com reflexões sociológicas sobre as diversas temáticas que envolvem as prisões como rebeliões, agentes penitenciários, segurança pública, organizações e facções do crime, para citar alguns dos temas abordados em suas pesquisas. Outras importantes contribuições podem ser encontradas nos trabalhos de Kamila Biondi (2010), que realiza uma importante discussão sobre as relações de poder na pesquisa em prisões, bem como nos trabalhos de Rafael Godoi (2015) e Antônio Rafael (2005), para citar outros exemplos. Podemos acompanhar também novas publicações temáticas que organizam trabalhos sobre prisões e punição no Brasil. Para citar alguns: *Prisões em uma abordagem interdisciplinar* (2012); *Prisões e punição: no Brasil contemporâneo* (2013); *Tempo Social: Dossiê – Sociologia da punição e das prisões* (2013).

¹² Essa perspectiva é assumida na presente pesquisa com o objetivo de interpretar os diversos relatos e conversações, realizados com agentes de segurança penitenciária, que destacaram diferentes aspectos das representações sociais do cotidiano da profissão, assumindo uma perspectiva sociológica compreensiva. A aparente simplicidade das coisas cotidianas revelou uma enorme riqueza sobre a complexidade da vida social e seus efeitos na vida das pessoas envolvidas na pesquisa. As cenas do cotidiano podem ser consideradas como um importante meio de acessar diferentes realidades sociais e interpretar a vida prática.

Em uma aproximação com as acepções de Geertz (2013), o presente trabalho assume a descrição e o relato etnográfico como importantes ferramentas na interpretação dos significados, para salientar os aspectos da estrutura dos significados e seus efeitos sobre a experiência social. Essa não é uma posição que destitui a presença do pesquisador, cujas impressões pessoais são consideradas no conjunto da pesquisa de campo e da posterior, escrita. De todo modo, os significados das representações sociais são relevantes por organizarem os esquemas de classificação dos agentes de segurança penitenciária, servindo ao interesse principal da pesquisa de salientar algumas das motivações, estratégias, dilemas e lutas por reconhecimento e acesso à justiça, que permeiam a categoria, ainda que considerada a sua complexidade e diversidade na atualidade. O momento do relato é uma forma do interlocutor se posicionar, recontar e de algum modo reviver acontecimentos e eventos que marcam sua trajetória de vida, mesmo que essa experiência seja através de memórias relatadas para o pesquisador.

Compreender as prisões brasileiras como lugares em que a comunicação assume um papel fundamental - em outros termos - é dizer que, nas prisões brasileiras, a sua complexa realidade social está para além das questões normativas, e a comunicação, que é configurada no dia a dia, é realizada em torno de acordos e compromissos, permeados por diferentes tipos de negociações. Talvez essa seja uma das grandes questões em que os pesquisadores brasileiros insistem em dizer que a pesquisa em prisões se configura como um longo ato de negociar sua realização formal e até mesmo informal. A simplicidade dessa afirmação parece estar no campo do que é óbvio para qualquer tipo de pesquisa, porém, sua complexidade está exatamente nas particularidades dos ambientes prisionais, uma vez que um dos primeiros problemas é negociar as possibilidades de “entrar no campo” (entrar nas prisões), que notoriamente faz parte de um reconhecido espaço carregado de relações de desconfianças entre os que ali convivem no cotidiano (ADORNO, 1991b; FILHO, 2006).

A ideia de negociar possui um significado importante para ambientes prisionais, exatamente por ser uma das chaves que permitem movimentos com efeitos práticos e simbólicos, e que no exercício da pesquisa não exclui repercussões positivas e negativas para o pesquisador. Em *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*, de Camila Dias (2013), ao examinar as etapas da construção da pesquisa de campo no sistema penitenciário do Estado de São Paulo, a autora discute como a questão de gênero é uma problemática que sempre deve ser considerada e como essas relações são

permeados por posicionamentos que visam demarcar as linhas transitórias do poder. Neste trabalho, ainda é possível encontrar uma importante reflexão que cabe de modo muito preciso para qualquer sistema penitenciário no Brasil, pois trata do desafiador e delicado processo de construção do campo, situando a responsabilidade que o pesquisador possui na construção metodológica de caminhos possíveis e alternativos, bem como o dever do pesquisador não ser papel ativo na reprodução de opressões e de violência simbólica.

Por exemplo, a permissão de entrada em uma instituição fechada, pode eventualmente ser negada/revogada se for determinado que possam ocorrer eventuais riscos graves para a segurança do pesquisador e para a manutenção dos acordos que estabelecem a ordem prisional, sendo fundamental considerar os fatores políticos e sociais que envolvem o controle dessa ordem. É provável que a administração penitenciária possa, eventualmente, interromper a pesquisa nas unidades prisionais, mesmo de modo unilateral, se for visualizado qualquer tipo de risco (DIAS, 2013). Naquele caso o fato de ser mulher também a colocou em situações em que tinha de lidar com o assédio sexual e o julgamento misógino que sua condição de mulher estaria associada a uma possível fragilidade, o que é amplamente rebatido pela própria pesquisadora em sua postura incisiva em orientar uma persistência e vigilância epistemológica bastante criteriosa. Ademais, momentos de negociações podem ser oportunidades em que as relações de poder aparecem com maior clareza e a posição do pesquisador deve excluir quaisquer efeitos de violência simbólica.

Nesse ponto, é possível adiantar uma experiência que eu mesmo tive a oportunidade de vivenciar em uma entrevista – ainda que esta experiência tenha sido tomada através da memória de meu interlocutor. Durante uma entrevista realizada em uma unidade prisional, em julho de 2014, um agente penitenciário falava sobre situações em que foi retido como refém em meio a rebeliões. A entrevista foi iniciada com um longo discurso feito pelo interlocutor em que buscava demonstrar os seus meios para sobreviver às adversidades no sistema penitenciário. Desse modo, foi definido que seu “sucesso” profissional estava em lidar com os presos com “humanidade, pois ainda são humanos, mesmos presos”. Para ele, bastava que pequenos gestos, como o de sempre falar ou se referir ao preso como “filho de Deus”, perguntar como tinha sido a audiência no Fórum e pequenos gestos de conforto, poderiam ser o diferencial para uma pessoa sobreviver nos seus 17 anos de serviço como agente penitenciário. Na sua visão, era

fundamental o distanciamento entre agente e presos, pois em suas palavras “são dois mundos que não se misturam”, mais também a aproximação era necessária para garantir que as boas relações não resultem em situações extremas de violência ou perigos diversos¹³.

A entrevista prosseguiu com uma questão que, para mim, parecia crucial, sobre as rebeliões que abalam duramente as pessoas envolvidas e produzem cenas chocantes e inesquecíveis, registradas pela imprensa local. Com tantos anos de serviço, era lógico que aquele profissional já teria acompanhado pelo menos uma em seu horário de serviço. Apesar de ter esperado um número bem maior, foi quase sem surpresa para mim que ele respondeu que tinha passado por duas rebeliões. Em toda a parte inicial da entrevista o agente demonstrou grande tranquilidade e uma cordialidade muito grande, o que me deixou também muito tranquilo e em um clima com o menor tipo de tensão possível. Só que a situação iria mudar muito com a pergunta sobre rebeliões, que são os momentos em que as negociações do cotidiano das cadeias são rompidas por medidas drásticas e com algum grau de violência. É o momento em que a palavra perde força por alguns minutos e a violência pode ser uma mediação possível para os conflitos, ainda que a palavra possa ser retomada para negociar a resolução da rebelião, que não possui um status de longa duração, mas busca-se sua resolução rápida. Ao falar das duas vezes em que tinha presenciado rebeliões, sendo nas duas ocasiões tomado como refém dos presos rebelados, de modo muito emocionado, aquele homem com aparência tranquila e cordial, desabou diante de mim e começou a chorar dizendo que falava sobre memórias de “coisas vivas”, ou seja, as situações extremas da rotina da profissão em que negociar é uma chave muito importante para lidar com eventos perigosos.

Naquelas duas situações em que se viu impedido de deixar os pavilhões de presos, o interlocutor descreveu que sua sensação era de um dia comum de trabalho e que “apenas não podia sair dali de onde os presos estavam”. Estando cercado por cem ou duzentos presos, para o agente restava apenas esperar e seguir com a ajuda dos xerifes que destacavam que ninguém deveria molestá-lo, pois tratava-se de um agente respeitado e que nada devia a eles. E assim, o agente descreve que sua sobrevivência estava nas mãos de outros negociadores, os presos com mais prestígio na massa carcerária, que negociavam sua segurança no momento da rebelião, e que mesmo sua segurança pessoal

¹³ A trajetória e falas deste agente penitenciário serão detalhadas no último capítulo.

era garantida por dezenas de presos que o acompanhavam. Interessante ressaltar que, mesmo sem sofrer qualquer tipo de violência física, a gravidade da violência psicológica possuía um grande efeito no momento em que rememorava esses acontecimentos e, mesmo diante de minha insistência em adiar a conclusão da entrevista, o agente insistiu ainda mais para que a entrevista fosse concluída naquele momento.

É possível afirmar que nessa pesquisa, a constante negociação é uma chave fundamental dentro do sistema prisional. Essa recomendação não se aplica apenas para as pessoas que trabalham ou estão encarcerados no “sistema”, mas podemos encará-la como uma habilidade de negociar caminhos, abrir concessões e compromissos, atravessar fronteiras e/ou cruzar linhas. A intenção de tomar nota dos discursos das pessoas que trabalham nas prisões amazonenses teve como objetivo percorrer as diferentes narrativas, falas e “não-ditos”, sobre as diferentes sociabilidades experimentadas pelos agentes de segurança penitenciária. A experiência social em uma cidade como Manaus é influenciada pelos movimentos que ocorrem em suas prisões. Exatamente por conter esses elementos que a pesquisa busca compreender os modos em que a realidade social é interpretada pelas intensas situações de violência, nas suas particularidades, como estratégias de sobrevivência e de solidariedade.

A construção da pesquisa de campo relevou de modo surpreendente que não apenas é fundamental a acuidade no “arranjo” teórico-metodológico, mas certo preparo e disposição do pesquisador para lidar com eventuais impactos gerados pelas situações conflitantes da realidade social investigada. O pesquisador pode ser confrontado com situações de insegurança e constrangimentos. Essas situações são vivenciadas também pelos interlocutores, na medida em que são ativadas suas memórias sobre as situações que são narradas no momento das entrevistas e conversas. Cabe ao pesquisador estar atento aos fatores que podem oprimir ou criar situações constrangedoras para si, ou para os interlocutores.

É possível demarcar que a pesquisa social com agentes prisionais envolve questões que a diferencia da pesquisa social com presos, pois esses são interlocutores que estão inseridos em contextos diferenciados, ainda que na aparência possam ser próximos, existem diferenciações fundamentais: um está preso e outro está no serviço. A negociação da divisão de poder no interior dos presídios, como exemplo, entre agentes e presos, faz parte de um cotidiano que não é acessível para a sociedade em geral - ainda que enraizada

no senso comum. Existe um novo cenário de relações de força nas cadeias, não sendo apenas o crime organizado a única explicação, que coloca os limites da realização de pesquisa apenas considerando os aspectos legais da punição e da normatização.

Nesse sentido, o pesquisador deve ter como horizonte o fato de que recorrentemente a Lei de Execuções Penais, até mesmo o Código de Processo Penal, é esvaziada “em favor de ‘urgências’, de ‘necessidades’ nem sempre tornadas claras o suficiente, mas com certeza que corroem qualquer sistema de garantia de direitos” (SALLA, 2013, p. 23). O déficit de agentes de segurança e policiais militares, em exercício, tende a ser visto como facilitador de desvios dentro das unidades prisionais. Além da falta de condições adequadas e recursos para gerir o sistema prisional, a corrupção é representada como um dado que pode facilitar delitos de presos. A prisão aparece, aqui, como um complexo campo social, onde a linha tênue entre legalidade e ilegalidade, é construída de modo que a rotina é reproduzida de acordo com a constante transposição dessas linhas pelos agentes sociais envolvidos na trama da prisão.

A ordem nas unidades prisionais está exposta como sendo um ponto de inflexão entre o Estado e a organização de presos em coletivos, gangues prisionais e movimentos do crime, colocam em disputa permanente o controle e organização da vida prisional. Fica claro que, considerando essas questões, cruzaremos diversas linhas e fronteiras de moralidades distintas, que são relevantes para o exercício da pesquisa. Sem dúvida, encarando de modo relacional o estado, podemos considerar como válido a orientação de que este é, também, um promotor de certos tipos de territórios e zonas, onde as noções de crime e violência são relativizadas e significadas como normais, como parte de um dia a dia em suas margens. Isso não quer dizer que estamos defendendo o estado como o criador, por excelência, de movimentos do crime. Mas em sua estrutura *precarizada*, podemos encontrar interações que relevam territórios que se não são insurgentes, pelo menos são dotados de alguma capacidade política e de mobilização transitória ou permanente. Apesar dos agentes penitenciários possuírem atribuições bem definidas, é preciso compreender que cada unidade prisional pode relevar formas diferentes de lidar com a complexidade de elementos que envolvem as prisões. Para o pesquisador é necessário compreender que, além de ter de negociar com esses complexos elementos na “mesa”, é fundamental negociar consigo mesmo os caminhos que tornam possível a pesquisa em sociologia das prisões.

1.3. Os passos de entrada no Sistema Penitenciário Estadual do Amazonas

A escassez de informações sistematizadas sobre o sistema prisional amazonense requer uma combinação de diversos esquemas de coleta de informações como passo inicial para entrar nas prisões amazonenses. As informações coletadas e divulgadas frequentemente pela imprensa local trouxeram com significativa riqueza os eventos difíceis, mobilizadores e inesperados no Sistema Penitenciário do Amazonas, configurando-as como fontes iniciais e permanentes de pesquisa. Nas diversas reportagens é possível tomar nota sobre os dilemas da profissão de agente de segurança penitenciária, e refletir sobre o trabalho no sistema prisional amazonense como uma extensão fiel do sistema penitenciário brasileiro, um retrato de suas mazelas generalizadas. No limite, as informações tomadas a partir da imprensa dizem respeito, quase em sua totalidade, a conteúdos que falam sobre as querelas em que vive o sistema penitenciário, excluindo a riqueza da experiência social e de como os diversos agentes sociais percebem e se referenciam sobre o cotidiano de suas ações no sistema penitenciário.

Deve-se ressaltar que a pesquisa com fontes nos meios de comunicação, foi pensada de forma que fosse possível apoiar a análise crítica das informações, tendo como horizonte o entendimento de que estão passíveis de representarem interesses de mercado. Através do acompanhamento de notícias da imprensa, foi possível esboçar algumas “imagens” sobre a situação geral do sistema prisional no Amazonas. A utilização de notícias veiculadas pelos meios de comunicação social, também foram necessárias para o estabelecimento de informações, que auxiliaram a construção de difusas “imagens” e fragmentos do sistema prisional amazonense. Reportagens jornalísticas da imprensa, quando objeto de análise sociológica, assumem importante “ponte” para o conhecimento que torna possível a realização efetiva da pesquisa de campo, pautando-se principalmente em permitir uma reflexão pessoal e informal da parte do pesquisador.

É uma recomendação importante para a pesquisa de campo em prisões, se forem consideradas como ambientes que possuem uma grande complexidade manifestada por suas diferentes fronteiras e linhas tênues, que são atravessadas e rearranjadas a cada movimento das pessoas e ideias. Essa reflexão inicial não excluiu, em momento algum, a consideração de que apesar da riqueza de situações não perigosas, muitos eventos são experimentados pelas adversidades e mobilizações, por vezes, violentas, e que no limite dizem respeito aos desafios da profissão de agente de segurança penitenciária. Portanto,

muitas vezes, é recomendável a preservação do anonimato de determinados interlocutores.

Essa exigência também esteve presente no esforço em não citar nominalmente as unidades prisionais que foram locais da pesquisa de campo de pesquisa – esforço que nem sempre foi possível pela particularidade de cada uma das unidades que acabam por serem emblemáticas, como é o caso da Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa. Essas recomendações demonstraram-se fundamentais e serviram como um ponto de distensão no momento das conversações e entrevistas, pois muitas pessoas privilegiam esses momentos como o de “falar sem medo” de consequências negativas. Mesmo assim, ainda fui tomado de surpresa por muitas pessoas que argumentavam que diante do quadro difícil do sistema, não caberia o anonimato para falar sobre o trabalho.

O período inicial da pesquisa pode ser demarcado nos anos de 2012 e 2013, estes que ficariam marcados para o estado do Amazonas como um momento de tensões na gestão do sistema prisional. Além de rebeliões com sequestro de agentes de disciplina/socialização, demonstrações de quebra da ordem penitenciária, mortos e feridos, ocorreu, em 2013, a maior fuga em massa da história do sistema penitenciário brasileiro, com mais de 172 presos, que lograram sucesso na fuga do Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT), marcando uma disputa sobre a instalação de bloqueadores de celulares, entre o aparato de segurança e detentos, que reivindicam ser parte do Primeiro Comando da Capital (PCC). Este presídio, segundo consta no cadastro de estabelecimentos penais do site do Ministério da Justiça, possui o regime de Segurança Máxima.

Naquele momento ocorriam apelos para o enfrentamento público do aumento concreto de tensões nas penitenciárias do estado, agravado nos últimos anos, como exemplo citado, pela falta de concurso público para agente penitenciário, superlotação das unidades prisionais e execução de programas de policiamento comunitário. Tanto presos quanto servidores públicos de diferentes agências mobilizaram a esfera pública. Com o aumento significativo de rebeliões, também ocorreram novos casos onde o agente de segurança penitenciária é retido como refém¹⁴, situação que resulta em manifestações do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Amazonas (SINSPEAM), e da

¹⁴ No dia 19 de fevereiro de 2013, três agentes penitenciários foram mantidos reféns, durante rebelião na Unidade Prisional do Puraquequara, por presos que exigiam transferência para outras unidades. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-ISGqmQKgR8>. Acessado em: 23 de Maio de 2013.

Associação dos Agentes Penitenciários Terceirizados de Manaus, demonstrando que existe uma ampla movimentação em torno do sistema prisional, que de fato apresentou mudanças, também relevantes, na última década. Essas considerações, sem dúvida, provocam amplas possibilidades de pesquisa em vistas de dar conta das mudanças e continuidades na questão prisional no Amazonas.

Em reportagem veiculada pelo *Portal A Crítica*¹⁵, no dia 09 de março de 2012, o presidente do SINSPEAM, Antônio Jorge de Albuquerque, denunciou o adoecimento da categoria devido a jornadas de trabalhos extensas e condições precárias de trabalho. Um dos motivos para a atual crise no sistema, segundo o dirigente, seria a falta de concurso público para renovar a categoria e garantir o mínimo de 45 agentes por unidade prisional. O SINSPEAM, em notícia veiculada pelo portal G1, no dia 27 de dezembro de 2012, na figura de seu presidente, em caráter de denúncia, reportou que existem 78 agentes penitenciários atuando nas 18 unidades prisionais do estado, contabilizando uma proporção de um agente para aproximadamente 84 presos em 2012¹⁶. Ademais, também argumentou que os agentes são submetidos a ameaças dos presos e muitos optam por fazer apenas o essencial para evitar choques.

Foram essas considerações iniciais que nortearam a articulação de estratégias que tornaram possível o constante processo de negociação de entrada em instituições fechadas e com restrito acesso de pessoas. As primeiras negociações para a pesquisa de campo tiveram lugar na emblemática Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa (CPDRVP), localizada na Avenida Sete de Setembro, bairro do Centro de Manaus¹⁷. Foi o passo inicial para o objetivo de descobrir os meios e critérios para a realização da pesquisa no Sistema Penitenciário Estadual do Amazonas para, nesse sentido, superar a falta de informações sobre as possibilidades de entrada e saída de pesquisadores nas unidades prisionais locais. Ainda em outubro de 2012, realizei quatro incursões à Cadeia Pública depois de entrar em contato com a direção da referida unidade. Essas primeiras tentativas de “negociar” a entrada na Cadeia Pública marcaram o início

¹⁵ Portal Acrítica. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/Agentes-penitenciarios-Amazonas-sofrendo-sobrecarga_0_660533941.html. Acessado em: 21 de Out. de 2012.

¹⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/12/am-tem-um-agente-penitenciario-para-cada-grupo-de-cerca-de-84-presos.html>. Acessado em: 10 de Jan. 2013

¹⁷ Naquele momento o sistema prisional do Amazonas estava passando por uma grave crise manifestada por sucessivas rebeliões de presos em diferentes estabelecimentos penais, sendo a Cadeia Pública um foco potencial de rebeliões nas alas masculinas e femininas – situação que continuou durante o ano de 2013. Apesar disso, naquele ano não estava clara a dimensão da complexidade de problemas que ainda pareciam desconexos, e ganharam significativo com eventos ocorridos em 2013 e 2014 que serão expostos no decorrer do trabalho.

da observação de campo, permitindo traçar os caminhos para a investigação sobre o sistema prisional¹⁸.

Inaugurada em 1907, no estilo *art nouveau* característico da *Belle Époque* amazonense, a Cadeia Pública está em um lugar de fácil acesso no perímetro urbano, localizada em uma avenida que possui relativa circulação de ônibus e carros, bem como rodeada por escolas, moradias e estabelecimentos comerciais. Além disso, está situada em uma região que passou por uma recente valorização econômica por meio de novos equipamentos urbanos de lazer e consumo. É um interessante contraste que a Cadeia Pública oferece ao passante, funcionando como um alerta para os perigos da vida urbana, como um não lugar, em contraste direto com as mudanças ocorridas em seus arredores. A degradação estrutural do complexo prisional, observável do lado de fora, anuncia sem grandes constrangimentos que tudo ali funciona de modo precário, reforçando o imaginário do sistema prisional: superlotação, quadro insuficiente de profissionais especializados, precárias condições estruturais e corriqueiras ações ilícitas e ilegais¹⁹.

Na primeira incursão “presencial” à Cadeia Pública, foi o momento privilegiado de conhecer efetivamente os caminhos para a realização de pesquisa em instituições fechadas. Por estar em uma área de fácil acesso, via transporte público, peguei um ônibus ainda no bairro em que moro, na Zona Leste da cidade, e descí, depois de uma tranquila viagem, em uma parada de ônibus que fica do outro lado da rua, em frente à sede do Instituto Federal Tecnológico do Amazonas (IFAM), para então atravessar a rua que corta a Avenida Sete de Setembro, que dá acesso ao perímetro da Cadeia Pública. No momento em que se atravessa a avenida, já é possível observar as grades que separam a rua do pequeno estacionamento (usado por funcionários e carros em missões oficiais) e prédio administrativo, bem como a guarita que controla a circulação de pessoas, carros e

¹⁸ Diferentemente de outras regiões do País, no Amazonas as pesquisas em prisões parecem estar em estágio inicial dada a enorme dificuldade de tomar conhecimento de pesquisas, ou de grupos de pesquisa que lidam com os temas de interesse das ciências sociais nos ambientes prisionais.

¹⁹ É amplamente reconhecida a urgência para a desativação desta unidade. Os resultados apresentados pelos mutirões carcerários, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relevam que a Cadeia Pública acaba por funcionar também como uma penitenciária, na medida em que internos podem esperar anos pelos julgamentos. O desacordo com a Lei de Execução Penal (1984), que, em seu artigo 90, recomenda que a “penitenciária de homens será construída em local afastado do centro urbano a distância que não restrinja a visitação” (BRASIL, 1984, p. 12), parece ser apenas mais um dos problemas em um lugar em que quase tudo parece estar em desacordo com a legislação. Por diversos fatores que são informados pelas graves denúncias e mobilizações em torno de sua questão, sem dúvida, a Cadeia Pública ainda é parte da situação paradoxal em que funciona o sistema prisional do Amazonas, fatos que justificaram a escolha como unidade prisional preliminar na pesquisa de campo. Em diversas conversações que tiveram lugar nos arredores de unidades prisionais, familiares de presos relataram que encontram dificuldades financeiras para visitar e acompanhar a situação de presos em penitenciárias que estão fora do perímetro urbano.

produtos. O prédio ocupa um quarteirão inteiro, próximo da Ponte Benjamin Constant (conhecida como ponte de ferro, também do início do século XX).

No momento da minha chegada, não havia nenhum funcionário presente na guarita, de modo que tive de observar por um momento, de confusão e incerteza, da rua para ver se a guarita era a entrada normal para pedestres, quando um funcionário se aproximou da guarita e me informou que a entrada de pedestres acontecia pela “porta da frente”. A porta de entrada na verdade é um grande portão, com a pintura já antiga e com aspecto de “surrado”. Fiquei uns minutos esperando alguma coisa acontecer, pois estava tudo fechado e não fazia ideia de como passar por ele. De inspiração portuguesa, o prédio administrativo já apresenta o peso da passagem do tempo, que visivelmente corrói sua cinzenta estrutura da infame prisão.

Se observando do lado de fora pude ter uma ideia de que o prédio estava “surrado pelo tempo”, quando tive acesso ao seu interior pude constatar que a situação é bem mais precária, com sua estrutura interna que sofre pouca manutenção. Tive acesso ao diretor da unidade, sem grandes dificuldades, apenas me apresentando como interessado em realizar uma pesquisa. Apesar de nós termos enviado ofício à Secretaria de Estado Justiça e Direitos Humanos (SEJUS), conforme foi solicitado naquele momento, pelo diretor da unidade, não obtivemos respostas, causando impedimento de sua realização.

Na retomada do processo de solicitação de permissão para pesquisa em 2013, tivemos o conhecimento que a SEJUS possui uma Escola de Administração Penitenciária (ESAP), e um Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre sua competência. A ESAP foi estabelecida pela Lei nº 3.376, artigo 3º de 04 de junho de 2009, mesma lei que estabeleceu a Ouvidoria do Sistema Penitenciário. Segundo consta no sítio online da SEJUS, a ESAP possui como competência:

Quadro 1. Competência da Escola de Administração Penitenciária

a) A elaboração de estudos, pesquisas e programas necessários à realização de levantamento das necessidades que orientem a definição dos treinamentos e cursos;
b) A realização de cursos de formação, aperfeiçoamento de pessoal e treinamentos em serviço para o pessoal do Sistema Penitenciário em todos os níveis;
c) A promoção e participação em encontros, seminários e simpósios, ciclos de estudos e conferências que visem o aperfeiçoamento profissional dos servidores do Sistema;
d) A geração de subsídios para o setor de recursos humanos, através do fornecimento de dados sobre o aproveitamento dos servidores nos cursos realizados;

e) A orientação com base nas normas gerais da política penitenciária do Estado e nos moldes da Escola Penitenciária Nacional;
f) A realização de cursos de capacitação, treinamento e estágios de preparação, para provimento dos cargos de lotação privativos do Sistema Penitenciário;
g) A sistematização e a produção de procedimentos padrão para as áreas de gestão, de tratamento penal e de segurança, com o intuito de uniformizar essas práticas no interior das unidades penais;
h) Seleção, capacitação e supervisão de estágios em todo âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos humanos;
i) A realização, quando necessário, do acompanhamento psicossocial dos discentes, dos docentes e/ou colaboradores da Escola;
j) A execução de outras atividades decorrente de legislação específica.

Fonte: Sítio online da SEJUS.

Fica claro que a criação da ESAP é um movimento que acompanha novas experiências em gestão da administração penitenciária no Brasil. Além das competências listadas acima, também é corresponsável, juntamente com a Secretária de Estado de Educação (SEDUC), pela aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). A realização de pesquisas acadêmicas é mediada por seu NPE, também responsável por acompanhar o ano letivo da Escola Estadual Giovanni Figliuolo, presente no sistema prisional. Se em 2012 não conseguimos respostas para a realização do trabalho de campo na Cadeia Pública, em 2013 o cenário era de aproximação com a SEJUS, através da ESAP, e o papel atuante do NPE. A realização da pesquisa foi facilitada, por ser vista como algo “importante”, algo que trata de um assunto “esquecido”, uma pesquisa com aqueles que “nunca são lembrados”. Sem dúvida, o contexto político se apresentava de modo diferenciado.

A percepção que se tinha na ESAP, era de que a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) estavam de costas para a situação do sistema prisional. Exemplo que foi muito lembrando, era de um projeto de extensão realizado pela Faculdade de Direito (FD), onde estagiários prestavam aconselhamento jurídico gratuito, e interrompido durante a greve das universidades públicas federais em 2012. Já no ano de 2015 iniciativas foram tomadas para ocupar o “vácuo” deixado anteriormente pelas universidades. Ademais, a realização de pesquisas no sistema prisional encontrou quadro favorável com a nova situação política que demandava o “enfrentamento” da situação prisional no Amazonas. Além disso, com a

ESAP foi possível o estabelecimento de relações mais próximas e informais, que foram fundamentais para a entrada no campo.

Uma nova problemática foi tomando forma nessa etapa da pesquisa. A posição do pesquisador em campo passou a ser objeto de reflexão na medida em que as pessoas explicitavam que possuíam diferentes visões sobre o papel da pesquisa. Para funcionários que trabalham na sede da SEJUS, fui recorrentemente referenciado como um pesquisador que representava a UFAM, portanto um possível interlocutor com o mundo acadêmico. Por esse motivo, não apenas as unidades prisionais foram encaradas como locais das incursões etnográficas, mas diversas as conversações que foram realizadas na sede da SEJUS, criaram um ambiente favorável de troca de informações. Em muitas situações, sejam com funcionários da SEJUS ou com agentes prisionais, as posturas eram divididas entre aqueles que desejam que a pesquisa se torne um importante marco na denúncia da grave situação dos direitos humanos, bem como aqueles que buscam colocar a realidade precária como apenas contingências que podem ser superadas mediante a mobilização da sociedade civil.

A ESAP realizou diversos convites para incursões no sistema prisional, onde tive a oportunidade de realizar a observação participante, bem como de estabelecer mais contatos e negociar as atividades da pesquisa de campo. Em uma dessas, pude acompanhar a rotina de presas que cumprem pena em liberdade, mas que devem participar de atividades educacionais aos sábados na sede da SEJUS. Apesar desta incursão não estar diretamente ligada ao objeto de estudo, foi encarada como um passo importante no estabelecimento de vínculos de confiança com o NPE da ESAP, de modo que fossem ensaiadas as negociações para a entrada nas unidades prisionais propriamente ditas. O interesse da ESAP era o de demonstrar os limites e dificuldades do setor educacional do sistema prisional, evitando-se qualquer tipo de atitude escusa ou falseamento da realidade, quando da exposição desta.

Na ocasião, pude estabelecer conversas com duas condenadas e uma agente penitenciária que frequentavam as atividades do sábado, ponto em que tomei conhecimento de problemas específicos das mulheres no cárcere. As condenadas relataram que a mulher apresenta uma “situação muito triste”, que eram significadas por uma falta de esperança e amparo diante de dificuldades no cumprimento da pena. Um funcionário da SEJUS relata que,

A gente resolveu sempre concordar com elas e apoiá-las, porque elas são tão sofridas, se elas fazem uma escolha, que essa escolha prevaleça para elas, eu vejo assim muito sofrimento. E essas crianças aí fazem a mãe vir. No começo elas não queriam [vir para as atividades no sábado], eram arredias como elas, você vê que elas veem vocês e já ficam assim, será que vão me ajudar? Elas já estão sem esperança, ninguém ajudou né? [...] Elas ficaram esses anos todos sem ajuda. Viu como elas não têm visitas, não tem ninguém que traga um estudante de direito para ver a pena dela, tentar um *habeas corpus*.

Uma agente penitenciária relatou que sua participação em atividades educacionais nos sábados é uma continuidade de seu trabalho, e de um dever espiritual de levar esperanças e “forças pelas palavras de Deus”. Isto relevou que a confissão protestante está atuando de diferentes formas dentro do sistema prisional, através dos trabalhadores voluntários e de eventos religiosos. O dever espiritual da agente penitenciária era traduzido de modo prático na sua ação de voluntariar-se na organização e mediação de palestras de autoajuda e de formação educacional. Por exemplo, em uma de minhas incursões pude observar um curso que era realizado com o objetivo de “formação educacional” de como realizar atividades domésticas básicas, que teve auxílio de uma Organização Não Governamental (ONG), com orientação também protestante, que atua dentro do sistema prisional.

Aproveitando as atividades de “fiscalização”, por parte da ESAP, da Escola Giovanni Figliuolo, mantida pela Secretária de Estado de Educação (SEDUC) – esta escola possui presença em todas as unidades prisionais -, essas incursões tiveram como impacto o fortalecimento da relação de “imersão” do pesquisador e da pesquisa, permitindo a abertura de novos “percursos”.

Na oportunidade, um roteiro foi construído juntamente com a coordenação do NPE com o objetivo de “visitar” as instalações escolares (salas de aula e bibliotecas) que são destinadas ao funcionamento da escola Giovanni Figlioli. De modo que, a atividade foi realizada no dia 24 de setembro de 2013, no Centro de Detenção Provisória (CDP) e COMPAJ-Feminino (Semiaberto), e no dia 25 de setembro de 2013, na Unidade Prisional do Puraquequara e Casa do Albergado, com a presença de dois representantes do NPE e da colega, mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da UFAM, Alice Prado. Essa articulação permitiu conversações e impressões que marcaram a primeira pesquisa de campo em unidades prisionais de Manaus, onde o pesquisador estava identificado pelos interlocutores como um “mestrando realizando pesquisa sobre

o sistema”. O esforço era de permitir alguma cumplicidade sobre o que era “visto” e “ouvido”.

Para chegarmos às unidades, fomos orientados a realizar uma “concentração” na sede da SEJUS, localizada no Centro de Manaus, próxima da Praça Dom Pedro I, em vista de ser nosso “ponto de encontro”. O acesso às dependências da SEJUS é bastante facilitado mediante o agendamento prévio. Como em muitas repartições públicas o prédio “cérebro” da administração penitenciária é marcado pela entrada e saída das mais variadas pessoas, como os agentes penitenciários, agentes de disciplina/socialização, pessoas em liberdade condicional, familiares de presos, motoristas, seguranças, agentes públicos, técnicos de manutenção, diretores de presídios, dentre uma enorme variedade de tipos sociais que frequentam o prédio que fica localizado atrás do Palácio Rio Branco. O transporte foi realizado por um carro institucional, pertencente à SEJUS, mediante a reserva feita pelo NPE. Para tanto, o horário do encontro foi de 8h00 da manhã, nos dois dias, pensado para garantir que fosse empregado o maior tempo possível na atividade. Tratava-se especialmente de apresentar, para nós pesquisadores, a preparação da segunda edição do ENEM aplicado no sistema prisional estadual, que é planejado e executado em conjunto com a SEDUC.

As “visitas” nas unidades do roteiro foram solicitadas mediante comunicado expedido pela ESAP, menos na Unidade Prisional do Puraquequara, que não teve conhecimento do comunicado, sendo pegos de “surpresa”. Apesar disso, nenhum obstáculo impediu o acesso às unidades prisionais, apesar de que, na Unidade Prisional do Puraquequara, os presos que estavam em celas de um corredor próximo das salas de aula da escola, pensaram que era uma visita do Mutirão Carcerário, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e tentaram a todo custo chamar atenção de nossa “comitiva”. Inclusive com a tentativa de esboçar um pequeno protesto contra as condições de encarceramento. Pude observar que, no momento de nossa chegada às salas de aula, o corredor dos presos, oposto aos das salas de aula, estava sujo e com poças de águas e o que parecia ser comida jogada no chão. Os “faxinas”, uniformizados com camisas da empresa que terceiriza o serviço de segurança e hotelaria da unidade, tentaram rapidamente limpar, o que ocasionou mais propostos por parte dos presos nas celas, e eles impediram a limpeza, levando à revolta de um faxineiro que tentou “acertar” os presos de uma cela com sua vassoura, passando esta pelo buraco da porta da cela. A situação foi rapidamente abafada

com a presença do diretor em exercício da unidade, que foi conversar com os presos e esclarecer a movimentação “estranha” na unidade.

Aqui aparece uma impressão interessante na pesquisa de campo. A posição do pesquisador nas pesquisas de campo é sempre a do “estranho”, “pesquisador”, “professor”, “mestrando”, “aluno da UFAM”. Cada interlocutor estabelece uma relação de intersubjetividade diferenciada de acordo com seu próprio posicionamento no campo. Nessa situação ocorrida na Unidade Prisional do Puraquequara, o pesquisador era o “estranho”, mas estava acompanhado de representantes do NPE, portanto todos os cuidados em vista da percepção de uma boa impressão e da garantia da segurança foram observados. Sem dúvida, o medo do desconhecido e de que algo poderia acontecer a qualquer momento estava sempre presente, apesar de sempre transitarmos com a presença de agentes prisionais.

Eventualmente fotos foram captadas, para estabelecer pontos que permitissem novas visitas em imagens e memórias - todas com autorização das pessoas que foram fotografadas e pela direção das respectivas unidades prisionais, com a observação da garantia do anonimato.

Em outra pesquisa de campo realizada em julho de 2014, em uma unidade prisional, uma presa me ofereceu cigarro de maconha, para ser fumado em um banheiro da respectiva unidade. Era para “ficar de boa”. Prontamente recusei, mas mesmo assim outra presa protestou argumentando que era pra ser oferecido para ela, que estava presa, e não para o “professor”, que está em liberdade. Essa situação me fez refletir sobre a relativa facilidade com que determinadas mercadorias encontram circulação em instituições fechadas, situação que seria revelada para o pesquisador com maiores detalhes em entrevistas com agentes prisionais. Inclusive a autorização da SEJUS para a realização de entrevistas e “visitas”, coloca em questão a virtual e excessiva carga do “patrão”, como uma sombra em torno do pesquisador. Por isso, apesar de que na primeira etapa da pesquisa o acesso aos Agentes Penitenciários, concursados ou comissionados, os chamados “antigos”, foi facilitado, a segunda etapa da pesquisa busca estabelecer contatos com agentes prisionais que estejam fora de seu ambiente de trabalho. Portanto, as associações e o sindicato de classe, ganham destaque relevante de modo a “costurar” outras experiências, conversações e incursões que não estejam diretamente relacionadas com a imagem institucional da SEJUS.

O pesquisador deve ter em mente quais serão os caminhos e descaminhos da cognição e das práticas objetivas e subjetivas. Ademais, deve ser pensado de forma criteriosa a saída e o retorno ao campo. As visitas às unidades prisionais, contato com administradores, agentes prisionais, ou qualquer evento que possa envolver a temática em investigação, por menor importância na aparência, são carregados de significados, sendo suporte para as considerações metodológicas e teóricas (ADORNO, 1991b).

Para César Barreira (2002), o campo se torna uma verdadeira e complexa “aventura”, que pode revelar inesperadas teias de significações. O pesquisador irá acessar o “outro” e sua construção de “ser” para relacionar com a realidade geral, entrando em tênues valores morais e apelo social. A própria normatização deve ser pensada de forma crítica para não acabar se tornando obstáculo para a realização da pesquisa. Nesse sentido, é necessário compreender a entrevista como um processo privilegiado de pesquisa no meio urbano e encontrar um caminho intermediário entre subjetividade e objetividade, assimilando os limites do processo de comunicação entre pesquisador e entrevistado, assim como proposto por Ruth Cardoso (2004, p. 101):

A interpretação que se constrói sobre análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontraram. A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário.

Uma fonte de inspiração para essa pesquisa são os livros que dão conta de histórias da Casa de Detenção de São Paulo, escritos pelo médico Drauzio Varella. Em seu último livro, que aborda histórias vividas por agentes penitenciários, *Carcereiros* (VARELLA, 2012, p. 15), retrata com significativa precisão a dificuldade que o “estranho” enfrenta:

No começo, encontrei muita dificuldade no relacionamento com os funcionários; não porque me tratassem mal, pelo contrário, eram gentis e atenciosos, mas desconfiados [...] A desconfiança tinha razões: alienígenas criam problemas nas cadeias, microambientes sociais regidos por um código de leis de tradição oral, complexo a ponto de prever todos os acontecimentos imagináveis sem necessidade de haver uma linha sequer por escrito. O novato é antes de tudo um ingênuo nesse universo em que a interpretação acurada dos fatos exige o olhar cauteloso de homens calejados.

A grande dificuldade de ter acesso a informações sistematizadas e organizadas sobre o Sistema Penitenciário Estadual só poderia ter dois efeitos para sua superação: aguçar a criatividade e o inconformismo com a precariedade de informações. A pesquisa de campo foi uma experiência que aproveitou diferentes tipos de oportunidades e eventos que serviam ao interesse geral da pesquisa, como uma forma de realizar uma “imersão” na temática mais ampla da sociologia das prisões. Nesse sentido, foi necessário acessar buscadores online na internet, acompanhar as notícias da imprensa, estar mais presente no universo de interesses da SEJUS, acompanhar audiências públicas, e ir até as unidades prisionais para conversar diretamente com os agentes de segurança penitenciária e demais interlocutores. Essas ações, somadas com as entrevistas e conversações auxiliaram na interpretação e na escrita, que se concretiza como uma possibilidade de narrativa sobre o trabalho de agente segurança penitenciária no Amazonas.

Essas recomendações foram consideradas no momento da articulação de contatos com pessoas que estavam direta e indiretamente envolvidas com o sistema prisional. Nesse momento é possível tomar nota das experiências cotidianas e das coisas simples em que a parcela significativa de trabalhadores experimenta em sua rotina de trabalho. A experiência etnográfica passa a ser como um testemunho das memórias e das situações que marcam as trajetórias de diversas pessoas que tomam os acontecimentos extremos como parte de “coisas vivas”. A partir do estabelecimento de relações dialógicas, excluindo e evitando qualquer tipo de julgamento moral, que não deixam de considerar as relações de poder, a simplicidade e as coisas banais tomam relevo por ser fazerem parte de uma percepção mais ampla sobre a vida social que está situada muito além das situações de violência.

1.4. A expansão do encarceramento no Amazonas

Nos últimos anos, o sistema penitenciário do Amazonas passou por uma rápida expansão em seus números gerais. Construção e entrega de novas unidades prisionais, mudanças na administração penitenciária e o aumento considerável de pessoas presas, tiveram como um aspecto negativo o fracasso de resolver os problemas estruturais e de insegurança crônica na gestão das unidades prisionais do estado. A transformação da questão das prisões em uma nova possibilidade empresarial não previu e, talvez, nem poderia prever, as consequências da nova segurança pública praticada no Estado do Amazonas. A segurança pública tratada como um problema fundamental na sociedade amazonense nas exposições midiáticas e eleitorais, teve grande impacto na legitimação e criação de uma nova segurança pública mais tecnológica e eficaz na repressão e controle

policial, em consonância com um novo apelo pela vingança penal e por um policiamento de resultados. Os efeitos práticos estavam materializados no número de pessoas no sistema penitenciário e a incapacidade desse setor em atender de modo satisfatório a demanda criada pela segurança pública.

A oitava edição do Anuário Brasileiro da Segurança Pública (2014), produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresentou dados específicos sobre o Sistema Penitenciário Estadual do Estado do Amazonas, aonde é possível observar certas particularidades em relação a outras localidades do país. Se compararmos com o Estado de São Paulo²⁰, o sistema penitenciário amazonense é bem mais modesto, o que não significa dizer que não possui uma considerável taxa de encarceramento e uma grave situação no déficit de vagas, bem como os diversos problemas que são comuns em todo o País. Em 2013, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou a população total do Amazonas em 3.807.923 habitantes, e o Anuário da Violência cita que a cada 100 (cem) mil habitantes, 365,6 pessoas estavam presas na região, considerando apenas as pessoas com mais de 18 anos, com o total de 8.757 pessoas presas no momento da coleta de dados. Deste total, 4.906 eram presos provisórios, em um universo prisional com um déficit de 4.116 vagas.

O Sistema Penitenciário Estadual do Amazonas concentra a maior parte de suas unidades na Região Metropolitana de Manaus. Percebe-se que, nos últimos anos, o sistema prisional amazonense tornou-se objeto de maior interesse da esfera pública local e nacional como um reflexo da política de expansão do encarceramento no Brasil. Esse crescimento traz um novo dinamismo social no sistema penitenciário amazonense cujo papel é colocado em questão no debate público. Em período recente, tivemos a inauguração de novas unidades prisionais e da expansão de iniciativas no campo da educação e no aumento dos esforços discursivos do ideal de “ressocialização” no cumprimento da pena privativa de liberdade, promovidas pelas experiências das novas formas de administração penitenciária que buscam estar orientadas pelo respeito à dignidade humana. Mas também é possível observar o agravamento da sensação de “descontrole” e violência no sistema penitenciário, sintomas das consequências do rápido crescimento do número de pessoas presas nos últimos anos. É neste contexto em que se insere o objeto da pesquisa.

²⁰ Segundos os dados do relatório, o Estado de São Paulo contava com 207.447 pessoas presas.

Durante a maior parte da realização da pesquisa de campo, a administração penitenciária esteve sob responsabilidade da extinta Secretária de Estado Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJUS-AM. Fez-se necessário o recurso de diversas fontes e documentos para compreender melhor a situação do encarceramento no Amazonas. O esforço de ir a campo foi o único meio de tomar conhecimento de uma série de informações que são difíceis de encontrar de um modo geral. Desde já, é possível afirmar que o sistema prisional está bastante acessível para pesquisadores, movimentos de direitos humanos, grupos de monitoramento, repórteres, e para a sociedade em geral, mas toda essa “abertura” ainda não significou uma mudança no detalhamento das informações disponíveis sobre o sistema penitenciário estadual, que ainda conta com poucas informações. Algumas informações estranhamente são de difícil acesso, o que dificulta a compreensão das novas dinâmicas manifestadas na expansão do sistema penitenciário estadual.

A maior parte das unidades prisionais está localizada em Manaus ou no quilômetro oito da BR 174. O seguinte quadro apresenta informações sobre essas unidades prisionais, o regime penal e de administração:

Quadro 2. Unidades Prisionais na Região Metropolitana de Manaus.²¹

Sigla/Nome	Regime	Capacidade
COMPAJ – Complexo Penitenciário “Anísio Jobim” (BR-174)	Fechado/Terceirizado e Semiaberto/SEJUS	450 vagas (Fechado) / 138 vagas (Semiaberto)
PFM – Penitenciária Feminina (BR-174)	Fechado/Terceirizado	87 vagas
Casa do Albergado ²²	Aberto/SEJUS	62 vagas
CPDRVP - Cadeia Pública "Desembargador Raimundo Vidal Pessoa" (Manaus)	Provisório/SEJUS	104 vagas
HCTP - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (Manaus)	SEJUS	30 vagas
UPP - Unidade Prisional do Puraquequara (Manaus)	Provisório/Terceirizado	614 vagas
IPAT - Instituto Penal “Antônio Trindade” (BR-174)	Provisório/Terceirizado	496 vagas
CDP - Centro de Detenção Provisória de Manaus (BR-174)	Provisório/Terceirizado	568 vagas
CDPF – Centro de Detenção Provisório Feminino (BR-174)	Provisório/Terceirizado	182 vagas
Unidade Prisional Feminina (Manaus)	Semiaberto/SEJUS	60 vagas

²¹ Esse trabalho foi facilitado pela própria SEJUS-AM que permitiu a entrada em todas as unidades, onde foi possível elencar as unidades prisionais que efetivamente serviriam de palco para entrevistas, conversas e contatos.

²² Nota-se que a Casa do Albergado foi desativada com a instalação do Regime Semiaberto Feminino no seu antigo prédio no bairro de Cachoeirinha, Manaus.

Fonte: Tabela própria utilizando diversas fontes.

Com a maior parte das unidades prisionais localizadas na área rural de Manaus, é possível observar no quadro acima o avanço no regime de gestão compartilhada. Existem unidades também em Humaitá, Coari, Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Parintins, Tabatinga e Tefé. No portal online de notícias D24am, no dia 23 de fevereiro de 2014, foi publicada uma notícia onde o ex-secretário da SEJUS, coronel Louismar Bonates, anunciou medidas para reduzir os efeitos do aumento do encarceramento, como a aquisição feita pelo governo estadual de quatro mil tornozeleiras eletrônicas. Mas a principal medida seria a previsão de expansão do sistema penitenciário para o interior do estado, através da construção de Unidades Prisionais, com capacidade para 500 detentos, de ambos os sexos, para atender as demandas locais por calha:

Projeto prevê um presídio em cada calha de rio no Amazonas

Além de desafogar os dez presídios em Manaus e os sete no interior do Estado, o secretário afirma que as novas unidades devem auxiliar o Amazonas a cumprir a determinação da Lei de Execuções Penais de que todo apenado cumpra a sentença próximo ao local de origem.

‘Como nosso Estado é muito grande, o ideal é que se escolha um município de cada calha do rio para construir uma unidade polo, ou seja destinada a atender os presos daquela localidade’, afirmou Bonates.

Com a previsão de implantação de pelo menos uma penitenciária por calha, não sendo descartada, porém, a construção de até três cadeias na mesma localidade, dependendo da demanda, de acordo com o secretário, Manicoré, na calha do Rio Madeira; São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro; e Parintins, no Rio Amazonas, já estão na lista dos municípios analisados e cotados para receber as unidades prisionais. (PROJETO... 2014).

Como é possível observar na reportagem acima, a expansão do sistema penitenciário no Estado do Amazonas tem como resultado uma dupla expansão. De um lado o governo do Estado mobiliza sua estrutura burocrática e política visando aumentar as competências territoriais da administração penitenciária no Amazonas, justificando e legitimando a expansão empresarial que recebe grandes vantagens financeiras, legais e políticas. A reportagem ilustra ainda que, politicamente o caminho adotado é o da estabilização da demanda penitenciária, através da expansão de vagas em diferentes regiões do Amazonas, incluindo a construção de novas unidades. Na verdade a expansão empresarial já é realidade no interno do Estado, como divulga o portal *online* da Umanizarre Gestão Prisional Privada, que em 01 de junho de 2014, no chamado “regime

de cogestão plena”, a Unidade Prisional de Itacoatiara (UPI), localizada a 177 quilômetros de Manaus, e capacidade para 172 presos, passou a ser gerida pela empresa.

Em 2009 foi divulgado o relatório final de uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) do Congresso Nacional, intitulado: CPI Sistema Penitenciário (2009). A CPI investigou o tema entre 2007 e 2008 e visitou oitenta e dois presídios em 18 estados, e teve como preocupação principal conhecer a gravidade das violações aos direitos humanos e de propor formas de se alcançar o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais (LEP), em vistas de enfrentar a sensação de “insegurança” oriunda dos presídios brasileiros, caracterizados como territórios de movimentos do crime que controlam a massa carcerária considerada despolitizada. Segundo o relatório final, o sistema penitenciário, além de um local de violência, também foi caracterizado como um mecanismo de exclusão social, dedicando todo o capítulo quatro do relatório às mazelas das mulheres encarceradas, intitulado *Mulheres Encarceradas: Vergonha Nacional*.

A população carcerária no Brasil, em 2007 era de 422.590 detentos, segundo fontes do próprio relatório. No tópico dedicado ao exame da superlotação no sistema penitenciário a nível nacional, os seguintes fatores foram apresentados como causas:

- a) A fúria condenatória do poder judiciário;
- b) A priorização pelo encarceramento, ao invés de penas e medidas alternativas;
- c) Aparato jurídico voltado para o endurecimento das penas;
- d) Falta de construção de unidades prisionais;
- e) Falta de construção de estabelecimentos penais destinados a presos em regimes semi-aberto e aberto;
- f) Número insuficiente de casas de albergado, e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico nas unidades federadas, consoante determina a LEP, obrigando internados a permanecerem alocados com presos condenados a pena privativa de liberdade. (CPI Sistema Penitenciário, 2009, p. 247-248).

Apesar de não ter passado por uma diligência como as que foram realizadas em outros estados pela CPI – o que resultou em um menor detalhamento em sua situação-, o estado do Amazonas também foi responsabilizado pelas violações da legislação penal e dos direitos das pessoas presas. Os dados apresentados sobre o Amazonas dão conta de uma situação grave em que o Sistema Penitenciário Estadual já enfrentava, na época da investigação, com 3.405 presos para 1.708 vagas, significando, segundo o relatório final, uma superlotação de 97%. Foi enfatizado que o número de agentes de segurança penitenciária era de 290, com salário inicial de R\$ 1.103,90. Não fica claro se esse número se referia ao total de agentes, ou de apenas os que trabalhavam diretamente para a SEJUS.

De qualquer forma, é notório que o número de pessoas responsáveis pela segurança e disciplina nas prisões amazonenses é desproporcionalmente menor que o de pessoas presas.

Segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), em dezembro de 2012, a população carcerária total do Amazonas estava em 7,775 pessoas. Deste total, 6,814 estavam custodiadas no sistema penal, sendo 6,191 homens e 623 mulheres. O total de presos nas carceragens das polícias estava em 951, sendo 915 homens e 46 mulheres. Mais que o dobro de pessoas em comparação aos números apresentados pelo relatório final (2009) da CPI do Sistema Penitenciário (2007-2008).

Um problema que dificulta as pesquisas envolvendo o sistema penitenciário é a imprecisão de dados divulgados pelo poder público. Apesar disto, a comparação e a busca por informações atuais sobre a situação do Sistema Penitenciário Estadual, rapidamente coloca uma preocupante conclusão: apesar das tímidas ações do poder público, atualmente, a situação no sistema penitenciário do Amazonas é pior do que a que foi apresentada no relatório final da CPI citada. E pelo fato de haver poucas informações sobre a realidade local, é muito difícil dizer exatamente em que momento a situação piorou.

Nos dados que são divulgados no portal online e-SIGA, do governo do estado, sobre o número total de pessoas presas e o *déficit* de vagas no sistema penitenciário, são apresentados em uma série histórica de monitoramento, o significativo aumento no número de pessoas presas no Amazonas. Desse modo, podemos acompanhar a opção expressiva de aumento do encarceramento no Amazonas, conforme o detalhamento do quadro a seguir:

Tabela 1. População carcerária do Amazonas

Mês/Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
2009	4.266	4.285	4.436	4.374	4.294	4.330	4.343	4.505	4.530	4.503	4.660	4.636
2010	4.517	4.548	4.666	4.734	4.769	4.775	4.798	4.915	5.121	5.213	5.258	5.356
2011	5.587	5.721	5.723	5.797	5.964	6.070	6.101	6.193	6.389	6.383	6.379	6.434
2012	6.546	6.764	6.943	7.020	7.127	7.270	7.361	7.543	7.745	7.631	7.840	7.775
2013	7.956	7.979	7.982	8.248	8.304	8.847	8.873	8.818	8.680	8.479	8.179	8.041
2014	8.700	8.379	8.491	8.703	8.982	8.837	9.171	9.121	9.304	9.272	9.576	9.978

Fonte: Portal e-SIGA. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (2015)

Como é possível observar, o aumento no número total de pessoas presas em dezembro de 2014 é de mais de 100%, em relação ao mesmo período em 2009. Nota-se que, apesar de que em alguns meses é possível observar uma diminuição, a tendência geral é de aumento expressivo no número de pessoas encarceradas no estado.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reportou no relatório do II Mutirão Carcerário do Amazonas (2010), inspeções em unidades prisionais de Coari, Tefé, Manacapuru, São Sebastião do Uatumã e Parintins, e no relatório do III Mutirão Carcerário do Amazonas (2013), inspeções nas unidades de Iranduba, Presidente Figueiredo e Manacapuru. Os dois relatórios apontam que, às condições carcerárias em localidades fora da Região Metropolitana, eventualmente são piores pela falta de estrutura e pessoal, forçando muitas delegacias de polícia civil a piorarem as condições de trabalho ao manterem presos por grandes períodos sem as menores condições de assistência para os presos.

Nota-se que os relatórios denunciam o desvio de função de investigadores da polícia civil e de policiais militares no interior do Amazonas, que em parte das unidades do interior realizam o trabalho de segurança das unidades prisionais. O que levaria a uma confusão entre delegacias e sistema penal.

A partir dos relatórios podemos observar que uma das causas do aumento no número de pessoas encarceradas é pelo expressivo aumento no número de presos provisórios em todo o estado. O relatório geral do III Mutirão Carcerário no Estado do Amazonas aponta que em 2013, o número de presos provisórios correspondia a 78% da população carcerária no estado, enquanto que o II Mutirão Carcerário no Estado do Amazonas notifica o percentual em 59,67% de presos provisórios, dados que revelam uma situação grave no sistema penal e de justiça. Conforme planilha divulgada no relatório do III Mutirão, baseada em dados da SEJUS de 24 de setembro de 2013, podemos observar um maior detalhamento da situação da população carcerária no estado:

Tabela 2. População carcerária do Amazonas em 24 de setembro de 2013:

População Masculina	Presos Provisórios		Presos Condenados	
	Capital	Interior	Capital	Interior
	3.628	1.309	1.130	653
População Feminina	Presas Provisórias		Presas Condenadas	
	364	117	62	32

Fonte: SEJUS (2013); relatório geral do III Mutirão Carcerário no estado do Amazonas (2013)

Podemos concluir que o ritmo de pessoas que entram no sistema penitenciário é muito superior ao de criação de vagas, agravada por uma contenção de pessoas presas e quase “esquecidas” pela justiça estadual. Esse é um problema enfrentando em diversos estados do País, e acaba por dar sentido para a fama das prisões como centros de “estocagens” de pessoas. Por fim, o detalhamento da mesma série histórica do Quadro 2, releva um agravamento na situação do encarceramento no Amazonas, se formos comparar com os dados do relatório final da CPI Sistema Carcerário (2009):

Tabela 3. Número de déficit de vagas no Sistema Penitenciário Estadual.

Mês/Ano	1	2	3	04	5	6	7	8	9	10	11	12
2009	1.969	1.988	1.960	2.077	1.997	2.033	2.046	2.208	2.233	2.206	2.363	2.338
2010	2.220	2.251	2.369	2.437	2.472	2.478	2.501	2.618	2.704	2.796	2.841	2.939
2011	2.711	2.832	2.824	2.921	2.520	2.626	2.657	2.749	2.945	2.939	2.935	2.990
2012	3.102	3.320	3.425	3.502	4.233	4.328	4.467	4.649	4.803	4.737	4.850	4.833
2013	5.014	5.037	5.040	4.489	4.493	5.036	5.062	5.007	4.869	4.668	4.308	4.170
2014	4.016	4.059	4.076	4.165	5.803	5.423	5.774	5.725	5.877	5.838	6.139	6.541

Fonte: Portal e-SIGA. Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos (2015)

De dezembro de 2009 até dezembro de 2014, mesmo com as sensíveis quedas, ocorreu um expressivo aumento de 118,7% no déficit de vagas. Esse problema se manifesta na superlotação, que agrava a deficiência na estrutura em geral, e piora as condições de trabalho do *staff* prisional. A operação das prisões acaba se tornando um campo de complexos problemas sociais que eventualmente acabam em experiências que se assemelha a um barril de pólvora próximo de um incêndio.

O número total de agentes de segurança penitenciária nesta pesquisa é impreciso. Segundo, os relatórios do InfoPen, referentes aos períodos de 2010/06, 2010/12, 2011/06, 2011/12, 2010/06 e 2010/12, nesse período 117 agentes penitenciários estavam na ativa. Mesmo com o item, *Funcionários terceirizados*, apontando 430 pessoas, não podemos ter precisão de que se referem aos agentes de disciplina. Ocorre que, em diversas ocasiões, parte dos agentes penitenciários já exercem funções diversas dentro do sistema penitenciário, como funções administrativas. Enviamos um pedido à SEJUS, para sabermos o número total de agentes penitenciários e de disciplina/socialização em atividade. Alegando questões de segurança, as empresas que terceirizam os serviços no sistema penitenciário não divulgaram o número total de agentes de disciplina/socialização. Tivemos conhecimento apenas que 74 agentes penitenciários ligados à SEJUS estavam na ativa em 2014. A remuneração salarial para os agentes penitenciários estava em R\$ 3.719,19 (para os mais antigos) e R\$ 3.568,95 (para os mais novos), mais R\$ 220,00 de ticket alimentação. O quadro geral apresentado pelo déficit de vagas no sistema penitenciário, já supera em muito o número de agentes penitenciários, e a estimativa de 900 agentes de disciplina/socialização. Em determinados estabelecimentos penais, as condições de trabalho são afetadas pelo aumento da população carcerária, principalmente em unidades de pessoas em regime provisório.

O ano de 2015 marca o surgimento da SEAP, com a promulgação da Lei nº4163/2015, de 09 de março de 2015, extinguindo a responsabilidade da SEJUS e sua prerrogativa de administrar o sistema prisional. Na reforma administrativa, promovida pelo governo de José Melo (2015-2018), a SEJUS foi reorganizada como Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), com a criação de uma pasta específica para o sistema penitenciário estadual. A SEAP contará com a seguinte estrutura de pessoal:

Quadro 3. Estrutura de pessoal da SEAP

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP)	
CARGOS DE CONFIANÇA	
Cargo	Quantidade
Secretário de Estado	01
Secretário Executivo	01
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	
Cargo	Quantidade
Coordenador de Sistema Prisional	01
Chefe de Gabinete	01
Assessor de Inteligência	01
Assessor I	09
Chefe de Departamento	02
Diretor de escola de Administração Penitenciária	01
Corregedor	01
Ouvidor AD-1	01
Diretor de Unidade Prisional	18
Diretor Adjunto de Unidade Prisional	09
Assessor II	25
Gerente AD-2	56
Subgerente	15
Assessor III AD-3	66
Secretário de Conselho AD-4	01

Fonte: Lei Estadual nº4163/2015, de 09 de março de 2015.

Em certa medida, o Sistema Penitenciário Estadual sobrevive em meios aos seus paradoxos. A gestão do simples fracasso e da miséria, que se manifesta na insegurança e descontrole faz com que, no Amazonas, o discurso da ressocialização seja acionado, mesmo que se utilize o discurso do fracasso para casos específicos. De modo que as prisões sejam representadas no senso comum como territórios do crime, lugares onde o estado é passivo e omissivo frente ao descontrole. Tem-se uma dificuldade em acionar novos discursos e signos para dar novos sentidos para o sistema penal como eficiente, quando em realidade é um assunto incômodo e constrangedor para o poder público. Sem dúvida o privilégio dado ao encarceramento como resposta imediata lança sobre a prática prisional novos elementos que devem ser considerados nessas condições. Miriam Guindani (2001, p. 100) reflete que, no Brasil, nem sempre o preso estabelece uma relação de submissão direta aos agentes responsáveis pela vigilância. A autora faz alusão aos

presos que, no “fundo da cadeia”, acabam por estabelecer outras formas de controle que podem ser mais sutis ou camufladas e que acabam por se expandirem em uma rede de *micropoderes* com capacidade para estabelecer o poder de controlar, adormecer e acalmar determinada massa carcerária. Nesse sentido, Guindani (2001, p. 101) sugere que,

A prisão poderia ser vista como uma organização comunicativa e didática que, através de suas práticas e de suas declarações, confere concretude a uma sensibilidade e uma cultura específica: os valores, as opiniões, a sensibilidade, os significados sociais do ser humano. A prisão, portanto, como prática social pode comunicar significados não só a respeito de preso, crime e punição, mas também relativos à violência e a muitos outros fenômenos sociais conexos.

Essas informações suscitam uma série de reflexões sobre a precária realidade do sistema penitenciário do Amazonas. O discurso de “ressocialização” perde legitimidade com a realidade prática manifestada nas duras condições de encarceramento de algumas unidades prisionais, principalmente nas unidades de presos provisórios. Foucault denunciou as práticas discursivas que, sob os signos da nova moral humanista, serviam como um subterfúgio da racionalização utilitária das prisões. Fazemos ao nosso próprio modo no Brasil uma reedição dessa provocação do autor, quando agenciamos diferentes discursos que visam operar o encarceramento praticado como promotor da “ressocialização” da massa carcerária. Esse discurso sobre a “ressocialização” nas prisões brasileiras é reeditado constantemente no plano discursivo do campo jurídico e político de modo que as reformas que são praticadas na penalização ganhem legitimidade, mas não escondem a prática punitiva e vingativa de nosso sistema penal. Construimos mais prisões no Brasil, mas ao mesmo tempo o sistema penitenciário continua falho na “recuperação” de criminosos, pois “são múltiplos e patentes os sinais de sua falência e que o modelo do aprisionamento como forma privilegiada de punição está longe de ser o ideal.” (PERES, 2012, p. 8).

O aumento do encarceramento não só tem a ver com o aumento da criminalidade, que muitas vezes pode ter um impacto indireto e insuficiente sobre a população carcerária, mas possui mais relação com as novas políticas repressivas e estratégias de controle. Os presídios parecem cada vez mais servirem como centros de “estocagem” de populações excedentes com força de trabalho pouco qualificada, onde o objetivo é garantir a separação de potenciais riscos.

Na atualidade podemos argumentar que o estado deve mediar a negociação entre gestores do sistema prisional e os diferentes movimentos que atuam no sistema. A

produção e reprodução de uma série de valores, normas e regras bem delimitadas, que modificam as relações sociais dentro e fora do sistema prisional, colocam desafios renovados para a pesquisa sociológica. As dinâmicas internas e as formas de distinção, mesmo que eventualmente estejam em domínios desafiadores para o formalismo jurídico da sociedade brasileira, são agentes que modificam a governança na administração penitenciária, e podem ter impactos nas relações sociais no meio urbano. Ademais, os desvios, crimes e violência, são fatos sociais que através da aplicação do método sociológico abrem possibilidades de reflexão sobre relações sociais que dão sentido para estruturas de poder distintas e hierarquizadas.

A seleção de recrutamento carcerário através das estatísticas de criminalidades por zonas de atuação policial, descontrolam as pessoas e as colocam em formações artificiais, alimentando as novas políticas repressivas. Em certas partes, está claro que é apenas a gestão de permanente crise, de um setor que não acompanha o dinamismo social das cidades amazonenses e que, por esse motivo, convive com uma situação de sempre tudo estar por fazer ou refazer.

1.5. A terceirização do sistema penitenciário do Amazonas

A opção por terceirizar diversos serviços nas unidades prisionais do estado do Amazonas criou novas dinâmicas, precipitadas pela grave situação na segurança das unidades prisionais. A terceirização do sistema penitenciário é um tema controverso no Brasil, envolvendo empresas de construção civil e segurança em um negócio promissor através de parceria público-privada. No Amazonas, a direção administrativa e de supervisão ficam a cargo do governo estadual e a operação de segurança e dos serviços assistenciais ficam a cargo da iniciativa privada. A presença do governo estadual na direção é para fiscalizar diretamente os serviços prestados. O meio empresarial define que o seu papel é oferecer serviços que garantam efetivamente o respeito aos direitos humanos e a “ressocialização” de pessoas privadas de liberdade, na prestação dos diferentes serviços assistências e de segurança.

O Amazonas adotou o modelo de gestão compartilhada, através da parceria entre poder público e iniciativa privada. A situação é controversa pelas considerações constitucionais que tornam a administração do sistema penitenciário uma função exclusiva do estado, mas na prática opta-se por terceirizar através da gestão

compartilhada, preferencialmente chamada de cogestão, termo adotado pela linguagem empresarial para definir seu papel nas unidades prisionais.

A “terceirização” é defendida como solução para a superlotação e a corrupção no sistema prisional, em vista de garantir o ideal de “ressocialização” e a aplicação da Lei de Execuções Penais (CORDEIRO, 2006, p. 112). O modelo adotado pelo Amazonas é um sistema misto, já mencionado como de cogestão, respaldado legalmente como uma concessão de um serviço ao Estado. A escolha do diretor de unidade prisional, que é parte do funcionalismo público, simboliza a continuidade da presença do poder público como principal parte administrativa na esfera da justiça penal, ainda que o cargo seja de caráter comissionado. As empresas são selecionadas através de contratos firmados por processos licitatórios.

A maior parte das pessoas que trabalham nas unidades prisionais é contratada pela iniciativa privada, como é o caso dos agentes de disciplina/socialização. Por dispensar experiências anteriores de trabalho e exigir apenas o ensino médio completo, esta profissão acaba por ser um meio de entrada no mercado de uma força de trabalho pouco especializada contratado em regime de CLT pela iniciativa privada. Fica a cargo da Escola de Administração Penitenciária (ESAP), da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), um importante papel de interlocução com a iniciativa privada, pois é protagonista na capacitação e formação dos agentes de segurança penitenciária que operam dentro das unidades prisionais.

Os supostos benefícios e problemas na terceirização também são alvos de calorosos debates e somam-se a polêmica brasileira sobre a competência exclusiva do estado na administração do sistema prisional. A entrada da iniciativa privada está datada em 1999, no estado do Paraná, marcando um novo foco empresarial voltado para este setor. De todo modo, a privatização total do sistema prisional não pode ser feita por impedimento constitucional, mas a terceirização aparentemente não encontra impedimentos legais por ser apenas a concessão parcial de serviços do estado. O modelo adotado pelo estado do Amazonas ganha mais clareza na exposição das divisões de funções nas unidades prisionais estaduais, no quadro abaixo:

Quadro 4. Estrutura administrativa em unidade prisional em cogestão

SEJUS	Diretor Adjunto	
	Gerente de Segurança Interna	
EMPRESA	Coordenador Operacional	Gerente Operacional
	Supervisor	Relatorista
	Agente de Disciplina/Socialização	

Fonte: SEJUS, curso de formação de agente de socialização, 2014.

Surge uma nova construção social de que a empresa e o estado devem construir uma administração em harmonia e com funções bem estabelecidas, de que modo que, os conflitos de gestão são evitados para permitir a gestão compartilhada de determinados serviços. Um novo perfil empresarial é defendido em vistas de garantir o aprimoramento da harmonia entre público e privado, com um rigoroso estabelecimento da função de cada parte, evitando-se os conflitos de gestão que marcaram as primeiras iniciativas nessa área. De fato, o estado compartilha cada vez mais as responsabilidades de administração e construção de novas unidades; a iniciativa privada é responsável por recrutar, selecionar e administrar pessoal técnico, de segurança e operacionalização. A direção das unidades prisionais ainda é ocupada por parte do funcionalismo público, em uma situação que simboliza e operacionaliza a presença pública em todas as esferas da justiça penal. Conforme aponta Cordeiro, ocorre no caso brasileiro uma situação bem particular:

De outra sorte, nenhum óbice legal há no ordenamento jurídico brasileiro para que o diretor do estabelecimento penal não seja um servidor público, ao contrário, trata-se de um cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Contudo, numa verdadeira inversão, o modelo brasileiro de privatização do sistema prisional exige que o diretor do estabelecimento penitenciário seja um servidor público, enquanto os agentes penitenciários poderão ser empregados de empresa privada. (CORDEIRO, 2006, p. 146).

A terceirização no Amazonas teve início no final de 2003, no primeiro governo Eduardo Braga, em caráter de urgência, dispensando processo de licitação, em resposta às rebeliões que ocorriam no Sistema Penitenciário Estadual. Os primeiros anos da terceirização foram envoltos por controvérsias, pois muitas rebeliões ocorreram para denunciar casos de torturas contra presos. As empresas Instituto Nacional de Administração Prisional (INAP) e Companhia Nacional de Administração Penitenciária

(CONAP) foram as primeiras a entrarem no mercado de segurança penitenciária no Amazonas, controlando o Complexo Penitenciário Anísio Jobim e Unidade Prisional do Puraquequara (UPP), respectivamente. Segundo Jorge Amaral dos Santos (2009), possivelmente citando o ano de 2006, a primeira empresa a celebrar contrato com o governo do Amazonas foi a CONAP, terceirizando serviços em três unidades: Unidade Prisional do Puraquequara (UPP); Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT); regime fechado do Complexo Penitenciário Anísio Jobim.

Desde o início do processo, a terceirização é justificada como uma resposta aos fatores que impedem as políticas voltadas para o ideal de ressocialização das pessoas na massa carcerária, e a aplicação da Lei de Execuções Penais. Ainda na década de 90, o parlamento brasileiro já discutia as possibilidades sobre a privatização do sistema penitenciário, como alternativa para a falta de investimentos na sua expansão. De um modo geral, a atuação da iniciativa privada foi definida pela defesa da prestação de serviços como uma solução para a superlotação, a ineficiência e a corrupção no sistema prisional (CORDEIRO, 2006, p.112). Somente em 2011, o governo Omar Aziz pagaria R\$ 61,4 milhões para empresas contratadas.

Santos (2009) faz o relato de um acontecimento em outubro de 2007, depois uma inspeção-surpresa no IPAT, promovida pelo Corregedor de Justiça, um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público, 25 dias após uma rebelião, foram divulgadas diversas denúncias sobre a suposta ineficiência da gestão promovida pela CONAP. Santos (2009) fez referência às conclusões do corregedor-geral de Justiça, João Simões, que lançou publicamente argumentos que de a terceirização não significou naquele momento a renúncia de violações de Direitos Humanos das pessoas privadas de liberdade. Os motivos para rebeliões dos presos recaíram sobre os agentes de disciplina da CONAP:

Tudo o que foi levantado durante a inspeção surpresa no IPAT – falhas, omissões, desmandos e maus tratos de presos -, foi transformado em relatório e enviado ao governo do Estado, ao Ministério Público e à OAB para que as providências fossem tomadas. ‘[...] verificamos de forma comprovada que a rebelião foi culpa da falta de preparo dos agentes da CONAP. E juntamente com o Ministério Público e a Ordem dos Advogados iremos iniciar um movimento para que toda essa situação seja sanada’ disse Simões. O desembargador afirmou também que não é admissível que uma empresa contratada pelo Estado, que recebe um valor para cumprir com suas obrigações contratuais, não o faça. ‘[...] isso é dinheiro público. Os presos que estão aguardando julgamento perderam sua

liberdade, mas não perderam o direito de ser tratados como seres humanos’.

Uma polêmica apresentada por Santos (2009) é de que o modelo de cogestão no Brasil aumentou a dificuldade no acesso às informações sobre o sistema prisional, pelo fato de que as empresas concentrarem parte das informações. Santos, ainda analisando a situação do Amazonas, cita que no relatório do sistema prisional de 2006, produzido pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, foi denunciando que o governo estadual não exerceu de modo eficiente, no início da terceirização, fiscalização sobre os serviços prestados. Foi divulgado ainda que o Centro dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Manaus encontrava dificuldades em ter acesso aos contratos celebrados entre empresas e governo estadual. A sensação descrita é de que a organização seria tratada como “intrusa”.

As seguintes empresas já estiveram em atividade, ou ainda estão (caso da quarta empresa listada abaixo), prestando serviços terceirizados no sistema penitenciário do Amazonas, desde 2003:

- Companhia Nacional de Administração Penitenciária (CONAP)
- Instituto Nacional de Administração Prisional (INAP)
- Auxilio Agenciamento De Recursos Humanos E Serviços Ltda.
- RH Multi Serviços Administrativos Ltda.
- Umanizzare Gestão Prisional E Serviços Ltda.

A criação da SEAP marca uma nova etapa na administração penitenciária, e também na gestão compartilhada, esta que passa por uma nova consolidação da terceirização do sistema penitenciário. O portal online de notícias, *Amazonas Atual*, no dia 12 de março de 2015²³, publicou reportagem noticiando a contratação do Consórcio Pamas – Penitenciárias do Amazonas, formado pela Umanizzare Gestão Prisional e Serviços e a LFG Locações e Serviços Ltda. A reportagem ainda indica que ambas já estavam com contratos em vigor antes de vencerem o processo de licitação. O extrato do contrato, publicado no Diário Oficial do Estado, no dia nove de março de 2015, estabelece a concessão da gestão de cinco unidades prisionais por 27 anos, renováveis até o total de

²³ Ver *Após criar secretaria, governo do AM concede gestão de presídios por 27 anos. Amazonas Atual*. Disponível em: apos-criar-secretaria-governo-do-am-concede-gestao-de-presidios-por-27-anos. Acessado em: 12/03/2015.

35 anos. Ainda segundo a reportagem, o objetivo da parceria público-privada é o gasto indireto na criação de vagas no sistema prisional, com a previsão de criação de 2,6mil vagas. Segundo o contrato, o gasto indireto poderá ser realizado pelo pagamento mensal, de R\$ 635.50769, no total estimado de R\$ 205.904.493,72, durante os 27 anos – valores que poderão ser corrigidos com a inflação.

Esse novo momento na administração penitenciária do Amazonas, também é marcado por uma nova ênfase no discurso de Direitos Humanos, e a iniciativa privada possui papel fundamental na reprodução desse discurso, na medida em que orienta suas ações nesse campo. A insegurança nas unidades prisionais do Estado realimenta o discurso dos Direitos Humanos como uma saída para o descontrole, e a iniciativa privada procura reforçar iniciativas nesse campo, e podemos considerar que existe uma maior abertura sobre as questões penitenciárias. De todo modo, a iniciativa privada é cada vez mais atuante na vida social e política local, como demonstrado pelas doações de campanha eleitoral feita para políticos amazonenses, somando mais de R\$ 1.000.000,00 em 2014²⁴.

Outra questão relevante é que o mercado de trabalho passa nos últimos anos por um processo de reestruturação, que tende a estimular o emprego de uma força de trabalho que pode ser facilmente demitida, assim, também altamente substituível, para atender as demandas de uma nova concepção sobre a profissão de agente de segurança penitenciária, que se define cada vez mais como flexível e volátil (BATISTA, 2013, p. 30-32). A gestão empresarial se justifica também por uma nova tendência de estimular a competência e o crescimento profissional, além da já fundamental disciplina e lealdade necessárias para a profissão.

Além disso, devemos supor que o perfil profissional dos trabalhadores, responsáveis por realizar atividades de “segurança” nos presídios do Estado, também são parte dessa nova realidade. Em uma nota, Giorgi (2006, p. 52-53), sugere que a privatização do sistema penitenciário, nos Estados Unidos, também está relacionada com o encarceramento em massa, levando ao aumento significativo da criação de empregos na indústria de segurança. A transformação do sistema penitenciário em uma atividade

²⁴ Segundo o sítio online meucongressonacional.com, a empresa Umanizzare Gestão Prisional E Serviços LTDA doou o total de R\$ 750.000,00 para campanhas eleitorais, e a Auxilio Agenciamento De Recursos Humanos e Serviços LTDA foi responsável pela doação de R\$ 1.400.000,00. A maior parte das doações foi para campanhas de candidatos ao cargo de deputado federal do Amazonas. Para mais informações ver: <http://meucongressonacional.com/eleicoes2014/>. Acessado em: 15 de março de 2015.

cada vez mais terceirizada releva uma contradição crescente, mesmo no aumento do emprego na indústria de segurança. Soma-se a isso, a criação de um novo perfil empresarial, que se estabelece nas possíveis lacunas e contradições oriundas do sistema prisional e do processo social geral:

Poder-se-ia acrescentar um outro efeito do encarceramento de massa, que é retirar os desempregados das estatísticas mediante o seu emprego na indústria da segurança. A privatização dos cárceres é um fenômeno já consolidado nos Estados Unidos, onde prisioneiros e serviços de segurança privada representam um dos mais promissores setores de emprego de mão-de-obra. Em suma, os pobres encontram trabalho exatamente no *prison-industrial complex* que nasce com o objetivo de encarcerar outros pobres americanos.

Em suma, o esforço desse tópico foi de situar algumas mudanças que ocorreram na administração penitenciária estadual e os efeitos produzidos sobre os agentes de segurança penitenciária. São questões que colocam novos elementos na condução da pesquisa de campo que será abordada no próximo capítulo. Por exemplo, em unidades prisionais com agentes penitenciários, muitas vezes, foi suficiente informar sobre a pesquisa a direção das unidades prisionais, enquanto que, nas unidades com gestão compartilhada, além da permissão da direção respectiva, a mediação é feita, principalmente, pela equipe operacional nas escalas de serviço. Essa mediação é desafiadora pelas particularidades do sistema penitenciário e dos novos agentes sociais desse universo. Ademais, ainda não é possível colocar os termos que sinalizam o fracasso ou sucesso da terceirização, que é um tema diverso para a presente pesquisa.

2. O controle social e o combate ao inimigo interno como parte do cotidiano dos trabalhadores da segurança penitenciária do Amazonas

2.1. Questões iniciais sobre a ordem e a segurança pública no Estado o Amazonas

A questão da insegurança é um antigo dilema na sociedade brasileira. Este, sem dúvida, é um exagero discurso, porém, no exame histórico sobre a realidade brasileira e de suas particularidades, é possível observar uma longa persistência de profundas desigualdades sociais (BARREIRA, 2004). As agências de repressão do estado brasileiro também possuem uma marca histórica de práticas autoritárias e despóticas na condução da segurança pública.

Como sinalizou Luciano Oliveira (2011) a maior força da leitura de clássicos, como Foucault, é a possibilidade de considerar um ponto de vista analítico que nos permite traçar um tipo ideal de prisão europeia, e avançamos nas comparações das experiências diversas das sociedades europeias e brasileira. O autor argumenta que,

Sob o risco de me repetir, assinalo que, diferentemente do que ocorreu na Europa, não tivemos aqui uma sociedade disciplinar – ou “civilizada”, no termo de Elias, ou “apaziguada”, como quer Chesnais –, mas uma sociedade violenta, uma sociedade onde nunca houve a universalização da escola, onde os aparelhos da justiça penal sempre foram brutais e muito pouco eficazes, para dizer o mínimo, e onde, finalmente, uma imensa força de trabalho, miserável e informal, não possibilitou – e possibilita cada vez menos, em um planeta dominado pela revolução tecnológica e pela globalização – a constituição de um mundo do trabalho hegemonicamente enquadrado pelo dispositivo da fábrica. (OLIVEIRA, 2011, p. 334)

Para analisar as prisões é fundamental a compreensão de que além de serem espaços disciplinares, também estão sujeitas às mudanças que ocorrem com as disputas dos campos econômicos e político. Um modo de contar a história das prisões é descreve-la como um modelo moderno e possível de punição, que dá conta dos anseios por “justiça” em casos que afrontam a sociedade. As prisões seriam mecanismos eficazes para resolver problemas sociais imediatos como uma solução prática e utilitarista na sociabilidade do castigo. A questão das prisões é um tema que percorre a história da civilização humana, e nos coloca diante de questões que diferencia a experiência brasileira.

Em *A ordem do castigo no Brasil*, José Luís Solazzi (2007), inspirado nos trabalhos de Foucault, descreveu que a ordem do castigo no Brasil esteve assentada sobre os mecanismos dominantes e violentos que separavam a sociedade livre, considerada saudável, dos possíveis perigos que poderiam colocá-la em risco. Assim, notamos que a história do castigo no Brasil possui certas particularidades dos eventos ocorridos na Europa, seja no campo prático ou dos saberes. O registro e controle das populações

consideradas passíveis de vigilância orientavam o sistema de justiça em vistas de um controle político da população pela sua contenção e indução ao trabalho livre. A moralidade pelo trabalho foi vista como um fator fundamental de constituição de uma sociedade que buscava a construção de seu sucesso histórico. Desse modo, a disciplina seria a resposta para fomentar essa moralidade de um país formado por pessoas trabalhadoras. O “vadio” seria o exemplo de indisciplinado que deveria ser corrigido por meio das instituições disciplinares e pelo trabalho, de modo a criar corpos produtivos e aptos ao trabalho livre, passando a contribuir para o avanço da sociedade.

A história brasileira é marcada pelas origens autoritárias de nossa sociedade, e por um caráter classista de nossas forças de repressão. O Brasil conheceu o trabalho escravo como uma das principais formas de exploração de mão de obra por séculos, e a hegemonia cristã orientou a realização de suplícios públicos e privados na ordem autoritária da colônia. Solazzi (2007) demonstra que as mudanças que ocorreriam na legislação sobre a propriedade escrava (privada) era sempre acompanhada por reformas nos mecanismos de controle policial e jurídico, de modo que essas camadas da população não tivessem o controle negligenciado. Um exemplo disto foram os formulários com termos de “bem viver”, que definiram e separaram pessoas, classificando-as a partir das crenças nas desigualdades e exclusão social. Largos mecanismos jurídicos garantiam a regulação da circulação de pessoas passíveis de vigilância policial e de castigo, com trabalho forçado. Marcadamente, só em 1888, tivemos uma instituição (Lei Áurea) que, em contexto amplo, sugeria que o regime de trabalho escravista e pouco especializado estava assentado sobre preocupações diversas:

No caso brasileiro, construiu-se um conjunto de regras jurídicas que buscava castigar escravizados que atentassem contra a propriedade sesmeira, as integridades sociais das famílias e materiais do engenho e, portanto, confrontassem as atividades, técnicas e rotinizações de um sistema de propriedade e apropriação senhoriais. (SOLAZZI, 2007, p. 23)

Solazzi (2007) aponta que os discursos jurídicos e parlamentares que debatiam a moralidade e legalidade da escravidão estavam pautados em sua maioria em garantir que se em algum momento ocorresse a abolição do trabalho escravo, esta seria de forma lenta e em vistas de garantir a “segurança pública”. Isto porque os setores conservadores da sociedade brasileira estavam preocupados com as possibilidades de conflitos sociais que poderiam acontecer com a libertação do grande número de escravos que existia àquela época no Brasil, significados como uma onda de “bárbaros” em potencial. No momento

em que ocorre a abolição, os mecanismos de controle centralizados já possuíam informações precisas sobre as populações de trabalhadores escravos e libertos.

Os mecanismos de controle social, desde o período colonial, reativam práticas autoritárias baseadas em saberes sobre gestão de setores pobres da população e de tipos problemáticos: escravos fugitivos; vadios; bêbados; prostitutas; loucos; comunistas; bandidos. Em suma o autor passa por um detalhamento sobre a história do castigo no Brasil examinando como os novos saberes e práticas sociais justificaram/justificam um repressivo e seletivo sistema penal, e, mesmo depois de passar por duas ditaduras em seu período republicano, o Brasil ainda foi capaz de superar um legado autoritário que se realiza sobre o pretexto de defesa social. Por fim, conclui que o sistema penal brasileiro possui maior capilaridade e alcance na criminalização do que em qualquer outra forma de ajuste social.

Carlos Henrique Serra (2013) apresenta conclusões semelhantes no texto *Estado penal e encarceramento em massa no Brasil*, analisando a cultura punitiva no Brasil, como um fenômeno de longa duração que atravessa as relações de poder como uma sociabilidade *autoritária-repressiva* que é alimentada por uma lógica de um “inimigo social: pessoas puníveis e executáveis (eliminação física). As permanências autoritárias no Brasil contemporâneo são definidas com mais clareza pelas graves violações de Direitos Humanos ocorridas na época da ditadura militar e no fenômeno do encarceramento em massa que se inicia no Brasil a partir dos anos 90 do século XX. O encarceramento em massa é ironicamente definido por Serra como o surgimento de uma “política pública” que atinge principalmente as favelas brasileiras. É uma alusão à ideia de Loïc Wacquant (2007), como citado diretamente pelo autor, que o Estado penal recruta a maior parte de seus “clientes” nos guetos estadunidenses.

Esses são os elementos que Serra (2013) sustenta como concepções que levantam hipóteses de que o Brasil possui um Estado de corte punitivo, que se manifesta nas práticas e nos discursos dos aparatos jurídico-político e policial. Em outras palavras, é uma cultura punitiva que inscreve a punição como uma prática autoritária de uma longa duração na história brasileira, alimentada pelo combate a um “inimigo” da ordem social, em um período de longo prazo. Em suma, Serra (2013, p. 42) define que o encarceramento em massa do Brasil aprofundou os sintomas de criminalização da pobreza, inclusive com o que considera com permanências autoritárias e inquisitoriais.

As prisões brasileiras são reconhecidas por suas contradições e pela dura experiência humana nesses locais. Elas parecem uma janela para o passado, onde é possível encontrar, em sua grande parte, imagens das persistências de uma ordem autoritária. Apesar disso, elas não entram em colapso, vão funcionando no dia a dia e atendendo a demanda crescente do sistema penal. Parte do imaginário social justifica o funcionamento de nossas prisões, mesmo sobre essas condições, por não se conhecer ainda outro sistema de massas para lidar com os atos considerados antissociais, e acompanhamos nos últimos anos a expansão do sistema penal e punitivo, que aparecem materializados no encarceramento em massa no Brasil.

A pena de prisão é uma das principais formas de castigo no País, na medida em que ocorrem apelos de mais encarceramento - os números demonstram o aumento do encarceramento no Brasil, agravado pelo grande número de prisões provisórias. Fala-se de prisões no Brasil como um problema social que evocam palavras que revelam anacronismos que dão conta de situar historicamente a experiência da sociedade brasileira como uma construção contraditória, autoritária, cheia de debilidades crônicas e persistências de problemas que apontam fragilidades do ideal de país de “primeiro mundo”, ou o ideal de uma sociedade democrática e de justiça social. Sem dúvida essa situação contraditória não impede o agenciamento de discursos e ações políticas fragmentadas e difusas que emergem no campo social. A despeito dos anacronismos, que de modo recorrente são evocados, o sistema prisional brasileiro é conhecido por suas “crises”, “desestruturas”, “falências”, “insalubridades” e por se apresentarem como espaço de violentas disputas pelo monopólio do poder e da condução da vida carcerária.

Em *A categoria ‘bandido’ como identidade para o extermínio. Algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro* (2011), Michel Misse discute os limites da utilização dos conceitos de *self*, *estigma* e *rótulo* no Brasil para a compreensão da identidade social do “bandido” a partir do caso do Rio de Janeiro. Para apoiar sua análise, utiliza a ideia de *fantasma social* a partir da construção de tipos sociais de sujeição social. Para Misse (2011, p. 41), cada ciclo normalizador observado no Brasil foi acompanhado pela metamorfose do “fantasma criminal”, que acompanha as transformações na sociedade urbana, dos fantasmas sociais e do mercado de trabalho.

A preocupação com a pobreza não deixa de ter uma vinculação ideológica de gestão da pobreza urbana, que mesmo desvinculada de uma relação direta, a

representação do bandido criada pela sujeição criminal acaba por realimentar a “moral da subalternidade como um valor com dignidade própria (MISSE, 2011, p. 46)”, e por reproduzirem os preconceitos sociais e o saber moral das classes dominantes. Nesse sentido, apresenta o seguinte quadro para demonstrar como as mudanças ocorridas nos ciclos normalizadores acabam por indicar uma linha tênue de continuidade no Rio de Janeiro, no *sujeitamento criminal* como processo ideológico, portanto, funcional à dominação (MISSE, 2011, p. 41):

Quadro 5. Representações de causas, efeitos e tipos sociais da pobreza urbana

Período	“Causas”	“Efeitos”	Tipo positivo	Tipo negativo
Virada do Século até década de 40	Resistência individual ao trabalho assalariado	Pobreza > classes Perigosas	Trabalhador honesto e disciplinado	Vadios, desordeiros e malandros
Décadas de 50/70	Subemprego, marginalização econômica-social	Pobreza > des-normalização, revolução	Operário qualificado; Funcionário público	Marginais, bandidos, comunistas
Décadas de 80/90	Setor informal, precariedade de trabalho e de vida, exclusão de direitos	Pobreza>estratégias de sobrevivência, luta por direitos de cidadania, estratégias aquisitivas	Trabalhador autônomo ou por conta própria	Desempregados, assalariado precário, vagabundos (traficantes) e bandidos em geral

Fonte: Misse, M. (2011).

Nesse sentido, a noção de *sujeição criminal* pode ser uma forma de compreender a identidade social do bandido no Brasil, que não se daria apenas pela incorporação de um papel social, mas também pela “personificação” do crime, que separa os cidadãos “de bem” e o sujeito do “mundo do crime” (MISSE, 2011, p. 34). Misse (2011) sugere que, no Brasil, as classes dominantes não se identificam com a sujeição criminal, ou pelo menos é mais difícil serem identificadas, na medida em que possuem expectativas de poderem manipular sua identidade social, como em casos em que a prática de crimes como corrupção são representados como *desvio* em meio às classes dominantes.

Essa noção é muito importante, pois nos permite auxiliar na compreensão do extermínio e na negação da subjetividade do bandido, considerada antissocial e de que são pessoas consideradas “portadoras” do crime. A sujeição criminal ultrapassa a interação social ao estar “estabilizada institucionalmente no Código Penal, nas

instituições de controle e nas práticas mais variadas de contenção desse indivíduo que é tomado como a ‘subjetivação do crime (MISSE, 2011, p. 34)’. O bandido é entendido como um tipo social que está nas “margens do estado” e que possui a expectativa social de ser perigoso e violento, portanto, cliente preferencial das prisões brasileiras.

A aparência de isolamento das prisões em geral, como um local controlado e não acessível para a sociedade livre, é desmantelada a partir do momento em que podemos considerar esses locais como relacionados, por exemplo, com a dinâmica da violência de determinado território e os mecanismos de expansão jurídica, estabelecimento de direitos e aumento da criminalização. Nesse sentido, as prisões são observadas não como um algo separado radicalmente da sociedade livre, mas como um lugar que, de diferentes formas, está presente no cotidiano de nossas cidades. Entender as prisões brasileiras como espaço disciplinar é algo desafiador. Isso porque diante das condições de determinados prisões no País, não é possível dizer que o espaço disciplinar é constituído para a reprodução dos objetivos do Estado quando, na verdade, o espaço disciplinar está diluído nas ausências e presenças, bem como na difusa *auto-organização* da massa carcerária.

Está em debate como as pessoas são capazes de esvaziar de sentido as normas, reproduzindo sociabilidades antagônicas, desafiadoras das regras estabelecidas, regulamentadores de uma prática do cidadão ideal que norteia o Estado democrático de direito. Este último é desafiado por novas práticas sociais que lhe escapa ou busca isolar fisicamente, mesmo que em suas margens, negociando e abrindo concessões sobre o monopólio do controle das disputas, criando espaços que relativizam o controle estatal.

Em suma, as reflexões apresentadas nesse tópico foram introduzidas de modo que seja possível avançar na compreensão da teia social em que os agentes de segurança penitenciária estão inseridos. Desde a substituição do carrasco pelo carcereiro no decorrer da história, os agentes de segurança penitenciária são os responsáveis por lidar com inúmeros dilemas da sociabilidade urbana, com as situações que acontecem na “rua”. Em ciências sociais, podemos construir uma representação lógica das prisões como espaços arquitetônicos dotados da função social de estabelecer regimes de isolamento legal para pessoas que estejam em conflito com a lei, onde são estabelecidas distinções e diferenciações que dão sentido à sociabilidade nesses espaços, regidas por signos e operações que os nivelam. É um espaço que, por excelência, busca separar as pessoas que

não estariam aptas ao convívio social livre, onde podemos encontrar os fantasmas criminais de nosso tempo.

As prisões podem oferecer imagens sobre as contradições sociais urbanas, conforme demonstrado pela lógica repressiva de controle policial à criminalidade. Dessa forma, as prisões brasileiras não reproduzem uma racionalização do poder que moldaria um sistema estruturado e bem definido, mas parece o ambiente em que os múltiplos arranjos e agenciamentos se articulam em meios às contradições, e mantem o funcionamento do sistema prisional, mesmo que por meio de improvisos, urgências e ilegalismos.

Apesar de existir uma grande lacuna na reflexão sociológica sobre as transformações ocorridas nas políticas de segurança pública no Estado do Amazonas nos últimos anos, a região esteve presente no debate nacional contemporâneo e no polêmico embate sobre a política de encarceramento no Brasil. Nesse sentido, o contexto nacional impulsionou a adesão de políticas voltada para o respeito aos direitos humanos, a integração de dados e operações, e da busca por pactos de paz e de aliança da polícia com a população. A primeira vista essa argumentação poderia ser contraditória com a realidade precária descrita no capítulo anterior, mas essas duas realidades apenas expressam a dura luta que é empreendida nesses campos. Nesse aspecto, é possível observar a profunda contradição na realidade social dos estabelecimentos penais que, ao mesmo tempo em que toma os discursos dos direitos humanos como um grande ideal, também assume a ânsia por punição e prisões de alguns setores da sociedade.

As ciências sociais brasileiras entram no embate nacional com importantes contribuições sobre esse desafiador tema de pesquisa, demonstrando que devemos estar atentos as particularidades de nossa realidade, marcada pela longa persistência de profundas desigualdades sociais e manifestações autoritárias que de modo difuso operam uma disjunção entre a segurança pública e os direitos humanos (ADORNO, 2002; BARREIRA, 2004; SOLAZZI, 2007; SERRA, 2013). Os resultados são expressados na sensação de insegurança urbana, que são potencializadas pela descrença nas instituições do estado, e não raras as vezes em que as populações optam pelo *justicamento*, pressionando a operação da segurança pública por um viés despótico.

Em *Política e Segurança Pública* (2009), Edson Lopes destacou que os planos federais de segurança pública nos anos 2000²⁵, foram planejados e realizados no sentido de aprofundamento da experiência democrática nas instituições de segurança brasileira. Em certa medida, foram planos pensados a partir de uma perspectiva de utilização de recursos tecnológicos de governo em vistas de incentivar a integração de dados em nível nacional, gerador de uma economia da criminalidade “ressaltando a intensificação da adesão popular ao seu regime de enunciados como um exercício democrático que identifica a qualidade mais própria à moderna garantia da vida ou ‘pacto de segurança’ (LOPES, 2009, p. 25)”. A adesão popular é incentivada pela noção de que a população poderia participar na ativação dessas tecnologias de governo, ao participarem da vigilância, fiscalização, delação e da criação de novas políticas de segurança pública.

Nessa perspectiva analisa a partir da noção de *governamentalidade*, cunhada por Foucault, e *biopolítico* para demonstrar os novos problemas de governo, que colocam a segurança como um problema político e científico, em vistas de garantir a sobrevivência do Estado por meio da segurança cidadã. Novas frentes de prevenção à violência e a criminalidade são abertas associando o conhecimento prévio de zonas de risco, e as consequentes ações preventivas socioeconômicas e socioeducativas, que são articuladas com as intervenções punitivas, “sob o pretexto de uma guerra que se instala a uma rede de intervenções punitivas sob o pretexto de uma guerra que se instala, um combate formal a ilegalismos declarados” (LOPES, 2009, p. 110). Para Lopes (2009), as populações e comunidades além de serem entendidas como grandes aglomerados unificadores, são também vistos como laboratórios militares de intervenção sobre diversos pretextos, hoje, o do desenvolvimento do pacto de segurança, da paz cidadã.

Sobre essa perspectiva, o Estado do Amazonas também passou por uma série de mudanças que privilegiam essas experiências e orientações, buscando essa nova segurança pública orientada pelos Direitos Humanos, e que teria um caráter mais preventivo do que reativo. Nesse sentido, diversas influências foram sentidas no Amazonas com os novos planos de segurança pública que estimulam a integração de diversas ações de governo, bem como da formação de quadros policiais orientados para uma integração com as comunidades, com novas perspectivas de combate à impunidade

²⁵ Plano Nacional de Segurança Pública-2000; Projeto Segurança Pública para o Brasil-2003; Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania-2007.

e transparência. O Amazonas ainda se destaca com as parceiras público-privada, como, por exemplo, na cogestão do sistema penitenciário.

Durante o segundo governo Eduardo Braga (2006-2009) foi lançado em 2007, o plano de *Revitalização da Segurança Pública do Estado*, marcando a adoção discursiva de uma “humanização” da segurança pública e de uma segurança pública comunitária, focalizada principalmente em Manaus. A execução do plano resultou no processo de integração das polícias e na criação de diversas políticas de policiamento comunitário, orientado por uma participação ativa da população na prevenção e repressão a violência e criminalidade. De fato, nesse período a segurança pública no Estado do Amazonas assume um grande apelo midiático e de criação de uma “imagem positiva”, como uma política estratégica de combate a violência urbana e de segurança do território do Estado, bem como de sua “humanização” pelas ações no âmbito comunitário.

A renúncia do governador Eduardo Braga em 2010 para disputar vaga para o Senado Federal, abriu espaço para seu vice-governador Omar Aziz disputar a reeleição no campo governista das eleições de 2010. Ambos lograriam sucesso em suas empreitadas eleitorais. A campanha eleitoral de Omar Aziz aproveitou a grande sensibilidade do imaginário popular, apresentando o programa de policiamento comunitário, Ronda no Bairro. De fato, foi uma das principais vitrines de seu governo, e teve sua implementação ainda em caráter experimental em 2011, na cidade de Manaus. O programa é baseado na consolidação prática e discursiva de um policiamento comunitário reestruturado, que teria suas origens no governo anterior. De outra forma, buscava aprofundar os objetivos da revitalização através da realização de um *Programa de Reestruturação da Segurança Pública*, novamente estimulando a participação da população na prevenção e denúncia de crimes, e o reforço na criação de vínculos de confianças entre a população e as guarnições militares.

O *Relatório de Ação Governamental 2011 a 2013* (2013) apresenta dados relevantes sobre alguns resultados da adoção desta política. É interessante destacar que todos esses planos na prática são avaliados por uma ideia de produtividade e de resultados com índices e dados que atestariam o sucesso e o fracasso. Neste relatório podemos observar que em 2013 o governo estadual divulgou a realização de mais de 200 mil atividades, entre visitas a escolas, residências, reuniões comunitárias e palestras. Também dá grande destaque sobre o aumento no repasse de recursos para a pasta de segurança

pública, bem como a convocação de 4.6 mil candidatos aprovados em concurso público, e a adoção de cursos de capacitação para a consolidação da polícia comunitária. São marcas de políticas que visavam comunicar o combate inquestionável ao crime e à violência urbana.

As polícias civil e militar são destacadas pelos novos equipamentos que buscavam a integração e reestruturação, dessas forças, para a atuação no combate ao crime. Esses equipamentos ganham destaque com as possibilidades manifestadas pelas aquisições de câmeras de segurança, viaturas e nos novos equipamentos tecnológicos. No relatório o principal foco de sucesso é a perspectiva de reduzir o número de homicídios, que é visto como um fator de legitimador do policiamento comunitário. O seguinte quadro é enunciado no *Relatório de Ação Governamental 2011 a 2013* (2013), destacando a diminuição no número de homicídios em 2013, na comparação com 2012:

Tabela 4. Ocorrências Criminais em Manaus: 2012-2013:

Natureza	2012 (jan. a 25/dez)	2013 (jan. a 25/dez)	Δ% 2013/2012
Homicídio	933	715	-23,3%
Tentativa de homicídio	537	472	-12,1%
Lesão corporal / Violência doméstica	14.170	14.777	4,0%
Estupro	996	1.332	25,2%
Latrocínio	38	34	-10,5%
Roubo e furto	63.714	55.757	-12,4%

Fonte: SISP/SSP.

O programa Ronda no Bairro marca a preferência de resultados positivos que são medidos a partir do número de ocorrências registradas. Mesmo considerando a fragilidade dos números oficiais, em decorrência de subnotificações, dados conflitantes, a redução do número de ocorrências de determinados tipos de crimes registrados pela SSP-AM, como homicídio e roubo e furto, pouco nos auxilia na compreensão do aumento no número de pessoas presas no sistema penitenciário, principalmente, se destacarmos o aumento no número de presos provisórios. Um caminho possível para entendermos esse aumento, está na política de estímulo da produtividade policial que aparece incentivada como uma bonificação salarial, que em alguns casos ficou conhecida como “décimo quarto salário”.

A redução nas ocorrências criminais citadas, em 2012 e 2013, não significou a diminuição no número total de pessoas presas no sistema penitenciário. Podemos tomar como exemplo, o aumento no número total de presos em 3,42% em dezembro de 2013 (8.041), em relação ao mesmo período em 2012 (7.775). O aumento no número total de presos em dezembro de 2014 (9.978) é de 24,08%, em comparação a dezembro de 2013. De fato, não é de estranhar que a “produtividade” policial ganhou destaque como prova do sucesso do programa Ronda no Bairro. Nesse sentido, o *Relatório de Ação Governamental 2011 a 2013* (2013), apresenta o detalhamento das ocorrências registradas, e credita também parte desses números a uma maior articulação das ações de inteligência, no âmbito da Secretaria-Executiva-Adjunta de Inteligência (Seai):

Tabela 5. Produtividade do programa Ronda no Bairro – 2012-2013

Produtividade	Ano	
	2012	2013
Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)	10.614	10.812
Flagrante	3.041	4.423
Ato infracional	1.469	1.386
Ocorrências de tráfico de entorpecente	1.088	1.984
Ocorrências de porte e uso de entorpecente	1.702	1.431
Apreensão de arma de fogo	930	889
Localização e recuperação de veículo	1.881	1.557
Apreensão de entorpecente (grama)	388.440	399.360

Fonte: SPP-AM; Relatório de Ação Governamental 2011 a 2013.

É no Anuário da Segurança Pública do Estado do Amazonas que se concentram informações importantes das ações governamentais na segurança pública, mas que novamente tem o foco na cidade de Manaus. O Anuário foi disponibilizado pela Secretaria de Estado Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), através de sua Comissão de Estatística e Análise Criminal, e contando com a parceria do mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com o objetivo de ser utilizado no planejamento de “ações tático-operacionais”, também de suporte para o planejamento estatal e da gestão pública de políticas estratégicas para este setor.

É um trabalho pioneiro no que diz respeito a uma política de integralização do planejamento da gestão pública, através do incentivo de parcerias com as universidades – que possuem relevante contribuição para uma análise crítica da realidade social -, mais

especificamente a UEA, com diferentes setores do Estado – Corpo de bombeiros, polícia civil, polícia militar, DETRAN-AM, esfera estatal e federal -, e da sempre convocada sociedade civil. Existe um reconhecimento de que é necessário envolver toda a sociedade no debate sobre a violência e criminalidade, que foram considerados os fatores que impedem a realização de uma sociedade democrática e de uma vida plena. O documento concebe que a segurança pública no Amazonas não possui como objetivo o fim da violência ou dos crimes, se assim podemos dizer, mas da construção democrática, objetiva e metodologicamente pensada de técnicas ou mecanismos que permitam “diminuir o tempo de resposta” para os problemas e demandas relativos à segurança pública. Essa postura é justificava por uma suposta nova demanda social por planejamento estratégico e de gestão, baseados na eficiência da máquina pública, cada vez mais exigida.

É indicada a adesão do Amazonas nas chamadas “novas diretrizes” nacionais da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENAPS), marcando a integração do sistema de segurança pública amazonense com o âmbito nacional, padronizando o processo de coleta, tratamento e análise de dados criminais. A SENAPS é responsável por nivelar as informações das secretarias de segurança pública estaduais. Novos paradigmas, oriundos do conhecimento objetivo e científico, são debatidos como fundamentais para a construção deste novo momento de capacitação dos gestores públicos, pretendendo rupturas decisivas com o que é chamado de paradigma do “senso-comum”. Nesse sentido, a paz e a ordem pública de modo permanente, são entendidas como ideais impossíveis, tendo alguns acúmulos observáveis de supostas conquistas no campo dos Direitos Humanos e da paz social. Na introdução são apresentados alguns dados que justificam a segurança pública como um problema social de dimensão complexa, que envolve fenômenos sociais em escala planetária:

Muitos países, sobretudo os latino-americanos, ainda apresentam taxas de mortalidade por violência acima da média mundial. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) 1,6 milhões de pessoas perdem a vida, a cada ano, por causa da violência. Um número ainda maior de pessoas é acometido por problemas físicos, sexuais e psicológicos relacionados à violência. (Anuário da Segurança Pública, p. 29).

A violência é abordada pelas políticas de segurança pública como um impedimento de realização plena da vida, ou de uma vivência cidadã e democrática, seja no ambiente urbano ou rural. As particularidades próprias da região amazônica aparecem como um grande desafio para as políticas de segurança pública. Mas apenas na década de

60 do século XX, que a cidade de Manaus experimentou um acelerado aumento no seu crescimento urbano. Segundo o relatório,

No entanto, o acelerado processo de urbanização experimentado nas últimas décadas tem provocado maior concentração populacional nos centros urbanos e tem exigido cada vez mais eficiência na capacidade de gestão dos governos, especialmente no que diz respeito à oferta de bens públicos capazes de melhorar as condições de vida da população. Em regiões menos adensadas e com difícil acesso, como acontece na Região Norte do Brasil, onde os fatores distância, isolamento e dificuldade de acesso estão presentes, há um esforço maior para a promoção do bem-estar social. No Estado do Amazonas esses fatores são históricos e estão sempre conjugados dificultando a aplicação, principalmente, de políticas de saúde e segurança. (Anuário da Segurança Pública, p.31).

A cidade de Manaus é marcada pelo crescimento urbano sem planejamento e na ocupação de terrenos, que são chamadas em sentido acusador de “invasões”. O próprio relatório destaca essa situação como um fator de desenvolvimento de problemáticas peculiares para a segurança pública. Com a Zona Franca e o estabelecimento do parque industrial, Manaus experimentou um rápido crescimento urbano, impactando no aumento da demanda por bens e serviços públicos, que acabaria se tornando verdadeiro desafio para a gestão público no estado, com o crescente surgimento de núcleos habitacionais que formariam os novos bairros, e a formação de camadas médias urbanas:

Nessa primeira fase, centrada nos anos 1970, com a economia estimulada pelas atividades do terceiro setor, Manaus passou a expandir-se no sentido norte, com a construção de grandes conjuntos residenciais para atender à crescente demanda habitacional, induzida pela forte migração de trabalhadores provenientes de outros estados. Essa migração foi determinante em todo esse processo de concentração urbana. Um grande contingente populacional de origem interiorana, sem qualificação profissional, passou a ocupar as margens dos igarapés e áreas particulares das zonas Norte e Leste [...] (Anuário da Segurança Pública p. 36)

De um modo geral, a diminuição em taxas de homicídio é observada pelo poder público, como um dos fatores positivos nas mudanças ocorridas na segurança pública do Amazonas²⁶. As forças de segurança buscam operar de modo planejado e com a utilização

²⁶ Os alarmantes dados apresentados pela oitava edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), sobre a cultura da violência e da criminalização no Brasil, reforçam a sensação de sucesso nas políticas estaduais de segurança pública. De um modo geral, o relatório anuncia que a cada dez minutos, uma pessoa é assassinada no Brasil, e que ocorreram 53.646 mortes violentas em 2013 (Anuário:2014). A letalidade e vitimização policial também estão em alta, com 490 policiais *vitimizados* em mortes violentas, e 11.197 pessoas mortas pelas polícias brasileiras nos últimos cinco anos. O relatório destaca que as polícias dos Estados Unidos da América demoraram 30 anos (1983-2012) para matar 11.090 pessoas. O número de estupros relatados em 2013 foi de 50.320, e, se considerados os possíveis casos não relatados, podem ter acontecido até 143 mil estupros no Brasil. O relatório ainda destaca que a população negra representou 68,0% dos homicídios, e considerando ainda o número total de vítimas de homicídios, 53,3% foram entre jovens brasileiros.

de novas tecnologias para monitoramento de amplas áreas urbanas. O Ronda do Bairro serviu para a seleção de novas tecnologias em zonas de monitoramento. O acelerado ritmo na contratação de efetivos policiais, integração da inteligência nas polícias civil e militar, ações de policiamento comunitário, teve impacto no aumento da produtividade medida em ocorrências, e também contribuiu para aumentar a superlotação do sistema penitenciário, que não conheceu a mesma expansão relativa à sua estrutura, para a crescente demanda da área de segurança pública. Para exemplificar esse argumento, podemos tomar, como exemplo, o aumento no déficit de vagas do sistema penitenciário, conforme dados apresentados no tópico anterior.

César Barreira (2004, p. 77) sugere que a capacidade de um governo civil em manter a “paz pública” pode ser avaliada e mensurada, pelo imaginário popular, como um fator de legitimidade. Não seria algo impossível e difícil de observar as diversas flutuações no estabelecimento de uma gestão democrática na área de segurança pública. Se na área de segurança pública são apontados múltiplos avanços considerados positivos, o impacto sobre o sistema penitenciário teve efeitos consideravelmente negativos. Isso tudo é em decorrência da construção do processo democrático, que não ocorre automaticamente com a passagem para um regime democrático, portanto, o legado autoritário presente nas práticas violentas, ilegais, de torturas dentre outras que se manifestam nos aparelhos repressivos, é duradouro e não desaparecerá automaticamente.

A cultura do controle surge, segundo David Garland (2008), como um fracasso político estatal de normalização da sociedade. O combate ao crime, ao que parece, pode significar o estabelecimento de políticas consideradas bem-sucedidas, que possibilitam a construção de discursos que as tornam “carro-chefe” em eleições, como políticas que apresentam a reafirmação do Estado e sua legitimidade. A “disciplinaridade” do estado não cumpriu a promessa de manter sobre controle os estratos sociais mais baixos, nem cumpriu a promessa de pleno emprego, adotando uma nova razão de governo que observa a relativa autonomia da multidão que não está sujeitada ao controle disciplinar. As estratégias e racionalizações que sustentam a reprodução da relação entre sistema carcerário e sistema de produção social/capitalista são fundamentais para se ter mais clareza sobre a questão apresentada.

2.2. Pelas margens, becos, ruas e *rip rap*: as “galeras” como criminalização da juventude pobre de Manaus

O presente tópico é um breve esforço de sinalizar alguns problemas sociais em na dinâmica urbana da cidade de Manaus, descrevendo as mudanças da narrativa do crime que afetaram a história recente e que continuam a afetar os agentes de segurança penitenciária em atividade. Existem muitas formas acadêmicas de contar a história de Manaus. A forma mais conhecida é narrada pelos ciclos econômicos da extração de látex (entre o final do século XIX e início do século XX) e instalação da Zona Franca (em meados de 1960), períodos marcados pela riqueza econômica e rápido desenvolvimento dos equipamentos urbanos tecnológicos e de infraestrutura. Falar das supostas riquezas econômicas de Manaus é uma forma de contar a história de seu desenvolvimento social.

Outra narrativa de sua história é através das profundas desigualdades sociais. Por exemplo, a fundação de muitos bairros, no decorrer do século XX, é comumente relacionada às ocupações espontâneas de novas áreas que foram denominadas de “invasões de terras”. Essa é a história que ocorre às margens do processo social representado na riqueza econômica de um número reduzido de pessoas, enquanto uma parte considerável da força de trabalho lutava pelo acesso à terra e a moradia. Nesse sentido, a ocupação “desordenada” também significa que o Estado, pelo menos inicialmente, esteve à margem do processo de organização social desses novos locais de moradia, associados à pobreza, e que hoje podem ser chamados de “invasões”. A questão das margens faz todo sentido para a história de Manaus. Basta que se observe o exemplo dado pela Cidade Flutuante, onde imigrantes tiveram de construir casas flutuantes nas margens do Rio Negro, pela dificuldade de acesso à terra.

Esses modos de narrar a história de Manaus são parciais e limitados. Outra forma parcial e limitada de narrar a história da cidade é através de uma história não-contada, ou não-relevada, que envolve o mundo do crime em Manaus, no campo do que é moralmente reprovável e do que não pode ser pronunciado. Para a presente pesquisa, a história recente do crime na cidade pode ser um interessante auxílio na compreensão das mudanças que Manaus tem presenciado e protagonizado nos últimos anos. Mais do que isso, para delimitar o foco de argumentação para a presente pesquisa, a história profissional dos agentes de segurança penitenciária não apenas está relacionada com as mudanças políticas e econômicas como também com outras dinâmicas, como a do crime que, ao que

tudo indica, pode ser um gatilho de mudanças e reordenamentos no sistema penitenciário nos últimos anos.

Não é pretensão desse tópico realizar um resgate total sobre a história do crime em Manaus, mas demonstrar alguns exemplos que servem de base para reflexões importantes para a presente pesquisa, cabendo um recorte que considero possível que é o de contemplar temporalmente o fim da década de 1980 até os dias atuais.

No final da década de 1980, a cena policial esteve envolvida com crimes de pistolagem – em grande medida com participação de policiais -, tráfico de drogas doméstico, briga de gangues e contrabando de mercadorias – para ficar em poucos exemplos. Nesse período, Manaus pode ser descrita como uma rota de contrabando de drogas ilícitas, principalmente cocaína, com um pequeno mercado local consumidor. Um exemplo disto, que figurou no noticiário policial nacional, foi o caso do amazonense Antônio Graça, supostamente em sua época um dos maiores narcotraficantes do Brasil, que possuía ligações com cartéis colombianos e que fez sua trajetória atuando em diversos estados brasileiros e no fornecimento de cocaína para outros países, inclusive para países europeus. Manaus ainda figurava como um lugar em que o pequeno mercado de drogas ilícitas era gerido por famílias e pequenos grupos locais – pais, tios, primos, irmãos, mães, por exemplo -, com atuações limitadas em determinados bairros. Desse modo, esses grupos eram conhecidos pelos nomes dos bairros que eram associados ao território do mercado ilícito.

É nesse período que ocorre a ascensão do “galeroso”. O “galeroso” é um termo muito utilizado na cidade de Manaus para identificar uma pessoa potencialmente violenta, moradora da periferia de Manaus, que subjetiva a expectativa social de uso da violência como mediadora de conflitos diversos. Não é nenhum absurdo descrever o fenômeno das gangues como anterior à utilização corriqueira do termo “galeroso”. Somente quando é popularizado este termo, com datação ainda imprecisa, que as gangues de jovens da periferia passaram a representar a personificação do mal. Na prática, seriam pessoas pobres diretamente relacionadas aos altos índices de criminalidade na capital. De um modo geral, as pessoas representadas como “galerosos” são homogêneas e simplificadas como promotores de diversos conflitos sociais que ocorrem nas áreas periféricas da cidade, praticantes de condutas opostas ao Estado Democrático de Direito. Foram por muitos anos representados como os promotores de muitos casos de violência

nas áreas periféricas de Manaus, descritas como territórios da violência, *malditos*, e que a própria ronda policial teria dificuldades de acesso para coibir a violência que estava personificada nos “galerosos” que, do ponto de vista sociológico, emergem como um exemplo de *sujeitamento criminal*, como proposto pelo professor Michel Misse (2014).

Nos anos da década de 1990 poderiam ocorrer, com alguma frequência, os eventos chamados de “briga de galera”, que em alguns casos eram disputas violentas entre grupos de “galerosos” rivais. E os espaços que eram então vistos como territórios de violência poderiam ser estigmatizados como lugares violentos, nomeados como “galeral”, pela frequência de práticas violentas que poderiam envolver brigas entre grupos de moradores de ruas diferentes, cobrança de pedágio de transeuntes, pequenos roubos e furtos, assassinatos, vinganças. Facas, terçados e a “perna manca” (um pedaço de madeira grande) são tidos como as principais armas do “galeroso” que, a despeito de sua esperteza, não é conhecido por realizar crimes econômicos mirabolantes, mas, sim, pela violência banal, ou o que poderia ser chamado de motivos torpes, no linguajar policial e jurídico. Ademais, seria suficiente que o jovem pobre da periferia praticasse contravenções para que fosse acusado de ser um “galeroso”.

Testemunhei algumas brigas de “galera”. São eventos que poderiam ocorrer de modo inesperado e por diferentes motivos. Bastava o andar de um jovem “forasteiro” ser considerado como diferente em determinada rua ou bairro com referências de pertencimento de um grupo, para que a consideração tomasse a forma de uma afronta para o grupo que estivesse observando seu modo de andar. Até mesmo um simples olhar poderia ser a “senha” para uma batalha campal de vida ou morte, que poderia ser iniciada com a frase “tá olhando o quê?”. Em bairros como o do Educandos, quando a notícia de uma briga nas ruas principais se espalhava, era o momento em que alguns jovens se armavam com suas armas de fabricação “caseira”, e saíam das margens das ruas, dos becos e das ruelas escuras, para participarem de sangrentas batalhas campais, que pareciam verdadeiros “balaios de gato”. Na mesma velocidade em que esses grupos surgiam e as brigas corpo a corpo se instauravam, as fugas se empreendiam. Os mais preparados se armavam com armas de balas de chumbinho, tendo em vista que armas de fogo não eram muito utilizadas à época, talvez pela dificuldade no acesso. Não raramente, pelo próprio caráter sangrento das brigas, algumas pessoas morriam violentamente, alimentando o desejo de vingança daqueles que sobreviviam.

Nessa época, poderia ser suficiente mencionar o nome de algum bairro ou rua para identificar e estabelecer distinções sobre os grupos identificados como “galerosos”. Assim, existiam as “galeras” do bairro do Educandos, do bairro da Compensa, do bairro da Praça 14 de Novembro, do Beco da Conquista, da Rua Rosarinho. O simples fato de ser morador de uma rua, beco ou “bodozal”²⁷ bastava para ser acusado de pertencer à uma “galera” e, em certos casos, essa identificação resultava na cautela de não ser visto em uma rua de outra galera. De modo que, no mesmo bairro poderiam existir várias “galeras” de diferentes ruas, fazendo com que a mobilidade fosse algo perigoso. A ligação do “galeroso” com seu local de moradia de certo modo foi algo muito valorizado. Ainda que no bairro pudessem ocorrer disputas entre grupos de diferentes ruas, não era difícil alianças e compromissos momentâneos de “galeras” do mesmo “setor/quebrada” (bairro), para disputas violentas contra grupos de outros bairros.

A distinção entre jovens moradores de bairros estigmatizados como “galeral”, poderia se dar em *estudante honesto* em oposição ao “galeroso”. O jovem estudante é uma das vítimas, porém, no cotidiano esse mesmo *estudante honesto* poderia ser alvo de *acusação*, dependendo da situação. Este jovem hipotético poderia ser acusado de ser um “galeroso”, e ser vítima da violência policial, preconceitos diversos, além de potencialmente ser vitimado por ação de grupo morador de outro bairro. Este pesquisador lembra-se de situações em que esteve no bairro Tancredo Neves, em Manaus, ainda na primeira década dos anos 2000, e de que amigos ainda falavam de ruas em que não poderiam passar por serem locais conhecidos como territórios de outras “galeras” – mesmo se não tivessem qualquer relação com qualquer tipo de disputa anterior. A prática frequentemente noticiada na imprensa de cobranças de pedágios, em ruas e becos da periferia, que costumavam acontecer durante a noite, por muito tempo esteve associada como uma atividade típica de “galerosos”, em grupo ou não. Os casos em que moradores recusaram pagar para passar, poderiam resultar em mortes violentas, que no imaginário social representam uma situação dramática em que pessoas são mortas por dois ou três reais.

²⁷ As áreas chamadas de “bodozal” são locais de moradia associados a pessoas pobres que vivem em pequenos igarapés que cortam a cidade de Manaus, geralmente em casas de madeiras e sem saneamento básico ou outros equipamentos urbanos. Hoje em dia, muitos desses locais receberam concreto nas margens dos igarapés e passaram a serem chamados de *rip rap*. “Bodozal” é relacionado com o peixe acará bodó que vive em locais de alagamento ou de leitos barrentos.

Nesse ponto, cabe a transcrição na íntegra de uma reportagem da Folha de São Paulo, datada de 04 de fevereiro de 2001, produzida pela jornalista Kátia Brasil, da Agência Folha, em Manaus. Conforme publicado pelo jornal:

Gangues cobram pedágio de moradores de Manaus

A noite de Manaus está sitiada pela ação das galeras, gangues de adolescentes que delimitaram territórios nos bairros pobres da cidade e cobram pedágios de moradores. Os grupos foram responsáveis por 42 dos 562 homicídios registrados em 2000 na cidade. Levantamento preliminar do Conselho Tutelar da Zona Leste de Manaus aponta que pelo menos 5.800 adolescentes integram as galeras. Há na cidade 24 mil jovens entre 16 e 18 anos. Para a Secretaria da Segurança Pública, são apenas 700 identificados. A intensificação da ação das galeras, que começaram a se formar há dois anos, levou a secretaria a implantar a Operação Antigalera. Em vigor há duas semanas, a ação consiste em deter os garotos por até oito horas na Delegacia Especializada de Apoio e Proteção à Criança e ao Adolescente. Os meninos só são liberados na presença de responsáveis. Em dois fins-de-semana, a PM prendeu 451 adolescentes na zona leste da cidade. O Conselho Tutelar enxerga abuso no método. As galeras são integradas principalmente por meninos entre 10 e 18 anos, principalmente nas regiões leste, oeste e norte, além de favelas.

A partir das 23h, há um toque de recolher nos territórios dominados. A Agência Folha visitou algumas dessas ruas na semana passada e constatou que, para um morador chegar a sua casa de madrugada, só com pedágios de, em média, R\$ 1,00. Quem participa da galera é chamado de 'galeroso'. O comportamento é tribal e as brigas são parte importante da identidade dos grupos. Nos combates a 'galerosos' rivais, a principal arma é uma espécie de escopeta caseira, feita de pedaços de ferro e que usa cartuchos de espingarda. O terçado (facão), canivete, punhal, gargalo de garrafa de cerveja e pedaços de pau também são usados nos confrontos. A delegada Maria das Graças da Silva já encontrou com um garoto uma pistola alemã. 'Mas a arma que eles mais usam e matam é a escopeta caseira', disse. Na noite de quinta-feira, A.T.O., 18, fazia sua vigília no bairro Mutirão (zona leste). Vaca, como é conhecido, atesta a violência: 'O inimigo que passa aqui é furado. Eu já furei uns cinco'. 'Alguém morreu?' 'Isso não me importa', diz. Vaca pertence à galera Guerreiros da Esquina, ou simplesmente GE. Participam da gangue apenas 15 garotos. A fragmentação é outra constante nas galeras: em cada bairro há em média dez grupos, há ruas com até três bandos rivais.

Homicídios

O Conselho Tutelar da Zona Leste é uma entidade ligada à Prefeitura de Manaus e ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescentes. Segundo o presidente do Conselho Tutelar, Norberto Corrêa Duarte, o levantamento preliminar das galeras tem como base os homicídios cometidos por jovens em 58 bairros e cerca de dez favelas de Manaus. 'Quem não paga o pedágio é esfaqueado. As pessoas mudam a rota e o horário para chegar em casa', disse Duarte. O secretário da Segurança, Klinger Costa, discorda da amplitude do fenômeno. 'Galera só há na zona leste e na Compensa. Esses conselheiros só sabem fazer estatísticas', disse. Compensa é um bairro da zona oeste. O número de assassinatos ligados às galeras manteve-se estável de 99 (46) para 2000 (42), mas as tentativas de homicídio cresceram 90,2%, passando de 266 para 506, e levando à ação do governo. Um dos casos mais brutais ligados a 'galerosos' ocorreu em outubro do ano passado, quando Antônio de Azevedo Oliveira, 17, foi degolado por um grupo de oito garotos. O crime aconteceu no bairro Novo Israel, na zona norte. Só em dezembro, a Vara Infração de Manaus abriu 82 processos contra menores. V.G.R, 13, conhecido como Diabinho e membro da galera Marica, está detido acusado de homicídio desde sábado da semana passada. Ele não nega ter

matado J., 11. "Eu matei e tenho que pagar", disse (leia texto nesta página). O juiz da Vara Infracional, Antônio Celso Gióia, afirma que as galeras se expandiram para outras cidades do Amazonas. O Conselho Tutelar de Manacapuru, a 80 km de Manaus, já identificou 50 integrantes. 'É preciso uma imediata ação pública, integrada com a escola, a comunidade e a polícia para acabar com as galeras. Se existe a galera é porque os adolescentes não têm outra opção de vida', afirmou Gióia.
(GANGUES..., 2001)

A reportagem registrou relevantes questões sobre o “jogo” político e social em uma Manaus, do início dos anos 2000, que se considerou sitiada pela ação de coletivos de jovens. O desdobramento da sensação de insegurança urbana, que seria protagonizada pelas “galeras” e seus pedágios ilícitos, levou à reação das forças de segurança que implementaram um Estado de exceção informal – não declarado oficialmente -, com expressão prática na Operação Antigalera – com mais de 543 menores detidos - e na Delegacia Especializada Anti-galera, fundada em janeiro de 2003. Na prática, a repressão teve efeito mais evidente em jovens com menos de 18 anos completos, cuja parcela significativa foi reprimida como sendo inimigos sociais, identificados por preconceitos, como jovens violentos, *desocupados* e dependentes químicos – de cachaça, cola de sapateiro, pasta base de cocaína. Preconceitos que também justificariam o extermínio de jovens acusados de serem “galerosos”, por grupos de pistoleiros. A questão da criminalização da juventude pobre na história recente de Manaus, foi criticada por Gil, Santos e Souza Santos (2005, p. 6-8), no artigo *O cotidiano da metrópole da Selva: gangues juvenis em Manaus*. Segundo os pesquisadores, é necessário observar o fenômeno de “galeras” em termos de “fragmentação e dissolução das bases de sociabilidade (GIL; SOUZA; SANTOS SOUZA, 2005, p. 8)”. Conforme concluem os pesquisadores, tomando como caso específico a Zona Leste de Manaus,

O Estado, não sendo capaz de responder de forma eficaz a erosão das condições culturais e sócio-econômicas das sociedades contemporâneas, é reduzido a condição policalesca, e é assim que se manifesta na Zona Leste de Manaus. O discurso produzido de dentro das instituições do Estado não consegue perceber que a sua *ação corretiva* talvez não produza efeito algum, posto que a esfera pública foi erodiu-se, já não consegue ser fonte de sentido para os sujeitos em sociedade, que, retirando-se da cena pública abrigam-se no seu grupo comunal, lugar onde o ‘sentido de si’ é produzido na errância pelas grandes cidades na companhia do grupo de parentes, amigos, portadores da mesma fé, etc.
Deste modo, os jovens em situação de risco não são alcançados pelos discursos institucionais uma vez que estes não são significantes; o sentido, o significante e o significado, está nas tribos, está nas ‘galeras’.
(GIL; SOUZA; SANTOS SOUZA, 2005, p. 8)

Deste modo, a narrativa sobre o “galeroso” inicialmente é utilizada para indicar coletivos de jovens contraventores, e gradualmente passa a ser utilizada como uma *acusação* que designa criminosos pobres e violentos, como inimigos sociais. Essa narrativa passar a mudar nos últimos anos, pois o “galeroso” dá lugar no noticiário policial, para o narcotraficante que surge como um perigo em potencial que ameaça não apenas as regiões periféricas, mas também os bairros de classe média e condomínios de luxo, com grande capilaridade de atuação no mundo do crime²⁸. Surge então a figura do *criminoso* de facção prisional, o bandido que possui grandes recursos para resistir à repressão das forças de segurança, agenciar e recrutar jovens, além de alto potencial para corromper agentes públicos. Ganha força a explicação de que a maior parte das mortes violentas, em sua maioria por arma de fogo, é pela “disputa/acerto de contas do tráfico de drogas”.

2.3. A chacina do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (2002) como história recente do crime em Manaus

Os fenômenos conhecidos como rebelião e motim são chamados de “lombra” em Manaus. “Lombra” é uma gíria do cotidiano do sistema penitenciário de Manaus. É falada por funcionários e pela população carcerária para designar os momentos em que a

²⁸ De modo a dar mais profundidade ao tema, faz-se necessário afirmar que o uso da palavra “galeroso” não saiu totalmente de cena, pois ainda é utilizada largamente em Manaus para designar o criminoso pobre, ou jovens pobres (que não cometeram crimes, mas podem representar perigo em potencial), de modo a justificar o seu extermínio ou controle social, mesmo que através de “ilegalismos”. Agora além de ser potencialmente acusado como “galeroso”, jovens moradores da periferia também passam a serem chamados, de modo mais frequente, de “soldados do tráfico”. Um exemplo claro disto, é o emblemático caso que ocorreu em 17 de agosto de 2010 quando uma guarnição da Força Tática da Polícia Militar do Amazonas procurava no bairro Amazonino Mendes, em Manaus, por um grupo de adolescentes que teria atirado em um mototaxista. O que parecia ser mais uma rotineira operação policial de repressão à criminalidade violenta, ganhou repercussão nacional, um ano depois, com a divulgação das imagens da abordagem que foi realizada pela guarnição policial. O caso ocorreu com um adolescente que teria à época por volta de 15 anos, sem antecedentes criminais. O que deveria ser o chamado “procedimento padrão”, em verdade, segundo as imagens divulgadas, foi uma violenta ação policial, com o adolescente acuada em um beco e sem motivo aparente (as imagens não demonstravam indícios de resistência) foi vítima cinco tiros à queima-roupa no tórax da parte de pelo menos um policial. No final do vídeo divulgado, o jovem é levado caminhando pela guarnição, que não aparenta tratar do caso como uma situação de emergência médica. A grande repercussão desse vídeo levou os policiais a serem processados pela justiça, que em suas defesas alegaram legítima defesa, pois o jovem pertenceria a um grupo de jovens que atirou primeiro na guarnição e no mototaxista, que não foi encontrado na época do primeiro julgamento. A polícia teria atirado apenas no muro e no chão, e as perfurações de bala encontradas no jovem teriam ocorrido em um confronto anterior. O Tribunal do Júri, realizado em sete de agosto de 2012, no Fórum Ministro Henoch Reis, decidiu pela absolvição dos policiais acusados, decisão que foi anulada em fevereiro de 2014 pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), como noticiou em 27 de fevereiro de 2014 o portal online Acrítica.com, em reportagem intitulada, “Policiais que atiraram em adolescente em 2010 terão um novo julgamento” (POLICIAIS..., 2014). A justificativa para a tentativa de extermínio do jovem está centrada no argumento de que seriam “soldado do tráfico”.

cadeia “cai”, e para alguns acordos que são quebrados pela mobilização de coletivos de presos e presas. As “lombros” são eventos que possuem curta duração e, apesar do imaginário social relacioná-las com a superlotação das prisões, muitas delas ocorrem por motivos diversos, que geralmente tem a ver com novos acordos ou imposição de novos ordens “prisionais”, ainda que seja possível motivações mais “conservadoras”. É como uma palavra de ordem que é anunciada pelos gritos de “A CADEIA LOMBROU!”, e que anunciam perigo eminente e a necessidade de mobilização e proteção. É o momento em que diversas “brincas” podem ser resolvidas. Presos e presas pegam objetos que podem servir como armas, outros e outras buscam proteção divina por meio de orações, mas de modo geral é um momento em que é instalado o medo nas pessoas que podem ser afetadas. Os próprios funcionários colocam-se em fuga para não serem tomados como reféns, estratégia nem sempre infalível. São eventos marcados pelo inesperado, acidentes e urgências, em que o aparente descontrole não significa a falta de organização mínima, ainda que seja para a promoção de violência.

O sistema penitenciário brasileiro é marcado por eventos que marcam mudanças práticas e simbólicas nas dinâmicas prisionais. A história da violência nas prisões brasileiras, como demonstrado brevemente nos capítulos anteriores, é marcada pelo autoritarismo e abusos. Diversos casos emblemáticos da história recente indicam na prática que a dinâmica das prisões também está relacionada com acontecimentos nas ruas, longe dos muros das prisões. Um exemplo disto é a capilaridade de coletivos prisionais, que fundados dentro das prisões, estão presentes nos bairros disputando o controle de alguns mercados ilícitos, que vão além do narcotráfico, e muitas vezes em complexas operações nacionais e internacionais, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) no Estado de São Paulo e o Comando Vermelho (CV) no Estado do Rio de Janeiro - para citar dois exemplos amplamente conhecidos na esfera nacional.

Um caso emblemático no Amazonas, é a chacina que ocorreu no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), localizado no KM 8 da BR 174, em 25 de maio de 2002, evento inserido na história como a rebelião mais sangrenta do Sistema Penitenciário Estadual do Amazonas. Este evento é permeado por controvérsias até nos dias atuais e sua importância para a presente pesquisa não é a de realizar avaliações morais sobre os acontecimentos, mas de salientar que, para além da violência manifestada naquele dia, é a lembrança de um passado recente que ainda hoje apresenta as feridas de suas consequências, aparentemente superadas.

Em 2002, o sistema penitenciário ainda estava sob administração exclusiva do governo do Estado do Amazonas, contando em Manaus com o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, a Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa e o Complexo Penitenciário Anísio Jobim. As diversas histórias sobre o sistema penitenciário ainda estão para serem analisadas e registradas academicamente e são poucas as informações disponíveis, fazendo-se necessário mais pesquisas para buscar documentos e até mesmo a realização de entrevistas com testemunhas dessa história. “Descobri” sobre esse evento quando tornou-se evidente que os movimentos realizados pelos presos, nos coletivos e facções do crime, são também responsáveis por mudanças que afetam diretamente o trabalho de agentes de segurança penitenciária.

Foi ao pesquisar notícias, em buscadores *online*, sobre a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no Amazonas, que encontrei uma reportagem no sítio do portal Estadão, do jornal Estado de São Paulo, publicada no dia 27 de maio de 2002. O título da notícia, *Rebelião em Manaus pode ter sido plano do PCC ou vingança*, chamou minha atenção como uma evidencia de que o PCC possuía uma base de operações ainda no início dos anos 2000. A publicação dava conta que, em 25 de maio de 2002, uma violenta rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, no KM 8 da BR-174, resultou na morte de 13 pessoas, incluindo a de um agente penitenciário nomeado como José Valente Gama. Noticiou ainda que supostamente um grupo de agentes penitenciários teria praticado estupro, tortura e espancado até a morte, no dia anterior, o preso André Luiz Pereira. Uma prova da violência da chacina foi a descrição de que na boca de um dos mortos foram encontrados quatro dedos decepados. Os familiares de presos mortos teriam denunciado que várias cartas foram feitas por presos que revelavam que as lideranças da unidade prisional estavam planejando o desaparecimento de pessoas que não concordavam com o “sistema” da prisão, inclusive incluindo alguns agentes penitenciários como coniventes, portanto, omissos ou cúmplices na tragédia anunciada. A participação do PCC no Amazonas seria ainda incerta e confusa para a imprensa, mas era apontada como uma possível liderança da rebelião, o que foi negado pela diretoria da unidade prisional à época (REBELIÃO..., 2002).

A principal dificuldade na pesquisa sobre este evento é na escassez de informações na internet, porém, o desdobramento judicial resultou no que é considerado o maior processo criminal do Amazonas, sobre os acusados de liderarem a chacina e cujo processo está aberto para livre consulta *online* no sítio do Tribunal de Justiça do Estado

do Amazonas. A consulta desse processo não significou assumir uma versão oficial sobre quem é responsável ou não sobre os acontecimentos que resultaram na chacina, mas de salientar as ações que são relevantes para esta pesquisa. Nesse sentido, não se faz necessário nomear as pessoas acusadas e condenadas, bastando apenas a descrição do que considere relevante.

Em certo trecho do processo, ficou conhecido que a morte do detento André Luiz Pereira, no dia 24 de maio de 2002, um dia antes da chacina, teve fundamental relevância para os acontecimentos que se sucederam. Segundo consta no processo, este detento possuía grande prestígio no sistema penitenciário amazonense, pois era alguém que representava a luta contra a opressão estatal sobre a população carcerária na medida em que, conforme consta, passou anos seguidos privado de liberdade no sistema penitenciário, o que foi prejudicial para sua saúde mental. Não apenas isto constituía parte de seu prestígio, mas, a defesa dos acusados no processo argumentou que, o detento André Luiz Pereira, em 1994, na antiga Penitenciária Raimundo Vidal Pessoa (naquela época sendo Cadeia e Penitenciária ao mesmo tempo), teria iniciado uma rebelião com uma arma de papelão, que acabaria resultando no afastamento de um grupo de policiais militares, que além de gerir a unidade, promoviam espancamento contra detentos.

A história do detento André Luiz Pereira é um exemplo da importância da história oral no sistema penitenciário, na medida em que as considerações sobre seus “feitos” lhe rendiam prestígio diante da população carcerária como um dos símbolos de resistência contra as opressões no cárcere. Ele personificava a ousadia e o destemor, apontado como protagonista importante na rebelião em 1994, além da consideração de que sua saúde mental estava afetada pelas condições de encarceramento. Como um “veterano de guerra” sucumbiu em batalha sem quartel no dia 24 de maio de 2002, após tomar como refém uma enfermeira do regime fechado do COMPAJ, utilizando uma arma de papelão (aparentemente mesmo artifício utilizado em 1994), foi supostamente espancado por agentes penitenciários que reagiram àquela ousadia. No processo judicial sobre a chacina consta que André Luiz Pereira foi vitimado por hemorragia interna, tendo saído de maca do COMPAJ no esforço de preservação de sua vida.

Naquele ano de 2002 o sistema penitenciário possuía uma estrutura bem inferior à que está em atividade atualmente. O COMPAJ possuía o *status* de unidade prisional de segurança máxima, contando com câmeras de vigilância no seu interior e independência

de equipamentos entre os quatro pavilhões da unidade. No seu cotidiano, o COMPAJ possuía um “sistema” que envolvia a mediação da administração penitenciária com os “xerifes” de pavilhões, que eram destacados como lideranças dos presos, e pessoas de confiança da administração que também ajudavam na mediação com os cerca de 400 internos. A situação não era diferente na Cadeia Pública onde, há 13 anos, já era uma unidade prisional com disseminado uso de celulares, fabricação de bebida alcoólica “maria-louca”, dentre outros ilegalismos e ilícitos, como a comunicação telefônica com presos de outros sistemas penitenciários estaduais no Brasil. Desse modo, as mediações existentes hoje, entre as administrações penitenciárias e presos e presas apontados como lideranças, já fazem parte de uma antiga prática que organiza os mercados ilícitos (tráfico de drogas, tráfico de armas, por exemplo) violência e ilegalismos nas unidades prisionais amazonenses, e a certeza que temos hoje da ligação da cela das prisões com as ruas, parece tratar-se de um fenômeno disseminado pelo menos há mais de uma década.

A comunicação entre celas e ruas, na prática, não é apenas feita com celulares, mas também através de disputas e desavenças, que eventualmente poderiam ocorrer nas ruas e que são “cobradas” no sistema penitenciário. Prova disto é que no COMPAJ existia um local que era tido como “seguro” para presos que não poderiam estar no convívio em pavilhões, sob grave ameaça à vida. Nesse sentido, naquela unidade existiam as controvérsias internas e que eventualmente poderiam ser resolvidas através da eliminação de desafetos. Como consta no processo aberto no sítio online do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, há relatos de que ainda em fevereiro de 2002, uma das pessoas assassinadas no “seguro” teria escrito uma carta para a esposa onde descrevia ameaças de mortes promovidas por outros presos da unidade. Percebemos que a situação do COMPAJ poderia ser descrita como uma tragédia anunciada, na medida em que presos denunciavam a eminência de suas mortes, ganhando divulgação até em programas de rádio locais.

As motivações para a ação do detento André Luiz são tão diversas quanto controversas. O que importa descrever é que a ação que ocorreu pela manhã do dia 24 de maio só teria sido informada aos internos do COMPAJ à noite, quando souberam que o preso teria sofrido espancamento por funcionários e, conforme a notícia de sua morte fora veiculada pelos jornais televisivos e de rádio, a comoção causou agitação na unidade, o que teria incentivado, durante a noite do dia 24 de maio e nas primeiras horas do dia 25 de maio, a rebelião. Segundo os depoimentos presentes no processo, o clima da unidade já estava com a tensão elevada, mesmo antes do homicídio de André Luiz, e agentes

penitenciários relataram que o clima da cadeia era de eminência de algum evento com consequências desconhecidas.

O homicídio do dia 24 motivou a administração da unidade a solicitar que um agente penitenciário, que estava escalado para trabalhar no regime semiaberto fosse “reforçar” a segurança do regime fechado, bem como a dispensa de um agente penitenciário que poderia estar em risco de vida depois do ocorrido. Ainda na noite do dia 24 o próprio diretor buscou mediar a tensão entre os agentes penitenciários e as lideranças dos pavilhões (Pavilhão 2, Pavilhão 3 e Pavilhão 5).

O dia 25 de maio de 2002 foi em um Sábado, dia de visita. Segundo o processo, naquela manhã, o número de agentes penitenciários era de apenas sete em serviço nos três pavilhões do Regime Fechado, sendo três agentes no Pavilhão 5, dois agentes no Pavilhão 3 e dois no Pavilhão 2, quando seriam necessários pelo menos dezesseis agentes em serviço nos pavilhões da unidade. Os próprios agentes penitenciários disseram em depoimento, como consta no processo, que o clima estava tenso no momento em que abriram as celas para o café da manhã dos presos, momento em muitos eram informados pela imprensa sobre os eventos do dia anterior. Como era um dia de visita, os internos foram liberados para o café da manhã e por volta das sete horas da manhã seriam trancados novamente, para em seguida serem liberados para o encontro com familiares²⁹.

Por volta das 7 horas e 10 minutos da manhã, enquanto os agentes penitenciários ainda trancavam as celas dos pavilhões do Regime Fechado, no Pavilhão 5 foi ouvido o grito de guerra “LOMBROU” que deu início à rebelião de fato. Como descrito no início do presente tópico, após o sinal que deu início à “bronca”, uma ação simultânea se deu, com grupos de presos tomando os agentes penitenciários que fechavam as celas, bem como os que estavam nos corredores, como reféns, e outros grupos quebrando os cadeados das celas e liberando todos os que estavam nas celas em todos os pavilhões. Rapidamente um grupo se dirigiu ao Guarda-Volumes da unidade, pois sabidamente era a função fixa do agente penitenciário Valente, que sempre prestava serviço ali. O Guarda-Volumes era o local que antecedia o acesso aos pavilhões e às carceragens propriamente ditas. Foi ali que teria ocorrido a primeira morte daquele dia, com o agente penitenciário Valente sendo vítima de oito tiros de armas de fogo. Outro grupo de presos se dirigiu à

²⁹ O procedimento para a liberação e “tranca” dos internos era uma operação simples. Naquela manhã, do dia 25 de maio de 2002, os agentes penitenciários dividiam o serviço na gaiola/bola (área de segurança e controle que dá acesso a cada pavilhão da unidade) de modo que pelo menos um agente penitenciário ficasse na área da gaiola/bola, trancando o acesso externo, e outro agente penitenciário pudesse entrar na área do pavilhão para trancar as celas.

área da Inclusão/Seguro, local de fácil acesso a partir dos pavilhões e, ao arrombarem o portão de acesso, vitimaram sete presos ali mesmo e outros três foram vitimados nos pavilhões, totalizando doze vítimas fatais com o agente penitenciário Valente. Quatro presos da Inclusão/Seguro empreenderam fuga para o telhado escapando da fúria dos grupos de presos que estavam ali, bem como três presos foram poupados por razões ignoradas.

Segundo consta no processo, os sete agentes penitenciários que foram tomados como reféns, foram levados para o Pavilhão 3, onde foram submetidos à uma situação controversa como escudos humanos contra supostos planos de invasão dos reforços do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Desse modo, quando presos rebelados julgavam necessário coibir qualquer esboço das tentativas de ocupação da polícia militar, um agente penitenciário era levado para áreas em que poderiam ficar visíveis para os policiais, e poderiam ser feitas ameaças contra a vida do agente que estava sendo tomado como escudo. Apesar disso, aqueles agentes penitenciários tiveram acesso à água e refrigerantes e, ao que consta, não foram vítimas de grave violência enquanto estiveram reféns.

Durante o inevitável momento de negociar a rendição surge o controverso preso chamado “PCC” para negociar em nome dos rebelados, aparecendo como um mediador (ainda que desafeto dos “xerifes” da unidade). O preso “PCC”, assim era chamado por seu conhecido envolvimento com o PCC, tendo sido transferido para o COMPAJ, em junho de 2001, após uma violenta rebelião na Penitenciária Central do Paraná, onde cumpria pena por assalto no Nordeste brasileiro, apesar de ter sido amazonense de nascimento. Sua participação na rebelião e sua conduta no convívio com os presos do Regime Fechado do COMPAJ é alvo de controvérsias, mas o que pode ser considerado fato, também amplamente aceito, é que o preso amazonense, conhecido como “PCC”, foi um dos principais mediadores para o fim da rebelião, a entrega de armas de fogo, “estoques (armas improvisadas)” e liberação dos reféns. “PCC” solicitou sua imediata transferência para um batalhão da polícia militar, para garantia de sua segurança pessoal.

Segundo consta no relatório da Central de Flagrantes da Polícia Civil, anexado ao processo que relata o ocorrido, ainda no decorrer da rebelião, a Polícia Civil foi acionada para iniciar imediatamente as investigações sobre aquele sinistro, e salienta que a tentativa inicial de colher depoimento dos presos que supostamente seriam os responsáveis diretos pelas mortes não foi concluída, pois os presos permaneceram amotinados em duas celas, o que impediu que a equipe de investigação utilizasse até mesmo o emprego da força, tendo em vista que a situação foi descrita como perigosa.

Além do elevado número de mortes entre os presos (onze no total), a vitimização do agente penitenciário Valente, causou grande repercussão nacional pelos relatos que davam conta da violência empregada na eliminação dos desafetos, que contou ainda com o esvaziamento de um dos presos vitimados. Ficou em relevo diversas questões sobre qual seria realmente o papel que a organização PCC poderia ter através do preso “PCC”, como participante ativo ou apenas como papel mediador e conciliador, no momento da rebelião. O uso de armas de fogo e as denúncias sobre favorecimentos de presos levantaram questionamentos sobre a corrupção de funcionários da unidade prisional, que não puderam impedir as graves consequências da rebelião.

A descrição deste evento teve por objetivo demonstrar a complexa situação da segurança penitenciária no Estado do Amazonas e que diversos problemas apontados, quase que de modo corriqueiro na atualidade, na verdade não são uma novidade produzida pelo atual estágio de superlotação e disputa entre presos pela hegemonia nas prisões. As próprias rebeliões, “brincas”, “lombas”, são fenômenos complexos que, através do movimento dos presos, manifestam as urgências que podem ter objetivos diversos. Apesar de interesses específicos de grupos de presos em suas próprias lutas por eliminação e hegemonia, aquela rebelião foi justificada como uma reação pelo assassinato de André Luiz por funcionários do Sistema Penitenciário. Ademais, esse evento coloca em questão o discurso de falência do sistema penitenciário pois, se é possível definir que parte do que chamamos de falência do sistema penitenciário seja a corrupção e legitimidade das forças de segurança no controle da massa carcerária, os acordos e compromissos - muitos não pronunciados - nesse evento relevam que o que consideramos como falência nada mais é do que o modo como as coisas funcionam no cotidiano penitenciário.

2.4. “Vai lombrar!”: rebeliões, fugas e motins abalam a ordem nas penitenciárias do Amazonas

A investigação acadêmica sobre as facções prisionais presentes na cidade de Manaus ainda faz parte de um tema pouco explorado, porém está relacionado com as relações de poder no Sistema Penitenciário Estadual, de modo que serão feitas breves considerações sobre a ascensão da Família do Norte (FDN) como um acontecimento de frequente mobilização de presos. Apesar da frequência desses eventos, é possível considerar o aspecto exterior e interior no aparecimento de facções do crime em Manaus. O aspecto exterior ganha visibilidade com os signos e ações no cotidiano das prisões e

dos bairros de Manaus. O aspecto interior concentra-se nas mudanças de relações de poder e novos *medos e temores* que emergem no cotidiano prisional, com efeitos diretos sobre os agentes de segurança penitenciária.

O surgimento das facções de crime organizado na cidade de Manaus é parte de informações imprecisas e alvo de controvérsias, com narrativas que têm base no que se “ouviu falar nas ruas”. Por exemplo, no tópico anterior foi descrita a controversa participação de um sujeito com ligações com o Primeiro Comando da Capital (PCC), na mediação da rendição da rebelião ocorrida no Regime Fechado do COMPAJ, no dia 25 de maio de 2002. Naquele dia, o PCC tornou-se um acontecimento do Sistema Penitenciário do Estado do Amazonas. Não é possível afirmar se foi a primeira vez, nem mesmo qual sua real relevância nos acontecimentos. O que parece importante salientar, ainda que não seja nenhuma novidade teórica, é como o movimento de transferências de presos entre presídios federais e estaduais, e o inverso, também é uma possibilidade de encontros que eventualmente tornam-se acontecimentos com repercussões emblemáticas e, na aparência, confusas. Sob essa ótica, é difícil chegar à uma conclusão do marco “zero” sobre a atuação de facções e movimentos do crime em Manaus, como o PCC e o Comando Vermelho (CV) do Estado do Rio de Janeiro³⁰.

Em 2013, o PCC estava no centro da disputa pelo controle de operações em territórios que antes estavam ligados ao narcotráfico doméstico, este que caracterizou Manaus nos anos das décadas de 1980 e 1990. A noção de narcotráfico doméstico, relativa presença em bairros de diferentes zonas administrativas de Manaus, não é mais suficiente para explicar a dinâmica do mercado de drogas ilícitas. Novas relações foram estabelecidas a partir de novos acordos e compromissos, com repercussões no sistema penitenciário, e a definição de novas hierarquias, bem como o estabelecimento de novos tipos de solidariedades e mobilizações para resistência no meio da massa carcerária.

As informações divulgadas pela imprensa ainda apareciam de modo difuso, pela própria atuação fragmentada desses grupos. As primeiras informações divulgadas davam conta que o PCC operava em mercados ilícitos na região, estabelecendo hierarquias e compromissos locais centralizados. O narcotráfico seria mediado pelo PCC, em frágeis e eventuais compromissos.

³⁰ Em verdade o fluxo e movimento de facções de outros Estados do Brasil pode ser bem mais complexo do que pelo movimento de transferências entre presídios. É o que indica o amplo uso de celulares e demais tecnologias dentro dos presídios brasileiro, além da “imigração” de membros de facções prisionais para atuação em mercados ilícitos em cidades diversas das de suas origens.

Um modo de narrar o surgimento e ascensão da Família Do Norte (FDN), como acontecimento que se pretende hegemônico no sistema penitenciário, para além do discurso jurídico, pode ser descrito como o estabelecimento de compromissos entre diversificados coletivos criminais que buscavam impedir a hegemonia do PCC no mundo crime e nas prisões amazonenses. Nesse sentido, os grupos de presos do sistema penitenciário que reivindicaram a idealização da FDN mobilizaram nas unidades prisionais de Manaus a solidariedade entre eles para resistir e denunciar as violações de direitos, como opressões do Estado e, ao mesmo tempo, empreenderem lutas de eliminação física e simbólica do PCC no Amazonas - ainda que também formado por presos amazonenses, acusados como “vermes” por responderem a “comandos” do Estado de São Paulo.

Foi no ano de 2012, que o noticiário policial passou a divulgar as primeiras informações sobre a existência de grupos criminosos que se “filiavam” a facções do crime, anunciando o que seriam os resultados de um “consórcio” do crime formado por volta de 2007, influenciando mercados ilícitos em Manaus – com operações em estados do norte e nordeste brasileiro. As informações sobre esta ruptura vieram a público com o que ficou conhecido, ainda em 2012, como a facção prisional, Primeiro Comando do Norte (PCN) - que foi revelada como uma organização que buscava a eliminação do PCC (que respondia a grupos de São Paulo) no Amazonas dentro e fora dos presídios. As informações iniciais sobre o PCN são contraditórias e seu “embrião” pode ter surgido ainda em 2009, e por vezes foi descrita como uma “filial” do PCC no Amazonas, o que foi superado com os acontecimentos de 2012 e 2013.

A partir das rebeliões, fugas, motins e assassinatos é possível demarcar o ano de 2013 como o período de agravamento das lutas de eliminação nas unidades prisionais de Manaus, mas também pela disputa por territórios em bairros da capital, para a operação do comércio de mercadorias ilícitas, como por exemplo, tráfico de drogas ilícitas e armas. Sob outra perspectiva, este período (2013) foi marcado pelo recurso da violência física e do autoritarismo nas unidades prisionais, que acirrou disputas antigas e novas entre os chamados “xerifes” das cadeias. As precárias condições de funcionamento de parte do sistema penitenciário refletiram diretamente no agravamento da insegurança nas penitenciárias que serviram, como se diz no dito popular, “fogo em palha seca”.

Ainda no início do ano 2013 diversas rebeliões passaram a acontecer em várias unidades prisionais da capital amazonense, onde agentes de disciplina (na época ainda eram identificados apenas por esta designação) eram feitos reféns, presos eram

assassinados e os presos rebelados organizavam reivindicações contra as condições de encarceramento. Serão descritas a seguir alguns casos de eventos considerados como rebeliões, motins e fugas que ocorreram durante o ano de 2013 que demonstram o aumento das tensões nas unidades prisionais de Manaus, em que se destacam os eventos ocorridos no Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT), que foi local de casos emblemáticos.

Os distúrbios tiveram pontos em comum, como a resistência às normas mais rígidas, a suspensão de punições, melhoria nas condições de “hotelaria” das unidades prisionais – como alimentação e acesso à água – e de visitação de familiares, além de normalização de serviços, como a assistência social nas unidades prisionais. Essas mobilizações ocorreram com grande intensidade nas unidades prisionais masculinas e femininas. Nos casos em que presos rebelados ou amotinados realizaram reivindicações e denúncias, essas estavam acompanhadas pela revelação de abusos que seriam cometidos por funcionários das unidades prisionais contra presos e familiares, que cotidianamente estavam sujeitos a situações vexatórias e denúncias de que as condições de visitação não eram adequadas.

Por outro lado, a sucessão de rebeliões também pode ser compreendida como parte das lutas pela hegemonia do poder nas unidades prisionais, em lutas de eliminação física que passaram a ser empreendidas entre o Primeiro Comando do Norte (PCN) – que no decorrer do ano de 2013 passa ser nomeado como Família do Norte (FDN) - e o PCC.

No dia 05 de janeiro de 2013, durante horário de visita, ocorreu uma rebelião no IPAT descrita como conflito entre duas facções “rivais”. A rebelião teria iniciado após provocações de presos que estavam em pavilhões e 21 presos que estavam na triagem da unidade prisional, também destinada a funcionar como o “seguro” do IPAT. Os presos da triagem teriam sido punidos naquela ocasião com a suspensão de visitação de familiares por trinta dias. No dia 09 de janeiro um grupo de presos reivindicou ir para o banho de sol sem algemas – que recentemente teriam voltado a ser usadas como procedimento de deslocamentos de presos dentro da unidade -, motim que teria sido a motivação para a rebelião de presos que já retornavam para suas celas. Um preso foi vitimado por perfurações de “estoques”. No Dia 11 de janeiro (sexta-feira) ocorreu novo motim no IPAT com cerca de duzentos presos reivindicando a retomada de visitas e da entrega de alimentos da parte de familiares, que foi suspensa em punição aos movimentos de motins e rebeliões dos presos.

No dia 19 de fevereiro de 2013 ocorreu na Unidade Prisional do Puraquequara (UPP), uma rebelião que teria iniciado com presos que estavam no isolamento ao tomarem três agentes de disciplina como reféns. Dentre as reivindicações dos presos rebelados, estavam a transferência para outras unidades e a denúncia de que a unidade estava sem água, obrigando familiares a levarem água para os presos. A rebelião terminou com a liberação dos agentes de disciplina e a transferência de presos rebelados, que disseram pertencer ao PCC e que por este motivo estavam com a vida ameaçada por outros presos da unidade. Estes últimos foram transferidos para o Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT) e para o Centro de Detenção Provisória (CDP). Esse teria sido o terceiro evento ocorrido na UPP em menos de uma semana, precedido por uma tentativa de fuga que culminou com a morte de um preso pelas forças de segurança do Estado, além da morte por espancamento de um preso por presos rivais no dia seguinte da fuga.

No dia 27 de fevereiro, o jornalístico Amazônia TV divulgou uma reportagem de aproximadamente quatro minutos sobre uma rebelião ocorrida no IPAT, no dia 26 de fevereiro de 2013. Segundo a reportagem, as tensões na unidade estavam elevadas com presos insatisfeitos com a qualidade da alimentação, servida em marmitas, e com a determinação de instalação de câmeras de segurança em determinadas áreas. Ainda no domingo, 24 de fevereiro, mais de 600 presos teriam se recusado a comer o café da manhã, almoço e jantar, o que teria resultado em prejuízo de 19 mil reais, motim liderado por um “xerife”. No caso do dia 26 de fevereiro de 2013, representantes da direção da unidade prisional, afirmaram para a reportagem do jornalístico, que o conflito teria iniciado com a recusa do xerife em devolver um *videogame* emprestado de outro preso, com a justificativa de que o “comando” precisaria de diversão. O protesto do preso acabou por resultar no seu espancamento e foi o momento em que o pavilhão C “lombrou” a cadeia, pavilhão que contava com pelo menos 238 moradores naquele dia. A vídeo reportagem ainda apresenta cenas dramáticas de diversos enfrentamentos de familiares de presos e policiais militares. Muitas mulheres podem ser vistas em tentativas de entrar na unidade prisional para obter informações sobre familiares presos, o que resultou em confronto com a polícia militar. No período da tarde – do dia 26 de fevereiro de 2013 -, a Ronda Ostensiva Candido Mariano (ROCAM) foi relacionada com o barulho de três explosões que foram ouvidas do lado de fora da unidade, o que aumentou o temor de familiares em vigília. A chegada da Tropa de Choque eleva a tensão com os familiares, estes reprimidos

pela força, depois de algumas pessoas jogarem pedras em policiais, que escoltavam a saída de uma viatura com quatro presos acusados de serem as “lideranças” da rebelião³¹.

Nas imagens é possível observar as rebeliões como eventos extremamente estressantes para presos, agentes de segurança penitenciária, corpo técnico, familiares de presos, policiais militares e para os demais envolvidos nos conflitos. Em muitos casos as rebeliões, que começam nos presídios motivadas por diversos acontecimentos, acabam por criar uma situação de fragilidade dos familiares que na falta de informações em tempo real do que ocorre dentro das unidades, protagonizam distúrbios com as forças de segurança. O Batalhão de Choque da Polícia Militar acaba por assumir uma posição de grande exposição por ser acionado para controlar as rebeliões e motins com uso gradual de força. Em última instância os policiais militares entram nas unidades prisionais com os presos soltos e o barulho de bombas de efeito moral acirram os ânimos de presos e familiares. São acontecimentos que são mobilizados pelas urgências, resistências e disputas violentas.

O caso mais emblemático é o da maior fuga em massa registrada, quando 176 presos fugiram do IPAT, no dia 9 de julho de 2013. O IPAT é uma unidade prisional com estrutura de segurança máxima e em 2013 ainda não tinha muralha de proteção de concreto, com postos de vigília de policiais militares, porém seu funcionamento já estava comprometido pela superlotação nas carceragens. Durante a pesquisa empírica muitos relatos de agentes de disciplina/socialização deram conta que é uma das piores unidades prisionais em termo de condições de trabalho e segurança.

O evento marcou definitivamente a ruptura entre os grupos de narcotraficantes que estavam presos nas unidades prisionais do Amazonas. Em anos anteriores, as notícias sobre as unidades prisionais, estavam concentradas em denúncias sobre festas, churrascadas, rede de prostituição, estupros, visitas íntimas, fugas, dentre outras práticas ilícitas. Se a chacina do COMPAJ (2002) foi um marco no sistema penitenciário antes da terceirização, sem dúvida, a fuga em massa do IPAT (2013) é um marco para o sistema

³¹ Ainda sobre a rebelião do dia 26 de fevereiro de 2013, uma reportagem do programa Acrítica na TV, veiculou um diálogo de um repórter com um dos presos rebelados, que teria ligado para o celular do jornalista. Foi veiculada a seguinte fala do preso: “A quer nossa melhoria, esse diretor aí ta tratando a gente que nem animal... diretor tá tratando a gente que nem lixo, ele tá cortando o nosso espaço, cortando a nossa visita... a cadeia tá de boa aí esse bicho vem aí pra direção só pra atrasar o lado da malandragem aqui”.

penitenciário em cogestão, além de definir novos marcos para a distância entre um discurso positivo e a realidade da segurança penitenciária.

Para compreender a maioria das rebeliões ocorridas em 2013 é insuficiente descrever que foram motivadas apenas por um ou dois fatores causais. Ao que tudo indica, as rebeliões que ocorreram em 2013 tiveram múltiplas motivações e a participação de muitos agentes sociais. Nesse sentido, é possível descrever algumas cenas que foram divulgadas pela imprensa sobre os acontecimentos daquele 9 de julho de 2013, em dois aspectos, o primeiro relacionado com as facções presentes na unidade e o segundo às demandas da população carcerária.

No que diz respeito às facções, como descrito acima, o IPAT já contava com uma complexa e mortal divisão interna entre grupos rivais, que inclusive já estavam em lutas de eliminação física. Os pavilhões A e B abrigavam moradores que estavam identificados com a, já conhecida publicamente, Família do Norte (FDN), que estavam em contraponto ao pavilhão C, conhecido por albergar presos que constituíam o PCC. A questão da fragilidade da segurança penitenciária é permeada por controvérsias, pois a direção do IPAT buscava aplicar normas mais rígidas para o controle institucional da massa carcerária, e o exemplo disto foi a instalação de câmeras em área comum de presos. Desta vez, na rebelião em questão, a instalação de bloqueadores de sinal de celular também figurou como um fator de mobilização de presos.

Outro fator importante de mobilização ocorreu poucos dias antes da rebelião, quando foi transferido para a Unidade Prisional do Puraquequara (UPP), uma das lideranças do PCC, em situação potencialmente vulnerável a ataques de inimigos. No que diz respeito a FDN, segundo a imprensa, a fuga de membros da FDN era planejada há pelo menos um mês de antecedência, e a espetacular fuga de 176 presos foi creditada a lideranças da FDN, que aproveitaram a “oportunidade” para empreender fuga pelos “fundos” do IPAT.

Em segundo lugar, em relação à população carcerária, a mobilização também teve como reivindicações, melhorias nas condições de encarceramento, normalização de serviços, fim de punições coletivas – como o impedimento de acesso a visitas – e melhores condições de tratamento para familiares, que constantemente denunciavam assédio moral nos horários de visita. Nesse sentido, tanto familiares quanto presos, reivindicavam essas questões enfatizando risco da perda da *condição humana dos presos*.

O discurso esteve centrado em afirmações como “eles também são gente, não são bicho”, de modo a expressar a *desumanização de presos*, bem como os efeitos sobre familiares e visitas.

A rebelião teve início na “tranca” do final de tarde, por volta de 17 horas, no Pavilhão C, quando um grupo de presos ligados ao PCC, utilizaram um método conhecido e amplamente utilizado para o início de *lombras*: enquanto os agentes de segurança penitenciária estão trancando as celas, um grupo de presos os tomam como reféns. Os presos rebelados, ligados ao PCC, como se estivessem utilizando bandeiras, continuaram o movimento agitando panos brancos em que se lia palavras com referências ao PCC e seus signos. A rebelião foi negociada diretamente com o movimento do PCC, que tomou à frente de um conjunto de reivindicações, tanto da facção quanto da massa carcerária. Enquanto o PCC estava na “frente” das negociações, o contraponto feito pelo movimento da FDN, como registrado pela imprensa, foi na liderança da fuga em massa dos 176 presos. A rebelião do PCC durou por volta de 10 horas, com todas as reivindicações atendidas, onde ficou claro que sua principal luta estava em garantir sua própria sobrevivência enquanto movimento nas penitenciárias³². Cabe descrever mais uma rebelião com consequências emblemáticas na disputa entre FDN e PCC.

No dia 24 de agosto de 2013, um grupo de presos do Pavilhão C do IPAT, rendeu 16 agentes de disciplina como reféns, no momento da “tranca” de final de tarde, por volta das 16 horas. Entre as reivindicações estavam as demandas do PCC, bem como reivindicações de melhores condições de hotelaria do presídio. Esta rebelião teve como contraponto uma ação de resistência, principalmente nos pavilhões A e B do IPAT. Conforme relatos da imprensa, a principal demanda do movimento do PCC foi na transferência para o IPAT de trinta presos ligados ao PCC, que estavam ameaçados de

³² A fuga dos 176 presos é formada por um conjunto de diferentes trajetórias e interesses, não sendo possível dizer que todos os envolvidos estavam diretamente ligados a FDN. Para exemplificar uma delas, no dia 14 de julho de 2013 o portal online G1 (NO AM..., 2013), noticiou que após fugirem da unidade, onze presos passaram em fuga pela Comunidade Cueiras, localizada próxima do IPAT e às margens do rio Tarumã-Açu, e foram embora depois de falharem na tentativa de levar um ônibus estacionado na escola da comunidade. Esse evento teve como desfecho a prisão de apenas cinco fugitivos do grupo, que foram obrigados a retornar ao ramal Tarumã-Açu, que dá acesso à comunidade, depois de falharem na tentativa de atravessar o rio Tarumã-Açu para continuarem a fuga pelo ramal do Pau-Rosa, no Km 21 da BR-174. Curiosamente, a reportagem notícia que o ramal do Tarumã-Açu já é uma conhecida rota de presos fugitivos do IPAT. Na mesma época, a reportagem destacou investigação sobre quatro corpos encontrados na região que supostamente seriam de presos, vítimas de mortes violentas por arma de fogo. Pelo menos uma pessoa assassinada foi confirmada como sendo de um fugitivo, após reconhecimento da família, nesta pesquisa não foi possível chegar a dados conclusivos sobre esse caso. Até hoje algumas dezenas de pessoas não foram localizadas e podem estar em liberdade ou mortas.

morte em outras unidades prisionais. Conforme uma reveladora vídeo-reportagem, veiculada pelo programa policial *Alô Amazonas*, que registrou a fala de um preso feita por meio de um celular de um familiar, expondo o contraponto ao movimento do PCC. Conforme o que foi possível ouvir no trecho da ligação, dizia o preso:

A gente tâmo aqui pra puxar nossa cadeia e ir embora... não fazer bagunça na cadeia, tá ouvindo? A gente quer esses bichos fora daqui. [...] (Alô Amazonas - 26/08/13 - Rebelião no IPAT em Manaus)

A fala do preso no celular continuava com a reivindicação de que fossem feitas transferências para o Amazonas de outros presos que seriam ligados à FDN e foram transferidos para presídios federais, no esforço governamental de conter o intenso movimento de rebeliões no ano de 2013. O que parece ser mais relevante para este ponto, é a representação de que o PCC estava ligado à *bagunça*, portanto é relacionado com as punições que sujeitava a massa carcerária pelos movimentos realizados pelo PCC. O resultado imediato da rebelião foi a transferência de 108 presos que moravam no Pavilhão C do IPAT, ainda na madrugada do dia 25 de agosto de 2013 - os mesmos que teriam iniciado o movimento.

A transferência desses presos para outras unidades prisionais, foi sucedida por motins de presos que não aceitavam a transferência desses presos para as unidades em que estavam albergados. Os motins aconteceram poucas horas depois da entrada dos presos transferidos nas unidades prisionais, inclusive com consequências violentas e a morte de um dos presos transferidos na Unidade Prisional do Puraquequara (UPP).

Esses eventos, em particular a fuga em massa do IPAT e a rebelião que culminou com a “transferência do PCC”, marcaram as profundas mudanças que o sistema penitenciário estava atravessando entre os anos de 2007 e 2013. Foram eventos que culminaram com a declaração em 2014 de que a FDN estava no “poder” no sistema penitenciário, como contraponto ao PCC, e como movimento de resistência (contra as forças de segurança) e repressão violenta (aos opositores). Poder assentado sob os signos de reconhecimentos que estabeleceram rígidas hierarquias e laços de solidariedade entre os “irmãos”, bem como em ações autoritárias e violentas para os desafetos. O resultado do suposto monopólio do poder da FDN nas unidades prisionais, aos poucos foi dando impulso para a formação de uma nova expressão criminal nas ruas, que foi sendo expressa pelas músicas *beat-box*, criadas nas celas das unidades prisionais. Foram divulgadas pela

imprensa local e abordam a questão do novo “*sistema*” que era consolidado nas penitenciárias do Amazonas. Assim, a utilização das tecnologias também serviu como meio de divulgação e propagação dos signos e símbolos deste novo poder. Nessas músicas, além de falar do cotidiano dos presos nas penitenciárias, relatando seus sofrimentos e considerações sobre a dura vida nos presídios e no crime, também dão conta de que o poder é o comando, a facção Família do Norte (FDN), que não tolera conspiração, consideradas como “golpe de estado”.

O novo *sistema* diz respeito ao *proceder* da FDN nas penitenciárias e nas ruas, que segundo informações divulgadas pela imprensa, está baseada em uma aliança com o Comando Vermelho (CV) do Rio de Janeiro. A expressão desta aliança está na divulgação de um estatuto e uma “reflexão” onde é possível observar a referência FDN-CV, indicando a coexistência entre as duas organizações. Além disto, ficou amplamente conhecido que os que *caminham* com a FDN devem eliminar pessoas ligadas ao PCC, ou acusadas de crime de estupro contra mulheres, pois a FDN-CV é o “caminho certo no caminho errado”.

O ano de 2014 foi um ano de demonstração da capilaridade de ação dos coletivos criminais ligados à FDN nas ruas de Manaus, com a eliminação de pessoas ligados ao PCC, bem como de pessoas que teriam interferências negativas sobre os membros da facção. Diversos coletivos criminais passaram a adotar os símbolos da facção de modo a unificar as ações, ainda que as ações desses coletivos possam ser descentralizadas e fragmentadas possuindo elo de ligação com os “gerentes” - designação dos novos esquemas de dominação que também substituiu os “xerifes” das unidades prisionais

As pichações passaram a ser mais frequentes como delimitação de territórios do narcotráfico, em bairros de Manaus, expressando o “comando” de cada território. A capilaridade da FDN, é impossível de ser medida em termos qualitativos, pois a trajetória da FDN, enquanto movimento, é permeada por violência e cenas espetaculares, como fugas em massa, resistência e ordem nas penitenciárias. No ano de 2015 uma nova facção surgiu em Manaus, chamada de 300 Espartanos, fruto de uma dissidência dentro da FDN.

O que parece ser mais relevante ressaltar é que estamos diante de novos problemas sociais que modificaram profundamente as relações sociais em determinados bairros e comunidades em Manaus, na medida em que mais pessoas passam a reivindicar a FDN como um movimento do crime, com seus próprios códigos de conduta e signos,

como organização que visa a hegemonia do mercado ilícito de drogas e armas. Nesse sentido, a FDN buscou unificar diversos coletivos criminais, em torno de seu código de conduta. Essas mudanças são percebidas de modo exterior, pelas músicas, pichações, cortes de cabelo, tatuagens, dentre outras formas de reivindicação da FDN, PCC ou 300 Espartanos. Antes, a abstração do “galeroso” como o perigo em potencial que cerca as escolas e comunidades, agora, a ação difusa do narcotraficante pertencente aos movimentos do crime em ascensão³³.

Neste ponto, como no tópico anterior, a noção de falência do sistema penitenciário pode ganhar relevo, mais uma vez, como uma abstração óbvia e conclusiva para definir a atual situação. As transformações do sistema penitenciário nos últimos anos, em termos de estrutura física e de pessoal que conheceu significativos aumentos com a terceirização, levam mais uma vez o discurso político na esfera pública que dá conta de demonstrar que se tem o melhor em termos de segurança e tecnologia. A despeito do discurso público, novamente o outro discurso, da falência do sistema penitenciário, é novamente recuperado para explicar as situações de crises, mas agora aparece reforçado pelo drama da superlotação como a grande responsável, desta vez, pela falência do sistema penitenciário.

2.5. Disciplina para a SEJUS, lealdade para a empresa: dois dias no curso de formação de agentes de socialização

Nos tópicos precedentes foi descrita uma complexa e interdependente “teia social” em que os agentes de segurança penitenciária estão inseridos em Manaus. A reflexão sobre a realidade social que envolve os agentes é um exercício sociológico necessário em todas as etapas da pesquisa. Não é possível compreender o que ocorre nas unidades prisionais sem compreender essas questões iniciais que foram apresentadas neste capítulo.

A negociação da pesquisa de campo – descrita no capítulo anterior – resultou em muitos convites para conhecer diversos ângulos do Sistema Penitenciário Estadual. Um dos principais foi a questão educacional, acompanhada de perto pela Escola de

³³ Nesse sentido, segundo informações da imprensa, o narcotráfico também passa por mudanças, na medida em que a mediação de mercadorias ilícitas ligadas ao tráfico de drogas (maconha tipo skunk, cocaína, por exemplo) é mediada de acordo com o movimento de facções presentes em cada território. Por exemplo, ainda que um determinado narcotraficante hipotético não pertença à nenhum dos movimentos do crime, esse narcotraficante só deve comercializar mercadorias ilícitas fornecidas pela facção com atuação naquele território. A venda de produtos de outros fornecedores pode ser acusada de conspiração, ou “*correr pelo errado no crime*”.

Administração Penitenciária (ESAP). Uma das experiências mais interessantes na pesquisa foi o convite que recebi para acompanhar, no dia 13 fevereiro de 2014, o primeiro curso de formação de Agentes de Socialização com turmas formadas apenas por mulheres, realizado na sede da Secretária de Estado Justiça e Direitos Humanos, localizada no bairro do Centro de Manaus. O curso de formação era apenas mais uma etapa no longo processo de seleção de novos quadros para a ocupação de agente de segurança penitenciária, pois as turmas são formadas por pessoas com pré-requisitos necessários para o trabalho que foram selecionadas para participarem do curso de formação, sem qualquer vínculo empregatício. As pessoas com melhores notas e desempenho em todas as etapas do curso de formação, com duração de 20 dias, são contratadas, restando para as pessoas não contratadas apenas um certificado comprovando a participação em um curso na área de segurança. Em suma, o processo de formação também é parte do processo de seleção da empresa.

Fui convidado para ser um ouvinte de algumas aulas do curso de formação de agentes de socialização. Foi neste momento que começou a minha confusão sobre agentes de disciplina e agentes de socialização – ao que tudo indica ainda estava em transição a nova designação para agentes de disciplina, chamados agora de agentes de socialização na maioria das unidades prisionais. Me dirigi até as salas de aulas da sede da ESAP no horário e dia indicado e tive a oportunidade de chegar no momento em que a diretoria da ESAP e gerentes da empresa Umanizzare Gestão Prisional e Serviços Ltda. – solicitante do curso de formação- iriam entrar nas salas de aula para as falas de inauguração do curso. Ainda no corredor da ESAP fui apresentado para os gerentes da empresa presentes como um pesquisador interessado pela área de segurança penitenciária. Como o momento foi de grande cordialidade fui “acolhido” pelos gerentes que garantiram que eu teria acesso ao que fosse necessário para a minha pesquisa. No dia da inauguração estavam presentes dois funcionários da empresa, um gerente operacional e o gerente regional. Acompanhei a “comitiva” até uma das salas de aula, onde estava a turma B, para presenciar as formalidades da inauguração do curso, que funcionava como mensagem de boas-vindas e apresentações formais - inclusive fui apresentado naquele momento para a turma e professores.

Foram abertas duas turmas com 60 alunas, em cada uma delas. A falação começou quando a “comitiva” – incluindo eu - tomou posição à frente da turma juntamente com as representantes da ESAP - diretora e coordenadora. Além de dar boas-

vindas para as participantes, este momento serviu para detalhar diversas questões sobre o curso, a profissão e as relações esperadas entre empresas, SEJUS e agentes de socialização. Durante a fala da ESAP, foi destacado que para a escola era um momento considerado especial pelo fato do curso ser destinado para a formação só de mulheres. Nesse sentindo, foi informado que o curso teria duração de 20 dias, considerado pela ESAP ainda um tempo reduzido, mas foi destacado que a coordenação pedagógica era de responsabilidade da ESAP. As candidatas receberam uma pasta com o material para o curso, em forma de apostila³⁴. Dessa forma, foi informado que além das aulas teóricas na sede da ESAP, seriam realizadas aulas práticas em unidade prisional, bem como aulas de segurança pessoal.

Algumas normas foram apresentadas como a obrigatoriedade do uso de crachá de identificação individual. A *disciplina* foi enfatizada como um requisito importante para ser desenvolvido durante as aulas, considerada uma postura esperada pelo profissional esperado pela SEJUS e pela empresa. Na fala da diretora da ESAP, essa expectativa seria avaliada como a comprovação do compromisso de quem desejava trabalhar no sistema prisional. A questão da disciplina aparece mais uma vez como o comprometimento com o horário, enfatizado como algo a ser obedecido rigorosamente, com faltas e atrasos não tolerados e passíveis de desligamento do curso. Os módulos do curso são divididos em cargas horárias que poderiam variar entre quatro e oito horas, ao final de cada etapa todas as candidatas seriam avaliadas em provas teóricas ou práticas.

As seguintes recomendações e normas foram comunicadas para as candidatas, de modo a estabelecer regras de convivência no prédio da SEJUS:

- 1) Utilização de roupas adequadas
- 2) Comprometimento com o horário de entrada e saída do curso
- 3) Utilização responsável dos banheiros
- 4) Obediência à estrutura didático-pedagógica do curso
- 5) Utilização de um copo plástico por dia

³⁴ A ESAP também me disponibilizou a apostila. A organização dela é creditada à SEJUS e à empresa Umanizzare. O índice apresenta os seguintes temas – que funcionariam como módulos do curso: 1. Relações Interpessoais; 2. Ética profissional; 3. Direitos humanos e cidadania; 4. Sistema penitenciário: organização e estrutura; 5. Noções da Lei de Execução Penal; 6. Tratamento penitenciário e noções de psicopatologia; 7. Introdução à saúde no sistema prisional; 8. Primeiros socorros; 9. Radiocomunicação; 10. Noções de prevenção e combate à incêndios; 11. Gerenciamento de crise; 12. Técnicas de defesa pessoal e desarmamento; 13. Procedimentos de revista, uso de algemas, condução de presos e segurança penitenciária. Ao lado de cada um dos tópicos no índice consta os professores responsáveis.

- 6) Utilização do elevador que só pode ser utilizado apenas por quatro pessoas por viagem
- 7) Obrigatoriedade da utilização do crachá na sede da SEJUS

A fala em nome da empresa buscou ressaltar que as candidatas ainda estavam em processo de seleção, porém com um grande conteúdo motivacional. Mais uma vez a *disciplina* foi considerada um requisito fundamental na avaliação e aproveitamento da turma. O comprometimento com o trabalho e a capacidade de estabelecer um chamado “relacionamento interpessoal” foram comunicados como requisitos fundamentais para serem desenvolvidos durante o curso de formação. Indisciplina e insubordinação foram enfatizadas como condutas incompatíveis com a ocupação. O principal argumento ficou concentrado nas possibilidades de “crescimento” profissional, racionalizado como cargos de confiança, dentro da empresa, com oportunidades iguais, para homens e mulheres, de promoção de cargos, ou ascensão nacional dentro da empresa.

Citando o exemplo de Manaus, os gerentes afirmam que nos quadros da empresa as mulheres ocupam postos de supervisão e possuem possibilidades de promoção para gerências. Nesse sentido, foi citado que mulheres estão em cargos de supervisão em unidades prisionais, e, segundo os gerentes presentes, as mulheres transmitem no dia a dia de trabalho, uma maior confiança e *lealdade* para com a UMINNIZARE. A importância da agente de socialização feminina é destacada com o exemplo de que 95% de presos são homens e a maioria das visitas são mulheres, sendo as revistas realizadas por agentes femininas, tendo impacto direto em 98% de apreensão de celulares e outros itens ilícitos nas revistas. Foi dito que a profissão de agente de segurança penitenciária é a segunda mais estressante do Brasil, e que as profissionais contariam com o suporte permanente da SEJUS e das gerências da empresa, mas a qualquer momento seria possível abandonar o curso, que deveria ser encarado como formação para lidar com respeito com o “reeducando” – termo oficial para preso, detento.

No caso de cumprimento de todas as etapas, as candidatas teriam o direito a um certificado de qualificação expedido pela Escola de Administração Penitenciária. Como última recomendação foi informado que é proibido que as candidatas tenham qualquer parentesco com os presos do sistema prisional, proibição destacada como fundamental para a segurança do sistema prisional e das próprias candidatas.

Durante os dois dias em que acompanhei o curso tive contato com as duas turmas que estavam naquele ciclo de formação. No primeiro dia acompanhei a Turma B e no segundo dia a Turma A. Como mencionado acima, cada turma contava com 60 mulheres inscritas com vários perfis e percepções variadas sobre seus objetivos. No primeiro dia, os temas que pude acompanhar diziam respeito a questões introdutórias sobre o sistema prisional, como leis, normas, procedimentos, bem como o que considerei como o saber informal - que diz respeito ao cotidiano propriamente dito. Nesse sentido, foram expostas noções básicas sobre a Lei de Execuções Penais (LEP), sobre a estrutura do Sistema Penitenciário Estadual e questões informais sobre o cotidiano da população carcerária e dos funcionários. De todo modo, foi dito que é fundamental vencer o medo durante o trabalho para o exercício de uma atividade mais racional e impessoal de modo a lidar com as adversidades do sistema. Os professores de modo geral buscavam dar um clima mais ameno para as aulas, por vezes descontraído, e sempre enfatizando questões voltadas para a experiência prática no campo profissional mais amplo e específico.

Para exemplificar o saber formal, longas exposições foram feitas sobre a segurança individual e coletiva como critério fundamental no exercício da profissão. Outro exemplo foi sobre as revistas dentro da cadeia. As revistas são consideradas como necessárias, e possuem procedimento padrão de revista: boca e língua, três agachamentos. Esse procedimento ainda estava em vigor nas unidades de Manaus, consideradas como revistas vexatórias, portanto afrontando a dignidade humana, e que foram proibidas pela vara de execuções penais em agosto de 2014. De todo modo, outras questões técnicas foram abordadas como a divisão das agentes de disciplina/socialização em equipes e hierarquias, como por exemplo, foi descrito o papel desempenhado pela Supervisora Geral, que na gíria do raio é chamada de S1. Outra função destacada foi a relatorista, responsável por preencher relatórios de atividades e acontecimentos do dia.

No que diz respeito ao saber informal, os comentários de professores foi um espaço onde ocorriam os julgamentos morais sobre o sistema prisional. Os trabalhadores dos estabelecimentos penais, além de possuírem capital social e cultural anterior, manifestam algumas práticas, em conversas e posturas, de um vocabulário com sentido próprio da profissão, do ambiente de trabalho. Por exemplo, sobre a população carcerária, em uma das aulas na Turma B, foi feita referência sobre atitudes “galerosas” nas unidades prisionais, exemplificando que presos “galerosos quebravam tudo durante rebeliões”. Outra parte desse saber informal, ou encarado como a “realidade” do sistema

penitenciário, foi a descrição do sistema penitenciário com o exemplo de unidades do interior como Manacapuru, Maués e Coari que, segundo um dos professores, são delegacias que foram adaptadas para funcionar como penitenciárias. Enquanto que Tefé é uma casa que foi adaptada como um pequeno presídio. Tabatinga é um presídio diferenciado por possuir presos colombianos e peruanos. Em Maués o prédio é “podre, com esgoto passando por ele”. Além do saber informal as aulas eram formadas pelo saber formal e em certa medida pelo saber informal - este evidentemente que não em sua totalidade.

Nas duas turmas estiveram presentes participantes de diferentes faixas etárias, e pude conversar com algumas pessoas durante os intervalos que demonstravam grande felicidade pela oportunidade real de conquistarem uma vaga no mercado de trabalho. De modo geral tive uma presença discreta como ouvinte. Apenas no segundo dia, com a Turma A, durante a aula sobre ética profissional, que fui convidado pelo professor para participar nas dinâmicas de grupo. Participei de bom grado e foi um momento de grande descontração em que tive que de participar de uma dinâmica em que fui representei um papel que gerou gargalhadas gerais.

O motivo para apenas mulheres terem sido matriculadas nas turmas era a eminente inauguração e entrega do Centro de Detenção Provisória Feminina (CDPF). A inauguração desta nova unidade prisional foi motivada pela obrigação de desativar definitivamente a ala feminina da Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal, que funcionava apresentava condições dramáticas de funcionamento - do ponto de vista de sua estrutura completamente desumanizada. Recorrentemente ocorriam rebeliões ali para denunciar até mesmo a falta de água. De modo que, o curso ocorreu em uma situação complexa e permeada por grandes expectativas sobre um novo momento para mulheres no cárcere em Manaus.

A situação de aparente abertura não significou que todos os problemas estavam resolvidos ou o fim imediato das negociações - que continuaram mesmo depois de finalizado a pesquisa de campo. Sempre foi necessária a procura de outras possibilidades para a compreensão que existem diferentes caminhos do sistema penitenciário. E sobre a edificação de outros caminhos, uma parte significativa deste trabalho teve a grande contribuição da interação com mais de 40 funcionários terceirizados, com a participação de 35 em uma pequena amostragem de questionários aplicados. De todo modo, esse

número total poderia ser bem maior se for levado em consideração as interações que ocorreram nos períodos de intervalos das atividades formais com os questionários. Foram nas conversas de corredor, no período de café, almoço, intervalos que diversas impressões foram sendo construídas e até mesmo a cumplicidade com alguns funcionários foi tomando ganhos qualitativos. Para tornar esse argumento mais claro cabe detalhar esse ponto no tópico subsequente.

Por fim, restou conhecer a formação do trabalhador urbano que está na ponta do processo de combate ao inimigo social interno, supostamente dotamos de poder para vigiar e garantir a disciplina daqueles que foram vencidos na guerra particular travada entre forças de segurança e o mundo do crime. São os olhos da justiça penal sobre pessoas privadas de liberdade. É muito comum encontramos relatos que confundem as mazelas produzidas pelas prisões com os próprios agentes de segurança, que são marcados pelo estigma de uma história de corrupção e violência nas prisões.

2.6. Na rota para a batalha diária na cadeia

Para acessar ao que chamo de cotidiano foi necessária uma atitude de inconformismo nas negociações da pesquisa de campo – atitude que foi provocada por recomendação de meu Orientador. De toda forma, apenas quando fui autorizado pelo Secretário de Justiça do Estado do Amazonas que pude entrar nas unidades prisionais de Manaus. Isso facilitou de modo definitivo a negociação direta que foi realizada com as diretorias das unidades prisionais, para o agendamento dos dias e horários para a entrada e saída nos estabelecimentos penais, fase da pesquisa que sempre contou com apoio direto da Escola de Administração Penitenciária (ESAP). Para tanto, o Núcleo de Pesquisa e Extensão (NEP) da ESAP-SEJUS mediu presencialmente e por telefonemas, com as diretorias, todas as solicitações que realizei. Depois de lograr sucesso nas autorizações para a pesquisa, as diretorias delegavam para as equipes operacionais, presentes nas escalas de serviço no dia das incursões de campo, a responsabilidade de garantir a segurança do pesquisador e a realização das atividades de pesquisa - conversações, entrevistas, aplicação de questionários, dentre outros. É possível “ilustrar” as diferentes etapas da observação de campo, como um processo de construção de três procedimentos básicos, conforme detalhado abaixo.

O procedimento inicial sempre foi marcado por minha iniciativa de realizar uma ligação telefônica ou enviar e-mail diretamente para o responsável pelo Núcleo de

Pesquisa e Extensão da ESAP, que resultava em uma audiência presencial na sede da ESAP, e no planejamento de toda a logística para efetivar as incursões de campo nas unidades prisionais. Como afirmado anteriormente, a autorização da pesquisa desempenhou um papel muito importante para que todas as solicitações fossem atendidas da melhor forma possível. Para ir até a sede da SEJUS, sempre utilizei o transporte público urbano de Manaus (ônibus de linha convencional, micro-ônibus executivos), e eventualmente tive de recorrer a serviços de moto-táxi ou “caronas” de familiares – sempre como recursos últimos para evitar atrasos e conflitos de horários. Ir até o prédio sede da antiga SEJUS era uma movimentação simples se feito por transporte público. Bastava descer no ponto de ônibus da Praça da Matriz no Centro, e realizar uma pequena caminhada até a Praça Dom Pedro II.

Essa região é muito conhecida pelo mercado do sexo, que começa logo pela manhã e com programas realizados nos hotéis “inferninhos” próximos. Algumas vezes fui assediado por algumas mulheres para programas sexuais com convites como “oi, lindo, vamos conversar?”. Foram situações inusitadas que ocorriam por volta das oito horas da manhã e me causaram algumas reflexões sobre as distancias sociais – também não rara as vezes que eu presenciava pequenos furtos de celulares no ponto de ônibus. Aquele local é conhecido por ser um espaço da cidade que é potencialmente perigoso, frequentado principalmente por uma população de baixa renda da cidade. A praça Dom Pedro II antigamente era conhecida de modo misógino como “praça das putas”, situação que mudaria com a revitalização de seu espaço. Na administração do prefeito Arthur Virgílio Neto, a gestão municipal passou a ter despachos em um dos prédios históricos que se projeta para a praça, colocando-a em um novo patamar em termos de segurança. Bastava chegar até a praça para que fosse possível encontrar guardas municipais realizando a segurança dos prédios oficiais. Mais o que anunciavam meus objetivos eram eventuais ambulâncias e viaturas do Sistema Penitenciário Estadual que ficavam estacionadas próximas do prédio sede da SEJUS.

Após a etapa de planejamento com a equipe da ESAP, o passo seguinte esteve concentrado na negociação com as diretorias para o agendamento das entradas nas unidades prisionais, o que significava detalhar os objetivos da pesquisa. Todo esse processo foi feito com acompanhamento da SEJUS, através do NPE, que me incluía como um “carona” em suas missões oficiais de fiscalização e planejamento de atividades do campo educacional das unidades prisionais. Nesse sentido, a qualidade de “carona”, seja

nos carros oficiais da SEJUS ou nos carros privados de servidores, proporcionou longas conversas com os funcionários da ESAP, foram momentos importantes para o fortalecimento de compromissos e relações de confiança, tendo em vista os longos trajetos até as unidades. No momento em que era necessária uma identificação institucional na entrada das unidades, sempre fui identificado como “pesquisador da UFAM”, e na sequência eu era apresentado às direções, ou para os responsáveis no momento, e tinha de detalhar os objetivos da pesquisa, bem como solicitar um agendamento para a pesquisa de campo.

Essas diversas incursões foram momentos para tomar alguma familiaridade com os funcionários das unidades, mais também para conhecer os diferentes esquemas de segurança no controle de entrada e saída. Em algumas unidades passávamos por detectores de metal, tínhamos que tirar os sapatos e permitir que um agente de disciplina/socialização verificasse nossas meias, ainda que não as tirássemos dos pés. Em outras, o esquema de segurança poderia ser menos rigoroso, bastando estar devidamente identificado e com objetivos claros na “visita” à unidade, portanto, o esquema de revista era menos rigoroso, apenas com funcionários enfatizando a proibição de celulares e dinheiro. Em verdade, o fato de estar acompanhando com funcionários ligados à ESAP já facilitava em muito o trabalho de identificação e entrada, o que não excluía ainda meu próprio protagonismo naquelas incursões, afinal, a ESAP não estaria presente nos retornos para a realização das entrevistas e conversações com os agentes. Seria fundamental eu mesmo demonstrar algum protagonismo na articulação dos contatos, mesmo que o nervosismo fosse uma sensação presente nas primeiras incursões. De qualquer modo, na presença das direções das unidades, a equipe da ESAP informava sobre a pesquisa e apresentava fotocópia da autorização do secretário de Estado, mediando possibilidades de realização da atividade de pesquisa em dias posteriores.

Por fim, a terceira etapa consistiu em ir até as unidades prisionais para realizar as entrevistas e conversações com os funcionários. A principal dificuldade nesse momento, depois de todas as facilidades mencionadas anteriormente, esteve centrada na minha locomoção até as unidades prisionais selecionadas. Esse é um problema que afeta não apenas os pesquisadores mais é uma realidade muito difícil enfrentada pelas pessoas que de algum modo estão envolvidas com o sistema penitenciário brasileiro. Transitar entre unidades do sistema penitenciário é um desafio, pois geralmente as unidades prisionais estão localizadas em lugares afastados dos locais de moradia. Em Manaus,

apenas a Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa e a Unidade Prisional do Puraquequara (UPP) estavam localizadas em locais em que eu poderia, naquele momento, chegar via transporte público facilmente. A Cadeia Pública por estar localizada no bairro do Centro e a UPP por estar localizada em bairro próximo de minha moradia. De todo modo, apesar das outras unidades estarem fora da área urbana de Manaus, a única vantagem é que as unidades restantes estão localizadas na mesma área do KM 8 na BR 174, portanto, o único desafio era chegar lá.

A situação de aparente abertura não significou que todos os problemas estavam resolvidos ou o fim imediato das negociações - que continuaram mesmo depois de finalizado a pesquisa de campo. Sempre foi necessária a procura de outras possibilidades para a compreensão que existem diferentes caminhos do sistema penitenciário. E sobre a edificação de outros caminhos, como mencionado anteriormente, uma parte significativa deste trabalho teve a grande contribuição da interação com os mais de 40 funcionários terceirizados, que apesar de apenas 35 participarem da pequena amostragem de questionários aplicados, esse conjunto maior de interação esteve presente também no período entre atividades com questionários. Foram nas conversas de corredor, no período de café, almoço, intervalos que diversas impressões foram sendo construídas e até mesmo a cumplicidade com alguns funcionários foi tomando ganhos qualitativos. Para tornar esse argumento mais claro cabe detalhar esse ponto.

Em março de 2015 estive em uma penitenciária, localizada no KM 8 da BR 174, para negociar a aplicação de questionários. A diretora daquela unidade prisional prontamente aceitou a realização do trabalho e apenas questionou se eu tinha condução própria para estar na hora e dia combinado – estes que teriam lugar na semana seguinte daquele encontro -, e diante da minha negativa ela respondeu que esse poderia ser um problema de fácil resolução. A própria diretora pensou em uma rápida solução, e imediatamente a colocou em prática ao chamar uma funcionária administrativa, responsável pela gerência do setor de estatística da unidade, e perguntou para ela, se ainda utilizava a rota da SEJUS, que faz a coleta dos funcionários terceirizados, para ir até a unidade. A ideia para esta solução apareceu quando respondi que meu local de moradia era em um bairro da zona leste da cidade, e a referida rota do ônibus possui como trajeto

inicial, o início da avenida Camapuã, próxima da Bola do Produtor³⁵, localizada entre as avenidas Itaúba e Autaz Mirim na zona leste da cidade. O ponto de coleta do ônibus que foi indicado, seria o mais próximo de meu local de moradia, pois a rota seguiria viagem em outros bairros da zona norte da cidade, coletando mais funcionários, até chegar na BR 174.

A gerente respondeu positivamente e a diretora fez a seguinte recomendação: “grava bem o rosto desse rapaz, pois ele vai te encontrar por volta de cinco e trinta da manhã lá na Bola, daí você acompanha ele e vamos garantir seu trabalho. Ítalo, a rota não espera atrasados”. Eu também fiz o esforço de gravar o rosto da funcionária no momento em que rapidamente nos conhecíamos na sala da diretoria. Ainda naquele momento fui informado que eu chegaria pouco antes das sete da manhã na unidade, tendo que aguardar até oito horas da manhã, para iniciar os trabalhos, tendo em vista que a direção administrativa só chegava por volta desse horário – com exceção da funcionária que viria comigo na rota. A sugestão apresentada foi que garantiu com muita tranquilidade minha ida até as unidades prisionais.

Foi em uma segunda de março que tive minha primeira experiência na rota que passava às seis horas da manhã na Bola do Produtor. Inicialmente pensei que deveria ir com uma roupa mais neutra e me vesti com uma roupa que julguei que poderia ser compatível com essa ideia: calçado preto, jeans azul escura e uma camisa branca sem estampa. Meu objetivo inicial era o de não chamar muita atenção e tentar passar ao máximo despercebido – ingenuidade da minha parte como descobriria durante os dias que peguei essa rota.

Naquela segunda feira, meu primeiro dia nessa atividade, coloquei como objetivo chegar bem antes das seis horas da manhã no local indicado, que seria próximo da Feira do Produtor, localizada próxima da rotatória, de modo que eu poderia esperar com mais tranquilidade o horário das seis da manhã em que o ônibus da SEJUS estava indicado para coletar as pessoas que o aguardavam naquele ponto. Consegui chegar cinco e quarenta e cinco da manhã com a ajuda de meu padrasto que me levou em seu carro, garantindo minha pontualidade. Na chegada, antes mesmo de desembarcar do carro, encontrei com a funcionária da SEJUS que foi designada para me encontrar e

³⁵ As chamadas “bolas” são como os manauaras chamam as grandes rotatórias que conectam grandes avenidas. Assim são chamadas diversas rotatórias da cidade: Bola do Coroadó, Bola da Suframa, Bola do Produtor, por exemplo.

acompanhar. Depois de cumprimentos cordiais me dirigi até uma banquinha de café da manhã e pedi um café para ficar tomando enquanto aguardava a hora. Quando cheguei, enquanto tentava puxar conversa com a funcionária, fiquei observando a cidade acordando para trabalhar, diversas rotas de ônibus de empresas passando por aquela região, pessoas pegando os ônibus convencionais, e o sol ainda clareando com uma grande quantidade de pessoas se dirigindo ao trabalho.

Cinco e quarenta e cinco da manhã ainda é possível observar poucos funcionários do sistema penitenciário naquele local. Vão chegando aos poucos, vindo de diferentes formas (caronas de familiares, ônibus convencionais, andando) e aos poucos formando um pequeno agrupamento de pessoas que vai se cumprimentando de modo alegre, botando os papos em dia, mostrando os vídeos que “viralizaram” nas redes sociais digitais e praticando as implicâncias que caracterizam algumas personalidades. Até mesmo um cachorro que esforçava para acabar com uma coceira, acaba sendo alvo de brincadeiras e risadas entre os funcionários. O clima é bastante cordial, misturando homens e mulheres em rodas de conversas, apesar de que observei pessoas mais reservadas. A idade e aparência pode variar muito, foi possível observar naqueles trinta minutos, que jovens e pessoas com mais idade, além de diferentes trajetórias, misturadas pela identificação do emprego em comum.

Ainda com algum constrangimento, fiquei próximo da funcionária da SEJUS, que era conhecida da maioria e rapidamente foi “puxada” para uma roda de conversa entre mulheres. Nesse meio tempo, aproveitei para visitar uma banquinha de café da manhã que ficava bem próxima de nosso ponto de espera, até mesmo como um passatempo. Fiquei tomando meu café com leite enquanto aguardava ansioso pela chegada do ônibus, tendo que explicar para poucas pessoas o que eu estava fazendo ali, e apenas para as que estavam conversando com a funcionária que me acompanhava. Observando aquelas pessoas se concentrando no local para pegar a mesma rota, acabei refletindo que se eu fosse uma pessoa que passasse por ali de modo distraído, preocupado com meu próprio trajeto, não pensaria em momento algum que se tratava de uma concentração de funcionários que trabalham no sistema penitenciário. Em todos os aspectos, os uniformes lembram o padrão de qualquer fábrica do Distrito Industrial de Manaus, e certamente eu pensaria que seriam pessoas de alguma das diferentes empresas que estão instaladas no parque industrial de Manaus. Se estivesse em um veículo automotivo, ou até mesmo a pé, não faria a associação daquelas pessoas com a segurança penitenciária, mas bastava estar

ali e sabendo quem essas pessoas eram para tomar dimensão da grande particularidade daquela concentração de pessoas. São aquelas que vão garantir a segurança dos estabelecimentos penais de presos provisórios e condenados do sistema penitenciário que funciona em regime de cogestão.

Sem dúvida estar ali me trazia várias reflexões sobre aquele momento tão cotidiano e rotineiro daquelas pessoas. Por exemplo, naquele março de 2015, eu já tinha algum conhecimento sobre os movimentos e coletivos do crime que estavam em plena disputa de eliminação no interior das prisões e em algumas regiões da cidade, e em uma avenida que utilizei para chegar até o ponto de coleta da rota, foi possível observar algumas “pichações” com letras garrafais “FDN É O COMANDO DO NORTE”, em muros não muitos distantes dali, que anunciavam em plena avenida a ordem em que o comando do crime daquela região estaria respondendo. Minha principal reflexão foi com a virtual proximidade dos funcionários com esses movimentos de presos, do ponto de vista espacial, pois trabalham em estabelecimentos penais onde esses coletivos atuam, e além disso os locais de moradia são especialmente os mesmos em que esses movimentos atuam nos bairros, estes que acabam sendo afetados pelos eventos que ocorrem nas prisões. Estar ali ainda antes do sol aparecer completamente no horizonte, me fazia pensar que a segurança pessoal poderia ser uma linha bastante tênue, apesar de que o clima de um modo geral sempre ter sido de muita tranquilidade. Algumas respostas para essas reflexões seriam encontradas apenas durante o decorrer nas conversações e entrevistas nas unidades prisionais propriamente ditas.

Seis horas da manhã surgiu na avenida um ônibus branco com uma placa escrito “SEJUS-AM”, e rapidamente todos presentes começaram a se aglomerar para sua chegada no ponto de parada. A equipe que estava presente naquele dia tinha um método próprio de entrar no ônibus. Os homens se aglomeravam na porta do ônibus e ocorria uma rápida disputa para ver quem entrava primeiro no ônibus, valia tentar passar à frente do colega e as mulheres acabavam sendo as últimas a subir. Nas palavras da funcionária a equipe na escala do dia reproduzia a sensação de pegar uma linha convencional conhecida pela superlotação “Essa rota parece o 640... fica o empurra-empurra... mas a equipe de amanhã é mais educada”, fala que foi logo repreendida por outra funcionária (agente de disciplina/socialização) em tom amistoso que argumentou que a colega “está acabando com nossa equipe”. De todo modo, no dia seguinte a outra equipe também demonstrava a grade cordialidade vista no primeiro dia, mas o momento de embarque na rota era muito

diferente, pois os homens davam até mesmo a “vez” de entrar no ônibus para as mulheres, mostrando uma cordialidade muito diferente da equipe do primeiro dia.

A viagem começa logo em seguida do ônibus chegar no ponto. Não mais que 5 minutos é o tempo em que o ônibus fica parado, para os atrasados resta gritar e correndo torcendo para que algum colega observe da janela a correria, que chama a atenção do motorista para esperar o atrasado. Em seguida do início da viagem, sentado em uma confortável poltrona ao lado da funcionária da SEJUS, percebo que existem muitos lugares vazios, e começo a pensar que para mim não fazia muito sentindo a intensa disputa para entrar no ônibus – de todo modo fui um dos últimos a embarcar. O clima no ônibus parece ser uma última oportunidade de tirar um cochilo ou descansar antes do início do trabalho, com muitas pessoas ficando introspectivas, ou falando em falando com a voz baixa. É um percurso muito tranquilo que atravessa uma pequena parte da zona norte para coletar mais funcionários e sair já na avenida Torquato Tapajós, que leva para a saída da cidade. É um momento em que o ambiente é embalado pelo barulho do motor do ônibus, vozes de conversas em tom mais reservado e ainda o tranquilo trânsito dos bairros manauaras. Com o ônibus já cheio atravessamos a barreira policial que fica na entrada da BR 174, e o sono parece vir de modo irresistível nos oitos quilômetros até a pequena rua que dá acesso às unidades prisionais - isto porque nos oitos quilômetros a paisagem é tomada pelas árvores da BR.

O ônibus chegou na unidade prisional que eu deveria trabalhar naquele dia, um pouco antes das sete horas da manhã, momento em que a equipe que trabalhou durante o turno da noite preparava-se para ir embora da unidade, ocorrendo uma intensa movimentação de entra e sai. É outro momento em que a correria é grande, pois o objetivo do funcionário, depois que o ônibus para em local próximo da unidade, é o de assinar o ponto digital de entrada no serviço/unidade prisional. Quando necessário, o que ocorre na maioria dos casos, os motoristas tinham que se deslocar para as outras unidades ali na região, para deixar as equipes onde estariam escaladas naquele dia. Por isso, é uma operação que é rápida e bem definida: descer do ônibus e assinar digitalmente a entrada na unidade prisional, ida até o posto de serviço, e por meio de escalas tomar o café da manhã no refeitório.

Eu mesmo quando cheguei na primeira unidade prisional fiquei um pouco perdido inicialmente com toda aquela movimentação. A entrada na unidade prisional foi

bem tranquila, tendo em vista que eu já havia me cadastrado no sistema de biometria da unidade, que fica na guarita. Por ser uma unidade em cogestão, a entrada era controlada através de identificação digital na guarita, que consistia em tirar uma fotografia do visitante, via webcam, e o cadastro de dados de identificação e impressão digital de polegar. Eu já estava cadastrado e contava com a presença da gerente de estatística o que facilitou minha entrada em poucos minutos, operação que de toda forma foi feita com bastante cautela.

Dentro da unidade eu teria que esperar até pouco mais de oito horas da manhã para iniciar os trabalhos, mesmo horário em que a direção das unidades costumam chegar nas unidades prisionais no Amazonas. Era o momento em que a gerencia operacional da unidade deveria começar a mediar e organizar internamente a realização das entrevistas. A gerencia operacional é ligada a empresa que atua no sistema penitenciário, portanto, era representada por um funcionário terceirizado que tratava de organizar as questões operacionais da unidade naquela escala. Eram funcionários que andavam o dia todo ligados a rádios comunicadores e atuando na resolução de diferentes problemas do cotidiano de uma unidade prisional. Assumia uma característica de ser na hierarquia superior aos agentes de disciplina/socialização, o que já gerava diferenciação e distinção no corpo de funcionários. Até mesmo alguns agentes de disciplina/socialização reclamavam que bastante um agente ser promovido para esta gerencia que, “começava a querer mandar e achar que é mais que o outro (Agente de Disciplina/Socialização)”. Sempre foram extremamente cordiais e responsáveis pelo sucesso das entrevistas, apesar de parecerem sempre estarem correndo para resolver imprevistos e obrigações.

Em todas as unidades prisionais em que tive a oportunidade de realizar alguma jornada maior de trabalho de campo, sempre os funcionários tinham grande preocupação com a minha sensação de bem estar do ponto de vista da comida. Sempre fui convidado para comer e participar da mesa conjuntamente com os funcionários administrativos, em sua maioria mulheres que traziam algumas coisas para a copa da direção. Naquele dia fui convidado para tomar café no refeitório dos funcionários daquela unidade. A alimentação é feita pelo sistema de rodízio bem simples, enquanto uns comem, outros funcionários cobrem e “rendem” quem não está no posto, de modo que a segurança da unidade seja mantida em todo o momento. A alimentação é servida por funcionários terceirizados, e o café da manhã naquela unidade era composto por pão com margarina, suco, café com leite e uma sopa com macarrão. Aquele também foi o momento em que fui apresentado

para alguns agentes e comecei a cultivar as relações com algumas pessoas. Ali o clima fraternal é repetido com muitas brincadeiras entre os funcionários.

O primeiro dia foi marcado por algumas dificuldades que foram superadas com a certeza de que era necessário ter muita paciência e jogo de cintura para vencer os obstáculos. O primeiro desafio era a espera. Naquele dia a unidade estava bastante agitada, talvez por ser uma segunda-feira, com todo o corpo de funcionários parecendo estarem bem ocupados e operando os diferentes fluxos da unidade: deslocando de presos para hospitais, saída de presos para a liberdade, transferências e entradas. Para esperar tive acesso à sala da gerencia de estatística que em sua maior parte do tempo, para garantir minha privacidade, ficou fora da sala. Fiquei de bom grado com uma mesa e duas cadeiras a disposição para as entrevistas. Foi o momento em que negocieei como iria se dar a atividade com a gerencia operacional, depois de um breve debate qual era o melhor meio para garantir a aplicação dos questionários, culminando na decisão de convidar um funcionário por vez para conversar comigo.

A pessoa que era designada para conversar comigo deveria ser substituída em seu posto atual por outro funcionário capacitado, em vistas de garantir o andamento dos trabalhos sem qualquer tipo de “furo”. A justificativa dessa decisão era em vistas de eu pessoalmente travar contato com os funcionários e aproveitar para conversações para além das perguntas fechadas do questionário, de modo a aprofundar pontos que pudessem revelar questões importantes, decisão que se demonstrou acertada pela riqueza de relatos sobre o cotidiano de trabalho daquelas pessoas.

Enquanto aguardava o início das entrevistas, pouco antes das oito horas da manhã, observei pela janela da sala da gerência da estatística, que tinha vista para o pátio interno da unidade, um grupo de pelo menos uma dezena de agentes de disciplina/socialização, homens e mulheres, reunidos para realização de uma oração com pedidos de proteção para aquele dia de trabalho que estava apenas iniciando. A rápida reunião é desfeita pelos aplausos dos participantes, que em seguida se dirigem para os postos que deveriam cumprir a jornada de trabalho daquele dia. Horas depois tive a oportunidade de conversar com uma das agentes de disciplina/socialização que estiveram naquela roda, e esta, me contou que esse era um procedimento que era repetido todos os

dias em que a sua equipe está na sua escala, ritual compartilhado por funcionários de confissão protestante³⁶.

Quando as entrevistas foram iniciadas, pouco antes do almoço, eu já sabia que a maioria das pessoas que participariam da atividade de pesquisa daquele dia, eram pessoas que ainda contavam com poucos meses de trabalho na função. As duas primeiras pessoas entrevistadas relataram que na unidade prisional, as situações de violência e assédio não faziam parte do cotidiano do serviço. Apesar desse discurso ter sido presente na maioria dos discursos no dia, a terceira pessoa entrevistada, com apenas oito meses de trabalho no sistema penitenciário, já enfrentava problemas que afetavam o seu serviço, sendo impedida de entrar nos pavilhões por sofrer ameaças e assédios para prática de ilícitos. Conforme a gente relatou, o a percepção sobre a segurança pode variar de acordo com experiências diferentes, e mesmo com pouco tempo de serviço já havia sido ameaça por internas, sofrido assédio para levar drogas ilícitas para o presídio, presenciado corrupção, além de relato que naquele curto período tinha presenciado uma rebelião e um motim:

Eu não posso mais descer para os pavilhões. Isso começou com as ameaças que passei a sofrer por parte das internas. Daí também o assédio que sofre para trazer drogas pra dentro da unidade. Eu não me sinto muito segura... sei que em algum momento terei que lidar com esse assédio pra trazer as coisas pra cá, daí vem as ameaças. (Agente de disciplina/socialização- Questionário nº 3)

A situação dessa trabalhadora ilustra que as diferentes experiências vivenciadas pelos funcionários, podem significar que em uma mesma unidade prisional possa existir percepções bem diferentes sobre o trabalho. Enquanto a maioria das pessoas negavam as situações de violência, assédio, ameaças e de práticas ilícitas – como uso de drogas e produtos proibidos -, poucas pessoas afirmavam que essas situações expressavam alguma regularidade no cotidiano de trabalho.

³⁶ Em várias ocasiões em que estive na pesquisa de campo, de alguma forma tive contato com discursos religiosos. Eles são parte do cotidiano das prisões através de diferentes modos. Os grupos de voluntários protestantes que realizam atividades religiosas nas unidades prisionais do Estado, previamente agendas com a direção da respectiva unidade, são protagonistas da intensa movimentação do dia a dia prisional. Muitas vezes fui surpreendido com o alto barulho de vozes em cultos evangélicos nos pavilhões, que se somavam aos barulhos de trancas e cadeados constantemente utilizados. Em outras situações, foi possível participar de situações em que os próprios funcionários das empresas e da SEJUS também utilizavam um forte discurso religioso relacionando as prisões e cristianismo como possibilidade de regeneração de pessoas. Para uma análise sobre as religiões nas prisões: FILHO (2006). *Os não ditos dos discursos religiosos. Depois das muralhas e grades (imagens e representações dos condenados sob livramento condicional e suas condições de sobrevivência)*. p. 68-80.

Em alguns casos as entrevistas foram em alguma medida pequenos reencontros, no sentido de que algumas pessoas me reconheceram do ponto do ônibus da rota que nos trouxe, e parte dessas pessoas acreditou que eu fosse um novo funcionário em primeiro dia de trabalho, imaginando que eu mesmo fosse um agente de disciplina/socialização recém contratado, pelo fato de estar usando uma camisa branca e não o uniforme completo da empresa. Ainda reencontros, pois uma parte das pessoas que estiveram naquela atividade, eu já conhecia, pelo menos de vista, de um curso de formação de agentes de disciplina/socialização, que foi ministrado na ESAP, e eu recebi convite para acompanhar algumas aulas, meses antes. Portanto, foi um dia de reencontros bem particulares, destacando as pessoas que me reconheceram do curso de formação, momento em que aquelas pessoas ainda estavam sendo formadas para o exercício da função. De todo modo, na medida em que foi possível fazer a aplicação de questionários, observei que naquela unidade prisional, pelo pouco tempo de trabalho da maioria das pessoas que conversaram comigo, consideravam o trabalho como relativamente tranquilo e seguro, centrando as críticas e faltas nas condições de trabalho em geral, como no aumento salarial e na aquisição de mais equipamentos para a segurança pessoal e da unidade.

Apesar do relato da agente que respondeu ao questionário número três, minhas impressões no decorrer do dia, estavam centradas em uma desconfiança de que aquela unidade não conhecia as mazelas que colocam notoriedade em nosso sistema penitenciário. Essa era minha impressão quando encerrei as entrevistas as dezessete horas da tarde, horário em que a rota de ônibus da SEJUS, coleta os poucos funcionários terceirizados e da SEJUS – em sua maioria – que saem antes das dezenove horas da noite. E passando pouco mais das dezessete horas da tarde, o ônibus chegou para coletar os funcionários daquela unidade onde eu estava. Também era um momento em que ficava claro a grande distância social em que eu me encontrava em relação aos funcionários, pois apesar de eu ter estado muito cedo pela manhã compartilhando o horário de entrada no serviço, na saída tive a opção de poder duas horas mais cedo que a maior parte dos funcionários. No retorno para casa o clima sempre foi de muita tranquilidade, poucas conversas reservadas e algumas vezes a viagem contava com músicas reproduzidas pelos smartphones de algumas pessoas – eventualmente eram músicas de grupos de forró ou pagode.

Era também o momento em que eu observava, dentro do ônibus, pessoas, que supostamente eram familiares humildades de presos, indo a pé para a parada de ônibus

convencional na BR 174. Eram caminhadas relativamente grandes, pois as unidades prisionais da BR 174, ficam em rua que se não fosse o asfalto, poderia ser chamada de um ramal com uma extensão grande, pois dá acesso as seis unidades penais. Em verdade, todas as vezes que fui para aquelas unidades, em diversas oportunidades, eram cenas comuns: pessoas humildes que iam tratar de diversos assuntos nas unidades prisionais – solicitar carteirinhas de visitantes, acompanhar a situação da pessoa presa, dentro outros -, terem que realizar essas caminhadas em pleno sol, muitas utilizavam até mesmo grandes folhas de árvores que pelo tamanho avantajado serviam como proteção ao sol forte da região. A própria SEJUS costuma facilitar a vida de familiares de presos disponibilizando o ônibus em dias, horários específicos e com local de saída determinado, para garantir o transporte para as unidades prisionais da BR 174. Sem dúvida esse serviço não contempla a grande demanda, que é diária. Com a linha de ônibus passando apenas na BR 174, era fundamental saber os horários que provavelmente os ônibus iriam passar por ali, no caso de perda a espera por outro ônibus poderia ser de mais de uma hora.

Essa situação pode ser ilustrada através de um *printscreen* de uma foto tirada pelo serviço *Street View* do sítio online, *Google Maps*:



Figura 1 - Caminhada de pessoas em direção às unidades prisionais da BR 174. *Street View-Google Maps*. Manaus, Amazonas. Agosto de 2012. Acessado em: 23/08/2015. Disponível em <https://www.google.com.br/maps>

Em uma foto de satélite é possível observar que a distância do início da rua que dá acesso as unidades, até as últimas unidades, é calculado em pelo menos 1,9 quilômetros, e significando uma viagem de quatro minutos, no caso de trânsito livre, ou vinte e nove minutos se a pessoa estiver a pé. A foto também é interessante por ilustrar o ponto em que início na BR 174 e a localização exata das unidades prisionais, que estão

localizadas todas à esquerda de quem vem caminhando pela BR 174 – no início da rua que dá acesso, está instalada uma empresa que nada tem a ver com o sistema penitenciário. Conforme é possível observar na foto abaixo, o ônibus passava em todas essas unidades para deixar e coletar funcionários, nos horários correspondentes com entradas e saídas:



Figura 2 - Foto de satélite das unidades prisionais localizadas na BR 174. *Street View-Google Maps*. Manaus, Amazonas. 2015. Acessado em: 23/08/2015. Disponível em <https://www.google.com.br/maps>

As reflexões sobre a situação de familiares, no ônibus de retorno para a área urbana de Manaus, somente eram interrompidas quando chegávamos de volta na avenida Torquato Tapajós, pois o trânsito por volta das dezessete horas, é bastante lento e confuso, com uma grande quantidade de automóveis disputando espaço na avenida. Dali eu tinha que descer na região próxima da Arena da Amazônia, próxima da avenida Djalma Batista, pois era o ponto em que o ônibus retornava para as unidades prisionais, em vistas de aguardar a troca de turno dos agentes de disciplina/socialização. Era o momento de retornar para a minha própria realidade, em um horário não muito convidativo para utilizar o transporte público em direção ao local de moradia.

A impressão de tranquilidade presenciada na primeira unidade da atividade, acabaria sendo desafiada no segundo dia de minha atividade de campo. Como relatado acima, tive de ir antes das seis horas da manhã para o ponto de coleta de funcionários da rota de ônibus da SEJUS, e como no dia anterior a funcionária da SEJUS estava lá no ponto de encontro, pois mesmo sendo muito cedo, e com o serviço previsto para começar apenas oito horas da manhã, pegar a rota era o jeito mais cômodo de ir até o trabalho.

Tivemos uma breve conversa em que ela me contou que estava fazendo uma faculdade no turno da noite, e por isso naquele dia estava com sono devido as tarefas do curso universitário.

Aos poucos foram chegando os funcionários da equipe em escala de serviço naquele dia – a equipe do primeiro dia estava em folga de 36 horas. O clima era parecido ao do dia anterior, apenas ficando clara a diferença na hora do embarque no ônibus, realmente, como tinha ouvido falar no dia anterior, nessa equipe eu vi os homens abrindo passagem para mulheres entrarem primeiro. De qualquer modo, a funcionária da SEJUS estava liberada do papel de me acompanhar, pois eu iria realizar a atividade de campo em outra unidade prisional da BR 174, uma situação que me deixou um pouco apreensivo na hora em que vi sozinho no desembarque, que como relatei acima, é um momento muito movimentado num dia de uma penitenciária. Para os funcionários não há o que fazer além de seguir apressadamente para o registro eletrônico de entrada no presídio, e ir organizando a troca de turno das equipes, bem como o do café da manhã.

Evidentemente para mim a única alternativa era seguir na correria daquelas pessoas, rumo a guarita da portaria externa, onde eu iria me apresentar. Para evitar novamente a impressão que eu seria um funcionário em primeiro dia de trabalho, resolvi deixar a camisa branca em casa e fui com uma camisa social de manga longa. Aguardei alguns minutos a conclusão da entrada nos funcionários que vieram comigo na rota, pois como havia presenciado na unidade prisional do dia anterior, aquele era um momento agitado, apesar de acabar muito rápido. Quando todos entraram na unidade, um pouco constrangido e sem jeito, me apresentei na guarita para os funcionários que estavam no momento. Eram agentes de disciplina/socialização que estavam destacados para operar a entrada e saída de pessoas na portaria externa da unidade.

Como em todos os momentos fiz minha apresentação formal como um pesquisador da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e que estava ali para realizar uma atividade de pesquisa que contava com a autorização da SEJUS. Foi o momento em que tirei uma pasta da minha mochila para apresentar a cópia do ofício em que o Secretário de Justiça autorizava a minha entrada nas unidades prisionais do sistema penitenciário -era um papel que, sem dúvida alguma, tinha um grande valor, e perdi até mesmo a conta de quantas vezes eu tirei fotocópias desse papel. A sensação de me sentir totalmente deslocado dali foi amenizada quando um dos agentes estava conversando

comigo na guarita, disse que lembrava do meu rosto da semana anterior, quando fui com os funcionários da ESAP-SEJUS negociar com a diretoria daquela unidade, a pesquisa que iria ocorrer naquele dia. Gentilmente me ofereceram uma cadeira para aguardar a chegada dos funcionários administrativos, que deveria ocorrer depois das oito horas da manhã.

Foi um bom tempo para desfrutar de uma conversa com os agentes responsáveis pela guarita e observar a troca de turno da unidade. Esta que prossegue com a entrada dos funcionários que chegam em veículos próprios, como carros e motocicletas, e que não raras as vezes traziam outros funcionários como caronas. Depois da chegada dos últimos agentes de disciplina/socialização, alguns policiais militares³⁷ também chegam em veículos próprios para o serviço na unidade, para em seguida minha espera terminar com a chegada da direção da unidade, que determina ao gerente de operacionalização, funcionário terceirizado, planejar a execução da minha atividade.³⁸

³⁷ Os policiais militares naquela unidade estavam responsáveis por patrulhar a muralha interna da unidade, que munidos de fuzis, fazem o papel de contenção de fugas. A posição bem definida parecia não favorecer muito a interação com os agentes de disciplina/socialização, cuja sensação de distância pode ser grande, pois cada parte possui funções bem determinadas. O fato dos policiais militares consumirem uma alimentação diferente dos agentes – que em algumas unidades comem em refeitórios próprios -, foi definido por um funcionário terceirizado, como uma vantagem dos policiais sobre os agentes de disciplina/socialização. De todo modo, estes possuem uma participação vital na operação das unidades prisionais e estão responsáveis por variados tipos de atividades. Por exemplo, enquanto eu estava na guarita aguardando, um funcionário terceirizado, da empresa que operava na unidade, foi deixar parte do lixo na área externa da unidade. O funcionário parecia ter passado a noite na unidade e aparentava estar cansado, mas mesmo assim não deixou de tirar alguma graça com os agentes na guarita externa, onde eu me encontrava. Um dos dois agentes que estava ali pegou um vergalhão de aço, abriu o carrinho do lixo que o outro agente trazia, e passou a verificar se tinha algo fora do comum ali. Passada a revista, o agente sai da unidade e descarrega o carrinho de lixo, para em seguida entrar de volta na unidade e mais uma vez ter o carrinho checado pelo agente da guarita.

³⁸ Antes do início da atividade fui convidado a tomar café da manhã no refeitório da unidade, e mais uma vez tive a oportunidade de comer o pão com margarina e café com leite, servidos por funcionários terceirizados. No mesmo dia ainda comeria o almoço com os agentes da unidade, no mesmo refeitório. Na verdade quase em todas as vezes em que fui nas unidades prisionais, tive a oportunidade de tomar café da manhã, almoçar e lanchar. Cada unidade tem seu próprio esquema na alimentação. Por exemplo, em algumas, eu comia em cozinhas reservadas para a direção da unidade, espaços coletivos dos funcionários da SEJUS, que levam alimentos que são considerados lanches - bolos, pães, queijo, café, leite, dentre outros -, mas que comiam as quentinhas que chegavam aos presos e funcionários terceirizados da unidade. A estrutura oferecida pela cozinha própria, garantia que as quentinhas reservadas aos funcionários administrativos fossem servidas em pratos. Em uma unidade feminina, uma diretora disse que comer da mesma comida oferecidas as mulheres presas, era uma boa forma de ter mais argumentos em casos de reclamações. Dizia ela, "... pois é. Apesar da comida tá ai nos pratos, é a da mesma quentinha das internas. Quando alguém vem reclamar da comida, isso já evita muita confusão, porque eu digo que comi da mesma comida que elas". Por fim, em algumas ocasiões eu comia em refeitórios para funcionários, operados por funcionários terceirizados, e contava com a solidariedade de funcionários que me emprestavam os talhares que eu precisava para comer, bastando apenas entregá-los limpos depois de usados.

Nos três dias da atividade de aplicação de questionários, sempre foi responsabilidade de um funcionário terceirizado, que ocupava o cargo da gerência operacional de sua respectiva unidade, ser o facilitador das entrevistas. E naquele segundo dia de atividades, foi o responsável por este cargo que teve a ideia e me levou para uma sala reservada, que ficava próxima do guarda-volumes da unidade, o que me fez ficar próximo de alguns agentes de disciplina/socialização que ficavam naquela área controlando entradas e saídas na muralha interna e nos pavilhões – essa proximidade fez com que eu pudesse ficar conversando com os agentes nos poucos minutos vagos na unidade. A pequena sala tinha uma aparência deteriorada, mas eu não poderia querer algo melhor que isso, pois ela tinha uma mesa com duas cadeiras e um pequeno ventilador – além de ter uma janela que dava para olhar não muito longe um dos pavilhões e as suas janelas com camisas estendidas do lado de fora.

Quando meus objetivos foram apresentados para os funcionários que estavam naquela área, causei uma grande impressão em um deles, que imediatamente se apresentou como voluntário da pesquisa, ainda na área em que fica o guarda-volumes. Quando ele entrou na sala onde eu o aguardava, ele demonstrava uma grande ansiedade e disposição para falar. Depois de me apresentar formalmente e os objetivos da pesquisa, prosseguimos com a leitura em voz alta do questionário e a respostas do funcionário, que estabeleceu uma significativa conversa comigo sobre as condições de trabalho naquela unidade prisional. O motivo de ele ter se voluntariado com muita ansiedade para ser o primeiro a participar, foi na grande expectativa que eu pudesse trazer a público a grande pressão em que foi submetido no trabalho. Conforme seu relato, feito em seguida da minha apresentação formal:

Você veio na nossa rota de ônibus né? Ela traz a gente pra nossa batalha diária na cadeia. Eu trabalho aqui a apenas um ano e meio. Cara, aqui é um zoológico que [você] tem que ter medo. Eu tô fazendo tratamento psicológico, não posso nem entrar mais lá dentro [nos pavilhões] porque fui ameaçado. Aqui o agente [de disciplina/socialização] não tem como se defender, temos direito a não ter direitos. A empresa e a SEJUS são até coniventes também, dão tudo para os presos aí. Pode nem colocar bloqueador de celular que os presos quebram com baladeira. Trabalhar aqui é viver sendo ameaçado e sofrendo assédio moral... eu fui perseguido também por quem deveria ser meu colega de trabalho. Os presos fazem o que querem aí dentro... acontece o uso de drogas o dia todo e o que você imaginar de coisa ilícita. Não temos apoio. (Agente de disciplina/socialização- Questionário nº 17).

O discurso do agente foi emblemático porque acabou sendo como uma lição para mim, no sentido de que a sensação de tranquilidade do dia anterior, foi substituído por

uma série de entrevistas em que os agentes buscavam tinham grandes expectativas que eu pudesse ser uma caixa de ressonância sobre suas demandas. Como ficou na fala acima, não importa quanto tempo você está em uma unidade prisional, os eventos difíceis e violentos são imprevisíveis. Podem ocorrer com funcionários com mais ou menos tempo de trabalho.

Também ficou claro em diversas entrevistas daquele dia, que se aquela unidade era considerada mais difícil e perigosa para trabalhar, ela também possui uma saída para funcionários que estavam ameaçados ou por diferentes motivos não poderiam entrar nos pavilhões, que poderiam trabalhar nas áreas da portaria externa e interna, assim evitando o contato com situações de risco físico e psicológico. A carga estressante da rotina de trabalho naquela unidade, resultando em uma série de entrevistas em que os funcionários que trabalhavam nos pavilhões, descreviam seu trabalho como uma fonte de grande estresse relacionado com ameaças e assédios de diferentes tipos. As insatisfações com as relações trabalhistas ficaram mais evidentes no momento em que a leitura dos questionários esteve voltada para essas questões. Nos diferentes perfis de pessoas, muitas concordavam que a empresa gestora e a SEJUS não oferecem condições trabalhistas adequadas. Também foi nesta unidade em que conversei com muitos agentes que já tinham sido contidos em rebeliões, com alguns sofrendo grave violência física, e que se somavam ao um grupo de funcionários que fazia tratamento psicológico, devidamente pagos com o próprio salário – o que fazia aumentar a sensação de estarem sendo desvalorizados pelos empregadores.

O dia foi carregado pela carga emocional das histórias de pessoas que descreviam que gostavam bastante da profissão que estavam exercendo, mas ao mesmo tempo relacionavam o trabalho com ameaças físicas, assédio moral e o não reconhecimento social sobre a profissão. Esse foi um dia em que senti uma grande sensação de impotência, em decorrência dos relatos dos agentes, que descreviam a fragilidade em que a categoria estava naquela unidade pela falta de perspectivas de melhorias nas condições trabalhistas e como a nova ordem de presos nas prisões, afetavam gravemente o trabalho. Mesmo horas depois de ter saído da unidade, também as dezessete horas da tarde, ainda estava tomado pela sensação de impotência e ansiedade que tomou meus pensamentos.

O terceiro dia de atividade se deu seguindo os mesmos procedimentos dos dias anteriores, só que em uma terceira unidade em cogestão da BR 174. Peguei o ônibus da rota da SEJUS, com a mesma equipe do primeiro dia, que tinha encerrado a folga de 36 horas, e tive que esperar por uma hora fora da unidade prisional, a chegada dos funcionários da direção da unidade. Outra longa espera em que fiquei observei a movimentação na frente da unidade, com a entrada e saída de diversos funcionários na troca de turno, como no dia anterior. O que ainda cabe ressaltar no presente capítulo, é que um pequeno engano no terceiro dia de atividade, acabou por me fazer conhecer o psicólogo da unidade. Isso porque fui chamado na sala da direção para definir como seria feita a atividade, e por acreditar que o psicólogo não iria para a unidade naquele dia, foi-me oferecida a sala do atendimento psicológico da unidade. Com alguma surpresa fui recepcionado pelo próprio psicólogo que estava prestando atendimento em sua sala. A sua posição desde o primeiro momento foi de grande cordialidade e mesmo tendo sido pego de surpresa ao saber de meus objetivos ali, deixou sua sala à disposição da minha atividade, inclusive deixando sozinho na sala durante as entrevistas e quando ele teve de ir embora da unidade³⁹.

No fim dessas três atividades de campo, pude tirar refletir que cada uma das unidades prisionais em Manaus, e até mesmo os diferentes espaços dentro dessas unidades, possuem realidades que podem ser radicalmente diferentes, do ponto de vista dos trabalhadores da segurança penitenciária. Esse é um grande desafio para a pesquisa nas prisões brasileiras, pois as particularidades presentes em cada situação específica pode apresentar complexidades inesperadas.

Entre os diferentes discursos que foram dirigidos para a pesquisa, tive contato com pessoas que cumprem uma função importante no “controle social”, ainda que munido da *desconfiança epistemológica*, reconheci o que tornava aquelas pessoas tão comuns e

³⁹ A cordialidade do psicólogo acabou me ajudando de várias formas para concluir que a terceirização de serviços possui um peso cada vez maior no sistema penitenciário, atingindo diferentes áreas em uma unidade prisional. A sua grande disposição em ajudar na pesquisa com disponibilizando sua sala. Dialogamos em uma longa conversa, enquanto eu aguardava o início das entrevistas, e trocamos diversas impressões sobre o sistema penitenciário, nossas trajetórias de vida e assuntos da vida acadêmica. Ele me contou que tinha sido contratado recentemente pela empresa que participava da cogestão da unidade, seu primeiro emprego na área de psicologia, e que sua primeira atividade foi conversar e traçar perfis de todos agentes de disciplina/socialização da unidade. Antes deste emprego tinha trabalhado como carregador de bagagem de viagem área, em uma empresa de aviação com operação no Aeroporto Eduardo Gomes. Por isso tinha disse ter grande orgulho pelo emprego, acreditando fazer algo que com grande relevância social.

próximas de mim: os seus medos, expectativas, sonhos e frustrações. O pesquisador Sabaini (2012, p. 20) observou com bastante precisão, como que as muralhas das prisões não enceram radicalmente as pessoas naqueles espaços, mas que assim como os próprios presos podem realizar intensa interação com o “de fora”, os agentes de segurança penitenciária podem ser um contínuo entre a cidade e o presídio em que trabalham, pois ao analisar os agentes penitenciários em sua pesquisa no interior de São Paulo, compreendeu que os agentes penitenciários,

[...] transitam tanto do lado de dentro quanto de fora da prisão, sendo um vetor capaz de receber e transmitir, nos dois sentidos, informações, práticas, e todo um conjunto de expressões e comportamentos. As práticas e valores vigentes dentro da prisão se irradiam por todo o espaço urbano, dialogando e interagindo com a dinâmica da cidade. Do mesmo modo, relações típicas do convívio urbano da pequena cidade chegam até o interior das unidades prisionais. Vale lembrar que essas práticas e valores, durante estes percursos, se alteram.

Nesse sentido, cabe ressaltar os aspectos que envolvem a prisão, como um mecanismo protagonista de nossa experiência social, e não apenas como um elemento periférico da vida nas grandes cidades. A “muralha cultural” que dividiria os “de dentro” e os “de fora” perde força, na medida em que é possível uma influência recíproca entre a “cultura” desses dois supostos “mundos sociais”. Ainda que os espaços do presídio sejam permeados por ilegalidades, códigos morais distintos e conflitos, dentro de universos paralelos de invisibilidade e negação, onde a linha tênue entre legalidade e ilegalidade é construída de modo que a rotina é reproduzida de acordo com a constante transposição dessas linhas, as muralhas não são impedimentos para uma circulação cada vez mais dinâmica, como exemplo, de produtos, mercadorias e ideias (ADORNO e DIAS, 2013, p.18-19). E não menos importante, como ficou claro nessas atividades descritas, as prisões são também o local espaço de trabalho de pessoas que buscam sua reprodução social na cidade de Manaus.

3 - “Nós somos como um domador de leões”: agentes de segurança penitenciária na gestão da crise do sistema penitenciário

3.1. Para entrar: as entrevistas e questionários com agentes de segurança penitenciária

Os capítulos anteriores apresentaram categorias como *controle social e combate ao inimigo*, para acessar as políticas penais e de repressão operando na prática. Ressaltando o que já foi dito por Miriam Guindani (2001), nas prisões ocorrem diversas práticas sociais que ultrapassam os significados positivos da normatização da pena, e podemos considera-las a partir das ações sociais, o significado cultural, ou seja, pelos discursos, pelas coisas ditas e praticadas. Por ser uma instituição fechada foi necessário recorrer a um trajeto de entrada nas penitenciárias de Manaus. Pensando na emergência de novas situações ocorridas no sistema penitenciário, foi possível chegar aos agentes de segurança penitenciário como uma possibilidade de prática de pesquisa, porta-vozes das mudanças que ocorrem nos últimos anos em suas profissões, trajetórias e no sistema penitenciário.

O trabalho realizado por agentes de segurança penitenciária é objeto de preocupação nas ciências sociais, parte do esforço de compreensão da complexidade deste trabalho e das instituições penais – indo muito além do pensamento comum que relaciona a profissão à manutenção da custódia das pessoas privadas de liberdade (GOFFMAN, 2010; FOUCAULT, 2009; LOURENÇO, 2012; MORAES, 2013; MONTEIRO, 2013; REIS, 2013; SABAINI, 2012). Por isso, a pesquisa constituiu como estratégia de entrada no sistema penitenciário, o trabalho de campo com agentes de segurança penitenciária, o que permitiu organizar roteiros de entrevistas e um questionário padrão, constituído de três blocos de perguntas. Essa estratégia permitiu uma diversidade maior de contatos, pois os agentes de segurança penitenciária estavam na ponta de um trajeto de papéis, pessoas e registros de entradas e saídas. Através desses protagonistas das prisões foi possível configurar imagens e cenas das práticas sociais que ali ocorrem.

A profissão dos agentes de segurança penitenciária é parte de uma cadeia produtiva positiva, como funcionários de estabelecimentos penais idealmente posicionados como executores do poder disciplinar institucional, performáticos da execução dos que *trancam e destrancam* as grades das celas e grades das prisões. São as pessoas que estão designadas para o ato da *tranca*, representando o ideal de regular, dividir, selecionar e disciplinar os que serão “impedidos”. Essas noções que constroem o imaginário social sobre a profissão na esfera pública e coletiva, como parte da narrativa de vitória da sociedade no combate ao inimigo interno, também são relacionadas com

representação de funcionários corruptos, violentos e que fazem “corpo mole”. Isto porque, as representações ideais sobre as prisões entram em contraste com a exposição da operação das prisões brasileiras na prática. Pensar de modo relacional a vida intramuros, relativiza a ideia de “microuniverso social”, mas evita a sensação de que ocorre uma ruptura radical com a sociedade “não encarcerada”, a vida extramuros. Nesse sentido, evitar lidar com o que é conflituoso com a “lei”, em certa medida, limita fatalmente o esforço de compreensão do sentido prático do campo social em questão. Dessa forma, não é difícil imaginar que um dos símbolos do cumprimento da lei no Brasil, no caso as prisões e o sistema prisional brasileiro como um todo, é um gigante sistema fora da lei e em permanente conflito com ela, pela força das situações de conflitos no cotidiano da vida prisional. É o que demonstrou a pesquisa de campo com agentes de segurança penitenciária.

Pesquisar em prisões, independentemente do “recorte” do objeto, sem dúvida, significar colocar a teoria social em um campo de questões morais e éticas conflituosas. Os princípios éticos da pesquisa social em nenhum momento foram abandonados, mas são constantemente confrontados com a moral e ética do “outro”, durante as conversações e entrevistas. Da mesma forma que os estabelecimentos possuem suas normas, signos e sentidos para o reconhecimento no sistema de significados de agentes sociais, a profissão de agentes de segurança penitenciária possui certa previsibilidade do que se espera de um trabalho nessa função, que é regida por uma série de atribuições legais pré-estabelecidas. A realidade das prisões brasileiras nos desafia, pois, muitas vezes, os próprios agentes de segurança penitenciária se confundem com a massa carcerária.

Esse conteúdo subsidiou o interesse da administração penitenciária na realização da pesquisa de campo, pois no ambiente da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUS) a sensação relatada era de ausência das instituições de ensino superior locais para o enfrentamento dos problemas relativos ao mundo carcerário. A presença de um pesquisador da UFAM, realizando uma dissertação sobre as prisões locais, teve um papel valorizado. Parte significativa das entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho, e, portanto, apresentam um caráter bastante formal. Porém, sempre foi enfatizado que pesquisa não possuía qualquer interesse em julgamentos morais ou de avaliações oficiais sobre as condutas profissionais e individuais. De todo modo, esses encontros significavam sempre foram entre o estudante de sociologia com pessoas em horário de trabalho. Essa distância social foi tratada a partir da valorização do discurso

que transmitisse algum grau de confiança entre pesquisador e interlocutores. Inevitavelmente surgiu uma inquietação que me colocou no problema de ser reconhecido como um pesquisador não da UFAM, mas da SEJUS, pelo fato de sempre ir acompanhado para as unidades prisionais com responsáveis da Secretaria, me ligando a sombra do “patrão” direto dos funcionários. A condição de ser pesquisador ligado à UFAM sempre foi enfatizada no decorrer dos encontros.

No decorrer da pesquisa de campo foram aplicados 35 questionários, com 30 questões divididas em três blocos de perguntas fechadas (1. Perfil; 2. Condições e percepções sobre o trabalho 3. Relações sociais e conflitos na prisão), com os agentes de disciplina/socialização, funcionários das empresas com contratos celebrados com o governo estadual, além de ter sido realizada cinco entrevistas com perguntas abertas e fechadas com agentes penitenciários, funcionários com vínculos diretos com a SEJUS - atualmente Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP).⁴⁰ Apesar de reconhecer o universo reduzido de pessoas consultadas formalmente em questionários e entrevistas, as significativas informações coletadas no campo demonstraram-se relevantes para a pesquisa. Os questionários tiveram maior relevância como estratégia para os encontros individuais e privados, em salas designadas para as entrevistas, funcionando como roteiros de conversações sobre as situações que foram descritas pelos funcionários, e que estavam ligadas ao interesse geral de descrição do cotidiano de trabalho.

O próprio local de trabalho foi o espaço privilegiado para a realização desses encontros, ou seja, as unidades prisionais, localizadas em Manaus – apenas uma entrevista realizada com um agente penitenciário ocorreu em um local público, por questões de conveniência. Os momentos formais de entrevistas e aplicação de questionários foram intercalados com conversas informais sobre os assuntos mais diversos, com impressões e histórias sobre o sistema penitenciário. Todos os questionários foram aplicados em salas improvisadas, no esforço de garantir a privacidade entre pesquisador e interlocutores nas unidades prisionais. Os agentes de disciplina/socialização, organizados pelas equipes de

⁴⁰ Na verdade o questionário serviu como um ponto de referência para alcançar os objetivos da pesquisa. Por conter um grande universo de trabalhadores, das mais variadas origens e tempo de serviço nas empresas, os funcionários terceirizados tiveram uma dinâmica diferente nesses exercícios mais formais de conversas comigo, na prática isso se refletiu com a prioridade em trabalhar coletando informações através dos questionários, e no decorrer dessa atividade, foram abertas questões que surgiram em momentos específicos das conversas, a partir das memórias das experiências que eram relatadas, ou prioridades que eram apresentadas pelos interlocutores.

operação das unidades prisionais, optaram por responderem pessoalmente um entrevistado por vez majoritariamente me solicitando para a leitura em voz alta dos três blocos de questões – no limite essa situação se refletiu em interessantes conversas que, em alguns casos, estimularam relações de alteridade na interlocução.⁴¹

Durante a pesquisa empírica nas unidades prisionais foi possível observar cenas do cotidiano de trabalho dos agentes de segurança penitenciária, trabalhadores urbanos que estão na ponta do processo de combate ao difuso inimigo social interno, do qual dotamos de poder disciplinar-legal para vigiar e garantir a segurança daqueles que supostamente foram vencidos na guerra não-declarada travada entre forças de segurança e mundo do crime. São os olhos da justiça penal sobre pessoas privadas de liberdade. A aplicação de questionários serviu muito mais como um modo de aproximação e entrada no campo, como um pré-requisito da própria SEJUS-AM, ainda que ofereceram resultados interessantes na pequena população da pesquisa, mas diversas questões surgiram com os desdobramentos da simples ação de aplicação de questionários.

O perfil de pessoas que participaram da pesquisa revela que uma variedade grande de trajetórias e posicionamento sobre os temas que se referem ao sistema penitenciário. São pessoas comuns em que é depositada uma grande responsabilidade no horário de serviço, mas afinal, não estão ali de modo permanente, e possuem suas próprias crenças e desejos na condução da vida prática. A atividade que resultou na aplicação dos questionários com agentes de disciplina/socialização exemplificou de modo muito preciso essa grande variedade de pessoas e sentidos que estão em nossas prisões. Abaixo citarei alguns dados sobre o perfil geral dos participantes da pesquisa.

No que diz respeito aos dados de perfis dos questionários, do total de trinta e cinco pessoas, 51,4% (18) pessoas responderam ser do sexo feminino e 48,6% (17) do sexo masculino. Sobre o estado civil, 48,5% (17) pessoas responderam estarem solteiras, 17,1% (6) casadas, 31,4% (11) declaram estarem em união estável e 2,8 % (1) do total declarou estar divorciada. A média de idade foi de 32 anos. A pessoa mais jovem relatou ter 23 anos e duas pessoas foram consideradas mais velhas com 45 anos cada.

⁴¹A leitura conjunta das questões foi solicitada e justificada pelos interlocutores como sendo um exercício facilitador das respostas, ao mesmo tempo em que parecia ser uma defesa dos entrevistados em torno de uma situação incomoda dos minutos iniciais dessas atividades. O constrangimento mútuo (pesquisador e interlocutor) de modo aparente era quebrado na medida em que a conversa avançava e eu colocava em questão os objetivos da pesquisa.

No campo sobre o local e nascimento/naturalidade, 71,6% (25) relataram ser de Manaus, 14,2% (5) de outros Estados da Federação e 14,2% (5) de cidades do interior do Amazonas. Sobre a escolaridade, 65,8% (23) relataram ter o ensino médio, 20% (7) o superior incompleto, 11,4% (4) superior completo e 2,8% (1) com ensino médio e técnico profissionalizante. A escolaridade é uma preocupação comum em grande parte dos entrevistados que almejam como necessidade conquistar o diploma de ensino superior. Chamou atenção as pessoas com ensino superior completo e com formações totalmente distintas do que seria esperado na área de segurança, como um sujeito formado em ciências econômicas. A escolha para o trabalho deveu-se as contingências da reprodução material representada como uma “necessidade” econômica e de “sobrevivência” no mercado de trabalho.

No campo sobre religião e doutrina, 42,9% (15) relataram confissão católica, 42,9% (15) evangélica, 11,4% (4) sem afirmação e 2,9% (1) outros – ninguém respondeu pertencimento a outras doutrinas como mórmon, testemunha de Jeová, umbanda, candomblé ou espírita. A questão religiosa vai variando de acordo com cada pessoa, que eventualmente argumentam que reconhecem os valores de cada confissão, mesmo não sendo praticantes.

No campo sobre cor/etnia, 20% (7) relataram ser branco, 8,6% (3) negro, 65,7% (23) pardo e 5,7% (2) índio – ninguém se declarou amarelo ou preferiu não responder. 85,8% (30) pessoas declararam terem filhos e 14,2% (5) declaram que não tinham filhos no momento. Do total de pessoas que responderam “sim” para filhos, 12 pessoas relataram um filho, 10 pessoas três filhos, seis pessoas dois filhos, uma pessoa com quatro filhos e uma pessoa com oito filhos.

Os esforços de estabelecer diálogos com agentes de segurança penitenciária e tomar conhecimento da rotina de trabalho, também significou conversas e trocas de experiências sobre assuntos dos mais diversos, e que acabam sendo intercaladas com as representações da vida prática e simbólica sobre o sistema penitenciário local. Nesses encontros apareciam as críticas sobre as ausências das instituições de ensino superior locais no enfrentamento de problemas relativos ao mundo carcerário, de modo que a presença de pesquisadores da UFAM interessados em realizar dissertações sobre as prisões locais ganhava um caráter valorizado. Dentre esses desdobramentos, foram as percepções sobre situações que estavam além de rebeliões, motins, violência, miséria e

corrupção e revelam uma categoria formada por pessoas de diferentes origens, idades e perfis diferentes que no cotidiano estabelecem relações sociais que estão para além da simples noção de estado de guerra. É comum encontramos relatos que confundem as mazelas das prisões com os próprios agentes de segurança - reforçando as marcas de uma história profissional de corrupção e violência nas prisões.

3.2. Agentes de disciplina/socialização e as condições de trabalho

Dados sobre as condições de trabalho apareceram de modo relevante no segundo bloco de perguntas, dando destaque para as percepções sobre a satisfação, segurança e motivações para a procura e manutenção do emprego na área de segurança penitenciária. A primeira informação fundamental na pequena amostra é a de que todas as pessoas que participaram foram contratadas pelas empresas em regime celetista. A aplicação do questionário em três unidades diferentes teve como resultado final variações e contrastes de informações sobre perfis e percepções diferentes, que não só variam de pessoa para pessoa, mas também as percepções e relatos encontram grandes diferenças, dependendo da unidade prisional e da posição em que o interlocutor trabalhava naquele momento. Os contrastes aparecem também no tempo de serviço dos interlocutores nas diferentes empresas que atuam (já atuaram) na segurança penitenciária do Amazonas, sendo possível encontrar pessoas recém-contratadas e, até mesmo, pessoas que estão desde o início da terceirização do sistema penitenciário em 2006⁴².

No campo sobre motivações que levaram a escolha da profissão atual (múltipla escolha), 42,9% (15) responderam que foi “a oportunidade que apareceu”, 28,6% relataram que tiveram “outros” motivos não listados, 22,9% (8) foram influenciados por parentes e amigos, 5,7% (2) foram atraídos pela remuneração e outros 5,7% (2) por considerarem atrativos de estabilidade no emprego. Essa pergunta ocasionou diferentes posicionamentos de acordo com cada interlocutor. As pessoas que já atuavam na área de segurança relataram que gostam dessa área, e foi possível encontrar duas pessoas que também realizavam “bicos” em outras empresas de segurança nas folgas das escalas de trabalho. Ademais, a resposta “a oportunidade que apareceu” foi majoritária entre pessoas

⁴² Durante a aplicação dos questionários, a pessoa com o menor tempo de serviço declarou ter 4 meses como funcionário terceirizado em unidade prisional. Com o maior tempo de serviço, duas pessoas declararam que completavam nove anos de atuação no Sistema Penitenciário Estadual, contabilizando esse tempo acumulado nas diferentes empresas que já atuaram no Amazonas.

que estavam desempregadas anteriormente, mas que transmitem positividade com o emprego atual.

A percepção sobre as condições de trabalho varia bruscamente dependendo do tempo de serviço ou mesmo da situação de segurança da unidade prisional em que cada agente de disciplina/socialização trabalha. Nesse sentido, existem unidades prisionais que são consideradas mais “tranquilas” e também as que são consideradas mais descontroladas e perigosas. Durante a aplicação de questionário no diálogo com pessoas com diferentes tempos de serviços nas unidades prisionais, por exemplo, uma mulher apareceu com o menor tempo de serviço no universo da pesquisa, com apenas quatro meses de trabalho, e tinha uma percepção de que as condições de segurança eram boas para o exercício da profissão desconhecendo experiências de violências no cotidiano de seu curto tempo de serviço. Essa experiência de trabalho é bem distinta de outra agente de disciplina/socialização, que com nove anos na profissão relatou que “ameaças que colocam em risco a integridade física e moral são parte do cotidiano da profissão, sem falar o assédio moral entre colegas de trabalho”. Esses dois exemplos demonstram como as percepções sobre as condições de trabalho podem variar bruscamente a partir das experiências e posição de cada interlocutor em sua trajetória profissional e unidade prisional que trabalha. Essas diferenças ficam evidentes nas respostas descritas a seguir.

No campo sobre a sensação de segurança no exercício de trabalho, 37,1% (13) relataram insegurança; 34,3% (12) relataram que percebem o ambiente de trabalho como seguro; 22,9% (8) não possuem nenhuma segurança e, 5,7% (2) percebiam o trabalho como completamente seguro. A variação sobre a sensação de segurança apareceu de modo mais positivo para as pessoas que trabalham há pouco tempo no serviço de segurança penitenciária, variando de acordo com a posição e função de cada interlocutor nas escalas de trabalho. Sem qualquer pretensão de encerrar a discussão, ou de estabelecer um argumento fechado, é possível constatar que é mais fácil encontrar maior satisfação no meio de funcionários recém-contratados e que atuam em unidades prisionais e funções “tranquilas”, e no meio dos funcionários com maior tempo de serviço podemos encontrar variações e percepções mais negativas sobre as condições de trabalho. Essa situação pode ainda ser fatalmente distinta se o agente estiver trabalhando em situações de superlotação ou apenas em áreas administrativas.

No campo que questionou se os funcionários consideravam que possuíam todos os instrumentos necessários ao exercício da atividade profissional, 77,1% (27) responderam que “não” e 22,9% (8) consideraram que “sim”. Nos casos em que a resposta foi “não”, foi realizada outra pergunta de múltipla escolha para registrar o que consideravam necessário providenciar para uma atividade profissional de qualidade, com as seguintes respostas e números de ocorrências: alimentação (11); outros (8); estrutura física (8); uniforme (7); armas de contenção não letal (5); coletes (5); cassetetes (4); sistema de comunicação via rádio (2); sistema de informação (1); armas de fogo (1). O uso de arma de fogo no exercício do trabalho foi amplamente rejeitado pelos interlocutores da pequena amostragem da pesquisa, apesar da arma de fogo ser demanda histórica de parte da categoria de agentes penitenciários que visam conquistar a permissão de porte e uso para auxiliar na segurança pública e defesa pessoal. O relato de um agente de disciplina/socialização ajuda a exemplificar a questão:

O que poderia melhorar é a alimentação, é claro. Falta uma merenda durante a tarde. A gente almoça meio dia e não tem mais nada depois, fica muito difícil aguentar até 19 horas na hora da saída. Pior é que não tem lugar para descansar no curto intervalo do almoço. Ainda bem que a comida não é tão ruim assim [risos]. A gente tem uma estrutura precária para exercer nosso trabalho. Seria melhor se nossa comunicação e uniformes fossem melhores também. Agora... arma de fogo não é bom pra gente trabalhar. Imagina levar arma de fogo pra dentro da cadeia... eles [presos] iam tomar e a gente ia se dar mal. Arma de fogo é uma falsa ideia de proteção, só tá no psicológico do agente [de disciplina/socialização], que serve de proteção. (Agente de disciplina/socialização- Questionário nº 9)

No segundo bloco de perguntas uma nova questão de múltipla escolha buscou aprofundar a problemática sobre as condições de trabalho, ao questionar o que os interlocutores consideravam necessário para melhorar nessa área. Em 80% (28) das respostas os agentes de disciplina/socialização responderam que aumento salarial pode significar melhores condições. Um agente disse que “sempre é melhor, né? Apesar de ganharmos bem para ‘ensino médio’, pode melhorar bastante”. Em relação às outras respostas, 54,3% (19) dos agentes responderam que é necessário mais segurança e investimentos no sistema prisional. Seguido pelas seguintes respostas: 45,7% (16) para melhor estrutura; 42,9% (15) para mobilização da categoria; 34,2% (12) para cumprimento da legislação; 31,4% (11) para entidades comprometidas com as causas da categoria; 28,6% (10) carreira. O aumento salarial foi destacado como pauta da categoria,

apesar de que exista a consideração que o atual salário é um atrativo da profissão, por exigir apenas o ensino médio.

Quando questionados com a seguinte pergunta “Você se sente realizado na profissão?”, 54,3% (19) responderam que “Sim” e 45,7% (16) “Não”. Nessa questão, a satisfação ou a realização profissional está relacionada com percepções diferentes sobre as expectativas de progressão no emprego e melhores condições trabalhistas, inserindo na categoria uma ampla gama de considerações sobre possibilidades para melhorar o sistema penitenciário. Em grande parte das considerações positivas, tendo como base a pergunta acima, o vínculo empregatício simboliza a carteira de trabalho “assinada”, que é percebida como uma conquista significativa, principalmente para as pessoas que estavam desempregadas antes da contratação, somando-se a isso, ainda, uma percepção que a profissão possui uma função social considerada importante, por ser uma atividade que é parte do sistema de justiça criminal.

A pergunta seguinte, “Você tem planos de mudar de profissão?”, relevou algum equilíbrio nas respostas com 48,6% (17) pelo “Sim” e 51,4% (18) pelo “Não”. O pensamento comum sobre os agentes de segurança penitenciária é que são pessoas que trabalham apenas pela necessidade material imediata, sendo um conjunto de pessoas que deixariam o emprego por outro, em condições melhores. Apesar da maioria dos entrevistados (54,9%) terem respondido positivamente à pergunta sobre a realização profissional, quando questionados sobre planos para mudar de profissão, o quadro encontra-se invertido, ainda que com uma pequena variação. Nesse ponto, o emprego de agente de disciplina/socialização é um emprego que garante a reprodução material das pessoas, mas a expectativa de “algo melhor” não desaparece, relacionando simbolicamente o emprego atual como uma grande conquista que pode levar a outras conquistas, como empregos com condições trabalhistas melhores e mais especializados. As percepções sobre os perigos no trabalho, bem como das considerações sobre más condições trabalhistas, foram acompanhadas pelos relatos sobre a representação positiva sobre o trabalho, como capital social de legitimação social e orgulho individual. Como argumenta um agente de disciplina/socialização,

A escala de trabalho de ‘12hx36h’ é muito boa. Você trabalha bastante nas 12 horas, só que isso significa que terá 15 dias de folga no mês. Isso para garantir que a gente veja uma possibilidade estudo e ainda ter tempo para fazer uns bicos que complementa a renda no fim do mês. Eu gostaria de mudar de

profissão, só não quero sair da área de segurança. (Agente de disciplina/socialização- Questionário nº 15).

A fala acima faz referência sobre a jornada de trabalho que de modo geral é celebrada como um dos grandes atrativos para a escolha da profissão. As escalas de trabalho e as folgas são vistas como vantagens interessantes para os trabalhadores, pois as equipes podem ficar até com 15 dias de folga durante o mês de trabalho, liberando os funcionários para outras atividades, como por exemplo, cursos universitários, cursos técnicos, “bicos” e até a disposição do tempo de folga na dedicação ao lar e a família. Um agente de disciplina/socialização foi além ao argumentar que o turno da noite poderia ter grandes atrativos, pois como relata

Trabalhar de dia é muito ruim. O cara ganha menos e trabalha muito mais. De noite não tem esse negócio de muita gente olhando. Chefe, ordens e ‘entra e sai’. [O turno da noite] é mais suave para trabalhar... ainda ganha mais. (Agente de disciplina/socialização- Questionário nº 13).

Outra questão significativa tratou da vontade de trabalho em áreas relacionadas com a segurança. E como citado anteriormente, 31,4% (11) agentes responderam que trabalhavam em outras empresas de segurança privada antes de entrarem na área de segurança penitenciária, e em sua maioria responderam que gostam da área de segurança; ao menos uma pessoa disse que mudaria de profissão e não sairia da área de segurança. Em relação à escala de trabalho de 12 horas um funcionário relatou que considera exagerada, pois “passa mais tempo na prisão e correndo os perigos de estar aqui” (Agente de disciplina/socialização – Questionário nº 11).

A pergunta seguinte foi relacionada com a percepção dos funcionários sobre possíveis doenças adquiridas durante o serviço nas escalas de trabalho, “Você possui algum tipo de doença relacionada à sua rotina de trabalho?”. As respostas tiveram uma grande variação de acordo com o local de trabalho, com “Sim” 20% (7) e o “Não” em 80% (28). A variação diz respeito às questões de salubridade das unidades prisionais. Na unidade prisional que foi considerada a mais insalubre, entre três participantes, foi justamente a que abrigou a totalidade das respostas positivas. Conforme relatam dois agentes de disciplina/socialização,

A unidade [prisional] tem uma estrutura muito insalubre. Essa água daqui eu falo pra ti nem beber. Uma vez eu peguei uma infecção intestinal e acho que foi essa água. Perdi 10 quilos na brincadeira. (Agente de disciplina/socialização- Questionário nº 32)

Já peguei tuberculose aqui na prisão. É muito ruim porque tudo é muito úmido e abafado. Nesse calor que faz é horrível. Não temos também um banheiro pra gente usar no serviço, só o que tá aqui fora [muralha interna]. A gente trabalha de 7 horas até 12 horas no sol quente e sem qualquer coisa para proteger a gente do calor. A gente almoça e tem que vir pra cá pra dentro [dos pavilhões] e aguentar a pressão de 800 vozes de presos na cabeça. Uma vez eu desmaiei e acordei dois dias no hospital. Tenho problemas psicológicos... pago por fora... não temos apoio. (Agente de disciplina/socialização- Questionário nº 28)

Em primeiro lugar, as duas falas acima configuram argumentos centrais para relacionar percepções sobre um trabalho exercido de modo precário com os efeitos negativos para a saúde individual e coletiva dos funcionários. Nos casos em que os funcionários responderam que tinham adquirido doenças por causa do trabalho, ocorreu um desdobramento sobre quais seriam essas doenças. Nesse momento, fiz a divisão das respostas em torno de dois conjuntos principais de respostas, como se segue: insalubridade e saúde mental⁴³. A experiência de trabalhar em unidades prisionais que notoriamente possuem condições insalubres de funcionamento, as com maior tempo de funcionamento, faz com que os funcionários creditem às instalações insalubres e à falta de estrutura física adequada, a maior parte dos problemas respiratórios e intestinais que apareceram nas respostas a essa questão. Abra-se uma percepção para os funcionários que coloca em equivalência o tratamento destinado aos presos, ou seja, as precárias condições oferecidas aos presos podem ter repercussões igualmente ruins para os funcionários. Como mencionado acima, somam-se nesse conjunto, os problemas respiratórios e de infecção intestinal creditados à excessiva umidade e a má qualidade da água consumida.

Em segundo lugar, tomam revelo os problemas relativos à saúde mental que foram relacionadas com o cotidiano de grande pressão que os funcionários estão sujeitos. O relato acima (Agente de disciplina/socialização- Questionário nº 28) configura-se como exemplo de um funcionário que não suportou a pressão da rotina de seu trabalho, com o agravante de considerar que contraiu tuberculose durante o trabalho. Nos outros casos em

⁴³ Essa divisão se deu pela repetição e similaridades nos relatos sobre as doenças que foram apresentadas no universo da pesquisa. Sob outros critérios, como em qualquer amostragem da presente pesquisa, os resultados podem encontrar variações grandes, sendo essa a amostra apenas um auxílio na reflexão sobre temas gerais que fazem parte do cotidiano de trabalho dos funcionários terceirizados.

que os funcionários relataram problemas “psicológicos”, em sua grande maioria teriam sido “abalados” após serem feitos reféns em rebeliões com desfechos violentos. Nesse ponto, apareceram com maior clareza algumas diferenciações sobre o ambiente prisional que separam o trabalho que é considerado menos “penoso” com o mais “penoso”. Conforme seguiu o relato do funcionário que respondeu o questionário nº28,

[...] recebi apenas uma vez a visita de um psicólogo da empresa, né? Pior é, não tem muito que fazer, tem que trabalhar. O que foi feito é que eu não volto mais para pavilhão. Fico aqui na muralha interna... não dá pra voltar pra lá... é muito ruim. Aí, quando a gente não pode voltar pro pavilhão, por causa das coisas do preso e da mente fraca, a gente fica por aqui [muralha interna] olhando familiares, abrindo portão. Como eu te disse, não tem apoio nenhum pra gente, tenho que pagar do próprio bolso meu atendimento psicológico... é o jeito. (Agente de disciplina/socialização- Questionário nº 28)

O relato acima configura o modo como foram “resolvidas” algumas situações em que funcionários não podem por diferentes motivos trabalhar nos pavilhões com presos. Se uma parte dos funcionários trabalha metade do serviço em rondas na área das muralhas, para na outra metade trabalhar nos pavilhões, outros funcionários não entram mais para o serviço nos pavilhões para preservar o emprego e a integridade física e mental do funcionário. Apesar disso, para as pessoas que alegaram problemas com a saúde mental, a maior gravidade na questão está com a percepção da omissão das empresas e do Estado no apoio e acompanhamento de casos considerados difíceis, inseguros e violentos, como as rebeliões que possuem efeitos negativos e dramáticos, obrigando os funcionários a procurarem tratamento psicológico por conta própria. Essas considerações elencam uma série de problemas e conflitos complexos que afetam diretamente as condições de trabalho dos funcionários, por conseguinte, esses conflitos são reveladores sobre as condições de trabalho que são exercidas nas unidades prisionais. Neste aspecto, esses sentimentos cruzam o inconformismo com uma realidade que parece ser de difícil mudança, com a sensação de que “é assim mesmo, a gente tem que ter força é na mente e em Deus” (Agente de disciplina/socialização- Questionário nº 23).

3.3. Trajetórias “remanejadas” para o cotidiano de enfrentamento no Sistema Penitenciário Estadual

Durante a pesquisa empírica foram realizadas quatro entrevistas com agentes penitenciários e relatos sobre suas *trajetórias e estratégias* no trabalho, descrevendo as práticas profissionais nas unidades prisionais, no cotidiano propriamente dito. A primeira entrevista aconteceu no segundo semestre de 2013, com um funcionário em regime

especial que fora deslocado de outra atividade para trabalhar na Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, naquele momento licenciado do trabalho para concluir seu curso universitário. A segunda e a terceira entrevistas aconteceram no segundo semestre de 2014, em dias diferentes, na própria Cadeia Pública. A quarta entrevista ocorreu no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, regime semiaberto, no mesmo período das aplicações de questionários com os agentes de disciplina/socialização, descrito no capítulo anterior, com um dirigente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Amazonas (SINSPEAM).

Os agentes penitenciários são conhecidos como os funcionários mais antigos em atuação nas penitenciárias do Amazonas, trabalhando em meio às dificuldades oriundas da redução drástica no quadro de funcionários em atuação nas unidades prisionais – situação agravada por demissões e deslocamento dos mais antigos para outras funções, como a de motorista ou cargos administrativos no serviço público estadual. Apesar disso, esses agentes estão em uma posição que garante maior estabilidade no emprego, sendo chamados de funcionários “efetivos” – marcação que reúne os funcionários selecionados por concurso público e por atos administrativos, como os de regime especial.

Assim como os agentes de disciplina/socialização, os agentes penitenciários trabalham em escala de equipes, mas com a diferença de trabalharem em turnos de 24 horas de trabalho por 72 horas de folga - também recebem melhores remunerações em relação aos agentes de disciplina/socialização. A distinção entre as categorias assume uma dimensão simbólica com o uso político de discursos que visam legitimar a terceirização funcionários dos serviços penitenciários. Os funcionários terceirizados possuem maior valor simbólico como uma mão de obra eficaz para solucionar problemas crônicos nas penitenciárias do Amazonas, no que diz respeito à segurança e estrutura, e no combate à corrupção, inclusive como mão de obra rotativa e flexível. Atualmente, apesar de serem categorias com muitas diferenças, sem dúvida, os terceirizados e os “efetivos” compartilham de problemas similares nos ambientes de trabalho que ainda, assim como antes, estão relacionados com o imaginário da “falência”, “masmorra”, “inferno”. O trabalho considerado difícil une simbolicamente funcionários “efetivos” e “terceirizados”.

As entrevistas colocaram em relevo tanto as diferenças entre “efetivos” e “terceirizados” quanto as angústias que são compartilhadas, e que revelam a

complexidade e variedade de estratégias que são adotadas pelo conjunto de agentes de segurança penitenciária. O contato para a primeira entrevista se deu após uma conversa com uma amiga de graduação que, ao saber do tema da pesquisa prontamente me indicou o primeiro entrevistado que trabalhava na Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa. Ao entrar em contato com este agente penitenciário e informar os objetivos da pesquisa, através de seu número de telefone marcamos nosso encontro em um local público, mas com garantias da entrevista ser realizada sob a condição de manter seu anonimato – com exceção do dirigente do SINSPEAM, todos serão identificados por iniciais. A primeira entrevista foi marcada pelas especificidades do caso dos agentes penitenciários contratados por indicação política e “remanejados” de outros órgãos do Estado. O inverso também pode ocorrer quando alguns agentes penitenciários mais antigos eventualmente são “remanejados” para outras funções fora das unidades prisionais, situação justificada pelas longas trajetórias construídas em décadas de atuação nos estabelecimentos penais do Amazonas.

O primeiro entrevistado, S. (33 anos), trabalhava como segurança de um ex-governador, quando foi transferido para o sistema penitenciário de modo inesperado no ano de 2010. S (33 anos) relatou que, como muitos teve de entrar na nova ocupação sem qualquer capacitação para o serviço no sistema penitenciário. Durante a entrevista fez uma longa fala inicial em que coloca as controvérsias que afetam os “remanejados”, disse ele que,

Uma vez o cara tá trabalhando de vigilante na Assembleia (Legislativa do Estado), aí tem um concurso novo no Estado, daí remanejam o pessoal e mandam o cara para o sistema penitenciário. O cara nunca foi treinado para isso, não sabe nada. Eu cheguei lá na Vidal Pessoa, em julho de 2010, e trabalhei até agora em janeiro, quando eu entrei de licença. Mas minha intenção é não voltar mais pra lá. Porque eu nunca fui treinando pra aquilo, não conheço a linguagem, não conheço o sistema jurídico. O sistema penitenciário é gerido por uma lei, a Lei de Execuções Penais, né... Eu nunca tive uma palestra sobre essa lei. Nós não conhecemos essa lei. O certo seria nós termos um treinamento jurídico e um treinamento prático. Um curso de formação. Todo mundo que é novo é remanejado de alguma forma, aleatoriamente. Não tem pessoal, não tem concurso, não tem pessoal treinado, entendeu? Aí rapaz você trabalha em um local... eu trabalhava com o governador, quando eu cheguei lá eu peguei foi um choque. Eu fiquei totalmente desmotivado de trabalha ali. Aí o que aconteceu... como eu tinha uma capacitação um pouco melhor, a maior parte do meu tempo eu passava em serviços administrativos que eram muito carentes também, e o pessoal também... e era uma carência deles em ter alguém em serviços administrativos. Então a maior parte do trabalho lá foi na “triagem”, na entrada do pessoal. Eu entrei dentro do presídio [na área dos pavilhões/cadeia], todo esse tempo que eu tive lá, três vezes que eu tenho certeza que entrei... não chegou a cinco vezes. A maior parte do meu tempo lá foi feito na triagem, que é uma carência muito grande de mão de obra qualificada, a maioria do pessoal não tinha [qualificação]. [Fui] Desmotivado

mesmo. Como eu não queria trabalhar diretamente lá [na área da cadeia propriamente dita], eu (gaguejo)... me dispus a trabalhar mais no sistema administrativo, trabalhava com triagem, recepção de advogados, esse pessoal, essas coisas. A precariedade do sistema é muito grande. (S. agente penitenciário)

S. (33 anos) faz parte de uma parcela de funcionários que experimentam uma sensação de “abandono” representada pela *desvalorização e precarização do trabalho*, que é agravada pela condição em particular de ser um “remanejado” de outra função, aceita como condição de garantia da manutenção de ser empregado com *status* de funcionário público. Desse modo, a sua manutenção como agente público na prática é legitimada para amenizar a falta de pessoal concursado e especializado em atividade nos quadros do Sistema Penitenciário Estadual, ao mesmo tempo em que serve de marcação para ele mesmo para se apresentar como funcionário público, ainda que inserido na ideia de “quadro de confiança”. Ademais, sua nova condição também teve reflexo no desejo de procurar outro emprego deixando sempre clara a frustração em ter sido “remanejado” para a Cadeia Pública.

Em 2014, para conhecer e estabelecer mais contatos com agentes penitenciários estive na Cadeia Pública para negociar com a direção a realização de novas entrevistas. Foi uma negociação que encontrou algumas dificuldades pela rotina de crise estrutural da unidade prisional. A falta de agentes penitenciários motivou certa preocupação da direção da Cadeia Pública com o número reduzido de funcionários. Para resolver meu “problema” a direção da Cadeia Pública chamou um agente penitenciário para conversar comigo naquele mesmo dia da negociação, e agendei uma nova ida à unidade prisional na semana seguinte para entrevistar outro agente penitenciário.

O agente penitenciário chamado para conversar comigo naquele dia, a partir daquele momento o segundo entrevistado da pesquisa, foi H. (58 anos), um agente penitenciário contando dezessete anos de serviços no sistema penitenciário – selecionado no último concurso realizado em 1996. Desde nosso primeiro contato, H. (58 anos) demonstrou grande cordialidade e fomos até uma sala administrativa que estava vazia. O percurso até a sala administrativa foi feito pelos corredores insalubres da Cadeia Pública, passando por policiais fortemente armados que traziam novos presos provisórios, estes vestidos com as bermudas de moda de praia e camisas regatas. Também chamou minha atenção a circulação de presos da unidade que realizavam serviços de manutenção. Era

uma manhã bem movimentada, sem dúvida. Pouco antes do início da entrevista, um agente penitenciário, colega de H. (58 anos), comentou ao passar pela sala “cuidado! Se tiver rebelião eles chegam até aqui”. Essa fala foi repreendida pelo H. (58 anos) com um “não se preocupe não vai acontecer nada”.

A minha presença na Cadeia Pública casou grande ansiedade no H. (58 anos), que relatou que tinha um irmão que era professor doutor na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), de modo que afirmou considerar importante a realização de pesquisas acadêmicas. A trajetória de H. (58 anos) foi marcada pelo desejo de ser tornar policial, enquanto o desejo não se realizava, trabalhou como professor no interior do Amazonas, e prestou o concurso para agente penitenciário em 1996, assumindo em 1997, quando de sua convocação. Por ter a formação universitária em pedagogia, relatou que tinha prazer em realizar palestras motivacionais, mas fora da Cadeia Pública. Ele relata em sua fala inicial que

A gente tem que procurar ser correto, porque a gente que trabalha nessa situação aqui... ela é muito agravante nas coisas, entendeu? Então a gente tem que ter cautela nas coisas, entendeu? Nas palavras, em algumas coisas. Isso é bom. Bom para nós. Eu não faço muita palestra por aqui. Eu gosto de fazer sempre no interior, pelas igrejas, por aí. Sempre faço ou recebo convite. Para uma palestra ou alguma coisa. Eu faço reunião com o pessoal. Assim, né? Mas, eu tô vendo a importância da coisa, porque, eu acho que aqui na capital... ela... [Manaus] tem que ter desenvolvimento nas coisas. A necessidade dela é muito grande. As vezes a gente no anonimato e sabendo das coisas. A gente fica a se perguntar, mas como que a gente não tem apoio de ninguém? Da própria Secretaria (de Estado Justiça e Direitos Humanos), não temos apoio, não temos nada de ninguém. Praticamente a gente fica aqui a esmo aí na noite. É muito difícil. Mas é assim. A vida é essa, né? (H. agente penitenciário)

Nesta fala de apresentação, o entrevistado coloca a formação em curso superior como uma afinidade entre pesquisador e pesquisado, um jogo simbólico para tentar diminuir na aparência a distância social do encontro. As diferenças aparecem pelos próprios rumos que sua vida tomou quando foi convocado para assumir sua vaga como agente penitencio. Ao mesmo tempo em que nutre orgulho por sua ocupação, também possui certa frustração descrevendo a falta de apoio institucional e social com os agentes penitenciários da Cadeia Pública, caracterizada como o lugar do “abandono” dos agentes penitenciários por parte do Poder Público, e que a angústia por essa situação é sentida com mais intensidade durante a noite, os momentos de menor atividade e da solidão, pois o agente penitenciário “fica a esmo aí na noite”. Essa situação foi abordada também na primeira fala do terceiro entrevistado que na semana seguinte, desta segunda entrevista.

O terceiro entrevistado foi o agente penitenciário F. (60 anos). Este, com o ensino médio completo, trabalhava como autônomo antes dos serviços no sistema penitenciário. Entrou na década de 1980 no serviço público indicado como agente público “comissionado”, mas apenas em 1999 foi “remanejado” para trabalhar no Sistema Penitenciário Estadual, ou em suas palavras, foi “jogado”. Em sua fala inicial fez uma crítica ao discurso recorrente de que os agentes penitenciários são facilitadores de corrupção e de práticas delituosas. Segundo relata,

Quando eu entrei aqui eram quinze agentes por turno, hoje é no máximo três [...] dois agentes [penitenciários]. Pelo menos quinze agentes seriam necessários por equipe. Eu fui indicado para trabalhar no Estado. [Antes] Trabalhava como autônomo, por minha conta. Eu entrei em 99 no sistema, mas entrei no estado em 80 e fui remanejado. Quem foi remanejado foi jogado aqui, entendeu? É o seguinte... não há organização, o preso diz assim: aqui quem manda é nós. Você vai dizer que não? Tu assiste na tela o [jornalista Marcelo] Rezende falando na televisão ‘olha! o agente penitenciário tá vendo o preso com celular na mão, um *tarugão* de maconha’. Saí do ar-condicionado aqui e vai lá tomar dele [preso], vai lá dentro tomar dele, fica tu entre mil e duzentos homens lá. Só tem dois, tu e teu colega lá, vai lá tomar dele. Ele [preso] tá jogando fumaça na tua cara e tu tem que aguentar. (F. agente penitenciário)

A apresentação do terceiro entrevista tomou um contorno de maior gravidade, ao denunciar que não existiria organização da parte institucional e sim dos presos que acabam por tomarem o protagonismo da segurança e da organização dentro da cadeia. Fui desafiado, ainda que no plano discursivo, a tentar ir com minhas próprias forças tomar o “controle” da situação. O quarto entrevistado foi um dirigente do SINSPEAM, efetivado em 1996, quando do último concurso, no período em que o Amazonas contava apenas com a antiga Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, transformada em Cadeia Pública. Em sua fala inicial referiu o problema da questão penitenciária na perspectiva como o sindicalismo apresenta a questão na esfera pública. Essa entrevista foi realizada no Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Regime Semiaberto – no dia em que acompanhei seu trabalho na guarita interna da unidade. Em meio ao seu relato, apareceram as controvérsias em torno da precarização do trabalho, além de relacionar a sensação de falência do sistema penitenciário com a incapacidade estatal de impedir a reincidência de crimes. Segundo relata,

Quando cheguei só existia uma unidade. Daí os colegas não estavam espalhados. Eram uns nove por escala... uma média até boa. Qual governante que vai deixar de construir escola, creche e hospital? Se fosse um corpo humano [a gestão do Estado], nós cuidamos da bunda, essa, ninguém quer porque fede. A terceirização não deu certo em lugar algum. Prova disso é a histórica fuga do IPAT quando mais de 300 presos fugiram. Se defende a

terceirização porque envolve lucro, porque é mais rentável, alguém ganha com isso. Então o sistema penitenciário, hoje, ele se encontra falido e não é só aqui. O governo não dá importância pra essa situação séria. Infelizmente, é uma realidade que tem que ser vista de frente. Aí eles querem se omitir de uma realidade que tá bem presente. Se tu pegar o jornal você vai ver todo dia ‘ex-presidiário morre, ex-presidiário assalta, ex-presidiário esfolta, ex-presidiário não sei o quê’. O problema é o ex-presidiário. A juventude hoje tá perdida... aí sai um presidiário e o jovem afoito já quer andar com ele, ‘pô! ele é ex-presidiário’. Resumindo a história: aquele ex-presidiário volta, fica uns quatro, cinco meses fora e volta. O problema é na criação de um mecanismo de acompanhamento e oportunidade, porque a própria sociedade já é preconceituosa... as vezes, eu dou razão e as vezes não. Por exemplo, você dá a oportunidade para ele trabalhar e ele não tem aquele intuito [do crime], outros não. O cara pode tá só observando e maquinando uma coisa contra você... várias vezes isso já aconteceu. Por isso que as pessoas ficam com pé atrás. É uma realidade que deve ser encarada e o governo deveria criar mecanismos para esses camaradas retornarem à sociedade... com banco de dados, quadro de oportunidades, criar um percentual nas fábricas, um por cento das vagas, para cada dez vagas uma pra ex-presidiário. É uma questão de governo. (Dirigente do SINSPEAM - agente penitenciário)

Na percepção dos quatro funcionários a crise estrutural dos serviços penitenciários se confunde com a construção de um cotidiano profissional marcado pela linha tênue entre o legal e ilegal. As contingências da vida prática estabelecem disputas pelo controle da ordem entre presos e entre os próprios funcionários. Apesar de cada entrevistado apresentar de modo diferente suas angústias, não é exagero considerar que as privações no trabalho se apresentam como os temas relacionados com a situação prática do trabalho. Nas quatro falas iniciais o discurso é centrado na percepção que a ocupação é marcada pelo *abandono, cautela nas palavras e atitudes e pelo estigma profissional*. Nesse sentido, a precariedade do trabalho é caracterizada pela não recomposição da categoria por meio de concurso público e falta de reconhecimento social do trabalho dos que estão na ativa e lidam com o “descontrole” das prisões. Apesar da recomposição do serviço de segurança penitenciária pelo uso dos “remanejados”, outra situação conflituosa emerge, pois segundo o relato de S. (33 anos), os “remanejados” muitas vezes não se reconhecem com a categoria e suas lutas sindicais.

3.4. O “Sindicato das Vassouras” e uma categoria fragmentada

A terceirização impactou a categoria de agentes de segurança penitenciária, fragmentando em dois cargos distintos e, como consequência, divididos na organização sindical. O SINSPEAM é um sindicato com sede própria no bairro de Centro, com estatuto que prevê eleições e congresso, para representar os interesses corporativos dos agentes penitenciários. Outra questão crucial, é que o sindicato não representa os agentes

de disciplina/socialização e, segundo o dirigente entrevistado do SINSPEAM, para passar a representar os agentes de disciplina/socialização seria necessário um congresso do sindicato para a absorção estatutária dos terceirizados, demanda que encontra resistência na categoria de agentes penitenciários. Em grande medida, essa resistência está relacionada com a defesa por concursos públicos e a extinção da terceirização dos serviços penitenciários. A organização trabalhista se torna novo palco de controvérsias que desmobilizam a categoria em suas ações políticas na esfera pública. Isso fragiliza a mobilização da categoria, pois os agentes de disciplina/socialização possuem grande desconhecimento sobre as questões sindicais. Essa é uma questão é tão nebulosa que a proposição “11. *Você está associado ao Sindicato de Classe ou Associação?*”, não funcionou durante a aplicação do questionário nas unidades prisionais com os agentes de disciplina/socialização.

No início da aplicação dos questionários eu sabia da existência de uma nomeada Associação dos Agentes Penitenciários Terceirizados do Estado do Amazonas, e considerava que era a organização que representava e buscava organizar as lutas da categoria terceirizada. Na pesquisa de campo ficou evidente que a maior parte dos que representam a categoria, através dessa associação, são ex-agentes de disciplina, que já se encontravam desligados das empresas, o que dificultava as lutas no campo trabalhista. Questionei diversos agentes de disciplina/socialização, no primeiro dia de aplicação de questionários, sobre quem estava representando os interesses da categoria. Algumas pessoas passaram a falar da representação feita por algumas pessoas do “Sindicato das Vassouras”. As respostas para minhas dúvidas vieram apenas no segundo dia de aplicação de questionários, quando conversei com um agente de disciplina/socialização que estava desde o início da terceirização do Sistema Penitenciário Estadual. O agente de disciplina/socialização me informou que quem representa a categoria é o Sindicato de Empregados nas Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas (SEEACEAM), como parte negociante nas convenções coletivas de trabalho com o sindicato patronal, chamado Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas (SEAC-AM).

Durante a aplicação dos questionários, os próprios agentes de disciplina/socialização, principalmente aqueles com pouco tempo de trabalho, tratavam com alguma confusão a questão referida. Neste contexto, muitas vezes relataram que apenas descobriam que eram sindicalizados quando o desconto sindical era registrado no

primeiro contracheque, cujo desconto está em contribuição de 2% do salário. Em alguns relatos foi possível registrar insatisfação com a questão sindical como ainda geradora de dúvidas e desconfiança. A única vantagem prática que consideravam importante, um plano de saúde, muitas vezes não ofertava os serviços que precisavam, obrigando os funcionários a pagarem por serviços médicos especializados, que não estariam especificados na convenção coletiva de trabalho. Ademais, algumas pessoas relataram o desejo de desligamento do Sindicato das “Vassouras”.

O distanciamento da categoria com o sindicato ficou evidente com a fundação de uma associação específica, que inclusive realiza a representação pública dos interesses da categoria junto à imprensa e nas mobilizações em manifestações de rua. Durante a pesquisa empírica foi possível observar uma pequena parte da luta trabalhista em prol de melhores condições de trabalho, segurança e direitos trabalhistas, como valorização de salário e demais direitos. Porém, não é exagero dizer que apenas uma pequena parcela da categoria participa ativamente nas mobilizações. A própria esfera pública de atuação sindical de agentes de segurança penitenciária, não encontra-se plenamente desenvolvida para a participação e ação coletiva em busca de direitos. Em alguns casos, o medo da demissão esteve presente em discursos que visavam opinar sobre o porquê desta fragmentação. O que a pesquisa de campo releva, é que essa condição de não reconhecimento na ação coletiva não seria exclusividade de agentes terceirizados, pois, como foi mencionado neste capítulo, os “remanejados” em grande medida não se sentem parte da categoria sindical e não participam do sindicato. Este é o caso de S. (33 anos). Enquanto trabalhava na Cadeia Pública tinha esperanças de sair dali para outro lugar no serviço público, por isso não se identificava plenamente com a categoria e suas lutas sindicais.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), na resolução nº- 09, de 13 de novembro 2009, determina ao Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, a exigência aos Estados da Federação de uma proporção de um agente para cada cinco presos⁴⁴- muito longe da realidade tanto no caso dos agentes penitenciários e dos agentes de disciplina/socialização. O déficit de profissionais, conjugado com a violência estrutural das prisões, teria relação com os casos de estresse, pressão alta e problemas psicológicos. A ação política manifestada pelos

⁴⁴ Ministério da Justiça. Disponível em: <http://migre.me/gJACW>. Acessado em: 21 de Nov. 2013

agentes penitenciários pela promoção de concurso público para a área, entra em contraste com a política estatal de incentivar a terceirização do sistema penitenciário. Revelando o choque sobre uma questão considerada essencial para a reprodução e manutenção dos serviços penitenciários. Segundo consta no Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Diretor do Sistema Penitenciário - 2010, em 2011 a Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas (SEJUS) programou concurso público para garantir o número necessário de profissionais; este não ocorreu por motivos não divulgados⁴⁵.

Desse modo, facilmente podemos concluir que para os agentes de disciplina/socialização as quatro privações podem ter significados mais acentuados. A percepção sobre a flexível rotatividade da ocupação gera insegura trabalhista. Apesar disto, o desejo de ficar ali está muito ligado à reprodução material dos trabalhadores, com casos em que muitos dizem “gostar da área de segurança”, bem como o *status* de ter a carteira de trabalho assassinada, o que significa o retorno de muitas pessoas para a vida produtiva no mercado de trabalho. Apesar de dizer respeito ao mesmo serviço, como a responsabilidade direta da custódia e vigilância dos presos, estão divididos pelas diferenças nas condições de trabalho que foram criadas na implementação de Parcerias Público-Privada (PPP). A luta de agentes de disciplina/socialização, ao que tudo indica, é levada por coletivos de agentes que se unem para unificar lutas da fragmentada categoria. Tanto a associação quanto o sindicato de agentes penitenciários recorrentemente são vistos em reportagens da imprensa denunciando as graves violações de seus direitos, debatendo a privação de segurança, bem como o déficit de trabalhadores na ativa, em meio à uma esfera pública pouco desenvolvida para a atuação política da categoria.

3.5. - O “Lado de dentro”: a sensação de também estar preso

Luiz Claudio Lourenço (2012), no artigo *Na frente das grades: uma pesquisa com agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte* apresenta interessante agenda de pesquisa com agentes de segurança penitenciária, contribuições adotadas no presente capítulo. Em sua análise, Lourenço (2012, p. 104) toma as contribuições de Gresham M. Sykes (1958), *The Society of Captives*, para analisar e descrever o ambiente prisional como o local de relações flexíveis de manutenção da

⁴⁵ Uma das metas atingidas pelo Plano Diretor do Sistema Penitenciário, é a consolidação da Escola de Administração Penitenciária - ESAP, localizada ao lado da sede física da SEJUS, para capacitar os trabalhadores que operam dentro das unidades prisionais.

ordem interna. A segurança e ordem interna fazem parte de um importante campo de lutas fundamental para o estabelecimento de hegemonia de poder entre funcionários e presos, pois é preciso considerar o agenciamento de coletivos de presos na gestão e operação das unidades prisionais. As disputas no mundo prático e simbólico são importantes para os usos espaciais das unidades prisionais, pois colocam limites práticos sobre até que ponto cada pessoa pode chegar. Segundo Lourenço (2012, p. 104),

Sykes (1958), relatando as dores do aprisionamento infligidas aos condenados, aponta cinco privações que os internos têm dentro dos muros dos presídios: 1) privação de liberdade; 2) privação de bens e serviços; 3) privação de relações heterossexuais; 4) privação de autonomia e 5) privação de segurança. Acreditamos que estas privações – com exceção da privação de relações heterossexuais – também valem para quem vigia os presos.

Encontramos uma importante chave de compreensão da vida intramuros de unidades prisionais. Quatro privações acima são compartilhadas por presos e agentes, dando sentido para a construção simbólica que confunde presos e agentes de segurança penitenciária. No Amazonas essas privações mencionadas estiveram presentes em diversos relatos. Nas unidades prisionais, em que a gestão da segurança é idealmente responsabilidade de agentes penitenciários, o reduzido número de equipes em atividade revela diversas situações de conflito na administração penitenciária. Em se tratando de uma unidade prisional como a Cadeia Pública, a existência de tais conflitos se faz presente como a gestão da miséria, pois a pressão e demanda por mais encarceramento não cessam, apesar da progressiva precarização nas condições de seu funcionamento. O problema não está esgotado apenas nos agentes penitenciários, pois os próprios agentes de disciplina/socialização, apesar do maior acesso aos recursos, também estão sujeitos às quatro privações.

Como demonstrado nos capítulos anteriores, a demanda por mais encarceramento é resultado das lutas no campo burocrático de controle social. A pressão eleitoral por indicadores que aumentem a sensação de segurança urbana apenas compõe uma parte sobre a gestão penitenciária, em realidade, os efeitos da preferência ao encarceramento, na prática para os agentes de segurança penitenciária se faz como a gestão da miséria nas prisões no Amazonas, e a operação da segurança é mediada com a empresa, a SEAP (ex-SEJUS) e presos. No campo simbólico a superlotação é representada como um mal menor, uma contingência da gestão pública deficiente, na prática transformando unidades prisionais em depósitos de pessoas com agentes de

segurança penitenciária pressionados para encontrarem soluções para a demanda por vagas. Conforme os relatos dos agentes penitenciários, as privações que sujeitam os presos possuem impacto direto sobre as condições de trabalho:

Já teve casos quando eu tava lá de ter mais de 1000 [presos]. Então, não tem como. Aí chegava lá os detentos das delegacias, né? Eu trabalhava na triagem na época, a gente não queria receber porque não tinha como. Aí o Delegado Geral ligava pro Secretário e ele mandava receber. O Secretário mandava diretamente receber. O que acontecia? Tinha que receber. Tinha cela que a gente chegou a ter 70 presos. A cela era pra quatro. E você pegava todas as celas lá no controle e tava lotada de presos. A gente chegou a um limite de colocar 70 detentos numa cela. É uma coisa inimaginável. Os caras não conseguiam nem sentar, [eles presos] tinham que fazer revezamento. Eles ficam em pé, outro senta, outro fica em pé... porque se todos sentassem não tinha espaço. Tinha que ficar em pé igual ônibus lotado. Nessas condições, como você vai ter um sistema que funcione? Porque o pressuposto da pena é recuperar o detento, o condenado. Só que isso nunca acontece. O próprio sistema gera essas coisas. (S. agente penitenciário)

Quando tu vai fechar um pavilhão, tu entra e teu colega te tranca. Tu dá a chave pra ele, se te pegarem, pegam só você. Tu mesmo te tranca e vai entrando com aquele monte de chaves que são das celas. Cada cela dessa moram quinze homens, dez homens, um por cima do outro... por cima mesmo. A cela aí é dois e meio por três metros. Acabou o banho de sol, por exemplo, ‘vamos lá pessoal, vamos lá’, tem um xerife que te ajuda. Ele comanda aquele pavilhão, ‘vamos lá, pessoal! Colabora aí com a gente, vamos entrar’. Aí, o pessoal vai entrando e não é tu que tá dando ordem, que é o agente, é a ‘xerifada’. Têm aqueles teimosos que ficam ali. ‘Mermão, entra logo’, isso o agente falando, ‘como é que é, rapaz?’, o preso muda. Pro [xerife] lá de dentro ele [preso] fala baixinho, com agente [penitenciário] ele muda. Tu, tira pro banho de sol, depois tem que levar pro médico, pra tudo tem um horário. Você não para. Às vezes, são dois agentes para fazer tudo isso. Quando você pensa que vai dormir, que vai dormir um pouco, eles batem na grade... Aí, tu vai lá, duas horas da manhã, três horas da manhã. A hora que eles baterem. ‘Pô, o cara aqui tá morrendo e tal’. Aí, tu vai lá, só tu e Deus. Tu abre um monte de cela, tira o cara de lá e trás. Aí chega aqui e não tem viatura pra levar o cara. As viaturas tão quebradas. Liga pro SAMU e o SAMU não vem e quando vem é... É desse jeito que funciona. (F. agente penitenciário)

Aqui [na segurança pública] prende, aqui [no sistema penitenciário] toma de conta. Se aqui [na segurança pública] prende mais, aqui [no sistema penitenciário] toma-se conta de mais. Aqui [na segurança pública] houve investimento, aqui [no sistema penitenciário] não. A tendência é prender mais, sendo que a estrutura falida que continua, sobrecarregou o trabalhador. Isso exigiu uma exaustão muito grande do trabalhador. Às vezes, fica o H. [referindo-se ao mesmo agente penitenciário pesquisado] lá na [Cadeia Pública Desembargador Raimundo] Vidal Pessoa com uma ou duas pessoas pra tomar de conta de seiscentas ou setecentas pessoas. Acontece dele ligar dizendo que está sozinho. Não tem o que fazer. Quem é dono da cadeia, quem manda são eles [presos]. Você está ali só de faz de conta. A Secretaria [de Estado Justiça e Direitos Humanos] faz de conta que administra os presídios de uma forma tranquila e harmonia com transparência para a sociedade e a gente faz de conta que faz a segurança também. É assim que as coisas funcionam. A realidade é outra. (Dirigente do SINSPEAM)

As três falas acima descrevem as controvérsias que ocorrem com a superlotação do sistema penitenciário e a falta de condições de trabalho que são enfrentadas pelos funcionários. Na primeira fala é possível relacionar a política de encarceramento com a deterioração da segurança dos presos e dos próprios funcionários, apesar de existir poucas evidências sobre uma situação melhor nas últimas décadas. O caso relatado por S. (33 anos) na prática é a desumanização dos presos provisórios, simbolicamente representados pela sua sujeição criminal e, por isso, pelo *esvaziamento e negação* de seus direitos. A autonomia de gestão dos agentes penitenciários é neutralizada não pelas questões objetivas da estrutura penitenciária, mas pela atuação de agentes políticos estatais e da mobilização de coletivos prisionais. A situação descrita por S. (33 anos), em que presenciou casos de setenta presos em uma cela destinada a quatro pessoas, reflete a perda de reflexividade sobre as coisas do mundo prático e a sujeição à miséria, esgotando completamente as aspirações democráticas, estranhas ao espaço de sujeitos econômica, social e politicamente.

Na segunda fala é possível observar o reduzido quadro de funcionários como relacionado diretamente com a sensação de insegurança, além de objetivamente resultar na sobrecarga de trabalho para funcionários. A tese em que os agentes penitenciários podem ser confundidos com os presos de meio período acabam por ir às últimas consequências na Cadeia Pública, uma realidade comum em muitas Cadeias Públicas pelo Brasil. E isso não se deve apenas ao fato de que os agentes penitenciários cumprem escalas de vinte e quatro horas nas unidades prisionais, mas por experimentarem as privações que os presos também estão sujeitos. A fala do dirigente do sindicato reflete críticas aos programas de segurança pública voltados principalmente para aumentar o número de prisões, discurso presente na esfera pública com as críticas dos sindicalistas ao programa Ronda no Bairro. Este programa é criticado, entre outros, por significar grandes investimentos em segurança pública que não refletem sobre o sistema penitenciário, intensificando as quatro privações para os agentes penitenciários: – 1) privação de liberdade; 2) privação de bens e serviços; 3) privação de autonomia e 4) privação de segurança.

As conversações e entrevistas apresentaram diferentes pontos de vistas sobre uma zona tolerância de ilegalidades das mais diversas, que são negociadas com a ordem institucional, e agenciadas pela intensa circulação de pessoas, ideias e mercadorias. A saúde mental é valorizada como um importante atributo profissional. Nessas condições

de privação de segurança, os funcionários assumem estratégias de trabalho para garantir a integridade física e a saúde mental. Muitos agentes de segurança penitenciária consideraram que as pressões do cotidiano de trabalho levam à deterioração das condições psicológicas que poderiam ser consideradas saudáveis. Conforme relatou S. (33 anos),

Quando você trabalha lá diretamente, você fica triste, pô. Você fica... eu não cheguei ao ponto de ficar deprimido, essas coisas, mas o cara fica triste porque é um trabalho que não te agrada. É, não te agrada. É um trabalho que você vai pra lá porque é obrigado a ir. Então quando você trabalha numa coisa que te provoca esse sentimento naturalmente você... aquilo um dia você vai legal, no outro dia... depois de um tempo... você vai... você não consegue se desligar daquilo, vai te perturbando, vai te incomodando. É exatamente por isso que eu busquei alternativas, porque já não tava mais aguentando ficar ali, trabalhar ali. Aí, quando eu fui pra lá, [disseram] ‘não você vai ficar uns dias lá, mas depois você volta pra trabalhar aqui no governo de novo’. Aí eu fiquei lá. Quando eu comecei a ficar lá, [pensei] ‘não vou voltar não, vou fazer outra coisa, eu não vou sair daqui’. Daí comecei a ficar pensando que aguentar aquilo diariamente, cara, é muito pesado. E eu trabalhava mais na parte administrativa. Eu ficava lá onde tinha revista... toda a Secretaria [SEJUS] ia pra lá fazer revista quando tinha alguma transferência no dia a dia. Agora os caras que trabalham lá, velho, eles são muito afetados. São uns caras que ficam numa sinuca de bico. O que eles vão fazer? Eles estão lá, são quatro... cinco agentes pra oitocentos, novecentos presos, as vezes, até mil. Não. A proporção correta é para cada oito internos um agente. E não é o que acontece. Isso é norma internacional. Se fosse cumprido isso à risca em torno de 800 presos, deveriam ter 100, pelo menos uns 120 agentes. A lotação ali deveria ser de diariamente um mínimo de 100 agentes. Teve dia que eu tava lá e tinha três agentes trabalhando lá dentro. E eram só três, olha a desproporção, não tem como. Agora o que gera isso: eles perdem o controle, lá dentro eles não têm o controle. Lá dentro quem tem o controle são os próprios detentos, porque o detento não vai ficar 24 horas numa cela. Tem horário pra ele sair da cela, ir pro pátio, tem horário pro banho, horário pra tudo isso. Por conta do número reduzido eles [agentes] perdem o controle. Perde o controle e daí quem manda lá dentro são os detentos. Isso gera várias coisas negativas. Alguns agentes são ameaçados, são obrigados a ceder algumas... (S. agente penitenciário)

A estratégia de S. (33 anos) foi seu pedido para trabalhar nos setores administrativos da unidade prisional, de modo que não tivesse que entrar nos pavilhões e raios, ou seja, na cadeia propriamente dita, que são os locais mais estressantes e perigosos para o trabalho de um agente penitenciário. Sua estratégia está ligada a seu desejo de não ter de ir para a área de pavilhões, que é visto como o lugar em que é necessário “ceder” aos presos e as chances de ser afetado negativamente. Acontece que mesmo numa posição considerada melhor, por ele mesmo, a experiência na Cadeia Pública foi considerada como negativa e perturbadora, sempre desejando uma nova ocupação. A superlotação e a grande desproporção de agentes penitenciários trabalhando frente ao número bem maior de presos, de modo recorrente são descritas e reafirmadas como a maior urgência da Cadeia Pública. Nesse sentido, em sua percepção essas questões estão relacionadas com

as lutas expressadas nas relações de poder nas unidades prisionais. O agente penitenciário experimenta eventos em que sua autoridade é mediada com “xerifes”, dependente de situações fora do cotidiano.

O trabalho é descrito simbolicamente como o “fingir que vigia”, porém, se explica na privação da autonomia e segurança. A gestão da segurança pelos presos passa pela capacidade de comunicação e convencimento na negociação com coletivos prisionais e a administração penitenciária, tornando inevitável a cooperação entre agentes penitenciários e a conhecida figura dos “xerifes” de cadeia. A liderança assume uma importância maior na superlotação das unidades prisionais, e através dessa mediação é possível levantar algumas considerações sobre as configurações das relações de poder. Não se trata dizer que o agente penitenciário é esvaziado de suas atribuições de modo definitivo, pois as atividades continuam com as delicadas negociações e compromissos que ocorrem no cotidiano. Conforme relata F. (60 anos), o agente penitenciário lida com a resistência à sua autoridade perante os “xerifes”, mediadores importantes entre presos e agentes no cotidiano da tranca. De outro lado, a ação dos xerifes também é vista como uma ajuda na operação da tranca. Descrevendo o momento da “tranca”, F. (60 anos) aborda a privação de autonomia dos agentes penitenciários, neste momento que seria crucial no serviço:

O próprio xerife diz assim: ‘fecha essa cela aqui, essa tu deixa aberta, fecha essa outra aqui, a cela aqui tu pode deixa aberta’. Ele comanda. Eles vão passar a noite toda jogando dominó, se drogando, entendeu? Então, fica tudo “à vontade”. Não fogem porque não querem. Se der um cavalo doido aí, todo mundo foge. Policiamento é pouco, não tem na muralha, são poucos soldados e cabos aí em cima na muralha. Os agentes são poucos e esse pouco faz o agente [penitenciário] se esforçar muito. Trabalhar muito. Eu estou com sessenta anos. Tu me vê assim porque eu pratico esportes, faço muay thai, jiu-jitsu. Eu malho. Mas tem colegas meus aí, que tá tudo no bico do urubu. Não tem concurso público, não dão chances para essa moçada se empregar, os jovens não têm concurso público. O que estão fazendo, tão terceirizando com aquele salário precário... e é desse jeito. (F. agente Penitenciário)

A questão do poder emerge como um campo dependente da interação entre as pessoas, porém, mas é importante o próprio esforço individual em manter a integridade física e mental. É completamente equivocado concluir que a relação de autoridade e poder se dá apenas no nível da governança do Estado, mas ela também passa pela auto-organização que mobiliza os presos, englobando a complexidade de organizações de coletivos de presos, presas, bem como os grupos religiosos, facções do crime, dentre

outros. O “comando” aparece como uma realidade que afeta os agentes penitenciários, na fala acima descrito não como um comando de uma facção, mas pela dinâmica de poder entre os presos que sujeitam os agentes penitenciários não apenas à falta de autonomia da força das leis e normas, porém, da hegemonia da ordem entre os presos. As divisões especiais e simbólicas que separam a área administrativa e os pavilhões revelam um ambiente que simbolicamente é descrito como “lá dentro”, restando aos agentes estatais a presença formal da execução da pena.

No caso da Cadeia Pública, a privação na segurança também é manifestada pela disputa que ocorre entre presos pelo controle da vida “dentro”, onde a violência física e o autoritarismo é apenas o recurso último para a garantia do domínio sobre outros. As lutas de eliminação entre presos, sob a perspectiva dos funcionários, são descritas principalmente pelas práticas violentas e arbitrarias sobre a massa carcerária, e no caso dos agentes penitenciários a questão da violência diz respeito principalmente apenas aos presos. Nas entrevistas, os relatos sobre os movimentos de presos estiveram sob uma ótica sempre negativa. No caso dos agentes penitenciários essa questão assume certo distanciamento no sentido de que é uma “coisa dos presos lá dentro”, com os agentes penitenciários em uma posição em que a correlação de forças os obriga a “levar com a barriga”, como foi dito por um deles.

Enquanto as condições de trabalho foram piorando com o decorrer dos anos, as próprias mudanças que ocorreram nas ruas e nas prisões colocam uma nova realidade nos ambientes das unidades prisionais do Amazonas, que foi percebida com o surgimento de mobilizações, através das facções do crime. S. (33 anos) relatou presenciar uma das primeiras manifestações da facção prisional Família do Norte (FDN), na Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, destacando que antes os presos “falavam em PCC”, porém, um dia eles estenderam uma grande bandeira na unidade com as inscrições FDN:

Eles colocaram lá em cima, mas aí o diretor mandou tirar e eles respeitaram. Era muito grande mesmo, era parecida até com a bandeira da Argentina, azul e branca. Olha, a Família Do Norte, ela começou a surgir não faz muito tempo. Praticamente nós descobrimos ano retrasado quando eles tentaram hastear uma bandeira aqui na Cadeia, muito grande a bandeira por sinal. Aí, estava escrito FDN. Se manifestou [...] anteriormente sempre falavam no PCC. Aí sumiu o PCC. Alguém apareceu aí. Eles mandavam matar lá fora, tiravam o cara daqui, alguma coisa para não matarem. E assim foi até que eles tomaram conta. [...] é o crime. Eles têm uma lei, quase um estatuto deles. Nós não tivemos acesso, eu não posso dizer como é, mas em relação aquilo que é feito, a prática deles aí dentro, tudo indica que é através daquilo que eles recebem algum comando,

alguma coisa. Vamos dizer espancamento, morte, extorsão, fuga, essas coisas tudo, existe. A questão do poder é deles, tudo indica só crime, crime e crime. Não traz nenhum benefício para a sociedade, só desgraça. E só isso, crime. (S. agente penitenciário)

O agente penitenciário F. (60 anos) abordou esse tema quando questionado sobre organizações de presos nas prisões e xerifes a partir de um distanciamento em relação aos “negócios de presos”, relatando um momento anterior de hegemonia do PCC, porém sempre marcado pela continuidade do autoritarismo, inclusive em uma perspectiva econômica:

É muita gana financeira. Alguns entram numa dessa não é nem porque ele quer. É por medo. São os pintinhos. Têm os presos veteranos e os pintinhos, esses, os novos que chegaram. Aí, o cara diz, ‘tu vai trabalhar pra mim’. Antigamente quando era o PCC, o pessoal fazia assim quando o preso entra. E lá na Anísio Jobim tinha uma fábrica de vassoura, de fazer cadeiras de rodas, tinha como fazer móveis, cadeiras e essas coisas. Então o preso tinha meio salário e a xerifada lá dizia, ‘olha, tu vai começar a trabalhar aqui, teu dinheiro vai ser meu’. Será que tu ia gostar disso? Tu tem uma nenezinha que tá esperando leite lá fora. Aí, você diz, ‘pode ficar’, mas é mentira, é por medo. ‘Fulano é o seguinte, tem um cara pendurado lá na cela tal, tu vai assumir esse crime... tu vai assumir ou vai querer ir pro saco?’. Aí, o cara já entra na Família do Norte. Aí, o cara é gente boa, é irmão, nosso mano. ‘Pô, o cara assumiu mesmo’. Quando você pega a confiança do cara, daqui pouco, você é soldado do xerife. Se tu tocar em um, vai pegar porrada de todos. Eles são unidos nessa parte e são desunidos em outras. Por exemplo, eles têm a organização deles aí dentro. Dia de visita, tanto funcionário como preso, tua esposa vem chegando e o preso não é nem doido de mexer, nem o funcionário. Podem morrer. Nisso aí, eles se respeitam. Tem que fingir que não tá vendo, pode achar ela gostosona da roupinha curta, mas ele não é nem doido de olhar pra ela. Quando acabar a visita ele vai morrer. Eles se respeitam muito. ‘O cara olhou pra minha mulher na visita, fecha esse filho da puta, tem que fechar’. É por aí... também. (F. agente penitenciário)

No relato acima, sob a perspectiva do agente penitenciário, a organização de presos aparece não apenas sob a perspectiva do autoritarismo, mas também pelo medo como um motivador de adesões. Essa adesão se dá no meio do mercado de mercadorias políticas entre as trocas simbólicas do convívio do “lado de dentro”. Nota-se que a solidariedade entre os presos é vista como um potencial perigo para os agentes penitenciários, ou mesmo para outros presos, porém, a união é também assentada sobre os signos da preservação do coletivo. “Se tu tocar em um, vai pegar porrada de todos”. Mais uma vez, a fala revela que a questão das facções criminosas, ou coletivos de presos, aparece ainda como uma violência potencialmente distante, diferentemente dos agentes de disciplina/socialização que se sentem menos seguros e mais próxima da potencial

violência oriunda de presos. O surgimento da FDN significou uma nova ordem e um novo agente no campo de disputa pelo poder nas unidades prisionais, com movimento e influência em operações fora do sistema. O funcionário Marcelo relatou que os presos que realizam alguns serviços, como jogar o lixo na rua, por exemplo, são assediados para “serviços”; esses presos chamados pintinhos, não ligados organicamente com a FDN, eventualmente, podem ganhar *status* de soldados.

O funcionário F. (60 anos) buscou na maior parte da entrevista descrever o seu cotidiano de trabalho, a partir da fragilidade de sua posição como agente penitenciário no lado de “dentro”. Por isso, sua ocupação é descrita, como na maioria dos relatos da presente pesquisa, principalmente em situações perigosas e incapazes de realizar o trabalho de segurança, realidade das unidades prisionais com os problemas estruturais típicos de unidades de presos provisórios. Nesse sentido, o agente penitenciário destacou longamente em sua narrativa que a posição dos agentes penitenciárias é controversa. Em tom de provocação para descrever a “liberdade” de atuação de presos no lado de “dentro”, relatou que os bloqueadores de celulares são motivo de polêmica na Cadeia Pública, pois grupos de presos costumam mudar a posição deles em direção à área administrativa, afirmando que,

Se você quiser usar o celular, você não vai conseguir aqui na diretoria, vai ter que ir lá para dentro. Eles viram o bloqueador com cabo de vassoura. Tem um bloqueador de celular aí dentro que se tu for ligar daqui desse corredor [da administração], tu não vai conseguir. Lá dentro tu consegue, lá dentro tem celular. Eles viraram ao contrário [o bloqueador]. Eles dão um jeito com um cabo de vassoura. Por exemplo, têm geralmente aqui dois presos pra fazer manutenção da parte elétrica. Se cai uma alguma coisa no telhado esse preso tem ordem para subir. O guarda passa o rádio e diz ‘olha, o preso fulano de tal vai subir e pegar uma bola’, pro cara da guarita ficar sabendo. Então, esses presos não fogem porque não querem, eles vão lá dentro e jogam o lixo. Esses presos também são muitos perseguidos, esses que fazem esses serviços. Já morreram vários nessa função. O cara diz, ‘corta aquele cabo de bloqueador lá em cima’. Aí, o cara responde, ‘pô, mermão... eu tô pra ir pra casa, vou fazer isso não’. Só dizem, ‘Ah, é?’. Pegaram o Edson, que fazia esse serviço. Sabe uma tomada que vira uma brasa? Fizeram ele sentar em cima, mataram ele arrancando unha porque ele não queria fazer isso. Aí, o preso vai lá fora jogar lixo, como eles mesmos já me contaram, e ele não sabia que estava levando um corpo esquartejado e botou lá na lixeira. Às vezes, eles cobram desses caras pra trazer coisas aí pra dentro. Eles têm essa liberdade pra trazer. Quando a guarda revista esse cara aí é outro processo pra cima dele. E se o cara não levar, é arriscado ele morrer.

Mais uma vez a questão de poder entre presos é descrita pelo autoritarismo e pelo recurso da eliminação física em quem não obedecer “comandos”. O discurso deste

agente penitenciário levou ao questionamento durante a entrevista de quem estava realmente preso naquela unidade prisional. Enquanto do “lado de fora”, na área administrativa, as dificuldades estão na sensação de abandono e de gestão da miséria, no “lado de dentro”, na cadeia e pavilhões, os agentes penitenciários lidam com o afrontamento de suas atribuições e devem tomar atitudes que antes de tudo visam preservar sua própria integridade física, tendo em vista que, estão sujeitos às mesmas violências e privações que eventualmente podem ser dispensadas aos presos.

Nos relatos acima as percepções em que os agentes penitenciários são desprovidos de seus direitos e atribuições de sua ocupação, os levam a tomarem iniciativas informais que estão muito além do que é previsto nas normas e leis. Além disso, a privação da segurança os colocam diante de considerável desvantagem perante os coletivos prisionais da massa carcerária. As condições práticas dão sentido para o discurso recorrente de que o “agente tem direito a não ter direito”. As representações simbólicas, em que os agentes de segurança penitenciária são semelhantes aos presos, revelam possíveis constrangimentos em torno de uma sensação que, trabalhar com pessoas privadas de liberdade, é como ser “preso em período de 12 horas⁴⁶”. Em determinadas situações foi possível registrar a percepção em que agentes penitenciários se sentem ainda mais sujeitados que os próprios presos, pois, como registra as ciências sociais brasileira, agentes penitenciários eventualmente não se relatam estarem “contemplados ou defendidos pelos discursos e políticas de direitos humanos: para eles, estes continuam sendo ‘coisa de bandido’” (MORAES, 2013, p. 134). Por fim, surgem estratégias para a sobrevivência em meios às adversidades da ocupação de agente de segurança penitenciária, tema do tópico subsequente.

3.6. O “jogo” como “jeitinho” de sobreviver nas privações

Luiz Claudio Lourenço (2012) descreveu em sua pesquisa com agentes penitenciários em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, o “jeitinho” como um jogo simbólico do cotidiano das prisões brasileiras, recurso utilizado para os mais diversos fins e parte do vocabulário prisional. O “jeitinho” é destacado como atributo importante para ambientes que em grande medida precisam de improvisos e reajustes diários. Diversas experiências que eu tive durante a pesquisa de campo tive a oportunidade de acessar discursos sobre os “jeitinhos” nos mais variados tipos e casos. O que nomeio como

⁴⁶ Segundo uma fala de um ex-agente de disciplina que trabalhou em uma empresa que prestava serviço de segurança em uma unidade prisional da capital do Amazonas.

estratégias de sobrevivência no trabalho, no cotidiano prisional são os “jeitinhos” que muitas vezes são assumidos para garantir a volta para casa no final do expediente, a reprodução social dos agentes de segurança penitenciária. Essa é uma das principais preocupações de qualquer trabalhador. Por que falar de “jeitinho” justamente nos ambientes prisionais que são representados como os locais de cumprimento das leis?

Muitas pesquisas demonstram que as prisões brasileiras em sua grande maioria possuem grandes dificuldades em garantir uma operação adequada às normas e leis vigentes. É longe de ser um absurdo afirmar que os agentes de segurança penitenciária também promovem o conflito com a lei, por também serem parte da institucionalização de ilegalidades e informalidades, que são assumidas nas urgências necessárias para a garantia da reprodução do cotidiano nas unidades prisionais. O monopólio do controle estatal sobre as populações no cárcere não existe, pois em muitos casos é relativizado e, no caso do Amazonas, se faz necessário a vontade de presos em “querer puxar sua cadeia”, conforme foi demonstrado em capítulos anteriores. Cabe ressaltar que, a ordem prisional não é mantida apenas em linhas tênues e de modos escusos, mas como demonstrado por Rafael Godoi (2010), as prisões estão em constantes mobilizações e o um dos papéis mais típicos e importantes de prisões, é o alvará de soltura, a progressão da pena.

Uma antiga e conhecida representação dos agentes de segurança penitenciária é a de uma categoria que seria acostumada ao uso de recursos autoritários no sistema penitenciário, na conhecida “casseteterapia” contra presos. No Amazonas a história não é diferente. Os relatos que tive acesso na pesquisa de campo indicam que, esse conteúdo autoritário, diz respeito mais ao passado da categoria, superado pelas novas correlações de forças nas prisões e capacidade dos presos em resistir, e também por uma nova articulação entre a ação coletiva voltada para direitos humanos, promovidos pelas empresas e pela Escola de Administração Penitenciária. Como demonstrado nos capítulos anteriores o Sistema Penitenciário Estadual atravessou graves crises que resultaram em assassinatos e fugas. Tais acontecimentos levaram às pressões que fizeram com que ocorressem mudanças nas posturas e práticas nas unidades prisionais.

Nesse ponto, foi revelador o relato de quatro agentes de disciplina/socialização que participaram da pequena amostra de questionários descritas no capítulo anterior, sobre a controvérsia da violência física nas unidades prisionais. Para dois agentes de

disciplina/socialização, dos quatros selecionados para este exemplo, a violência física contra presos foi encarada como um eficaz recurso de imposição da autoridade dos agentes sobre presos. Segundo os relatos, a violência física contra presos, em alguns casos, possuía uma legitimidade informal, como uma prática que é repreendida ou punida com mais vigor na atualidade. Foi-me relatado que também existiu um momento anterior da “chegada dos direitos humanos” no Sistema Penitenciário Estadual, em cogestão. A violência contra presos, nesses casos, foi encarada como um “corretivo” que poderia ser utilizado de modo discreto, e que até mesmo possuía locais específicos para ocorrer. Disseram os agentes de disciplina/socialização sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos:

A gente trabalha aqui na cara e na coragem dando um jeitinho sempre, porque não tem segurança nenhuma. A outra empresa dava carta branca. Nós somos mais de mil agentes de disciplina, que recebem salários baixos e não temos nem mesmo o auxílio periculosidade. Chegou esse papo de direitos humanos e não pode mais bater. A gente tem direito a não ter direitos. Pelo menos antes acontecia o respeito. O preso tinha que cortar o cabelo. Quando tinha um mais gaiato, era só a gente levar para o canto de sempre e dar o corretivo. A empresa só dizia que tínhamos carta branca, quem mandava era nós. Agora não pode mais bater, até mesmo, porque são os presos que mandam agora. Um dia desses levei um tapa na cara e tive que ficar calado. (Agente de disciplina/socialização questionário 21).

Antes até rolava bater em preso, hoje em dia não rola mais. O que acontece é que lá dentro [dos pavilhões] o agente tá levando soco e tapa. Na verdade, gostar mesmo, a gente não gosta de trabalhar aqui. A gente entra e não sabe se vai sair vivo. (Agente de disciplina/socialização questionário 23)

Rapaz, vou te falar. Outro dia o gerente de operações levou café quente na cara dele. A condenada já não gostava dele. Aí passou e ficou querendo discutir e jogou café na cara dele. Não adianta fazer nada, porque, elas sabem que qualquer coisa é só ir lá na direção falar mal do agente [de disciplina/socialização], eles podem pegar justa causa. (Agente de disciplina/socialização – conversação em um corredor de uma unidade feminina)

Os relatos acima, somam-se ao conjunto de falas de funcionários terceirizados e “efetivos”, que definem o campo das relações de poder com uma nova figuração a partir do esvaziamento quase total de suas prerrogativas sobre a disciplina da população carcerária. Esse novo momento é descrito pelos agentes de segurança penitenciária como o aumento da mercadoria política dos presos e a sujeição de alguns agentes de disciplina/socialização, motivados pelo medo e violência física, alterando as relações de dominações. Para os agentes penitenciários que participaram da pesquisa, este esvaziamento diz respeito à política penal de encarceramento, que combinada a redução no quadro de funcionários, criando situações em que os “agentes penitenciários fingem

que vigiam e os presos fingem que estão presos (Dirigente do SINSPEAM)”, traduzidas na participação ativa de coletivos prisionais na gestão de segurança das áreas de pavilhões e carceragens. Em uma comparação superficial com os agentes penitenciários, os agentes de disciplina/socialização experimentam de modo mais acentuado as privações de segurança e autonomia. Primeiramente, porque são pessoas que provavelmente em sua maioria entraram nas unidades prisionais apenas com a consolidação da terceirização de prisões no Brasil, legitimada como uma possibilidade prática de resultados imediatos, ou seja, apenas recentemente na história de nossas prisões⁴⁷.

Como relatam os agentes de segurança penitenciária – tanto “efetivos” quanto terceirizados - o cotidiano de trabalho está relacionado com uma exigência por cautela, os “vacilo” podem ter consequências graves eventualmente mediadas pela violência. Conforme relatado nos tópicos anteriores, a sensação de abandono, por parte dos funcionários, permeia o cotidiano das pessoas que por ali transitam, trabalham e constroem suas expectativas, e dentro das privações ocorrem as estratégias para o enfrentamento do cotidiano:

Olha, praticamente na cadeia... nós somos surdos, mudos e cegos. Porque se nós agirmos e tentarmos alguma coisa... você vê um celular e tentar tomar, você vai correr risco de vida. Se você vê alguém fumando uma droga, você vai querer pegar? Na realidade, a gente só pode presenciar, não se pode agir, haja vista que nós estamos no meio, na circulação deles. Então, não há como... Existe assim, quando há uma revista da Polícia Militar, eles tomam, eles levam celular, drogas, armas, essas coisas, aí sim. Mas nós, na realidade mesmo, o número de agentes é insuficiente, não tem como. Aqui ninguém fala, escuta ou vê. Nós temos um jogo de cintura. Uma conversa com o preso, essa coisa toda. [...] Por exemplo, eu tenho a coisa de chegar com o preso e conversar com o preso, eu tenho um método de chegar e conversar com o preso [...] Mas tem colega que não tem, chega com os presos e não conversa, fica calado e tranca a cara [...] eu não, eu sou conhecido. [...] como que entra um celular agora? Como entra uma faca? Voando? Não existe. [...] É possível se corromper. Não se corrompe a gente que sabe sempre se sair, desviar a conversa, essas coisas. Mas existe [corrupção]. Eu nunca recebi uma cantada de preso pra botar droga, trazer arma, pra fuga. Eu nunca recebi não. Até o presente momento a gente tá aí, mas existe. (H. agente penitenciário)

⁴⁷ Conforme mencionado no capítulo anterior, a terceirização no Amazonas é tratada como realização na prática do discurso formal das políticas públicas penais, e a solução apresentada pela flexibilização nas relações trabalhistas de agentes de segurança penitenciária, faz com que vastos recursos sejam voltados para a operação de segurança terceirizada. A terceirização seria o fim dos escândalos. O aumento no número de agentes de disciplina/socialização foi amplo, rápido e consolidado nos últimos anos. Ademais, a realidade de maior flexibilidade sobre a demissão possui repercussões diversas e não apenas sobre questões trabalhistas formais.

Segundo o relato acima, a questão da omissão é outra linha tênue que é relativizada pelo que os agentes penitenciários pesquisados julgam como incapacidade de realizar suas atribuições de repressão aos ilícitos nas unidades prisionais. O caso acima é referente à Cadeia Pública - cujo precário funcionamento já foi exaustivamente descrito. Na última pergunta feita para o agente penitenciário H. (58 anos), o questionei quais seriam os pontos de satisfação e insatisfação sobre seu trabalho. Segundo seu relato,

Em relação ao nosso trabalho, certas vezes, ficamos tristes porque têm poucos agentes [penitenciários], têm poucos colegas. A satisfação é quando a gente sai com dever cumprido. Com 24 horas passadas aqui dentro, não ter acontecido nada, tudo normal, e aí, vai embora pra casa. Não se leva problema daqui pra casa. Mas isso aí tudo influência o fator psicológico do agente [penitenciário]. Se o agente for bem preparado... No caso eu não tô aqui me gabando. Mas em relação ao fator psicológico, na maior parte todos os agentes são pessoas um pouco leigas também, né? Levam problema pra casa, adoecem. Porque o fator psicológico faz com que a doença chegue para si. Eu já sofri um monte de coisa aqui dentro da Cadeia [Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa], pressão, aquela coisa de preso, transferência de preso, problema de briga, a gente sempre tá presente. Mas na hora a gente têm que ter controle da coisa, as vezes você vê um preso querendo discutir, querendo bater, você chega lá e ele vem com dez pedras na mão. 'Para com isso, isso não é assim'. O outro colega da gente não tem isso, vai ficar com medo, não sabe conversar. O fator psicológico é muito importante pra gente, muito importante mesmo pra gente que trabalha nessa área. Numa penitenciária, o fator psicológico do preso é totalmente diferente de qualquer pessoa, de qualquer ser humano, porque, ele só pensa no dele, naquilo que ele vai fazer, se ele vai matar, se ele vai roubar, se ele vai praticar algum tipo de crime, fumar droga, tudo isso influência. Toda essa carga, a gente recebe aí dentro. Por exemplo, eu tenho uma facilidade com o preso, a noite quando eu vou conferindo e tenho a facilidade dizer assim, 'quantos ungidos têm na cela aqui? Quantos filhos de Deus vivem aqui na cela?' Eles respondem, 'H, tem tantos', eu falo, 'fulano? Abençoado!'. O fator psicológico do preso, faz com ele se acalme. Aí, ele diz assim, 'o senhor é o único que traz uma palavra de conforto aqui pra gente', ninguém traz palavra de conforto, a não ser as vezes, quando os pastores que entram lá e fazem um culto coletivamente. Mas então, esse fator [psicológico] eu faço todos os dias quando eu estou de serviço, então, eles se sentem à vontade comigo, eles me respeitam, enfim... eu sou conhecido no meio deles, por tudo isso aí. É um fator... um método, uma metodologia que a gente prática, que a gente faz, porque temos que entrar na mente deles [presos] com uma coisa boa, fazendo com que eles tirem, mesmo naquele horário, naquele minuto, pra dizer que alguém está por eles aqui, alguém fala em Deus, alguém dá o apoio. Quando eles vão pro Fórum eu digo 'tenham fé que vocês vão sair hoje'. As vezes, eles vêm do Fórum e chega o alvará deles de tarde, têm uns que vêm, 'H, o alvará chegou, bem que o senhor falou', eu respondo, 'tá vendo como deu certo, tá vendo como Deus operou na tua vida'. Então... [pausa para pensar] esse é um fator muito importante pra nós, pra mim, né? Pros outros não, porque só quem faz [esse] trabalho sou eu, os outros não fazem. Os outros são proibidos de entrar na Cadeia, porque vão tentar agarrar eles. Mas a partir do momento que eles dizem, 'H, o senhor não entre na cadeia', eu não vou. Aí, quando eles dizem 'seu H, o senhor pode entrar'. Aí eu posso entrar, a gente faz esse jogo. E essa é a rotina de todos os dias de plantão, e de todos os nossos colegas. (H. agente penitenciário)

O agente penitenciário H. (58 anos) faz a descrição, de acordo com suas considerações pessoais, sobre três pontos importantes e relevantes para os agentes de segurança penitenciária, descrevendo e dando destaque principalmente para sua grande capacidade de dialogar com os presos da Cadeia Pública. Cabe ressaltar que, o agente penitenciário H. (58 anos), conforme relato do Dirigente do SINSPEAM, às vezes, teve que cumprir seu horário de trabalho sozinho na área de pavilhões, no meio de mais de seiscentos presos, pois não teria nenhum agente penitenciário disponível para cumprir a escala com ele. Diante das adversidades que enfrenta seu relato sobre suas estratégias de trabalho caracteriza o seu “jeitinho” para poder voltar para casa no fim do trabalho, ainda que muitas vezes sentindo-se triste.

O segundo ponto relevante é sobre o “jogo” com os presos. Em suas considerações, o “jogo” não significa agir com atitudes escusas com os presos, e pouco tem a ver com corrupção. O “jogo” possui um sentido positivo como estratégia de sobrevivência buscando *humanizar* os presos, “filhos de Deus”. Desse modo, é para entrar na mente dos presos e, através do diálogo, evitar situações perigosas e violentas. Esse “jogo” garante o respeito e a sua proteção por parte dos presos. Se este tipo de jogo é possui esse sentido, se o “jogo” partir como iniciativa de presos, comumente são considerados de modo negativo no sistema penitenciário, como atitudes escusas de agentes penitenciários conjuntamente com presos, mobilizados em torno de atos reprováveis.

Na pesquisa de campo, durante a aplicação de questionários, alguns agentes de disciplina/socialização quando consultados sobre questões que envolviam corrupção nas unidades prisionais, muitas vezes, argumentaram que existiam diversas formas de evitar o “jogo” de presos. Essa iniciativa era considerada como uma forma de assédio para contrabando de armas, drogas e celulares para dentro das unidades prisionais. Aqui mais uma vez relataram que fingir que nada escuta é uma das formas mais eficazes de sofrerem represálias, seja da parte de presos ou da administração penitenciária. Alguns agentes de disciplina/socialização também argumentaram que os novatos são alvos preferenciais de assédios de presos, mas bastaria a primeira recusa em participar do “jogo” que não seriam assediados. O agente de disciplina/socialização precisaria demonstrar firmeza nas palavras e nas condutas diante o “jogo” de presos. Segundo relatou um agente de disciplina/socialização, o argumento de ser evangélico já era suficiente para evitar

assédios dos mais variados tipos, pois os presos não costumavam assediar agentes de disciplina/socialização evangélicos⁴⁸, chamados de “irmãos da igreja”.

O terceiro ponto relevante, diz respeito ao extramuros dos agentes penitenciários. O agente penitenciário H. (58 anos) argumenta que deixa seus problemas no trabalho e vai para casa como se estivesse descarregado do ambiente prisional. Em outra perspectiva, o agente penitenciário F. (60 anos), provocado por uma pergunta minha sobre suas percepções sobre segurança pessoal, descreveu uma situação em que viveu em horário de folga do serviço:

Uma vez eu estava no Clube Municipal. Eu estava muito doído lá no banheiro. Porra! Eu tava mijando... e aquele braço tatuado ‘e aí, mermão? Olha aí, se tu tivesse me devendo...’. [Risadas] Tem que ter jogo de cintura, não se envolver e tratar bem. Pensa assim, por exemplo, como fizeram com um colega. O preso não queria ser transferido, não queria, aí tu fala ‘é uma ordem lá da Secretária’, aí o cara fala “ah, é? Vou descobrir onde tua família mora’. Tu chega no plantão no outro dia e o cara fala ‘eu sei a placa do teu carro’. Já me deram esse aviso, são coisas assim. Tu sabe como é bandido. Bandido mata próprio amigo, se tu tá devendo pra ele. Aquela amizade de infância não interessa, foi pro saco.

Essa fala acima, coloca em questão a *sujeição criminal* de pessoas que são portadoras do crime, o bandido, cuja moral e relação de trocas simbólicas de mercadorias políticas, estão além dos muros das unidades prisionais, pois os jogos se dão também vida extramuros, inclusive pela ação de terceiros – conforme as ameaças expostas acima. Duas estratégias ficam expostas nesse ponto, pela exposição do “não se envolver e tratar bem”, conduta similar à do agente penitenciário H. (58 anos). Porém, o agente penitenciário construir essa conduta a partir do discurso religioso, o que necessariamente não ocorre com o agente F. (60 anos). Essa questão foi, mais uma vez, abordada por um agente de disciplina/socialização – participante da atividade com questionários - vítima de ameaça de uma “visita íntima”, em uma unidade feminina. Foi dito,

Uma vez fui ameaçado durante uma visita íntima de uma interna. Fui fazer os procedimentos e ele disse que era ‘bandido na rua’. É um jogo deles para você se sentir ameaçado, andar com cuidado na rua. Ameaças e ofensas são direto. Sempre. (Agente de disciplina/socialização – Questionário nº 31)

⁴⁸ Pelo menos um agente de disciplina/socialização argumentou que sua estratégia era um “jogo de cintura” que envolvia poucas conversas com presos que ocorrem no seu cotidiano, mas a empresa empregadora não aprova esse tipo de atitude considerando que poderia ser “jogar” com os presos, deixando-o em situação de suspeita.

Essa questão da vida extramuros é tratada com cautela, pois o que ocorre nas penitenciárias muitas vezes possuem repercussões nas ruas da cidade. A segurança fora da penitenciária também é levada em consideração pelos agentes de segurança penitenciária, inclusive no esforço de evitar certos lugares na cidade, que são considerados como perigosos pelos agentes. Durante a pesquisa de campo, conheci um agente terceirizado que raspava de sua calça jeans de trabalho, o logotipo da empresa, atitude encarada como essencial para a preservação de sua vida nas ruas. Isso se devia ao medo de ser identificado como um agente de disciplina/socialização por supostos criminosos na volta para casa. O perigo não aparece apenas na figura dos presos, portadores do crime, conforme relato o agente penitenciário F. (60 anos):

Você entra em uma jaula e não é confiante. Dizer que não tem medo é mentira. Você entra em um ninho de cobra e não sabe de onde vem a picada. Presta bem atenção, tu não pode confiar em uma equipe de agentes. Por exemplo, uma equipe de cinco agentes, que hoje não tem mais, mais uns cinco policiais, aí tem uma turma de traficantes internacional, aí tu vai conferir e o agente durante a noite conferiu o Raio A, o outro agente conferiu o Raio B. Aí, supomos que têm trezes presos nessa cela, “fulano, pra cá. Fulano, fulano, presente”, aí bateu os trezes. Aí, tu vai na outra cela, ‘fulano, tá, fulano, tá, fulano...’. Aí, tu só escuta um ‘oi’. Tem um banheirinho lá dentro e eles dizem que o cara tá tomando banho. Tu pede pra ele colocar a mão e aparece uma mão ensaboada, “ah, ok”. Aquela mão que você viu lá... é de um agente. O preso já se mandou, foi pra casa. A guarda com os agentes, tu confiou no teu colega. Aquele colombiano já tá na Colômbia, derramou muito dinheiro pra guardar e tu dançou... botou presença. Foi tudo que conferiu e botou presente, entendeu? Então tu não pode confiar em ninguém. Tem que pedir pra fulano meter a cara, mesmo o que tá no banheiro. Isso existe no começo, hoje ninguém confere mais. Tu não sabe se já foi ou não. (F. agente penitenciário)

As estratégias dos jogos simbólicos são estabelecidas com todos agentes sociais envolvidos na figuração das unidades prisionais, pois o ambiente é de desconfiança, inclusive com a própria equipe de agentes penitenciários. Neste diálogo, tomei conhecimento desta desconfiança generalizada, no discurso, contrastante com a posição e jogo do agente penitenciário H (58 anos), conforme é exaustivamente ressaltado neste trabalho. No caso de S. (33 anos) sua condição de “remanejado” é um “jeitinho” de mantê-lo como agente público. Ainda que não estivesse trabalhando “batendo e abrindo tranca”, S. (33 anos) descreve que a ocupação é um incômodo em sua trajetória profissional, afetando inclusive seu estado emocional no dia a dia de trabalho, como um trabalho “indesejável”. Apesar das grandes diferenças de trajetórias e meios para sobreviver no meio das adversidades e situações imprevisíveis, as percepções sobre a ocupação levam com que os agentes de segurança penitenciária encontrem formas de justificar e praticar

o “jogo de cintura” com quem for necessário no ambiente prisional. Como muitos argumentaram, o “jogo de cintura”, o “jeitinho”, a “metodologia” não se encerra no final da escala de serviço e continua nas ruas e bairros da cidade.

No campo do “jogo”, surge a questão de práticas ilícitas nas unidades prisionais de Manaus relacionadas no pensamento comum com violências e mazelas do sistema prisional. As prisões como instituições “fora da lei” parece ser a regra pelo Brasil. Na presente pesquisa, este tema já foi abordado, como compreensão das “linhas divisórias”, dos muros das prisões brasileiras, em realidade, permitem fluxos e mobilizações entre as ruas e as prisões. A questão das prisões deve ser compreendida nesses termos como lugares de intensa movimentação dos circuitos de mercadorias ilícitas e o agenciamento de mercados de proteção. Da mesma forma que, nas ruas das cidades existem zonas de tolerâncias sobre práticas ilícitas, o mesmo ocorre nas unidades prisionais na medida em que a questão do poder se faz com frágeis acordos cotidianos, com a gravidade da situação de privação de segurança. Por exemplo, o uso de certos tipos de drogas (maconha, cocaína e crack) é tolerado em determinados espaços urbanos, ainda que com presença ostensiva das forças de segurança. Desse modo, cotidianamente ocorrem transposições das fronteiras do legal e ilegal, e que diz respeito à constituição política e os agenciamentos de poder no interior das unidades prisionais. A fronteira do legal, ilegal e ilícito são transversais e coexistentes, são móveis, no que Vera Tellas (2009) chama de fronteiras porosas.

Com significativa precisão, o agente penitenciário S. (33 anos) descreveu o que Vera Tellas (2009) chamou de “jogos de poder”, ao relatar eventos na Cadeia Pública, quando ainda trabalhava no sistema prisional:

S. – Funciona assim: o diretor que começa a levar muitos projetos pra Secretaria, ele é logo desligado. Ele [Poder público] quer que o cara fique lá fazendo o sistema funcionar do jeito que é. O que o cara [diretor] faz pra funcionar? Ele cede muitas coisas pros detentos, mas não é pros detentos de modo geral, porque lá, eles formam grupos que exploram os próprios detentos, entendeu? Se você for... não sei, se você vai ter algum meio de ter uma penetração diretamente dentro do sistema e conseguir visualizar isso, eles formam grupos, alguns pequenos grupos de detentos que exploram os outros detentos. Tipo assim, cobrando alguma coisa pela segurança do cara. Como o estado não tem agentes suficientes pra manter a segurança de todo mundo, nem os próprios agentes tem condições [de garantir a segurança]. Esses pequenos grupos se formam, vão ali com o diretor, e vai ali com o diretor e fala assim: ‘Diretor a gente vai manter a paz aqui dentro’. O que o diretor quer? Tudo que o diretor quer é manter a paz lá dentro.

Pesquisador – Os próprios detentos chegam ao diretor?

S. – Chegam no diretor. Aí ele cede algumas regalias para aquele grupo e a cadeia fica tranquila. Ficou assim um bom tempo ali na [Cadeia Pública] Vidal, até que teve aquela rebelião, e os líderes desse grupo que dominava lá, foram mortos. Aí a partir daí você pode fazer uma análise política sobre isso, vários pequenos grupos começaram a... em cada pavilhão, por exemplo, tinha grupo, né? Aí isso gera muito conflito interno entre eles mesmos de disputa de poder, pra conquistar mais... Existe uma política econômica mesmo, eles conseguem movimentar uma pequena economia, e essa pequena economia, gera conflito entre eles. Mas tudo isso é provocado pela deficiência, logística.

O estado busca legitimar uma representação de controle sobre as unidades prisionais, mas precisa ser negociada com as redes de proteção e poder entre os presos, que, por sua vez, estabelecem nas margens, suas próprias formas de legitimar o poder. O monopólio da violência é disputado pelo estado e pela auto-organização de presos. Apesar da falta de infraestrutura ser considerada como impedimento da rotina de acordo com o que determina a normatização penal, o gestor possui uma tarefa fundamental de ser exemplo e legítimo representante do estado, portanto, portador da representação de administrador de fato de toda a unidade prisional. Essa foi uma situação central no debate que foi realizado no I Workshop de Gestores do Sistema Prisional – realizado no dia 22 e 23 de agosto de 2013-, promovido pela ESAP, na sede da SEJUS, e que teve oportunidade de participar na qualidade de ouvinte. Em uma das palestras, o expositor defendeu que era necessário demonstrar “quem que manda” no sistema prisional, sendo o medo um acontecimento normal no exercício da função de gestor do sistema prisional, portanto, considerado, mas frente ao dever da função, deveria ser superado e relativizado para ser garantida a ordem e o controle geral sobre as unidades prisionais.

O uso de tecnologias não é uma novidade apenas dos últimos anos, mas ao que tudo indica o uso ilícito de celulares e outros meios de comunicação com as ruas são amplamente utilizados há mais de uma década. A historicidade demonstra que os próprios presos compõem a gestão da segurança interna, em algumas unidades, e as novas tecnológicas permitem a postagem de fotos em redes sociais digitais, via utilização de celulares com internet móvel, construídos narrativas e cenas do cotidiano prisional, seja de sofrimentos, ou de um cotidiano de enfrentamento às privações que são próprias da condição de encarceramento. Nesses termos, a acusação de que os agentes penitenciários são os grandes responsáveis pela entrada de mercadorias ilícitas e cúmplices nos ilegalismos é um questionamento comum, e frente às adversidades do sistema prisional poderia ser vista como algo naturalizado. Porém, essa questão não é simples. A vida

prática é mais complexa. Durante a entrevista com o agente penitenciário F. (60 anos), discutimos essa questão nos seguintes termos:

Pesquisador - Se fala muito em corrupção de agentes penitenciário. É possível evitar a entrada do agente nesses caminhos?

F. - Na corrupção o agente entra se quiser. O bandido chega comigo, por exemplo, 'o cara tem uma arma pra mim, bota aí pra dentro, é só tu querer, quebra esse galho'. O bandido mesmo já entrega, 'só tu que é assim, o fulano já botou pro cicrano'. Ele já entrega o colega, e eu fico sabendo que o colega é um safadão. É só não trazer e pronto. Se o preso insiste muito nisso, você pode tirar de letra. Nem vai na diretoria da cadeia, tem que ir lá com o Secretário. Agora tem cara que baixa a guarda, mermão.

Pesquisador - O senhor condena a corrupção?

F. - Um agente terceirizado eu fico até calado, o cara ganha muito pouco. Agora um agente concursado ganha um bom salário. Eu acho que o cara entra numa dessa porque é safado mesmo. Ele não devia estar aqui não. O preso pode pedir uma pizza e chega tranquilo. Já entrou cachaça em garrafa térmica, não era café da manhã, era cachaça. O motorista foi preso. Quantas vezes ele fez isso? Falando de prostituição, muitos casos em visitas que as meninas fazem programa. O agente penitenciário é tentado vinte quatro horas. O agente cai se quiser. Não é obrigado. Tem o agente que é correto, tem o corrupto. Tudo isso aí, têm. Ser agente penitenciário é complicado, principalmente aqui que não é terceirizada. O Sistema Penitenciário da Cadeia Pública é tudo pessoal da terceira idade. Me pergunte um agente penitenciário que tenha trinta anos? Se você vai buscar, tem quarenta e cinco pra lá, todos quase avôs, tanto motorista quanto agente penitenciário. Os que têm menos idade são estagiários do serviço social, do jurídico. A nossa advogada da casa tem cinquenta e poucos anos. Nós somos tudo pessoal da terceira idade. Todo mês um morre, pega derrame, outro pode pegar afastamento de trabalho. Não fazem concurso.

O agente penitenciário lida com linhas e fronteiras transversais em que acessa e transpõe os limites do legal, ainda que não como um agente protagonista, mas eventualmente as leva em consideração. Fica evidente que além de liderem com a gestão da miséria no sistema prisional, constituem uma parte agente na gestão de ilegalismos da cidade de Manaus. E o uso de novas tecnologias agencia essa continuidade e conexão das ruas com as celas das penitenciárias. Existem inúmeras formas de manter em movimento certos tipos de mercados ilícitos no interior das unidades prisionais, como o tráfico de drogas, armas, celulares e demais produtos ilícitos no sistema penitenciário, sendo muito distante da realidade creditar apenas aos agentes de segurança penitenciária a entrada e saída de mercadorias ilícitas. Essa questão da gestão dos ilegalismos fica evidente quando tomamos conhecimento de revistas promovidas pelas policias militares – aparentemente únicos agentes de segurança capazes de tal procedimento –, momentos em que são relevadas as variadas mercadorias ilícitas que compõem o cotidiano das unidades prisionais. Em outros termos, quando se faz necessário o Estado negocia informalmente

que tipos de ilícitos ocorrem até a intervenção de forças de segurança externas ao sistema prisional.

No que diz respeito aos agentes de disciplina/socialização, durante as entrevistas foi possível tratar de modo mais aberto sobre certos tipos de atividades ilícitas e ilegais que são parte do cotidiano de trabalho. Nesse sentido, mais uma vez a questão do “jogo” aparece como um modo de agenciar novas pessoas para participar ativamente nas redes que compõem os fluxos de entrada e saída de mercadorias ilícitas. Por ser uma questão delicada, não foi perguntado se o próprio pesquisado já havia praticado qualquer atividade ilícita ou ilegal, mas em certa medida essa é outra questão, cuja percepção depende da posição ou cargo. Por exemplo, enquanto para algumas pessoas o uso de drogas é algo corriqueiro e aparentemente naturalizado, outras pessoas afirmaram que nada sabiam sobre uso de drogas em unidades prisionais. Neste ponto, cabe a transcrição de relatos de alguns agentes de disciplina/socialização:

Eu não acredito no ideal de ressocialização porque é droga direto, não fazem nada aí dentro. (Agente de disciplina/socialização – Questionário nº 33)

Com três dias de serviço chegaram comigo ‘ei, louro! Tu curte alguma branca [cocaína], maconha?’. Jogam um verde pra ver se tu joga com eles. Eu disse que sou servo do Senhor. Eles respeitam e não falam mais nada. Quem eles não conhecem eles fazem essas perguntas aí. Sem Cristo é difícil. O preso sempre vai querer ‘jogar’. O agente [de disciplina/socialização] tem que ser forte na índole. Não pode dar trela, tem que falar que não ‘joga’ com ele [preso] e pronto. Pode ser que ele [preso] reclame, mas não podemos fazer nada. (Agente de disciplina/socialização – Questionário nº 24)

Ninguém nunca se meteu a doida comigo. Eu não me sinto segura, mas eu me seguro, sou preparada para o trabalho. Já tentaram subornos e pedidos para o tráfico de drogas, nunca aceitei. Pode ser que eu sofra assédios de novo. Mas com essas presas que estão aqui é difícil de novo. Extorsão é com elas mesmo, vivem brigando entre si [A agente não quis responder sobre corrupção porque não teria como provar]. Não posso descer pros pavilhões. Eu já sofri ameaças de internas e não vou mais pra lá. Eu não me sinto muito segura aqui, já sofri muito assédio pra praticar ilícitos... e acho muito provável que vou sofrer novas ameaças e assédios pra traficar drogas. (Agente de disciplina/socialização – Questionário nº 35)

Um agente de disciplina/socialização com apenas um ano e sete meses de trabalho, que participou do questionário de número 22, durante o relato sobre os problemas que considerava cruciais em seu trabalho, abordou uma situação em que o exercício de uma atribuição de seu trabalho, resultou em consequências posteriores nas ruas:

Já peguei um tapa, falaram que iam cortar minha cabeça. Uma vez no CDP vimos alguém jogando 250 gramas de maconha. Fui lá na laje pra ver o que

era. Levei pra direção. Na rua me abordaram por causa droga. Tive que inventar que não tinha jeito, que tinha câmera de vigilância, que o diretor tinha visto. Aí ele recebeu ordem por celular que poderia deixar pra lá. Pedi pra ser transferido. Eu sou honesto. Antes eu gostava de ser orelha. Olhar as coisas erradas e comunicar pra direção. Mas aí eu passei a desconfiar... desconfio até de mim. Às vezes, a gente gestão é mais pelo preso que pelo agente [de disciplina/socialização]. Vão muito pelos presos. Não existe segurança pra gente, nem pro nosso familiar. Olha, quando algum agente [de disciplina/socialização] cai, é porque algum preso denunciou, o preso mesmo entrega o cara. Chega e fala que o agente tá 'jogando', aí pegam o agente [de disciplina/socialização]. Não tem como se defender. A gente não é reconhecido. O que podemos fazer? Às vezes, tem só um agente [de disciplina/socialização] no pavilhão. Quando rola alguma agressão entre os presos, eles falam que o cara caiu. Quando teve protesto dos agentes penitenciários, só foi eu de terceirizado. Rola o medo de perder o emprego.

No conjunto de relatos é possível concluir um aspecto importante do sistema prisional são os limites e fronteiras que estão inseridas nos “jogos de poder”. A vida continua no encarceramento, e existem possibilidades práticas e todos os meios para a manutenção das pessoas nos fluxos dos ilegalismos e mercados ilícitos no interior das prisões. Para os pesquisados, isso pode significar assumir estratégias para o enfrentamento dessas situações, mesmo que seja não pela repressão, mas pela preservação do emprego e da integridade física e psicológica. Como descrito por Leticia Monteiro (2013, p. 119), “fazer o jogo”, quando relacionado com práticas ilícitas, é um dos pontos mais tensos para na disputa pelo controle. Segundo Leticia Monteiro,

Tudo tem um preço para entrar: faca, arma, celular, fuga... Trata-se de um dos aspectos que contribuem para o estigma da corrupção construído em torno do agente e consiste num dos fatores que promovem a insegurança da instituição a partir do empoderamento de presos, seja na relação com outros presos, seja na relação com os agentes, pela concessão de privilégios, pela facilitação de fugas, pela obtenção de ilícitos que os municiam no comércio intramuros de drogas e outros bens e que contribuem para a tomada de poder através do uso de armas e facas, por exemplo, utilizadas para a resolução de conflitos internos ou em motins e rebeliões que podem colocar todos em risco.

Marisa Sol de Paula Reis (2012) propôs interessante abordagem para compreender e analisar a identidade social e o saber profissional de agentes de segurança penitenciária que praticaram corrupção. A identidade social é formada pelas representações sociais que dão significados para a ação social dos agentes sociais, que é complementada pelo saber profissional dos agentes de segurança penitenciária, ou seja, a complementação com o cotidiano da profissão. Nesse sentido, a pesquisadora afirma que o saber profissional de agentes de segurança penitenciária, além de possivelmente orientado pelos cursos de formação e aperfeiçoamento, também é formado pelo contato

de anos com a população carcerária. Esse saber profissional é complementado pelo cotidiano que é também formado pelo informal. Nesse espaço é possível apreender que as contingências de um cotidiano permeado pela violência estrutural e pelo imprevisível, o “agir próprio” é uma característica importante na prática profissional de agentes de segurança penitenciária. Neste caso, o “agir próprio” é formado pela subjetividade individual de cada funcionário (PAULA REIS, 2012, p. 305-310). Como descrito por Marisa Paula Reis (2012, p. 307-308), citando a dinâmica de contato com a população carcerária,

Este contato gera no ASP [agente de segurança penitenciária] um ‘novo saber’, para além dos cursos de formação profissional, que em razão de fatores *circunstanciais* ditados pela própria ‘cultura prisional’, passa a ser incorporado na *vida diária*, de modo nem sempre orientado pelos procedimentos formais apreendidos. Portanto, este saber, construído pelos ASP’s, está mergulhado nas *indissociacões* das circunstâncias, orientado pelas práticas locais, e pela sua *adaptabilidade* ao *modus operandi* vigente. Daí reside toda a dificuldade de convergência entre os procedimentos formais apreendidos na EAP, e as rotinas próprias de trabalho no interior das prisões. [...]

Há, no entanto, no ofício de ASP, uma realidade peculiar que se diferencia da simples adoção de normas e procedimentos apreendidos durante os cursos de formação e aperfeiçoamento profissional. Vale frisar, conforme demonstrado ao longo deste estudo, que o ASP está inserido em um ambiente no qual a *violência* e a *imprevisibilidade* são componentes importantes das relações sociais. Nesse sentido, não poucas vezes são as *circunstâncias* que indicarão se é possível para ele seguir o conhecimento apreendido, ou se, em sentido oposto, precisará recorrer a formas subjetivas de decisão.

Em suma, cada pesquisado buscou assumir diferentes tipos de estratégias, ainda que transitando pelas porosas fronteiras do legal e ilegal, bem como relativizando as percepções sobre o que é corrupção e o que é ilícito, pois o que está em jogo sempre é chegar com vida até o fim do expediente. Nesse movimento que são agenciados os medos, cautelas, aflições e tristezas, exigindo principalmente o uso de corretas palavras. A prática da desconfiança e de estratégias de enfrentamento informal são corriqueiramente acionadas para lidar com os diferentes tipos de “jogos”.

3.7. No meio da “lombra” é preciso ter “força na mente”

Conforme mencionado anteriormente, nos últimos anos as mobilizações da população carcerária no Amazonas e a renovação do discurso sobre o direito à integridade física dos presos e das presas, significou em algumas unidades prisionais, o fim da legitimidade informal da violência física contra presos, representada pela “casseterapia”. Essa questão é alvo de controvérsias, principalmente, para agentes de segurança penitenciária com a percepção da nova figuração como sujeição da autoridade, em alguns

casos, percebem-se em uma posição subalterna. Um dos desdobramentos das privações sofridas reside na importância de uma boa saúde mental – tratada em relatos do tópico anterior –, ressaltada nos discursos que descrevem o ambiente prisional e o seu cotidiano como meios que os afetam com o passar do tempo, com os medos, anseios e expectativas sobre um cotidiano de incertezas. A fraqueza psicológica é encarada como um fator de adoecimento da categoria. Algumas pessoas experimentam as doenças laborais como inversão dos papéis nas prisões, em que o agente de segurança penitenciária se sente submisso aos interesses e mobilizações dos presos, ou totalmente alheios a esses interesses. O relato que foi feito no corredor de uma das unidades prisionais femininas e que foi transcrito no quarto relato acima, foi alvo de considerações do próprio funcionário, que me abordou no pequeno refeitório da unidade. E, mesmo sem saber que horas antes, já tinham me falado da experiência que me narraria, disse o gerente operacional que

A questão é mental. Aqui você tem que ter força na mente. Eu fui pego em uma rebelião que aconteceu na hora da tranca. Acabou que eu fiquei e fui rendido. Levei quatro estocadas [nesse momento o agente aponta lugares no seu tórax], porque não gostavam de mim. Durou trinta minutos. Tu é doido? Parece uma vida. Mas, às vezes, quando o agente [de disciplina/socialização] é pego numa rebelião e leva porrada é porque esse agente batia nos presos na triagem. Na hora que rola a rebelião esse cara já tá marcado. O problema hoje em dia é que quem tá preso sabe que é só ir lá na direção e denunciar o agente. O cara pode sair daqui bem rápido. A pessoa que me furou na rebelião, outro dia jogou café em mim. (Gerente de operacional)

Além das reclamações salariais e por melhores condições de trabalho, bem como de melhor aparelhamento de segurança, em muitos relatos a questão da “força mental” foi considerada um requisito tão importante para a ocupação na situação de crise estrutural quanto melhores condições de trabalho. Os funcionários que por muito tempo são expostos ao ambiente prisional, ou à grave violência física e mental, são considerados como “surtados”. O “surtado” é uma gíria nas prisões para representar os funcionários, tanto homens e mulheres, que não possuem “força mental” para o enfrentamento das pressões do cotidiano da ocupação, afetando mais novos e mais velhos. O “surtado” é um termo depreciativo do pensamento comum que explica os casos graves de distúrbios psicológicos e os que não são considerados tão graves assim. Para citar, um exemplo, em uma unidade prisional feminina enquanto eu tomava café na copa de funcionários da diretoria, uma agente penitenciária, com décadas de serviço, passava falando sozinha em voz alta coisas que eu não conseguia compreender. A funcionária que já não exercia todas as atribuições de agente penitenciária, e trabalhava na diretoria, em uma função

administrativa, situação considerada como uma gratificação pela sua longa trajetória no sistema penitenciário. A agente penitenciária recebia o respeito até das presas, que faziam questão de “lombrear” a unidade prisional apenas quando a funcionária não estava mais lá, por medo de vitimá-la. Segundo uma funcionária ela estaria “surtada por muitos anos trabalhando em cadeia”.

O imprevisível cotidiano de violência estrutural é compartilhado por presos, policiais militares, familiares e agentes de segurança penitenciária. Evidentemente, nem tudo é sobre violência, porém, ela faz parte da estrutura, e causa grande preocupação nos trabalhadores da segurança penitenciária, tanto que foi citada recorrentemente por aqueles que a experimentaram ou carregam grande medo de se verem em situações perigosas. A pesquisa empírica revelou que na atualidade existe uma grande distância do imaginário do agente penitenciário como promotores da violência física contra presos. Como foi ressaltado anteriormente, esse imaginário diz muito sobre um passado recente dos agentes de segurança penitenciária, o que não quer dizer que a violência promovida por agentes públicos foi erradicada. Apenas acontece de outras formas, pois as tradicionais encontraram severas resistências de presos e de presas.

Toda a base deste trabalho foi feita por relatos, por memórias que são vivenciadas como coisas vivas. Mesmo aquelas que representam a morte, ou a eminência incontrolável e imposta da condição de morte, encontra uma teia social de negação e afirmações constantes, da invisibilidade aparente, com o desejo de ser visto. Mesmo as memórias aquelas que representam a morte, ou a eminência incontrolável e imposta da condição de morte, encontra uma teia social de negação e afirmação constante, da invisibilidade aparente, com o desejo de ser visto. O desejo de ficar ali, também, não deixa de revelar um mal estar de querer na verdade não estar lá. A violência estrutural possui efeito sobre as contradições de existência das pessoas que ali convivem, relatada em seus discursos e atitudes.

O relato, como um testemunho, ganhou lugar em muitas das entrevistas, por exemplo, na entrevista com o agente penitenciário H. (58 anos). Como o agente penitenciário H. (58 anos) era o segundo que eu entrevistava e tinha contato direto, dentro da Cadeia Pública, me vi com grandes expectativas e nutri uma grande admiração por sua pessoa. Pelo exercício da pesquisa empírica – e da própria curiosidade pessoal – fiz o

questionamento se H. (58 anos) vivenciou rebeliões. Sua resposta casou-me grande impacto, fui surpreendido não por sua resposta mas pela sua reação:

Pesquisador - O senhor já acompanhou alguma rebelião?

H. - Já. Já fui pego duas vezes como refém. Uma vez eu fui pego e me soltaram logo. Outra vez não. Eu fiquei até cinco horas da tarde negociando... negociando. Na época, desse diretor que já morreu, fiquei dentro com os presos. Mas, em momento algum, nós fomos molestados ou sacrificados, alguma coisa... nós não sofremos nada. Até porque, nós ficamos lá junto com os agentes [penitenciários], tinham 100 [presos] ao nosso redor pra ninguém mexer, para não mexerem com a gente. E aí, nós fomos bem tratados, aquela coisa toda. Sabemos que fora [da cadeia] a repercussão é grande, ninguém sabe como é que tá. Mas nós que sofremos lá dentro, tá tudo normal. Só que a gente tava preso, né? Trancaram o portão e a gente lá dentro. Só... mas não aconteceu nada.

Pesquisador - O senhor se sentiu ameaçado?

H. - Não. Olha, em momento algum [me senti ameaçado], eu nunca tive medo.

Pesquisador - Pelo respeito conquistado?

Não me espantei com o depoimento do agente penitenciário H. (58 anos) que disse ter sido feito refém em rebeliões. A preservação de sua integridade física também não me causou nenhuma surpresa, pois, desde o momento em que nos encontramos, este agente penitenciário demonstrou grande cordialidade e empatia. Mesmo essa cordialidade não deixou de transparecer alguma emoção ainda no início da entrevista, pela parte do agente penitenciário H. (58 anos). Minha atitude reflexiva, concentra-se nas consequências desta pergunta. Quando o questionei sobre rebeliões – conforme o diálogo acima -, a entrevista foi interrompida no final deste diálogo transcrito acima, pois, o agente penitenciário H. (58 anos), começou a chorar na minha presença não conseguindo falar por curto período. Foi um momento extremamente constrangedor para nós dois, eu mesmo tendo sido afetado pela emoção do agente penitenciário, acompanhei seu sentimento de impotência, em minha jovem experiência, estava diante de um senhor de 50 anos, chorando em uma manhã de trabalho. Antes da entrevista, ainda no corredor de acesso da Cadeia Pública, no primeiro contato visual com H. (58 anos), seu típico físico avantajado, senhor acima de peso recomendável nos esquemas médicos, lembrei-me do meu avô seu Pedro, da Rua Inácio Guimaraes, do antigo bairro do Educandos. Ali era o mesmo bairro em que tinha visto a primeira pessoa baleada e as antigas brigas de “galera”. Era o mesmo local em que eu sabia que tinha que passar pela “moçada” da esquina e não olhar demais, porque tinha “alguma coisa com cachaça”. Rememorava situações perigosas através de minhas perguntas com H (58 anos). Ali ficava claro com que a

sensação de abandono e falta de reconhecimento pode afetar profundamente a experiência social das pessoas. Fiquei muito constrangido e fui lembrando os ensinamentos de professores e da sociologia reflexiva, que recomenda e repudia atitudes de violência simbólica. Sentia ali a possibilidade de exercer violência simbólica se insistisse em continuar a entrevista, contrariando a ética e o contínuo treinamento em pesquisas, e passei a sugerir o encerramento da entrevista. Foi neste momento que uma funcionária da Cadeia entra no local da entrevista e pergunta coisas sobre a rotina da Cadeia para o agente penitenciário H. (58 anos). Enquanto conversava com a colega, H. (58 anos), retirou os óculos para enxugar lágrimas do seu rosto. A funcionária se retira da sala e senti firmeza na insistência pelo adiamento da entrevista, porém, o agente penitenciário foi enfático para continuar, destacando a importância de continuar a responder perguntas. Naquele momento, entendi compreendi como memórias podem ser, segundo o próprio H. (58 anos), “coisas vivas”, pois, sempre que lembro deste caso, sinto uma profunda empatia por sua experiência.

Suas memórias sobre as situações violentas, perigosas e de tensões são “coisas vivas que a gente sempre está sujeito a esse tipo de coisa”, relevando grande emoção e marcas profundas em seus corpos e mentes, sobre situações completamente inesperadas, como rebeliões, do qual se viu refém. No momento em que, argumento pelo fim da entrevista, ou encerramento, ainda que apenas naquele dia, H. (58 anos) responde:

H. - ... nós temos essa coisa, essa emoção. São coisas vivas, entendeu? Porque você sabe quem tem família. A família fica tensa, né? A gente tá em poder [dos presos], aí tem aquela coisa toda. Aí todo mundo quer saber, todo mundo... mas uma rebelião é muito doida, muito difícil. Muito perigosa, você está sujeito. Está sujeito a alguma coisa. Porque se tem cem, mas, as vezes, aparece alguém para tentar... só que com a gente não aconteceu isso. A gente relembra. Eu não tenho problemas, pode fazer perguntas.

A reação do agente penitenciário a pergunta sobre rebeliões foi um dos primeiros momentos em que tive conhecimento de que o principal atributo para a ocupação de segurança penitenciária é a saúde mental. Inclusive como descrito em tópicos anteriores, a “força na mente” é o que pode determinar se o funcionário continua na profissão depois de experiências violentas e perigosas, pois, eventualmente, lida com situações extremas, como foi dito pelo agente penitenciário F. (60 anos) que apesar de não ter sido refém em rebeliões, presenciou casos de assassinatos e fugas. No seu relato, destacou um evento em que colegas que foram tomados como reféns:

Teve uma rebelião na Anísio Jobim, eu tava lá. Tu faz mil favores pro preso, no dia que tu negar um... pegaram um amigo meu numa rebelião. Ele é evangélico e ficou meio perturbado. Quando tá tendo rebelião, eles se drogam, ficam tudo drogado, rola bebida, droga e tão se matando lá dentro. Amarram ele lá na cela 14 e ele ficava rezando. Aí ele gritava ‘Jeová, não esquece de mim!’. Aí chegaram lá com ele e disseram, quando já tinha ‘nego’ morto, ‘Tu é a pedra da vez infelizmente...’ Por sorte dele, ocorreu uma invasão da ROCAM lá. Tomaram ele. Teve uma rebelião... não sei se tu já ouviu falar do Issac Doido. Pegaram o Bianquinho, ele trabalhava fazendo serviço. Uma colega nossa casou com ele, ela tá de serviço hoje, aqui. Ela casou com o preso, uma agente penitenciária, não sei o que deu nela. E essa cara fazia serviços fora e ele não queria fazer os negócios que os caras pediam. Aí pegaram e mataram ele na rebelião, abriram ele, puxaram as vísceras pra fora, cortaram o dedo dele, botaram na boca... e um outro preso, que era estuprador, tiraram as duas bolas do globo ocular, e eles ficaram brincando de malabarismos. Depois, cortaram a cabeça dele e lá na quadra estavam brincando de bola, entendeu? O cara vendo isso, se ele não for forte, ele pira. (F. agente penitenciário)

O agente penitenciário revela uma profunda desconfiança com seu ambiente de trabalho. Mesmo que no cotidiano seja aberto ao “jogo” dos presos, é considerado que são negociações frágeis e com consequências inesperadas. Essa consideração foi feita tanto para agentes penitenciários que “faz mil favores pro preso” e o preso que “não queria fazer os negócios que os caras pediam”. O desfecho pode ter consequências violentas. Ao que tudo indica os agentes penitenciários atualmente estão mais distantes de serem vítimas de violência no sistema prisional, pois estão com participação reduzida e apenas com unidades prisionais em que “a gente finge que prende e eles fingem que estão presos”, como é o caso da Cadeia Pública e do regime semiaberto do COMPAJ – o que não quer dizer que não são vítimas em potencial. Vida e morte, dependem dos eventos de cada escala de serviço.

Outro aspecto, abordado na fala acima, trata da vingança contra as pessoas acusadas de estupro, que estão sujeitas aos mais variados de considerações, e o destino marcado pela eliminação, tipos de violência física e psicológica. Essa questão também foi abordada pelo agente penitenciário, F. (60 anos), como um exemplo, de como a violência é um tema controverso na Cadeia Pública, e a posição de poder do “xerife” pode ser frágil:

A vida de xerife é curta. Pode cair. Quando tá demais, eles matam o cara. Vou te dar um exemplo que eu vi. O cara matou uma menina lá no bairro da Glória. Estuprou a menina e matou. Até meteu uns cacos de azulejos na vagina da menina. Acho que o cara tava meio drogado. Ele veio pra cá. Rapaz, fizeram uma roda... e esses caras tem visita íntima com mulheres bonitas, apesar de ser minoria. Esses caras têm visita íntima, não precisam ficar pegando ‘viado’ ou estuprando. Às vezes, eles estupram o cara é obrigado. A xerifada chega e diz, ‘tu vai enrubar aquele cara, tu vai enrubar’. O cara faz boquete no cara e o xerife diz, ‘tu vai engolir filho da puta. Se tu cuspir tu entra no coro’. Daí é a

vez de um, a vez de outro, um monte. O cara não esquece isso nunca. Numa rebelião esse cara tá caçando o xerife... tá todo mundo doido. Na rebelião é cada um por si. Aqueles poucos começam a ficarem fortes, os cadeados tudo quebrados e eles soltos. A vida do xerife pode ser curta. (F. agente penitenciário)

No relato acima, o agente penitenciário descreve a vida de um “xerife de cadeia”, figura presente na história das prisões, através de um evento violento, para demonstrar que as rebeliões são momentos temporais, em que a ordem pode virar do avesso, inclusive a mobilização eventualmente pode vitimar os próprios xerifes. A “lombra” pode inclusive influenciar na emergência de um novo “xerife”, por exemplo, com a vitimização do “xerife” anterior, indicando essas alterações nas relações de poder e negociação. A questão é que na lite

Na pesquisa de campo, ouvi relatos sobre as chamadas “xerifas” das cadeias femininas. Durante minha curta experiência de campo, tive mais contato com presas provisórias e do regime fechado, encontro sempre amistosos com mulheres de diferentes idades. Em conversas, sempre informais, as presas estavam mais interessadas em saber um pouco mais sobre mim e falavam algumas coisas sobre suas trajetórias. Foi apenas com agentes de disciplina/socialização que tomei conhecimento dos momentos de tensas rebeliões e motins das unidades femininas. Nos últimos anos, as rebeliões, motins e mobilizações nesses estabelecimentos, estiveram muito associadas às condições precárias de funcionamento de unidades prisionais, rixas internas e sentimento de injustiça. A ala feminina da Cadeia Pública representa uma marca emblemática das privações enfrentadas por presas provisórias no Sistema Penitenciário Estadual, palco de diversas rebeliões pelo abastecimento regular de água e comida. A situação física da ala superlotada tornava a situação ainda pior, com uma estrutura degradada, suja, insalubre e excessivamente úmida. Em outubro de 2014, a ala feminina da Cadeia Pública foi desativada, aparentemente encerrando sua longa história de sofrimentos, dores e alegrias de tantas mulheres anônimas.

Mais de uma vez escutei de agentes de disciplina/socialização que a “violência ocorre mais com presos masculinos, com mulheres é mais tranquilo, mas elas mais complicadas para dominar”. O fenômeno da violência nesta fala é definido pelas situações de grave violência física, mas mesmo a violência simbólica, não é exclusividade de unidades prisionais masculinas, dependendo mais de eventos e mobilizações que estão ocorrendo. É possível exemplificar esta questão com o relato de uma agente de

disciplina/socialização, com 2 anos e 3 meses de trabalho – na época da aplicação do questionário -, que descreveu o momento em foi tomada como refém em uma “lombra”, quando ainda tinha apenas uma semana de trabalho:

Com uma semana de trabalho na unidade fui pega em um motim. Pensei que seria minha estreia. Foi por causa de uma visita íntima de uma xerifa, que não veio. Ela já estava estressada com isso e quando falaram que a [visita] íntima não vinha... Fui na carceragem verificar a situação de outra interna e a xerife veio. Ainda tentaram avisar, só que tinha muito barulho e eu não escutei. Ela foi saindo da cela e foi pedindo uma faca [de outras internas]. Sempre falam que nessa hora a gente fica ajoelhada. Pensei que ia sair num saco preto daqui. Outra interna veio pedir logo as chaves. Eu disse que não ia dar e que ela ia passar pela grade. Não sei de onde tirei coragem, mas também é justa causa na hora. Eu só tinha as chaves das celas mesmo. A xerife disse que o problema não era comigo e foi a hora que o sangue desceu. Fiquei tranquila. Depois o superior veio falar comigo e voltei para trabalhar. Foi tranquilo. (Agente de disciplina/socialização – Questionário nº 30)

A situação enfrentada pela agente de disciplina/socialização, faz referência à uma situação inesperada, porém, possibilidade de sua rotina de trabalho, em que foi feita ameaçada fisicamente para entregar as chaves das celas. No curto espaço de tempo em que teve de negociar a situação com a presa, considerou que seria morta naquele momento, porém com inesperada coragem colocou sua autoridade diante da situação, voltando a trabalhar normalmente em seguida, considerando até mesmo que teria sido uma contingência de sua rotina de trabalho. Ainda no relato acima, mais uma vez, não importa o tempo em que o agente de segurança penitenciária possui de serviço para ser experimentar eventos violentos e rebeliões no sistema prisional. É o caso da agente de disciplina/socialização com apenas uma semana de trabalho, surpreendida com um motim em que considerou a possibilidade de ser vitimada em serviço. Esta mesma agente de disciplina/socialização prosseguiu descrevendo outra “lombra” e indicando que as lutas de eliminação e monopólio da violência ocorridas nas unidades masculinas, tiveram repercussão nas unidades femininas, com a presença de um “comando” do regime fechado masculino. Segundo seu relato,

Em outro motim elas não queriam entrar na tranca. Queriam as celas abertas e serem trancadas apenas por uma grade que dá pra cozinha. O [Batalhão de] Choque veio e colocou todo mundo no pátio. Nem precisou revista. O [Batalhão de] Choque fez a tranca. Depois que [os policiais militares do Batalhão de Choque] foram embora, elas começaram a fazer muito barulho nas grades, ficaram tentando quebrar as coisas e ficaram tocando fogo nos colchões. Era um corre, corre danado. A gente corria com água pra apagar o fogo. Foi a maior correria. Agora tem comando. Esse comando que fez acalmar mais. Antes a unidade vivia nos jornais por causa de rebeliões e motins. Daí o comando veio aí e fez reunião com a xerife para acalmar.

Na transcrição deste relato, surge uma questão muito importante. A mobilização das internas do regime fechado foi considerada como algo recorrente, porém foi o Batalhão de Choque da Polícia Militar que fez a tranca daquele dia, tendo o efeito de aumentar os ânimos já exaustados. Outro ponto interessante, é sobre o surgimento de um “comando”, do vizinho regime fechado masculino, que comunicou “para acalmar” rebeliões e motins na unidade prisional, supostamente negociando com xerifes. Em outro relato, o “comando” aparece como uma ordem em que proíbe a violência constante contra agentes de segurança penitenciária. Como foi dito:

Os caras têm o ‘comando’. Não pode fazer nada com agente [de disciplina/socialização] sem permissão. Eles têm o controle também que nem a gente. Eles podem ajudar no nosso serviço. Você pode entrar nos raios e o cara pode querer te bater, e não vai poder sem ordem. (Agente de disciplina/socialização – Questionário nº 24)

Esse também é alvo de controvérsias. Durante a aplicação de questionários alguns agentes de disciplina/socialização que trabalham em pavilhões, sentem-se ameaçados todos os dias e relatam que a violência física e psicológica pode ser uma possibilidade da rotina de trabalho. Neste relato, fica evidente que a gestão informal da segurança pelos próprios presos e presas, se ocorre com a administração, para agentes de disciplina/socialização, a disciplina do “comando” ou “xerife”, pode ser considerada como apoio ao serviço de segurança. Outra questão que surgiu na pesquisa empírica foram as dificuldades práticas para agentes de segurança penitenciária denunciarem e registrarem pelas vias burocráticas formais, as eventuais violências sofridas. Essa situação foi descrita por meio de um relato de um agente penitenciário, e sua posição de poder desigual fora do ambiente burocrático, uma situação que pode ser perigosa, pois “quando rola ameaça a gente gera um documento e fica de frente para o preso. Fica difícil para segurança” (Agente de disciplina/socialização). Lugar comum de prisões, o silêncio pode ser uma arma estratégica.

Cabe ressaltar ainda, o relato de dois agentes de disciplina/socialização que foram testemunhas dos eventos ocorridos em 2013, quando as lutas de eliminação pelo monopólio do poder nas unidades prisionais estavam em pleno curso. Nesse sentido, conheci dois agentes de disciplina/socialização que foram vítimas de violência física. No primeiro relato transcrito abaixo, o agente de disciplina/socialização demonstrou que carrega ainda severas sequelas psicológicas da experiência que viveu, inclusive sentindo-

se contrariado pelo que considerou falta de apoio em sua recuperação depois de ter sofrido grave violência física. Foi dito pelos dois agentes de disciplina/socialização:

A gente não sabe se vai sair vivos. Antigamente rolava bater em preso, hoje em dia não rola mais. Rapaz, na hora da tranca, 16 horas, fomos fazer tranca no pavilhão C, as portas estavam abertas e pegaram 12 agentes. Bateram na gente, chamaram os direitos humanos [Comissão de Direitos Humanos da OAB] e familiares. Passamos quase 12 horas. Era o PCC. Depois foram expulsos, tiveram que transferir o pavilhão C, todinho. O PCC que pegou nós. Nessa hora você pensa na família... em Deus... chora. Fiquei trancado mais de cinco horas na cela. Peguei chute na cara e fraturaram duas costelas minhas... e rasgaram minha perna com estocadas, foram 16 pontos. Depois a empresa foi lá [comigo] com o psicológico e não foi mais. Uma vez. Remédio não me deram. Tratamento psicológico também é tudo do [meu] bolso. (Agente de disciplina/socialização – Questionário nº 27)

Uma vez no pavilhão C, que era do PCC, um preso passou que tava doente. Foi eu e cinco agentes de disciplina na cela. Geralmente ficavam seis presos lá. A gente abriu a viseira da porta da cela e dissemos pra fazer o procedimento. O preso doente vem pra frente e os outros vão para trás. Quando fomos abrir a porta, o preso [doente] disse ‘foi!’, deu o sinal. Três vieram tentar abrir. A gente socou e aguentamos pra tentar fechar. Quando um deles tentou dar estocadas na gente pela viseira da porta, a gente se abaixou bastante e não se feriu muito. Nenhum agente saiu, estavam preparados. Isso ocorreu porque os presos foram transferidos da UPP pro IPAT, que é mais rígido. Hoje, os líderes pedem pra não bater, tem que respeitar o agente, qualquer coisa falamos com o xerife. É muito complicado. Em torno de três minutos eles tomam a cadeia. Toca uma sirene e você tem que correr. Passa uma semana com isso na cabeça. (Agente de disciplina/socialização – Questionário nº 20)

No caso do primeiro agente de disciplina/socialização, por sua condição de vítima de grave violência física, foi colocado em atividades na área administrativa e não “desce mais para os pavilhões”, pois não se sente seguro ou com apoio suficiente para sua integridade física e psicológica. No segundo relato, aparece mais uma vez questões que já foram tratadas exaustivamente, destacando-se como mais um relato em meio às situações violentas e a sensação de insegurança dos agentes de disciplina/socialização.

Fernando Salla (2006), no artigo *As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira*, destaca as mudanças significativas ocorreram nos anos 90, sobretudo com a megarebelião protagonizada pelo PCC, com novos significados e práticas cotidianas nas dinâmicas internas das prisões. O surgimento de demandas políticas de facções prisionais, impõem “uma ordem interna sobre a massa de presos” (SALLA, 2006, p.277) através de organizações criminais com relações nas prisões e fora delas. O surgimento destes grupos hierarquizados, são reveladores sobre uma nova dinâmica de gestão prisional que passa a delegar cada vez mais a gestão da segurança, aos grupos hegemônicos localmente. Conforme citado no capítulo anterior, o ano de 2013

foi marcado por lutas de eliminação entre a facção prisional FDN e PCC, no Sistema Penitenciário Estadual e nas ruas de Manaus, culminado com a ida do PCC para o “Seguro”. O relato acima, dos agentes de disciplina/socialização, teve como contexto o momento em que as tensões e lutas de eliminação intramuros e extramuros, resultaram em mobilizações com fugas em massa, eliminações violentas e lutas por menos rigidez disciplinar e melhores condições de hotelaria. Por fim, para além das rebeliões, a violência, pensada como um conceito polissêmico, altera a experiência dos agentes sociais e seus esquemas de significados ao situar, relatar e nomear as práticas sociais consideradas violentas que são experimentadas no cotidiano (FREITAS, 2003; PAIVA, 2014). É o caso de agentes de segurança penitenciária que experimentaram violência física e simbólica.

Considerações Finais

A sociologia é uma disciplina do conhecimento que possui um longo histórico ligado à reflexão dos problemas sociais contemporâneos. De modo que, uma parte de sua contribuição histórica ao conhecimento reside na possibilidade de reflexão e crítica sobre as mudanças da vida cotidiana nas cidades europeias, que experimentavam no século XVIII, significativas transformações qualitativas e técnicas das revoluções burguesas e industriais. Portanto, a sociologia também possui uma larga contribuição de reflexões relacionadas ao mundo do trabalho. Émile Durkheim, Karl Marx, Friedrich Engels e Max Weber são autores clássicos na sociologia, amplamente estudados em cursos de graduação em ciências sociais no Brasil, e que nos auxiliam em detalhados estudos sobre a historicidade do capitalismo, as mudanças nas cidades e as transformações no mundo do trabalho. Assim, são grandes estudos introdutórios à sociologia e ao estudo do mundo do trabalho.

Falar sobre as relações sociais no trabalho não é um tema novo na sociologia. Karl Marx e Friedrich Engels foram pioneiros em abordagens originais sobre o trabalho e as relações capitalistas. Friedrich Engels, no que pode ser considerado um dos primeiros trabalhos de relatos etnográficos, em *A Situação da Classe Operária na Inglaterra* (2008), argumenta que a revolução industrial teve impacto significativo no que ele percebia como uma revolução urbana, apresentado a cidade como local dialético, centro da disputa econômica entre opressores e oprimidos. As condições difíceis da classe operária em Manchester, no momento observado pelo autor, basearam a noção de desigualdade espacial de como na cidade ocorria a separação espacial das classes burguesas e operárias, definindo a cidade como local das contradições sociais. Desse modo, este trabalho é resultado do esforço de realizar uma reflexão sociológica baseada em relatos e descrições oriundas de breve e parcial pesquisa de campo.

Os fenômenos sociais podem ocorrer em ambientes diferenciados e com possibilidades de apresentar mudanças nos seus significados, de acordo com cada ato reproduzido na dinâmica do contexto histórico e nas relações existentes num dado momento. Os agentes sociais podem assumir diferentes posições em relação a eventos anteriores e posteriores, produzindo diferentes significados, que, eventualmente, podem ser analisados por uma perspectiva que evita elaborações definitivas, por exemplo, é necessário considerar a rotina de trabalho imprevisível no ambiente prisional.

Certamente, o sistema prisional do Amazonas possui singularidades em sua constituição histórica, social e política em relação ao resto do Brasil.

O modo como cada fenômeno social é observado é um dos maiores desafios enfrentados pelos cientistas sociais. De modo que, somos desafiados a discutir nossas ferramentas de interpretação sociológica para constituir instrumentos de investigação, sendo parte de uma teoria do conhecimento que recusa dogmas ou esquemas mecânicos que possam ser reproduzidos de modo excessivamente arbitrário, que eventualmente podem dificultar ou impossibilitar a explicação de acontecimentos e fenômenos da realidade pesquisada.

Sendo possível fazer uma breve consideração sobre a experiência pessoal desta pesquisa, volto-me principalmente sobre as expectativas que os pesquisados depositaram sobre pesquisador – ainda que não de modo falado -, e a cobrança que constantemente é feita no anseio de um posicionamento claro e que corresponda corretamente sobre os problemas que são relatados no sistema penitenciário. Essas expectativas são permeadas pelas urgências. É um argumento repetitivo e que foi exaustivamente descrito durante todo o desenvolvimento do trabalho. Na pesquisa de campo foi perceptível que diversos interlocutores criavam expectativas sobre minha pesquisa como uma possibilidade de intervenção imediata na difícil realidade penitenciária. E os problemas são diversos, foi possível tomar conhecimento de expectativas sobre as demandas trabalhistas, a falta de iniciativa consequente das universidades sobre as questões consideradas amplas e urgentes, bem como no anseio de mobilização em torno das tragédias humanas anunciadas. Meus limites, enquanto pesquisador, é parte de uma reflexão que se expressou nos momentos emblemáticos que se manifestaram durante as pesquisas de campo. Dentre uma grande diversidade de problemas gerais, as situações de violência que foram relatadas, sem dúvida, tiveram grande impacto na minha percepção sobre o sistema penitenciário ao ponto de mobilizar uma maior atuação no debate público. Porém, extremamente limitada e que foi expressa exaustivamente durante a descrição dessas experiências.

O Estado não possui o monopólio sobre as formas de vigilância e violência. Falar de certos tipos de monopólio é muito mais para auxiliar na abstração de fenômenos sociais. Estas estão entrelaçadas com o cotidiano das pessoas, cada vez mais ativas no processo de produção da vigilância, seja através de ações individuais, ou por meio de

empresas que direcionam o consumo e o mercado, através de pesquisas realizadas por meio de palavras-chave do usuário de internet. Assim, somente taxas de encarceramento não traduzem a dinâmica contemporânea do sistema de controle social, pois também é necessário observar as formas de produção simbólica de subjetividades, as manifestações que não se limitam ao cárcere como forma de controle, mas que se apresentam cada vez mais imperativas diante o cotidiano “globalizado”.

O Amazonas conheceu nos últimos anos um aumento significativo de rebeliões, que envolveram fugas, mortes e retidas como reféns, situação que resulta, por exemplo, em manifestações do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Amazonas (SINSPEAM) e da Associação dos Agentes Penitenciários Terceirizados de Manaus, demonstrando que existe uma ampla movimentação em torno do sistema prisional, que de fato apresentou mudanças, também, relevantes, na última década. Essas considerações, sem dúvida, provocam amplas possibilidades de novas pesquisas em vistas de dar conta das mudanças e continuidades na questão prisional no Amazonas.

A cidade de Manaus opera unidades prisionais estigmatizadas como um lugar *descontrolado*, conhecendo uma inusitada situação em que as ilegalidades e violações dos direitos humanos são aparentemente naturalizadas como parte do cotidiano daqueles lugares, fazendo-se necessário a realização de mais pesquisas para termos um quadro mais geral das consequências humanas, podendo ser um caminho para a superação crítica do corte punitivo do Estado brasileiro, de modo que é necessário antes de tudo realizar o permanente exercício da desconfiança sociológica. Ademais, o sistema prisional reproduz os elementos autoritários das instituições brasileiras, seu conteúdo histórico é o direito ao castigo.

Os agentes de segurança penitenciária, em pleno acordo com Luiz Claudio Lourenço (2012) e Letícia Chaves Monteiro (2013), fazem parte de uma categoria especializada, que lidam e incorporam as consequências de um sistema penitenciário que é uma zona de tolerância da “exclusão moral”, portanto, com os presos e presas são parte de uma parcela da população que é sacrificável, desde que minimamente a aparência de pleno funcionamento seja mantida. Essa condição de população sacrificável está expressa em seus relatos e depoimentos que dão conta da insatisfação com as condições trabalhistas, bem como com a sensação de permanente insegura, a despeito de serem os responsáveis pela segurança penitenciária.

Assim como as percepções boas ou ruins sobre condições de trabalhos podem variar bruscamente entre unidades prisionais, as percepções e experiências violentas, também constituem um conjunto de relações que variam bruscamente dependendo da unidade prisional em que o agente de segurança penitenciária trabalha, sua função e cargo, bem como as mobilizações de presos. As distinções entre as percepções aparecem com maior frequência entre os agentes de disciplina/socialização, pois são responsáveis pela maior parte da operacionalização do que os agentes penitenciários. Não importa o tempo de trabalho o agente de segurança penitenciária para medir as potencialidades de suas experiências com a violência, relacionadas com os acontecimentos imprevistos. Desse modo, é possível que no primeiro dia de trabalho o agente de segurança penitenciária seja exposto às situações de grave perigo e outros com anos de trabalho, nunca presenciem situações perigosas.

No primeiro capítulo, *A pesquisa sociológica em prisões brasileiras: um estudo sobre o Sistema Penitenciário do Estado do Amazonas*, o complexo fenômeno social das prisões modernas foi analisado a partir dos processos *sociohistóricos*, resultantes de uma nova forma generalizada de punir os desviantes, criminosos e inimigos sociais desde o alvorecer da era moderna. Neste capítulo, foram abordados os passos para acessar, na condição de pesquisador, o espaço de trabalho de agentes de segurança penitenciária na Região Metropolitana de Manaus. E a prisão é este espaço de trabalho. Desse modo, a “construção” desta abordagem esteve apoiada em dois momentos distintos, que iniciados separadamente, funcionam de forma complementar e contínua – considerando permanente o surgimento de novas questões inesperadas. O primeiro momento se deu na construção teórica do trabalho, onde se fez necessário “acessar” as contribuições de outros pesquisadores das ciências sociais. O segundo momento, esteve concentrado na realização e constante negociação da pesquisa de campo, que apresenta a experiência empírica do pesquisador, bem onde são apontados os limites e dificuldades da pesquisa, em meio a um sistema penitenciário em plena expansão.

O segundo capítulo denominado *O controle social e o combate ao inimigo interno como parte do cotidiano dos trabalhadores da segurança penitenciária do Amazonas* trata de compreender como a experiência social na cidade de Manaus está relacionada com os agentes de segurança penitenciária. Em outras palavras, como viver na cidade de Manaus influencia nas experiências de vida destes trabalhadores. Nesse caso, foi descrito as flutuações e mudanças na ordem e segurança pública no Amazonas, bem

como os movimentos do crime. Por exemplo, as próprias mudanças ocorridas em mercados ilícitos, como o narcotráfico, que era administrado e conhecido como tráfico “familiar” nos anos 80 e 90 em Manaus, marcam mudanças que influenciaram novas formações de poder e lutas políticas no interior das unidades prisionais amazonenses. As organizações são funcionais nos modos de resistência, movimentos de solidariedade, autoritarismos e violências, relacionadas com uma maior capacidade corruptiva, acionada e originária das diversas relações cotidianas nos bairros e comunidades. O jovem pobre de Manaus, que seria acusado de “galeroso” nos jornalões da cidade, pode ser acusado de formação de quadrilha e parte de uma engrenagem do crime organizado. Os eventos de execução, que de modo recorrente são nomeados como “acerto de contas”, são realizados por diversas motivações para os que estão envolvidos, porém, no senso comum visam justificar uma nova etapa nas relações de poder na cidade de Manaus. Assim, foram descritas algumas experiências do pesquisador ao acompanhar o cotidiano dos agentes de segurança penitenciária. Os eventos de 2013 e 2014, apontam novas relações de poder com a presença de uma nova facção prisional, chamada de Família do Norte, consolidada como hegemônica nos negócios do crime e nas unidades prisionais.

No terceiro capítulo denominado “*Nós somos como um domador de leões*”: *agentes de segurança penitenciária na gestão da crise do sistema penitenciário* discutiu-se a dinâmica da prisão, a partir da prática profissional do agente de segurança penitenciária, através da ampla transcrição das entrevistas e conversações, de modo a descrever algumas perspectivas no interior do sistema prisional, possibilitando compreender as expectativas dos pesquisados. Neste capítulo, exaustivamente foram descritos os conflitos sociais e as situações inesperadas de uma categoria fragmentada, que encontra dificuldades em organizar demandas trabalhistas, que também envolvem pedidos por segurança. São descritas principalmente as trajetórias de três agentes penitenciários, bem como as considerações de um dirigente do SINSPEAM, e apresentado os resultados das conversações e entrevistas com agentes de disciplina/socialização. Nesse sentido, foi demonstrado que a gestão da segurança interna das unidades prisionais é compartilhada entre estado, empresa e lideranças de presos e presas, em meio às novas relações oriundas de novas facções prisionais.

Por fim, se for possível esboçar algum tipo de conclusão, a pesquisa de campo tornou evidente grandes variações nas percepções sobre a ocupação do agente de segurança penitenciária, com considerações que variam bruscamente a partir das funções

e unidades prisionais onde cada agente de segurança cumpre sua escala de serviço. Este trabalho não apresenta grandes novidades sobre as considerações de que eles são parte de uma parcela da população que é sacrificável para manter as aparências de funcionamento pleno de nossas instituições penais. Ademais, cada vez mais as prisões brasileiras são acessadas, não apenas pelos pesquisadores das ciências sociais, mas nos últimos anos existe uma exposição pornográfica das prisões brasileiras nos meios de comunicação por meio das mídias impressas, televisivas e, mais recentemente, digitais, reforçando que não existe grandes novidades na descrição apresentada ao longo dos capítulos, a não ser, porém, o esforço em realizar uma reflexão sociológica crítica sobre o Sistema Penitenciário Estadual do Amazonas.

As contingências da profissão criam uma série de negociações possíveis em lugares de linhas morais tênues, permeados pela desconfiança, perigos, solidariedade e lutas. Os discursos foram acessados para compreender o que é trabalhar no sistema prisional amazonense e as estratégias de sobrevivência nessas instituições fechadas. A desconfiança e o estado de atenção permanente são recomendações para prevenir qualquer vacilo, em ambientes que experimentam situações de conflito e violência no cotidiano de trabalho. O trabalho antes do amanhecer saindo dos mais diferentes bairros de Manaus, e muitas vezes não sabem se irão voltar para casa no fim do expediente, ou pouco sentem-se seguras na vida fora dos muros das unidades prisionais. Diversos relatos apresentam as contingências de práticas violentas durante a jornada de trabalho como uma urgência que deve ser dita e conhecida amplamente, o que não exclui a produção de coisas e ditos positivos no sistema penitenciário, pois as unidades prisionais também produzem estruturas positivas no seio dos agentes de segurança penitenciária. Uma categoria profissional que está sujeita à violência, assédio moral e situações perigosas e inesperadas, bem como lida com duras condições de trabalho e de flexibilização de seus direitos trabalhistas – manifestados principalmente com a terceirização de parte significativa do Sistema Penitenciário Estadual do Amazonas.

Referências

- Leis

BRASIL. Ministério da Justiça. **Código Penal Brasileiro**. Brasília: DF, 1940.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei de Execução Penal**. Brasília: DF, 1984.

- Referências teóricas

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.9-1, 1991a, p. 65-78.

_____. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 7-40, 1991b.

_____. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio (Org.) **O que ler na ciência social brasileira**. v.4. São Paulo: Sumaré/Anpocs/Capes, 2002, p. 267-307.

_____; DIAS, Camila Nunes. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: Encontro Anual da ANPOCS, 37º, 2013, Águas de Lindóia. Anais eletrônicos, SP: 2013. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8587&Itemid=429. Acessado em: 11/01/2014.

BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. **Prender e dar fuga: Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 2005.

BARREIRA, César. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **São Paulo Em Perspectiva**, 18(1): 77-86, 2004.

_____. Pistoleiro ou vingador: construção de trajetórias. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, Dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 21 Nov. 2013.

BATISTA, Eraldo Leme. **Terceirização no Brasil e suas implicações para os trabalhadores**. 2ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

_____. Um mundo de considerações: alguns apontamentos sobre relações de força no trabalho de campo. In: BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de; **Violência e dilemas civilizatórios: as práticas de punição e extermínio**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

_____. **O senso prático**. Trad. Maria Ferreira. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CARDIA, Nancy. **Direitos Humanos**: Ausência de cidadania e exclusão moral. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz, 1995.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (org.) **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

COHN, Gabriel. Sociologia (org.) – **Para ler os clássicos**. 2ª Edição. Ed. Azougue, 2005, p. 7-14.

CORDEIRO, Grecianny Carvalho. **Privatização do Sistema Prisional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2006.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

CPI sistema carcerário. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 620 p. – (Série ação parlamentar; n. 384).

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DIAS, CAMILA NUNES. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.) **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. In Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução: Paulo Neves. 3ª edição. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Trad. Luís Claudio de Castro e Costa. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FILHO, Benedito José de Carvalho. **Depois das muralhas e grades (imagens e representações dos condenados sob livramento condicional e suas condições de sobrevivência)**. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Edição VIII. São Paulo, 2014.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. 36ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2009.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GIL, Maria Izaíra da Silva; SANTOS, Michele Costa; SOUZA SANTOS, Luiz Fernando. **O cotidiano da metrópole da Selva**: gangues juvenis em Manaus. In: XII Congresso

Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8&Itemid=171. Acessado em 20 de Abril de 2015.

GIORGI, Alessandro De. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2006.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. Tese (Doutorado) Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

_____. Ilegibilidade e mobilização: dinâmicas sociais do processamento de pessoas nas prisões de São Paulo. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal, Rio Grande do Norte.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. 4ª Edição. 2004.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 8ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A.. A violência simbólica e a prisão contemporânea. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 99-112, mai. 2001. ISSN 1984-7289. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/78>.

KROPOTKIN, Piotr. **As Prisões**. Manaus: Ovelha Negra Produções & Distro. 2007.

LOPES, Edson. **Política e Segurança Pública**: uma vontade de sujeição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LOURENÇO, Luiz Claudio. Na frente das grades: uma pesquisa com agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; CARVALHO FILHO, Milton Júlio (Org.). **Prisões numa abordagem interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MARIA DE OLIVEIRA, Odete. **Prisão**: um paradoxo social. Santa Catarina: Editora da UFSC, 1984.

MARTINS, Heloisa Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v.30, n.2, p. 289-300. São Paulo: mai/ago, 2004.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica** – As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Resolução n° 09, de 13 de novembro de 2012.

MISSE, Michel. A categoria “bandido” como identidade para o extermínio. Algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. Violência e Dilemas Civilizatórios. BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de (Org.). **Violência e Dilemas Civilizatória – as práticas de punição e extermínio**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

_____. Cinco teses equivocadas sobre Criminalidade Urbana no Brasil. **Violência e Participação Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos, n. 91, agosto de 1995, p. 23-39.

MORAES, Pedro R. Bodê de. A identidade e o papel de agentes penitenciários. **Tempo Social: Dossiê – Sociologia da punição e das prisões**, Vol. 25. N.1. São Paulo: junho de 2013.

MONTEIRO, Letícia Chaves. **A permeabilidade das grades na busca cotidiana pela ordem**: um estudo sobre agentes penitenciários em Salvador-BA. 213f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

OLIVEIRA, Luciano. Relendo Vigiar e Punir. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Vol 4, nº 2. 2011, pp. 309-338.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. 191f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2007.

_____. **Contingências da Violência em um Território Estigmatizado**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

_____. **Os significados da morte**: os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que “abalaram” o Brasil. 375f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. O Anacronismo Penitenciário. **Prisões em uma abordagem interdisciplinar**. COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas Coelho; FILHO, Milton Júlio de Carvalho (Org.). Salvador: EDUFBA, 2012.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

REIS, Marisol de Paula. **Entre o poder e a dor**: Representações Sociais da Corrupção e da Violência no sistema Penitenciário de São Paulo. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2013.

Relatório anual da Anistia Internacional. Disponível em: http://br.amnesty.org/docs/Informe2011_Brasil.pdf, acessado em 13 de Nov. 2011.

SABAINI, Raphael Tadeu. **Uma cidade entre presídios**: ser agente penitenciário em Itirapina – SP. 160f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

_____. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**. Porto Alegre, nº 16, jul/dez, 2006, p. 274-307.

_____. A pesquisa na prisão: labirintos. In: LOURENÇO, L. C; GOMES, L. R (org.). **Prisões e punição**: no Brasil contemporâneo. In: Salvador: EDUFBA, 2013.

SANTOS, Jorge Amaral dos. As parcerias público-privada no sistema penitenciário brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2269, 17 de set. 2009. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/13521>. Acessado em: 15 de abril de 2015.

Secretariado Internacional (Londres). Amnesty International Publications. **Informe 2009 – Anistia Internacional: O estado dos direitos humanos no mundo**. Porto Alegre: Anistia Internacional, 2009.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Estado penal e encarceramento em massa no Brasil. In: LOURENÇO, L. C; GOMES, L. R (org.). **Prisões e punição: no Brasil contemporâneo**. In: Salvador: EDUFBA, 2013.

SOLAZZI, José Luis. **A ordem do castigo no Brasil**. São Paulo: Editora Imaginário: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SKYES, Gresham M. **The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison**. New York: Princeton University Press, 2007.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n.84, p. 153-173, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 03 Set. 2015.

VASCONCELOS, A. S. F. **A Saúde sobre custódia: um estudo sobre os Agentes de Segurança Penitenciária no Rio de Janeiro**. 2000. 66f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública). Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro. 2000.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Sérgio Lamarão (tradutor). Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. Insegurança social e o surgimento da preocupação com a segurança. **Panóptica**. N. 19, 2010, p. 198-213. Disponível em: <http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/276>. Acessado em: 21/01/2014.

_____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]**. Trad. Sérgio Lamarão. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, agosto de 2007.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. V.II. São Paulo: Editora UNB, 2004.

_____. **Metodologia das ciências sociais, parte 2**. Tradução de Augustin Wernet. 2ª edição. São Paulo: Cortez, Editora da UNICAMP, 1995.

- **Notícias consultadas**

AM tem um agente penitenciário para cada grupo de cerca de 84 presos. 27 de dez. 2012. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/12/am-tem-um-agente-penitenciario-para-cada-grupo-de-cerca-de-84-presos.html>. Acessado em: 26 de julho de 2013.

APÓS rebeliões e fuga, presídios de Manaus passam por vistoria. 14 de jul. 2013. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/apos-rebelioes-e-fuga-presidios-de-manau-passam-po,r-vistoria.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

BANDIDOS se unem para criar o Primeiro Comando do Norte; o centro de atuação é em Manaus. 06 de agosto de 2012. Acrítica.com. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/Manaus-Amazonas-Amazônia-Bandidos-reunidos-Comando-Norte-PCN-Manaus-crime-organizado_0_750524941.html. Acessado em: 10 de abril de 2015.

DETENTA publica fotos em rede social de dentro de cadeia em Manaus. G1. 8 de julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/detenta-publica-fotos-em-rede-social-de-dentro-de-cadeia-em-manau.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

DETENTO 'espia' visita íntima e é morto por colega de cela, diz polícia no AM. G1. 17 de março de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/03/detento-espia-visita-intima-e-e-morto-por-colega-de-cela-diz-policia-no-am.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

Detentos do Instituto Penal Antônio Trindade geram tumulto em horário de visita. D24am. 5 de janeiro de 2013. Acessado em: 10 de abril de 2015.

GANGUES cobram pedágio de moradores de Manaus. Folha de São Paulo/Agência da Folha. 4 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0402200109.htm>. Acessado em: 15 de abril de 2015.

GRUPO de presos foge de Cadeia Pública no Centro de Manaus. G1. 2 de jan. de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/01/grupo-de-presos-foge-de-cadeia-publica-no-centro-de-manau.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

MAIS de 50 presos ficam feridos em rebelião em Manaus, afirma Governo. G1. 12 de julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/mas-de-50-presos-ficam-feridos-em-rebeliao-em-manau-afirma-governo.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

NO AM, número de corpos resgatados em ramais próximos ao Ipat chega a 4. 14 de julho de 2013. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/no-am-numero-de-corpos-resgatados-em-ramais-proximos-ao-ipat-chega-4.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

NÚMERO de recapturados após fuga do Ipat sobe para 101, em Manaus. G1. 17 de julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/numero-de-recapturados-apos-fuga-do-ipat-sobe-para-101-em-manau.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

POLÍCIAS que atiraram em adolescente em 2010 terão um novo julgamento. Acrítica.com. 27 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/Policiais-atiraram-adolescente-terao-julgamento_0_1092490782.html. Acessado em: 30 de março de 2015.

PRESOS FAZEM rebelião em cadeia pública no Centro de Manaus. G1. 12 de julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/presos-fazem-rebeliao-em-cadeia-publica-no-centro-de-manaus.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

PRESOS fazem rebelião no Instituto Penal Antônio Trindade, Manaus. G1. 24 de agosto de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/08/presos-fazem-rebeliao-no-instituto-penal-antonio-trindade-em-manaus.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

Presos fazem reféns durante rebelião em presídio, em Manaus. G1. 9 de julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/presos-fazem-refens-durante-rebeliao-em-presidio-em-manaus.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

PRESOS FOGEM durante rebelião em presídio, em Manaus. G1. 9 de julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/07/presos-fogem-durante-rebeliao-em-presidio-em-manaus.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

Presos SE recusam a voltar às celas e causam tumulto em presídio, no AM. G1. 3 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/02/presos-se-recusam-voltar-celas-e-causam-tumulto-em-presidio-no-am.html>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

SEJUS transfere presos e afasta diretor após festa no Puraquequara, em Manaus. D24. 27 de março de 2012. Disponível em: <http://new.d24am.com/noticias/amazonas/sejus-transfere-presos-e-afasta-diretor-apos-festa-no-puraquequara-em-manaus/54109>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

PROJETO prevê um presídio em cada calha de rio no Amazonas. D24. 23 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://new.d24am.com/noticias/amazonas/projeto-preve-presidio-cada-calha-amazonas/106786>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.

REBELIÃO em Manaus pode ter sido plano do PCC ou vingança. Estadão. 27 de maio de 2002. Disponível: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,rebeldiao-em-manaus-pode-ter-sido-plano-do-pcc-ou-vinganca,20020527p17565>. Acessado em: 13 de abril de 2015.

REBELIÃO em Manaus (sic) acaba com dois presos mortos. VEJA online. 2 de setembro de 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/rebeliao-em-manaus-acaba-com-dois-presos-mortos/>. Acessado em: 15 de março de 2015.

Anexos

CITAÇÕES DE NOTÍCIAS CONSULTADAS

- 27 de março de 2012, Unidade Prisional do Puraquequara
Sejus transfere presos e afasta diretor após festa no Puraquequara, em Manaus

Manaus - A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejus) transferiu os 12 presos envolvidos numa festa dentro da Unidade Prisional do Puraquequara, na manhã desta terça-feira (27), em Manaus. O 'evento' chegou a ter as fotos publicadas num perfil do Facebook. Na noite de segunda (16), o diretor da unidade, Oton Bittar, foi afastado do cargo enquanto uma sindicância de 30 dias investiga o caso. O diretor adjunto, Vilton Rocha, é o substituto interino.
- 2 de jan. de 2013, Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa
Grupo de presos foge de Cadeia Pública no Centro de Manaus

Um grupo de presos fugiu, por volta de 18h desta quarta-feira (2), da Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, no Centro de Manaus. Não há informações sobre o número de detentos que conseguiu deixar a unidade. (GRUPO..., 2013).
- 5 de jan. de 2013, Instituto Penal Antônio Trindade
Detentos do Instituto Penal Antônio Trindade geram tumulto em horário de visita

Vinte e um internos da triagem do Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat), localizado no km 8 da rodovia BR-174 (Manaus - Boa Vista), organizaram um tumulto durante o horário de visitas por volta de 15h deste sábado (5), de acordo com o Departamento de Sistema Penitenciário (Desipe) da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejus). Este foi o segundo conflito dentro do presídio em menos de 24 horas. [...]

Após o conflito, a equipe vistoriou a área de isolamento e apreendeu duas pistolas (uma PT 40 e um calibre 38), estoques (arma de fabricação artesanal), dois cordões, ferramentas, um chip de celular e 16 munições intactas. Ao todo, a operação durou cerca de cinco horas. Houve cinco interrupções de energia elétrica na unidade neste sábado. Hoje, no total, estiveram cerca de 190 visitantes. [...]

Na manhã deste sábado (5), uma briga envolvendo 15 presos foi registrado na área de triagem. Segundo o diretor do Ipat, Claudiomar Duarte Freire, os detentos do pavilhão A, B e C tem uma rixa com os transferidos da Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa, localizado no Centro da capital, o que gera uma rivalidade entre facções: Primeiro Comando do Norte (PCN) e Primeiro Comando da Capital (PCC). Os policiais contiveram os ânimos sem a necessidade de negociação.
- 09 de jul. de 2013, Instituto Penal Antônio Trindade
Presos fazem reféns durante rebelião em presídio, em Manaus

Detentos do Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat), localizado no km 8 da BR-174 (Manaus/Boa Vista), fazem rebelião desde a tarde desta terça-feira (9). De acordo com policiais da Ronda Ostensiva Cândido Mariano (Rocam), 12 pessoas foram feitas reféns. Há suspeitas de que uma pessoa

esteja morta. A Polícia Militar informou que entre os reféns há agentes penitenciários.[...]

De acordo com a polícia, os detentos queimaram colchões e subiram no teto no presídio, de onde estenderam uma faixa em protesto. A mãe de um dos presos afirmou que eles planejam a rebelião desde maio, porque querem a troca do atual diretor do presídio. "Ele age de maneira dura com as visitas e com os presos", disse a mulher, que não quis se identificar. (PRESOS FAZEM REFÉNS..., 2013).

- 9 de jul. de 2013, Instituto Penal Antônio Trindade
Presos fogem durante rebelião em presídio, em Manaus
 Detentos do Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat), localizado no km 8 da BR-174 (Manaus/Boa Vista), fugiram da unidade prisional **durante uma rebelião que começou na tarde desta terça-feira (9)**. A polícia afirmou que ainda não é possível identificar a quantidade de fugitivos. Segundo a Polícia Militar, dez presos foram recapturados por volta das 22h30. Os detentos também fizeram nove pessoas reféns durante o motim, entre eles agentes penitenciários. (PRESOS FOGEM..., 2013)

 - 11 de jul. de 2013, Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa
Presos fazem rebelião em cadeia pública no Centro de Manaus
 Detentos da Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa fizeram rebelião na noite desta quinta-feira (11). A Avenida Sete de Setembro, no Centro de **Manaus**, foi interditada devido ao tumulto na penitenciária. Bombas de efeito moral foram usadas para tentar conter os presos. Familiares que estavam do lado de fora da cadeia tentaram invadir o prédio após ouvirem barulho supostamente de tiros. Segundo a assessoria da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejus), pelos menos 18 presos ficaram feridos durante o tumulto. (PRESOS FAZEM..., 2013).

 - 11 de jul. de 2013, Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa⁴⁹
Mais de 50 presos ficam feridos em rebelião em Manaus, afirma Governo
 O Governo confirmou, na tarde desta sexta-feira (12), que 53 presos ficaram feridos durante **rebelião que ocorreu na noite da quinta-feira (11) na Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa**, no Centro de Manaus. Destes, quatro continuavam internados em hospitais da capital até o início desta tarde. O motim teve cenas de violência dentro e fora da cadeia: presos atearam fogo em colchões, bombas de efeito moral foram usadas para tentar controlar a situação e familiares tentaram invadir a penitenciária. (MAIS..., 2013).

 - 14 de jul. 2013, Sistema Penitenciário
Após rebeliões e fuga, presídios de Manaus passam por vistoria
 Todas as unidades prisionais de **Manaus** passaram por vistoria neste domingo (14), segundo a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejus). A visita, realizada pelo secretário executivo adjunto da Secretaria Executiva Adjunta da Sejus (Sexad/Sejus), Antônio Norte Filho teve o objetivo de realizar inspeção de segurança nos presídios. [...]
- A visita foi realizada devido a uma crise que acontece no sistema penitenciário marcada por rebeliões, fuga de 176 presos, uso indevido de telefones celulares e redes sociais entre presos, entre outros. A segurança nas unidades penitenciárias da capital recebeu reforço e **o secretário de**

⁴⁹ Nesse período a unidade contava com mais de 1.100 presos. Um número espantoso, pois estava com mais que o dobro de sua capacidade.

Justiça, Wesley Aguiar, chegou a admitir a fragilidade do sistema. "Se os presos quiserem fazer uma rebelião, eles vão fazer", disse. (APÓS..., 2013).

- 17 de jul. de 2013, Instituto Penal Antônio Trindade
Número de recapturados após fuga do Ipat sobe para 101, em Manaus
 A Agência de Comunicação do Estado (Agecom) informou que 101, dos 176 presos que fugiram do Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat), na terça-feira (9), foram recapturados. O número é resultado da última contagem feita pela polícia e atualizado na noite desta terça-feira (16). O total de foragidos agora é de 75. (NÚMERO..., 2013)
- 8 de ago. de 2013, Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa
Detenta publica fotos em rede social de dentro de cadeia em Manaus
 Uma detenta da Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, situada no Centro de **Manaus**, postou no Facebook várias fotos do dia a dia no presídio. As imagens das presas foram registradas entre os meses de junho e julho, e enviadas para a rede social via celular de dentro da cadeia.
- 24 de ago. 2013, Instituto Penal Antônio Trindade
Presos fazem rebelião no Instituto Penal Antônio Trindade, em Manaus
 Detentos do Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat), localizado no Km 8 da BR-174 (**Manaus/BoaVista**), começaram uma rebelião na tarde deste sábado (24). Pelos menos 16 agentes de disciplina são feitos reféns. (PRESOS..., 2013).
- 3 de fev. de 2014, Instituto Penal Antônio Trindade
Presos se recusam a voltar às celas e causam tumulto em presídio, no AM
 Detentos do Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat), localizado no quilômetro 8 da BR-174, iniciaram um tumulto na tarde desta segunda-feira (3). Conforme informações da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejus), os presos se recusaram a retornar às celas devido a transferência de dois detentos para o Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj). Não houve tentativa de fuga, segundo a polícia.[...]
 Os presos tomavam banho de sol no momento da transferência. Eles não concordaram com a saída dos dois para o Compaj e iniciaram o tumulto. Mas foi apenas uma insatisfação que logo foi contida", contou [o secretário de justiça, coronel] Bonates. Segundo ele, os detentos retornaram às celas após cerca de 20 minutos. (PRESOS SE..., 2014).
- 17 de mar. de 2014, Complexo Penitenciário Anísio Jobim
Detento 'espia' visita íntima e é morto por colega de cela, diz polícia no AM
 Um detento de 26 anos foi encontrado morto, na manhã desta segunda-feira (17), em uma cela do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), situado no km 8 da BR-174, que liga **Manaus a Boa Vista**. Segundo informações da Polícia Civil do Amazonas, o interno teria tentado ver, escondido, a visita íntima do companheiro de cela, que o matou por espancamento como forma de vingança. (DETENTO..., 2014).



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Documento: Protocolo nº 023.00279.2014. (Ofício nº 001/2014/PPGS/UFAM)

Assunto: Solicita autorização realização de pesquisa acadêmica - Ítalo Barbosa Lima Siqueira.

DESPACHO

1. Autorizado;

2. À ESAP, para coordenar o trabalho dos pesquisadores e servir de interlocução com as Unidades Prisionais solicitadas.

Em 10.01.2014

LOUISMAR DE MATOS BONATES - Cel PM
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Figura 3 - Autorização de pesquisa



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Documento: OFÍCIO Nº.001/2014/PPGS/UFAM/OFICIO Nº.002/2014/UFAM.

Assunto: ACOMPANHAMENTO DE ÍTALO BARBOSA LIMA SIQUEIRA E ALICE SILVA DO PRADO.

DESPACHO Nº 01

Ao Núcleo de Pesquisa e Extensão

- 1- Acompanhar as solicitações.
- 2- Manter a Direção da ESAP informada.

Manaus, 4 de fevereiro de 2014.

[Handwritten Signature]
SHERYDE KAROLINE LIMA DE OLIVEIRA
 Diretora da Escola de Administração Penitenciária

Sproweb:	276/279/2014
Proc:	

Rua Gabriel Salgado, s/nº - Centro - Anexo ao Palácio
 Rio Branco
 Fone: 3215-2780 / 3215-2783
 Manaus - Amazonas CEP 69005-340
 Email: esap@sejus.am.gov.br

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
 Escola de Administração Penitenciária - ESAP



Figura 4 - Despacho de autorização



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Dados gerais

Data da Aplicação: ___/___/___ Número do questionário: _____

Pseudônimo: AS Idade: _____

Unidade: _____ Tempo de serviço: _____

Perfil

- | | |
|--|---|
| 1. Qual seu estado civil?: _____ | 2. <input type="checkbox"/> Evangélica |
| 2. Qual sua escolaridade? _____ | 3. <input type="checkbox"/> Mormom |
| 3. Sexo | 4. <input type="checkbox"/> Testemunha de Jeová |
| 1. <input type="checkbox"/> Masculino 2. <input type="checkbox"/> Feminino | 5. <input type="checkbox"/> Umbanda |
| 4. Naturalidade | 6. <input type="checkbox"/> Candomblé |
| 1. <input type="checkbox"/> Manaus | 7. <input type="checkbox"/> Espírita |
| 2. <input type="checkbox"/> Interior do Amazonas _____ | 8. <input type="checkbox"/> Outra _____ |
| 3. <input type="checkbox"/> De outro Estado _____ | 9. <input type="checkbox"/> Sem afirmação |
| 4. Outra _____ | 7. Tem filhos: |
| | 1. <input type="checkbox"/> Sim |
| | 2. <input type="checkbox"/> Não |
| 5. Cor /etnia | 7.1 Em caso de sim, especifique quantos são:
_____ |
| 1. <input type="checkbox"/> Branco | |
| 2. <input type="checkbox"/> Negro | 8. Condição de trabalho |
| 3. <input type="checkbox"/> Pardo | 1. <input type="checkbox"/> Concursado |
| 4. <input type="checkbox"/> Índio | 2. <input type="checkbox"/> Celetista |
| 5. <input type="checkbox"/> Amarelo | 3. <input type="checkbox"/> Terceirizado |
| 6. <input type="checkbox"/> Não declarou | 4. <input type="checkbox"/> Temporário |
| 6. Religião ou doutrina | 5. <input type="checkbox"/> Outro _____ |
| 1. <input type="checkbox"/> Católica | |

Figura 5 – Questionário página 1



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



9. Ramo de trabalho anterior ao atual

1. Autônomo
2. Construção civil
3. Comércio
4. Saúde
5. Indústria
6. Educação
7. Transporte
8. Pesca

9. Agricultura
10. Segurança pública
11. Segurança privada
12. Forças armadas
13. Servidor público municipal
14. Servidor público estadual
15. Servidor público federal
16. Nenhum
17. Outro: _____

Bloco 2 – Condições e Percepções sobre o Trabalho

10. O que levou você a ser agente de segurança penitenciária (múltipla escolha)?

1. Era profissão dos seus sonhos
2. A oportunidade que apareceu
3. A influência de parentes e amigos
4. Atrativos relativos à remuneração
5. Atrativos relativos à estabilidade no emprego
6. Outro: _____

11. Você está associado ao Sindicato de Classe ou Associação?

1. Sindicato
2. Associação
3. Nenhum

12. Sente-se seguro no exercício do seu trabalho?

1. Completamente seguro
2. Seguro
3. Inseguro
4. Sem nenhuma segurança

13. Considera que possui todos os instrumentos necessários ao exercício da sua atividade?

1. Sim
2. Não

13.1 Em caso de não, o que considera necessário ser providenciado.

1. Armas de fogo
2. Armas de contenção não letal
3. Coletes
4. Câmeras de vigilância
5. Sistema de comunicação via rádio, celular etc.
6. Estrutura física
7. Sistema de informação
8. Uniforme
9. Cassetetes
10. Alimentação
11. Outros: _____

14. Em relação ao seu horário de trabalho:

1. Flexível
2. Negociável
3. Inegociável
4. Não sabe

15. Você possui algum tipo de doença relacionada à sua rotina de trabalho?

1. Sim
2. Não

15.1 Em caso de sim, especifique:

Figura 6 - Questionário página 2



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



16. Você já sofreu algum tipo de assédio moral no trabalho?

1. Sim
2. Não

17. Você se sente realizado na sua profissão?

1. Sim
2. Não

18. Você tem planos de mudar de profissão?

1. Sim
2. Não

19. O que falta para melhorar as condições de trabalho?

1. Melhor estrutura
2. Segurança
3. Salário
4. Carreira
5. Mobilização da categoria
6. Entidades comprometidas com as causas da categoria
7. Investimentos no sistema prisional
8. Cumprimento da legislação
9. Outras _____

Bloco 3 – Relações sociais e conflitos na prisão

20. Como você avalia sua relação com:

C	Função	In	P	R	Re	B	Ót
1	Diretoria						
2	Presos						
3	ASP						
4	PM						
5	Defensoria						
6	Familiares de Presos						
7	Empresas						

In: inexistente; P: péssima; R: ruim; Re: regular; B: boa; Ót: ótima.

21. Você já presenciou práticas ilícitas dos presos como uso de celular ou aquisição de bens de consumo ilícitos no interior do presídio?

1. Sim
2. Não

22. Existem organizações, coletivos, movimentos ou gangues prisionais na unidade?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

23. Que tipos de violência e com qual frequência ocorrem na prisão?

C	Tipo	S	D	R	N
1	Roubo				
2	Furto				
3	Ameaças				
4	Homicídio				
5	Tentativa de Homicídio				
6	Estupro				
7	Agressão física				
8	Depredação do patrimônio				
9	Briga de gangue				
10	Extorsão				
11	Uso de Drogas				
12	Tráfico de drogas				
13	Violência institucional				
14	Rebeliões				

S – Sempre; D – De vez em quando; R – Raramente; N – Nunca

Figura 7 - Questionário página 3



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



UFAM

24. Você já sofreu no trabalho:

C	Tipo	0	1	2	3	+
1	Roubo					
2	Furto					
3	Tentativa de roubo ou furto					
4	Tentativa de homicídio					
5	Ameaças					
6	Agressão física					
7	Agressão psicológica					
8	Lesão corporal grave					
9	Sequestro					
10	Abuso de autoridade					
11	Assédio de presos					
12	Assédio Moral					
13	Assédio sexual					
14	Tentativa de suborno					

25. Em relação ao crime sofrido:

C	Tipo	0	1	2	3	4
1	Roubo					
2	Furto					
3	Tentativa de roubo ou furto					
4	Tentativa de homicídio					
5	Ameaças					
6	Agressão física					
7	Agressão psicológica					
8	Lesão corporal grave					
9	Sequestro					
10	Abuso de autoridade					
11	Assédio de presos					
12	Assédio Moral					
13	Assédio sexual					
14	Tentativa de suborno					

0- não fez nada 1- procurou a direção 2- procurou a empresa 3- acionou a justiça 4- contou para parentes e decidiu fazer nada

26. Você já presenciou atos de corrupção?

1. Sim
2. Não

27. Você já sofreu assédio para praticar atos ilícitos?

1. Sim
2. Não

28. Em relação às questões 26 e 27, qual sua atitude diante do fato observado?

1. Age conforme a lei determina
2. Procura dar um jeitinho na situação
3. Relata o fato para outros tomarem providências
4. Se omite
5. NS/NR

29. Você acredita no ideal de recuperação dos presos após a saída deles do presídio?

1. Sim
2. Não

30. Você acredita nos próximos 6 meses se é provável sofrer algum tipo dos crimes abaixo:

C	Tipo	0	1	2	3
1	Roubo				
2	Furto				
3	Tentativa de roubo ou furto				
4	Tentativa de homicídio				
5	Ameaças				
6	Agressão física de presos				
7	Agressão física de outros funcionários				
8	Ofensa de presos				
9	Ofensa de outros funcionários				
10	Ofensa da direção				
11	Estupro				
12	Sequestro ou tentativa				
13	Assédio moral				
14	Assédio sexual				
15	Assédio para tráfico de drogas				
16	Assédio para tráfico de mercadorias				
17	Assédio para tráfico de armas				
18	Assédio para tráfico de celulares				
19	Suborno				
20					
21					

0: improvável; 1: pouco provável; 2: provável; 3: muito provável;

Figura 8 - Questionário página 4



Figura 9 – Muralha interna e setor administrativo da UPP. **Fonte:** SIQUEIRA, 2014.

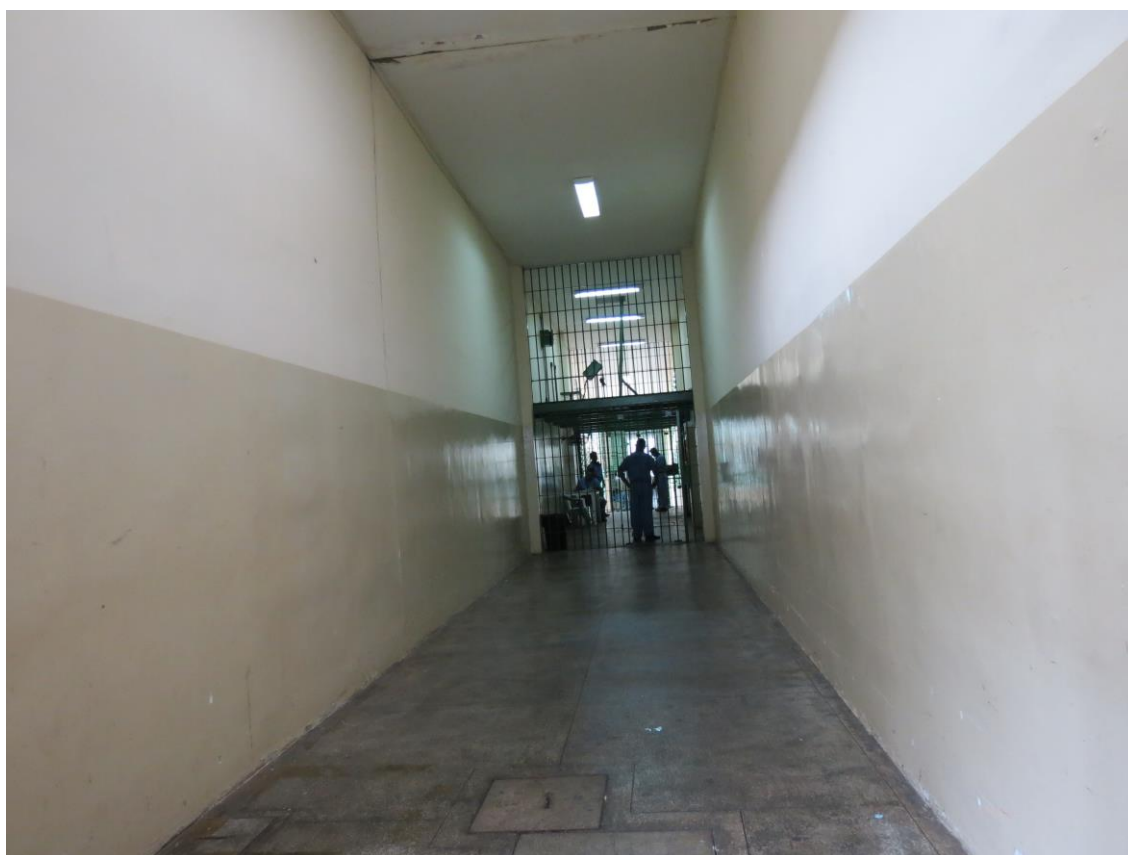


Figura 10 – Corredor próximo de “gaiola” na UPP. **Fonte:** SIQUEIRA, 2014.



Figura 11 – Pavilhão da UPP. **Fonte:** SIQUEIRA, 2014.



Figura 12 – Salas de aula da UPP. Fonte: SIQUEIRA, 2014.



Figura 13 – Setor administrativo da PFM. Fonte: SIQUEIRA, 2014.



Figura 14 – Portão interno da PFM. Fonte: SIQUEIRA, 2014.

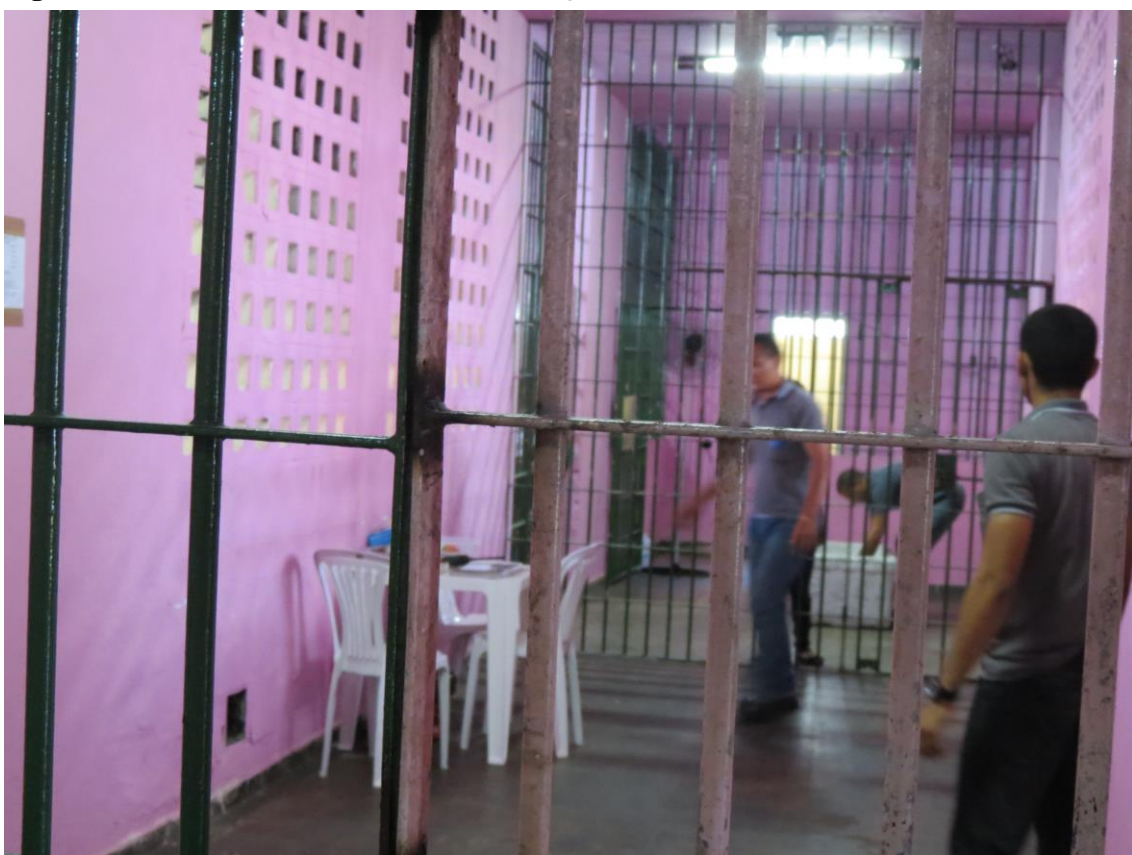


Figura 15 – Distribuição de quintinhas durante horário de almoço na PFM. Fonte: SIQUEIRA, 2014.



Figura 16 – Entrada da PFM. **Fonte:** SIQUEIRA, 2014.



Figura 17 – Setor administrativo do CDP-Masculino. **Fonte:** SIQUEIRA, 2014.



Figura 18 – Vista para o prédio administrativo do CDP-Feminino. **Fonte:** SIQUEIRA, 2014.